



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA**

KELLY CHAVES TAVARES

PADRE EUTÍQUIO:

Clérigo, Maçom e Político no Pará do século XIX

MESTRADO EM HISTÓRIA

BELÉM – PARÁ

2020

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA**

KELLY CHAVES TAVARES

MESTRADO EM HISTÓRIA

PADRE EUTÍQUIO:

Clérigo, Maçom e Político no Pará do século XIX

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci. (PPGHIST/UFPA).

**BELÉM – PARÁ
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante dos dados fornecidos (a) pelo autor (a).**

T231p Tavares, Kelly Chaves.
Padre Eutíquio: clérigo, maçom e político no Pará do século
XIX / Kelly Chaves Tavares. — 2020.
XV, 261 f. : il. color.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Biografia. 2. Catolicismo. 3. Liberalismo. 4. Maçonaria. 5.
Pará. I. Título.

CDD 981.04092

Kelly Chaves Tavares

Padre Eutíquio:

Clérigo, maçom e político no Pará do século XIX

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci – Orientadora
(PPGHIST/UFPA)

Prof.^a Dra. Sandra Rita Molina – Examinadora Externa à Instituição
(URP/SP)

Prof. Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves – Examinador interno
(PPGHIST/UFPA)

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto – Examinador interno
(PPGHIST/UFPA)

Prof. Dr. Elson Rocha Monteiro – Examinador Externo ao Programa
(FAHIS/UFPA)

BELÉM- PARÁ
Fevereiro/ 2020

*Para Rosilene [in memoriam],
mãe amada e saudosa que está no céu.*

*Para Magda, mestra amada que me “adotou”
sua “filha” do coração.*

“A palavra daquele grande homem era o cordial da sabedoria. Disse-me ele que eu não podia fugir ao combate; se me fechavam a tribuna, cumpria-me abrir um jornal (...). Funda um jornal, disse-me ele, e ‘desmancha toda esta igreja’”.

Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas, 1880, p. 238.

“A violência política enche a cidade”.

Rita & Bob Marley, Rat Race, 1976.

AGRADECIMENTOS

Enfim cheguei aos agradecimentos... Acredito que esta seja a parte mais difícil desta dissertação. Sempre que pensava em como eu poderia escrevê-la me vinha à cabeça a ideia de que esta deveria ser a última coisa escrita no trabalho, pois, assim teria tempo de oferecer oportunidades a mais pessoas de entrarem neste estudo. E duas páginas é muito pouco para tanto agradecimento que quero fazer. Peço desculpas se esqueci de pôr alguém, afinal ao longo dos 06 anos de experiência no mestrado foram muitas as pessoas que chegaram à minha vida e em algumas longas ou rápidas conversas me ajudaram bastante a construir esta pesquisa.

Do ano de 2013 até o presente momento muitas pessoas chegaram à minha vida e outras partiram. Sobre uma partida dolorosa ocorrida em meados do meu segundo mestrado em 2018 foi a da minha mãe, Rosilene “dona Rose” como gostava de ser chamada. A ela agradeço tudo o que sou como ser humano e o que consegui como uma mulher formada professora. A ela dedico este trabalho como forma de pagar uma dívida eterna que tenho com ela: a vida que me foi dada e os lindos momentos que vivi ao seu lado. Te amo mãe, sei que nós duas não tivemos a oportunidade de ler este trabalho final juntas, mas, você partiu conhecendo um pouquinho da vida de um padre controverso do qual eu lhe falava em meio às nossas conversas de fim de tarde tomando nossos cafezinhos. Um dia você me pediu que sua filha historiadora escrevesse uma biografia sua. Saiba que já comecei a treinar para cumprir a minha promessa.

Agradeço e dedico este trabalho também à Professora Magda Ricci, minha orientadora e amiga, digo até certo ponto minha mãe também, pois, ela foi um grande apoio para mim na época da minha perda familiar ocorrida no meio do semestre. Momento em que eu duvidei se teria forças para terminar o meu estudo. Agradeço as palavras de conforto, de apoio, de incentivo e os abraços bem apertados naquele dia em que eu sentindo o peso do luto desabei em lágrimas em seu colo. Nesse dia, eu entendi que a função do orientador vai muito além do papel institucional previsto no regimento. Você me mostrou que a orientação não se restringe à indicação de leituras, fontes, correção de textos, e sim se estende também à vida, e foi exatamente isso o que você fez. Me orientou nas coisas da vida, no momento da perda, na luta pela superação, e na busca pela felicidade, graças a você hoje sei que não estou sozinha. Amo você, espero que goste deste estudo que lhe fiz como um presente.

Agradeço também ao meu pai, João Tavares, que continua ao meu lado me apoiando, meus irmãos, Karine e João Carlos. Minha cunhada Tamires e meu sobrinho Pietro, o xodó da titia, que tanto me divertiu no período em que morei no Jurunas e todos os dias eu passeava pela Travessa Padre Eutíquio imaginando como seria andar por lá na época do padre Eutíquio.

Agradeço às contribuições e amizade do colega do mestrado Marcos Rodrigo, ao do doutorado Alan Christian, com quem dividi em conversas algumas descobertas sobre o padre Eutíquio e recebi dele excelentes contribuições. Nós dois brincamos que somos parceiros do estudo de Eutíquio, esse padre de história tão sedutora. Também estendo os meus agradecimentos aos colegas do grupo de pesquisa *Religiosidades Pan-Amazônicas*, Allan Andrade, que várias vezes me enviou fontes do padre Eutíquio que ele encontrava e todas elas ajudaram bastante na compreensão; Daniel Miranda, que fez a gentileza de me aproximar da Maçonaria dispondo de seu concorrido tempo para me ajudar, agradeço; Leandro Melo que trouxe do Rio de Janeiro fontes muito valiosas para o grupo, poupando muitos de nós de viajar para o Rio e gastar tempo e dinheiro na coleta de fontes. Valeu meninos!

Agradeço à professora Sandra Rita Molina da Universidade de Ribeirão Preto pelas recomendações feitas na banca examinadora onde estive partícipe junto aos professores Fernando Arthur Freitas Neves, José Maia Bezerra Neto e Elson Monteiro. Todos eles deram excelentes recomendações para os diversos caminhos de abordagem da história do padre “negro”. Agradeço aos professores Leila Mourão, Karl Arenz e Rafael Chambouleyron pelo incentivo.

Agradeço às instituições onde fiz a pesquisa de fontes e aos bibliotecários, arquivistas e outros profissionais que me facilitaram o acesso à documentação presente neste estudo. A começar por Ana Negrão do Espírito Santo, que em 2016 estava no IHGP e me ajudou muito quando pesquisei por lá. Sempre conversávamos sobre o padre Eutíquio tomando um cafezinho no intervalo. Agradeço ao Renato, funcionário da Cúria Metropolitana de Belém, que facilitou o acesso aos documentos da Igreja Católica mesmo quando eu aparecia por lá para pesquisar fora do expediente normal. Agora voltarei lá com o estudo pronto graças a ele. Agradeço ao Pedro Lima e André Filho do Laboratório Eugênio Veiga, que da distante Bahia fotografaram e me enviaram os dois processos sacerdotais do padre Eutíquio Pereira da Rocha sem cobrar um centavo por isso. Minha pesquisa não seria a mesma sem essa contribuição.

Por fim, agradeço a CAPES pela bolsa auxílio de 24 meses que ajudaram esta pesquisadora no seu sustento e no desenvolvimento deste estudo. Enfim, ele ficou pronto!

RESUMO

O objetivo desta dissertação é realizar uma biografia histórica do padre Eutíquio Pereira da Rocha. Este foi um padre nascido em Salvador, na província da Bahia a 15 de maio de 1817, e falecido na cidade de Belém, província do Pará em 20 de agosto de 1880. O padre Eutíquio vivia como padre secular e padre mestre quando migrou para o Pará em 1851, onde na cidade de Belém tornou-se adepto do Liberalismo aderindo ao programa político do Partido Liberal. Ele também iniciou-se na Maçonaria em 1857 alcançando importantes espaços de poder dentro deste grupo social como o grau 33, tornado o Delegado do Grão-Mestre da Maçonaria na província do Pará. A historiografia da igreja no século XX discutiu o padre Eutíquio por longo tempo como o padre suspenso do ofício de sacerdote pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa e tido na historiografia e memorialísticos como nunca mais restituído às ordens religiosas. Sobre isso discutiremos ser a suspensão de padre Eutíquio motivada por questões políticas, na forma de divergências com o bispo D. Macedo Costa e validada pelo grupo político do Partido Conservador, na forma da principal figura à época: o Visconde de Arari, Antônio de Lacerda Chermont. Esse foi o presidente de província que acatou a Portaria de suspensão do bispo exonerando o padre Eutíquio da cadeira de Direito Canônico do Seminário Episcopal. Discutiremos os discursos construídos sobre o padre Eutíquio na imprensa católica de *A Boa Nova*, observando as construções de categorias religiosas de modo a projetar sobre ele discursos de apostasia, rebeldia, impureza e excomunhão. Criando memórias sobre ele até hoje presentes no espaço social da Igreja Católica. Demonstraremos que os discursos da Igreja Católica sobre o padre legaram à historiografia da Igreja a memória do padre Eutíquio unicamente como o inimigo do bispo D. Macedo Costa e da Romanização, negando ser ele o sujeito portador de agência capaz de atuar como o sujeito de sua história e também possuindo histórias para o historiador investigar e compreender sobre uma fração da realidade religiosa e política no Pará do século 19.

Palavras Chaves: Biografia, Catolicismo, Liberalismo, Maçonaria, Tolerância Religiosa, Amazônia, século XIX.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to make a historical biography of Priest Eutiquio Pereira da Rocha, this was a priest born in Salvador, Bahia province on May 15, 1817, and died in the city of Belém, province of Pará on August 20, 1880. Priest Eutiquio lived as a secular priest and a master when he migrated to Pará in 1851, where in the city of Belém he became a supporter of Liberalism by adhering to the political program of the Liberal Party. He also inserted Freemasonry in 1857 reaching important spaces of power within this social group such as grade 33, becoming the Delegate of the Grand Master of Freemasonry in the province of Pará. Church historiography in the twentieth century discussed Priest Eutiquio for a long time as the priest suspended from the office of priest by Bishop D. Antonio de Macedo Costa and regarded as never returned to religious orders. On this we will discuss the suspension of Priest Eutiquio motivated by political issues in the form of disagreements with Bishop D. Macedo Costa and validated by the Conservative Party political group in the form of the main figure at the time Viscount of Arari, Antonio de Lacerda Chermont, president of a province that accepted the ordinance of suspension of the bishop exonerating the priest Eutiquio of the chair of Canon Law of the Episcopal Seminary. We will discuss the discourses built on Priest Eutiquio in the Catholic press of *A Boa Nova*, observing the constructions of religious categories in order to project discourses of apostasy, rebellion, impurity and excommunication on him, creating memories about him present day in the social space of the Catholic Church. We will demonstrate that the Catholic Church's discourses on the priest left to the historiography of the Church the memory of Priest Eutiquio solely as the enemy of Bishop D. Macedo Costa and of Romanization, denying that he is the subject bearer of agency capable of acting as the subject of his history and also possessing stories for the historian to investigate and understand about a fraction of the religious and political reality in 19th century Pará.

Key Words: Biography, Catholicism, Liberalism, Masonry, Religious Tolerance, Amazon, 19th century,

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

Pe.– Padre
Revdo. – Reverendo
Exmo. – Excelentíssimo
Ilmo. – Ilustríssimo
S. M. – Sua Majestade
Snr – Senhor
Maç.: – Maçom/Maçons
Templ.: – Templo
Cap.: – Capitular
Resp.: – Respeitabilíssimo
Gr.: – Grão
Or.: – Oriente
Un.: – Unido
Ill.: – Ilustríssimo
Irm.: – Irmão
Loj.: – Loja
Harm.: – Harmonia
Frat.: – Fraternidade
Ir.: – Irmão
Pod.: – Poderoso
Deleg.: – Delegado
Gr.: – Grão
Mest.: – Mestre
Sup.: – Supremo
Arch.: – Arquiteto
Univ.: – Universo
Secr.: – Secretário
Ger.: – Geral
Ord.: – Ordem
Ven.: – Venerável
Bem.: – Beneficente
Aug.: – Augusta
Resp.: – Respeitoso
Sess.: – Sessão
Magn.: – Magnífica
Inic.: – Iniciação
D. – Dom
D. – Digníssimo
Dr. – Doutor
V. – Vossa
Revma. – Reverendíssima
(+) – sinal da cruz com que os bispos assinavam documentos antecedendo seus nomes

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Categorias religiosas atribuídas ao Padre Eutíquio de acordo com os jornais católicos e liberais.....	114
Quadro 01 – Categorias religiosas atribuídas ao Padre Eutíquio de acordo com os jornais católicos e liberais (<i>Continuação</i>).....	115
Quadro 02 – Categorias raciais atribuídas ao/pelo Padre Eutíquio de acordo com os jornais católicos e liberais.....	147
Quadro 03 – Quantidade de votos obtidos por Padre Eutíquio Pereira da Rocha nas eleições de setembro de 1868.....	219

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A Travessa de São Matheus (atual Travessa Padre Eutíquio) por volta de 187-? ?.....	71
Figura 02 – A Estrada de São José (atual Rua 16 de Novembro) por volta de 187-? ...	79
Figura 03 – O Cemitério de Santa Izabel por volta de 189-?.....	103
Figura 04 – O Arraial de Nazareth por volta de 1875.....	117
Figura 05 – Igreja e Seminário Menor de Nossa Senhora do Carmo por volta de 1875.....	132
Figura 06 – O Padre Eutíquio vestindo os trajes maçônicos.....	142
Figura 07 – O Padre Eutíquio vestindo os trajes habituais.....	144
Figura 08 – A Igreja da Sé por volta de 1875	169
Figura 09 – A Câmara Municipal do Pará por volta de 1875.....	204
Figura 10 – Assinatura de padre Eutíquio nas atas da Câmara Municipal do Pará (1862)	210
Figura 11 – Seminário e Palácio Episcopal por volta de 1875	232

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 – A Profissão de fé do Padre Eutychio (1880).....	257
Anexo 02 – Relação nominal dos professores do Colégio Paraense, contendo o tempo de serviço e vencimentos de cada um (1863).....	260

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO	15
2. INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. CONSTRUINDO UM PERCURSO: O DEBATE METODOLÓGICO SOBRE A BIOGRAFIA E SEUS USOS NESTE TRABALHO	19
1.1. A história reescrita dos rostos “esquecidos” no tempo.....	19
1.2. Do conceito de <i>biografia</i> até um diálogo com a trajetória do padre Eutíquio.....	26
1.3. Outras contribuições teórico-metodológicas	40
1.4. Da metodologia ao objeto de pesquisa: construindo esta biografia histórica.....	45
CAPÍTULO 2. AS MEMÓRIAS E OS VULTOS DO PADRE “NEGRO”	49
2.1. O padre Eutíquio interpretado pela historiografia da igreja, escravidão e filosofia.....	50
2.1.1. A historiografia da igreja	50
2.1.2. A historiografia da escravidão	53
2.1.3. Estudos sobre a filosofia no Brasil	54
2.2. A historiografia sobre a Maçonaria	56
2.3. Dicionários e obras biográficas	61
2.4. Memorialísticos da Igreja Católica.....	64
2.5. Algumas Memórias na construção da Travessa Padre Eutíquio	70
CAPÍTULO 3. “ESTÃO HOJE MUDADOS OS PAPÉIS”: A MORTE E COMBATES NOS ÚLTIMOS ANOS DA VIDA DO PADRE VELHO	76
3.1. “Assim como tomba nas margens do Líbano, o cedro altaneiro” ..	76
3.1.1 “Sob um ramo de <i>Accacia</i> ”	89
3.2. “Estão hoje mudados os papéis”	109
3.2.1. A Questão Nazarena, a Questão Religiosa e a liberdade de cultos... ..	116
3.3. As disputas em torno da Ordem Terceira do Carmo: os religiosos e o patrimônio.....	128
3.3.1. A questão da raça e da arte: um “ <i>negro</i> ” arrojado e atrevido?	139
CAPÍTULO 4. “UM EXTREMADO LIDADOR POLÍTICO”: O PADRE EUTÍQUIO E AS TRAMAS POLÍTICAS NA CIDADE DE BELÉM	152
4.1. “Ainda pouco escravo, agora livre, amanhã cristão”	175
4.2. “Que se festeje a terminação da Guerra com um <i>Te Deum</i> e sermão”	193
4.3. “O venerando vereador padre Eutychio e suas judiciosas opiniões”	199
4.4. “Ainda que fosse preciso correr sangue”	212
4.5. “Mas volte ao reitorado o Sr. padre Eutychio”	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
FONTES	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	246
ANEXOS	257

INTRODUÇÃO

*“Pertenci, na melhor fé, á Igreja Católica Apostólica Romana. Não concebia até a possibilidade de se deixar de ser católico apostólico romano. Começou a minha desconfiança com a louca pretensão de provarem com o **Regnum meum non est hoc mundo**¹, a Divina Instituição (...)”.*

Padre Eutíquio Pereira da Rocha, *Disposições para logo que eu morra*, 1880, p. 347.

“Percebe-se mais uma vez, que a relação entre crer e decidir não vai numa direção única: a pregação pobre de Chiesa teve sucesso não porque fosse coerente com um sistema imóvel, de ideias e valores pré-concebidos, mas porque aquele tipo de pregação era uma proposta que permitia que aqueles camponeses, em plena fúria da guerra, se organizassem a partir de uma crença e de uma personagem ambíguas que lhes davam a possibilidade de agir.”.

Giovanni Levi, *A herança imaterial*, 2000, p. 49.

Com estas palavras iniciamos a biografia do padre oitocentista Eutíquio Pereira da Rocha. Pensamos em introduzir o trabalho com a interpretação de si e do tempo em que viveu estabelecendo um comparativo com as hipóteses enunciadas na obra de micro-história *A herança imaterial*, do historiador Giovanni Levi. Neste livro se evidencia a trajetória de vida do protagonista da trama, o padre seiscentista Giovanni Battista Chiesa², entrecruzando-a com as histórias de vida de outros sujeitos. Neste sentido, encontramos nas possibilidades históricas vividas pelo único personagem aspectos plausíveis para a vida de vários homens e mulheres contemporâneos ao padre piemontês. De modo a tornar os recentes estudos do singular no campo da história social revestidos de outros significados, totalmente distintos daqueles observados nos estudos dos indivíduos, a exemplo dos realizados no século 19, característicos pela estrita atenção aos fatos públicos e feitos dos “varões ilustres” da nação.

O tema proposto neste estudo consiste em fazer um estudo biográfico de história social sobre o padre Eutíquio Pereira da Rocha, este homem que na província da Bahia do século 19 ordenou-se padre católico e em meados do século migrou para a província do Pará, radicando-se na cidade de Belém até a sua morte antes do fim dos oitocentos. Reconstituir traços de sua

¹ Tradução livre do latim: “O meu reino não é deste mundo”.

² LEVI, Giovanni. Introdução. In: *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 49.

trajetória de vida, memória e parte de sua obra consiste no objetivo deste estudo. Que não significa ser uma tentativa de se fazer uma *história total* do indivíduo, tal qual o historiador francês Jacques Le Goff realizou sobre o rei medieval Luís IX³.

As contribuições teóricas e metodológicas deste estudo biográfico sobre o rei francês nos foram tomadas no sentido de desconstruir a personagem para a compreensão dele no seu tempo. Através da fórmula de Le Goff, a ideia de sujeito e sua relação com o contexto se expressa mediada pela dialética, em que o “sujeito constrói a si próprio e sua época, tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, hesitações e escolhas”⁴. Portanto, para realizar um estudo biográfico careceu encarar o padre Eutíquio enquanto um sujeito de *uma* história e igualmente o sujeito de *sua* história. Historicizando-o contemporaneamente a todo tempo, através de demandas no tempo presente do historiador.

A nossa problemática consiste em pensar a história de padre Eutíquio Pereira da Rocha enquanto um padre maçom e político no Pará do século 19, *para além* do entendimento já consolidado pela imprensa católica e memorialísticos da Igreja Católica sobre ele ser um “padre apóstata”⁵ e na historiografia, um “padre rebelde e liberal”⁶. Nossa intenção na feitura deste trabalho consistiu em compreender os processos sociais, políticos e religiosos através da ótica do padre Eutíquio e de sua atuação no universo do público e do privado que intercepta a de outros atores sociais, no período que se inicia em 1880, data de sua morte e caminha regressivamente até o ano de 1851, o ano de sua transferência para o Pará.

A construção da memória assim como as tentativas de apagamento serão enfatizadas, através das produções da Igreja Católica e as da Maçonaria. De modo a tornar as disputas pela construção de lugares da memória relacionadas ao padre nas décadas do regime republicano, posteriores à sua morte, ocorrida ainda nos tempos da Monarquia.

Este tema inscreve-se no campo das relações entre a Igreja Católica e o Estado liberal no processo de secularização da sociedade cristã e da laicização do estado. Em maior amplitude insere-se na história do Catolicismo na Amazônia e no campo das possíveis *mediações* entre a Religião e a Política no século 19.

³ LE GOFF, Jacques. *São Luís, Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

⁴ *Idem*. Introdução. In: *Op. Cit.*, p. 23.

⁵ A chamada profissão de fé do Padre Eutychio I. Jornal *A Boa Nova*, Pará, Sábado, 11 de setembro de 1880, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 07 de maio de 2017.

⁶ MAUÉS, Raymundo H. *Uma “outra” invenção da Amazônia*. Religiões, Histórias, Identidades. Belém: Cejup, 1999, p. 126-127.

De acordo com Aline Coutrot⁷, os possíveis diálogos a serem feitos entre a história religiosa e a história política fundam-se nas mediações passíveis de se estabelecer entre elas, seja nas relações de interdependência, pois, o religioso informa em grande medida o político, e em contrapartida o político estrutura o religioso. Segundo Coutrot, sob esta perspectiva as Igrejas e os cristãos tornam-se pontos de observação histórica, questionamentos e provocações suscitadas pela política, passíveis de observação através da apreensão das massas e dos comportamentos coletivos evidentes no episcopado, imprensa, movimentos confessionais, sindicatos e outros grupos. Os quais possibilitam formular reflexões sobre a cultura, não somente em sua forma institucional, mas, sob a forma de acontecimento.

O estudo de Marc Bloch⁸ sobre o caráter sobrenatural do poder régio na Idade Média e partes da Idade Moderna apresentam análises das quais se sobressaem mediações possíveis entre a religião, expressa na crença popular sobre o poder curativo dos escrofulosos pelos reis franceses e ingleses, e a política, evidente nos conceitos de realeza sagrada e miraculosa atribuído aos reis pelos *status* do Direito Divino advindo da teoria política do Absolutismo Monárquico, conceito excessivamente controverso e debatido. As análises realizadas neste estudo se encontram com os diálogos suscitados pelo estudo lançado em 1924 por Bloch e nos interessam devido à possibilidade de observação do fenômeno religioso no campo do político e vice-versa. Estes foram bastante visíveis na documentação religiosa quanto nas fontes vindas da imprensa periódica. As quais eram excessivamente políticas, característica da imprensa do século 19.

As fontes históricas usadas procederam de variados espaços de poder, os quais foram: da Igreja Católica, os livros de termo de batismo, Jornal *A Boa Nova*, pesquisados na Cúria da Arquidiocese de Belém, duas Autuações de Inquirição *Vita et Moribus* e *De Genere* a favor de Eutiquio Pereira da Roxa (1830-1831), vindos da Cúria da Arquidiocese de Salvador. Ainda temos as Atas da Câmara Municipal do Pará, consultadas no Arquivo Palma Muniz, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará; a imprensa periódica oitocentista disponível no *site* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; e as legislações e fotografias presentes no *site* da Biblioteca Digital Brasileira Guita e José Midilin e Brasileira Fotográfica Digital, dentre outras que serão explicitadas no decorrer do estudo.

⁷ COUTROT, Aline. *Religião e Política*. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331-364.

⁸ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Capítulo 1 – Construindo um percurso: o debate metodológico sobre a biografia e seus usos neste estudo

Neste capítulo será abordada a trajetória da escrita biográfica no Ocidente apresentando seus descaminhos e os momentos de aproximação com a história. Hoje as duas são formas de *práxis* científicas distintas entre si, e nem sempre conviveram de forma harmônica, pois, de acordo com o que François Dosse aponta, há três décadas as duas conheceram momentos de diálogo após séculos de *eclipse*. No campo da história após as duas concorrerem de forma paralela durante longa trajetória, a biografia é nos tempos hodiernos uma forma legítima de *práxis* historiográfica. Recebendo o reconhecimento nos ambientes acadêmicos devido às suas interlocuções com as outras áreas do conhecimento, a exemplo da literatura e da antropologia. Neste trabalho trataremos da tradição biográfica no Ocidente, suas formas de usos e sua contribuição teórica e metodológica para este estudo da vida e morte de um padre maçom negro e oitocentista.

1.1 – A história reescrita dos rostos “esquecidos” no tempo

18 de agosto de 2019. Uma data especial para dois professores e uma equipe de estudantes de um colégio privado da cidade de Belém. Os dois professores em questão sou eu, Kelly Chaves Tavares, professora bacharela e licenciada plena em história, e o professor Rodrigo Dornelles, que exerce o magistério em história no Colégio Santa Rosa, uma escola católica privada e tradicional da cidade de Belém.

Mas talvez o leitor me questione: o que tem a ver dois professores, uma equipe de alunos e esta dissertação de mestrado?

Já denuncio a resposta.

Tudo. Todas estas coisas estiveram interligadas no momento em que escrevia, e tem a ver especialmente com duas cidades brasileiras, a saber: Campinas (SP) e Belém (PA).

Campinas porque foi a cidade sede da 11.^a Olimpíada Nacional de História do Brasil. Esta olimpíada é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desenvolvido anualmente pelo departamento de História e conta com o apoio de docentes e discentes da graduação e pós-graduação. Possuindo o apoio do Ministério da Ciência,

Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (MCTIC)⁹. A participação nas olimpíadas requer aos grupos formados por quatro professores e uma equipe de três estudantes cada, a responder questões e tarefas diversas online. A cada avanço de fase, algumas equipes são eliminadas, restando às equipes que granjeiam vitórias encaminhar-se para a fase final. Na fase final deste ano de 2019 estiveram a equipe de Belém do Pará, comandada pelo professor Rodrigo Dornelles¹⁰ e os três estudantes do Colégio Santa Rosa. Mas porque eles chegaram até a final? E o que eles têm a ver com esta dissertação de mestrado?

No dia 18 de agosto de 2019 houve a realização da final da 11.^a Olimpíada Nacional de História do Brasil. Torci por esta equipe do Colégio Santa Rosa porque eles levaram como seu tema de participação este biografado que é o tema desta dissertação de mestrado: o padre Eutíquio Pereira da Rocha. Ou explicando-me melhor: em uma rápida, mas, muito empática conversa tida com o professor Rodrigo, o mesmo relatou-me que a edição do ano de 2019, teve como tema os “Heróis Esquecidos” e quando decidiu junto com seus alunos que participariam tiveram dúvidas sobre qual personagem histórico apresentariam. Segundo ele acrescentou foi uma difícil escolha, até que uma de suas alunas conhecia, através de um dos lugares de inserção social de sua família, um pouco da memória de padre Eutíquio Pereira da Rocha. Assim, esta aluna levou a ideia de escolherem o padre como o sua proposta de “herói esquecido”. No que o professor Rodrigo Dornelles e sua equipe assim o fizeram, participaram e foram aprovados nas fases eliminatórias. Algumas com a ajuda de um artigo que eu publiquei em uma revista eletrônica acadêmica¹¹, e assim foram avançando fases até chegarem à grande final.

Por fim, a equipe alcançou o 3º lugar na olimpíada, ficando com a medalha de bronze. Confesso que a escolha que fizeram não poderia ser melhor. Realmente, após seis anos de pesquisa histórica sobre a trajetória do padre Eutíquio Pereira da Rocha, eu penso que o *insight* da aluna em pensá-lo não exatamente como um “herói”, mas, ele enquanto um *esquecido* foi de certa forma muito acertado. Digo isso, pois, o esquecimento ou a tentativa de

⁹ As informações sobre a edição da 11.^a Olimpíada Nacional de História do Brasil do ano de 2019, assim como as edições anteriores podem ser obtidas no site das Olimpíadas Nacional de História do Brasil disponível em <https://www.olimpiadadehistoria.com.br/paginas/onhb11/home>. Acesso em 22 jun. 2019.

¹⁰ O professor Rodrigo Guedes Dornelles possui graduação em história pela Universidade Federal do Pará (2004). Atualmente é professor de história do Colégio Santa Rosa, tendo experiência nos temas: história republicana, instrução pública e história da África.

¹¹ TAVARES, Kelly C. Um padre maçom em terras ultramontanas. A trajetória de Eutíquio Pereira da Rocha entre a Bahia e o Pará (1820-1880). *Revista Dia-Logos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 01, p. 47-58, jan. – jul., 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/issue/view/1639>. Acesso em: 09 abr. 2018.

se criar um esquecimento foi algo recorrente que observei nos jogos da memória sobre o padre negro e polêmico.

Hoje o que sabemos dele está em um importante logradouro público da cidade de Belém: a Travessa Padre Eutíquio, que cruza vários bairros da cidade sendo a maior rua em extensão de toda a urbe. Além disso, a maioria dos belenenses não tem informações suficientemente amplas para dar conta da complexidade da história e da memória deste sujeito. Penso que nisto o esquecimento cumpriu bem o seu papel, deixando um padre muito famoso no século 19 por polemizar com temas e personagens muito importantes no período, para na época hodierna tornar-se um “herói esquecido”, tema de uma dissertação de mestrado e uma proposta de participação em uma Olimpíada científica nacional.

Penso que já avançamos bastante. Porém, cabe ressaltar que nem tudo foi esquecimento. Há também o espaço para o reavivamento desta memória. Cada uma delas imbuída das concepções de seu presente vivido, e a nossa também não deixa de ser uma delas. Aliás, reescrever uma interpretação dentre as muitas possíveis da história e memória de padre Eutíquio, suficientemente imbricada de problemas e questões suscitadas pelo presente, diretamente ligado ao lugar social de onde eu pesquiso e escrevo como bem demonstrou Michel de Certeau¹², nos fazem direcionar ao passado perguntas a fim de fazer conexões com o passado.

Em perguntas que são aparentemente corriqueiras, mas, penso oferecer grande suporte para a investigação histórica. Consistindo antes de tudo em um questionamento lançado do presente vivido para o passado há dois séculos. A reconstrução do contexto marcado pelos espaços de inserção e atuação do padre Eutíquio no século 19, assim como as disputas que conformaram a reconstrução dos lugares de sua memória ganham embasamento nas reflexões do historiador francês Marc Bloch¹³, um conhecedor do ofício do historiador que nos oferece um método para a investigação que prima pela relação de interligação entre o presente e o passado.

Marc Bloch assinala que para se compreender o passado é necessário observar o presente, haja vista a existência de uma solidariedade entre as épocas, cujos vínculos de inteligibilidade são dados em vias de mão dupla tanto nas dialógicas entre passado e presente

¹² CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-58.

¹³ BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: *Apologia da história, ou, Ofício do historiador*. 1.ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 66.

quanto entre presente e passado. Iniciamos a investigação partindo do mais ou menos conhecido em direção ao mais obscuro. Neste caso, as zonas de clareza fornecidas pela documentação centraram-se no século 19, ao passo que encontramos pontos obscuros no entendimento dos acontecimentos do traslado dos restos mortais do padre no ano de 1943, isto é, momentos de uma história (quase) recente.

Não obstante, o momento presente expresso tanto no dia em que tomei conta do tamanho da minha problemática de pesquisa decorridos da experiência de pesquisa de monografia de graduação no campo da história da igreja nos oitocentos, quanto o presente vivido por aqueles maçons desejosos de levar os restos mortais do finado padre Eutíquio em traslado do Cemitério Santa Izabel para depositar em uma urna funerária da loja maçônica na qual ele havia sido iniciado em 1857¹⁴, sobremaneira guardam em si uma riqueza excepcional.

Segundo Bloch, o presente constitui um ponto minúsculo no infinito da duração que nos permite formular corretamente os problemas que norteiam a investigação, interpretar os documentos ou até delinear na mente um confuso mosaico com os múltiplos relatos observados na documentação de pesquisa. Destarte, até o presente, o padre Eutíquio representa de certa forma (na memória social) um ilustre desconhecido em determinados espaços sociais. O lugar da memória sobre o padre Eutíquio que a população belenense conhece atualmente se resume à Travessa Padre Eutíquio e os logradouros públicos situados ao longo dela, como a Praça Batista Campos, o Shopping Center Pátio Belém, e relativamente os transportes públicos que circulam ao longo dela.

Quando o espaço da memória sobre o padre Eutíquio sai do meio urbano da cidade e adentra ao ambiente acadêmico da Universidade Federal do Pará, a conjuntura modifica-se um pouco. Neste espaço, quando se lança qualquer questionamento do tipo “o que se sabe sobre o padre Eutíquio?”. As respostas já apresentam alguma profundidade, continua-se a associar o padre ao logradouro, porém, os interlocutores enfatizam que na cidade de Belém, contígua à Travessa Padre Eutíquio situam-se quatro lojas da maçonaria: Renascença n. 03, Harmonia e Fraternidade, Aurora e a Grande Loja Maçônica do Estado do Pará.

¹⁴ A informação da trasladação dos restos mortais de padre Eutíquio foi originalmente fornecida em entrevista pelo historiador Elson Monteiro para a série *Personalidades Históricas do Pará – Padre Eutíquio*. Este foi um encarte produzido pelo jornal Diário do Pará com publicação saída aos domingos como proposta de veicular ao grande público a história dos vultos da memória paraense a exemplo de Ophir Loyola, Eduardo Angelim, Antônio Lemos, Batista Campos. A série com matéria sobre o Padre Eutíquio foi publicada no dia 26 de agosto de 2010. Cf. Série Personalidades Históricas no Pará: Padre Eutíquio Pereira da Rocha. *DIÁRIO DO PARÁ*, Belém, agosto de 2010, p. 4.

Nisto, podemos estabelecer que existe a correlação entre os dois binômios: a memória do padre Eutíquio Pereira da Rocha e a Maçonaria. A Travessa Padre Eutíquio, um dos mais conhecidos logradouros públicos da cidade de Belém configura-se como um lugar da memória, construído por ação dos maçons em um dado espaço de tempo e lugar. Que fez remissão a um padre famoso por envolver-se em lides políticas e com os “mistérios” dos templos maçônicos, sendo por isso, excomungado do seio da Igreja Católica pelo bispo, o igualmente notável bispo D. Antônio de Macedo Costa, em episódio que se tornou um verdadeiro escândalo na cidade de Belém. Levando o caso a ser conhecido até na Corte Imperial.

No século 20, especificamente, no ano de 1943, os maçons retiraram os restos mortais do padre Eutíquio do cemitério Santa Izabel, bairro do Guamá, e os levaram em traslado para depositar em uma urna funerária de uma loja maçônica. Nisso, cabe um questionamento: por que foi importante para os maçons envolvidos neste episódio, o traslado dos restos mortais de um padre maçom morto há exatamente 63 anos?

Já denuncio a resposta. De acordo com Elson Monteiro, os maçons formavam um grupo social bastante atuante na política na cidade de Belém desde o século 19 (MONTEIRO, 2012, p. 93-109). Lauro Sodré foi uma das figuras ilustres da maçonaria e da política no Pará na virada para o século 20, tornando-se conhecido por ser o Grão-Mestre da Maçonaria brasileira e oposição política ao intendente da cidade Antônio Lemos, também maçom (*Ibid.*, p. 101).

Em 1943, um grupo de maçons comprou os restos mortais, os quais de acordo com os anúncios observados no jornal *Folha do Norte*¹⁵ eram mensalmente disponibilizados pela administração municipal do Cemitério de Santa Izabel¹⁶. Possivelmente os compraram e

¹⁵ Segundo informações do *Catálogo dos Jornais Paraenses*, o jornal *Folha do Norte* começou a circular em 1896 seguindo até o ano de 1974. Impresso na Tipografia da Folha do Norte foi fundado por Enéias Martins e Cipriano Santos com o propósito de combater a política de Antônio Lemos com o jornal A Província do Pará. A Folha do Norte foi um periódico do Partido Republicano Federal chefiado por Lauro Sodré e, depois por Paes de Carvalho. Segundo o Catálogo, entre 1917 e 1966 é dirigido por Paulo Maranhão, depois em 1967, por Rômulo Maiorana, tendo circulado até 1968. Cf. PARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. *Catálogo dos Jornais Paraenses*. Belém, 1985, p.154.

¹⁶ Nos noticiários do jornal *Folha do Norte*, temos na seção “Cemitério de Santa Izabel” anúncios chamados “Exumação de sepultura de adultos” com listas de sepulturas (quadras) a serem anunciados em edital visando a compra dos restos mortais aos interessados com o objetivo de realizar outros sepultamentos nas (quadras) vazias, conforme podemos observar no anúncio: “De ordem do Sr. Dr. Superintendente, notifico a quem interessar, havendo urgente notoriedade de sepulturas de adultos para novos enterramentos serão exumados as abaixo mencionadas, devendo os interessados requererem compras, prorrogações ou exumações, ficando para isto marcado o prazo de trinta (30) dias, a contar da data da publicação deste edital, sob pena de esgotando o prazo acima, ficarem sem direito a reclamação alguma. Quadro 45. Sepulturas nos. 104. 887 a 108.513; enterramentos

transportaram os despojos do padre Eutíquio Pereira da Rocha em trasladação pela cidade e depositaram em uma urna funerária que ficou sob a guarda da loja maçônica.

Naquele contexto da década de 1940, a cidade de Belém passava pelas mudanças suscitadas pela Segunda Guerra Mundial e o governo nacional de Getúlio Vargas na ditadura do Estado Novo. A capital Belém vivia um momento de efervescência do crescimento urbano, de acordo com Fontes, durante a segunda interventoria de Magalhães Barata, iniciada em 1942 e finalizada em 1945 (FONTES, 2013, p. 146). As mudanças traduziam-se nas áreas periféricas ou arrabaldes, que começavam a ser ocupadas pela população pobre. O crescimento da cidade para o leste com a construção do Aeroporto de Val de Cães e a ocupação das terras altas pela Marinha, Exército e Aeronáutica a partir de 1942, levou a população pobre a ocupar as áreas alagadiças próximas ao rio Guamá, apropriando as antigas terras de vacarias. Segundo Edilza Fontes¹⁷, a cidade de Belém nos anos quarenta apresentava três tipos de área: as elegantes, formadas pelos bairros de Nazaré e São Brás; as habitações modernas constituídas pelos entornos do bairro do Comércio; e as pobres, composta pela periferia urbana.

Pelo *Almanach do Diário de Belém* publicado em 1878, percebe-se que o cemitério de Santa Izabel estava localizado em uma área de arrabaldes, a antiga paróquia de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, chamada assim nos tempos do Império¹⁸. De acordo com Fontes, durante o período republicano, parte da velha paróquia ficou demarcada como o bairro do Guamá, e apresentava um crescimento populacional vertiginoso limítrofe aos bairros da Condor e Jurunas, próximos ao Rio Guamá (FONTES, 2002, p. 206-208).

De acordo com Fontes, a população pobre erguia casebres feitos de taipas de barro com madeiras retiradas das matas das redondezas, e era a maioria da população residente neste bairro. Das matas também retiravam seu sustento com a coleta do açaí, dos peixes e camarões vindos do rio. Em contraste com os moradores pobres do bairro do Guamá, os maçons, em sua maioria abastados e residentes dos bairros mais antigos e elegantes como a

efetuados de 13 de novembro de 1937 a 18 de julho de 1938. Administração do cemitério de Santa Isabel. Belém, 15 de julho de 1943.” Cemitério Santa Izabel. *Jornal Folha do Norte*, Pará, Belém, quinta feira, 22 de julho de 1943, n. 17.954, ano 47, p. 05. Setor Jornais Microfilmados, rolo FN. 111, série: Folha do Norte, período: julho/dezembro 1943. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 13 jul. 2017.

¹⁷ FONTES, Edilza J. O. Belém Revisitada. In: *O Pão nosso de cada dia*. Trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954). 1.ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 210-211.

¹⁸ *Almanach do Diário de Belém*, Belém, ano 01, 1878, p. 140. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Setor Periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional) Disponível em: memoria.bn.br/DocReaderMobile.aspx?bib=814911&pasta=&pagfigs=142&pesq=. Acesso em: 18 fev. 2018.

Cidade Velha e Nazaré, foram buscar os restos mortais daquele que foi um dos grandes nomes da Maçonaria no século passado.

Mais do que um simples resgate dos despojos do padre, os maçons saíram em busca da construção de uma memória de sua instituição. Lugar da memória que uma vez reconstruído através da cronologia de seus homens ilustres, os identificariam enquanto um grupo social que no século 20 pretendiam ter sua marca enraizada na história e na memória paraense. Visível no jornal *Estado do Pará*¹⁹ desde o ano de 1911 quando eles começaram a chamar um trecho da Travessa de São Matheus, no qual estava situada a loja maçônica Renascença, de Avenida Padre Eutíquio, coexistindo assim as duas denominações²⁰.

Qual justificativa teria a escolha daqueles restos mortais e não outros? Qual a relação pode ser estabelecida entre os lugares da memória de padre Eutíquio presentes na cidade de Belém, a exemplo da Travessa Padre Eutíquio, e a história de vida deste padre? Essa questão leva a uma problemática ainda maior que originou a pesquisa que culminou nesta dissertação, e se resume a entender o padre Eutíquio enquanto o sujeito de *uma* história e também sujeito de *sua* história, para além das marcas impressas pela memória, seja ela fabricada pela Igreja Católica e que o apresenta como um “padre apóstata”, um “sacerdote transviado”, ou pela Maçonaria, de cuja memória nos infere ser o padre um “filósofo distinto”, “um ilustrado liberal”. Contudo, ao procurar entender o padre Eutíquio enquanto um sujeito de muitas histórias, não é de nosso interesse cair no extremo oposto do problema e tratar dele enquanto um injustiçado pela história e pela historiografia.

Nosso interesse incide em lançar uma indagação daquilo que observamos em nosso presente, no logradouro público (a Travessa Padre Eutíquio) e nos logradouros particulares (as lojas da Maçonaria) enquanto ligados à memória do padre Eutíquio e em que medida essas construções da história e da memória podem nos pode fazer compreender realidades históricas passadas.

¹⁹ Segundo informações coletadas no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o jornal *Estado do Pará* teve circulação diária em Belém entre os anos de 1911 a 1921, sendo propriedade de uma sociedade anônima.

²⁰ As primeiras notícias do uso da nomenclatura “Avenida Padre Eutíquio” na cidade de Belém datam de 1911 e circunscrevem-se ao trecho em situa-se a Loja Maçônica Renascença n. 03, onde atualmente situa-se na Travessa Padre Eutíquio e contígua à Avenida Conselheiro Furtado. No noticiário “**Publ.: Maç.:**” do jornal *Estado do Pará* temos a descrição: “Ben.: e Aug.: Loj.: Cap.: Renascença. Sess.: Magn.: de Inic.: De ordem do Resp.: Mestr.: convido a todos os M. Maç.: (...) à [sessão] a qual se realizará sábado, 5 do corrente, às 8 e ½ horas da noite, no nosso Templ.: á Aven.: Padre Eutychio (S. Matheus). Secret.: da Loj.: Renascença, 3 de agosto de 1911.”. Jornal *Estado do Pará*, Belém, sábado, 05 de agosto de 1911, n. 118, ano 01, p. 03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/800082/per800082_1911_00118.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

Consistindo, antes de tudo, em um questionamento lançado do presente ao passado, a observação da realidade presente expressa nos lugares da memória de padre Eutíquio nos fazem refletir conjuntamente ao historiador Marc Bloch, que nos oferece um método de investigação que prima pela relação de interligação entre as realidades presentes e passadas.

Não obstante, o momento presente expresso no dia em que pensei na problemática de pesquisa, meses finais do ano de 2012, quanto o presente vivido por aqueles maçons no dia da exumação dos restos mortais do padre, em julho de 1943, guardam em si uma riqueza excepcional. Segundo nos informa Marc Bloch, ambas as realidades, (2012 e 1943) foram pontos minúsculos no infinito da duração que permitem formular corretamente problemas de investigação histórica, interpretar os documentos ou até mesmo delinear na mente um confuso mosaico com os acontecimentos observados na documentação do século dezenove.

Entre as agruras do momento em que propunha a pensar na viabilidade do projeto a realizar no mestrado, tive uma grande inquietação que resumia-se em: afinal, pode a vida de um homem ou mulher que viveu em uma realidade histórica passada oferecer possibilidade para se investigar e entender uma fração do passado? Este questionamento se relacionou diretamente com a *práxis* investigativa e de narrativa historiográfica que encontrei em concisos trabalhos sobre teoria e metodologia para a pesquisa e a escrita da história: a biografia. Um gênero investigativo tão antigo quanto controverso. Por longos séculos considerado um instrumento inferior para se escrever a história. Passou no último século por um processo de reabilitação, tornando-se atualmente uma forma legítima de *práxis* historiográfica.

1.2 – Do conceito de *biografia* até um diálogo com a trajetória do padre Eutíquio

Biographia, de “*bio*”: vida, e “*graphia*”: escrita. Em seu significado etimológico do grego – *escrita ou grafia da vida*²¹. Os primeiros modelos foram inventados na Grécia antiga. De acordo com Costa, embora a genealogia da biografia se localize com os gregos, foram os romanos os primeiros a produzir modelos de biografias históricas caracterizados pelo esboço da personalidade e uso de análise de tipos ideais, sendo os biógrafos notórios de Roma: Suetônio Tranquilo e Plutarco. Este o pioneiro e característico por organizar os relatos de forma eidológica com temas compartimentados em tópicos, como: nascimento, família,

²¹ COSTA, Arrisete C. L. Biografias Históricas e práxis historiográficas. *SAECULUM*. Revista de História. João Pessoa, n. 23, jul. - dez., p. 20, 2010. Disponível em: periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11517. Acesso em: 10 dez. 2017.

infância, educação, etc. Um dos recursos utilizado nas biografias latinas foi o uso das *exempla*, um método de instrução moral tecidas com base em materiais factuais, como incidentes, frases e conversas e outros documentos relevantes. É importante frisar que alguns documentos eram criados livremente pelos autores para preencher as lacunas informacionais da documentação²².

Como herança legada da cultura romana à Idade Média, as *exempla* permaneceram como a forma modelar de escrita biográfica, transformando-se no mundo medieval nas hagiografias²³, assim chamadas as narrativas das vidas dos santos, relatos de milagres e listas episcopais. As crônicas eram outro tipo de texto literário medieval concebido segundo o teor panegírico²⁴ das *exempla*. Segundo Michel de Certeau, a hagiografia é um gênero literário que privilegia os atores do sagrado, os santos e tem como finalidade a edificação, a exemplaridade²⁵.

Tratando em especial da hagiografia cristã, Michel de Certeau afirma que ela não se circunscreveu apenas à Idade Média e a Antiguidade Clássica, sendo durante a Renascença o objeto de estudiosos que as atacaram sob o prisma da crítica documental. Aliás, essa foi a época do desenvolvimento de uma pré-historiografia antiga que legou ao período moderno a metodologia para o desenvolvimento de biografias científicas²⁶. A influência dos bollandistas na produção hagiográfica tornou a vida dos santos gerais e particulares uma parte da história eclesiástica, gerando uma clivagem na tradição literária: de um lado, imprimiu austeridade e exatidão nas biografias eruditas; de outro lado, ramificou uma “folclorização” popular, marca de uma literatura devota das quais sobressaíam o extraordinário advindo da leitura das vidas edificantes²⁷ dos santos. Entretanto, Michel de Certeau não considera as hagiografias como um gênero historiográfico.

O historiador francês Jacques Le Goff²⁸ destaca que durante a época Renascentista, os bollandistas foram os pioneiros da crítica histórica ao configurar a exegese documental como método para a escrita da vida dos santos, classificados por eles seguindo o seu dia de

²² Id. *Ibid.*, p. 20, 2010.

²³ BORGES, Vavy P. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008, p. 2005.

²⁴ COSTA, Arrisete. *Ibid.*, p. 20, 2010.

²⁵ CERTEAU, Michel de. Uma variante: a edificação hagiográfica. In: *A Escrita da História*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 265.

²⁶ Id. *Ibid.*, p. 266, 1982.

²⁷ COSTA, Arrisete. *Ibid.*, p. 20-21, 2010.

²⁸ LE GOFF, Jacques. Prefácio à edição francesa. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011, p. 28.

celebração. E neste limiar da crítica documental estava a distinção entre as fontes primárias e as fontes secundárias assim como um grande esforço de análise sistemática que objetivavam detectar falsificações nos textos produzidos na Idade Média. O historiador italiano Carlo Ginzburg assinala que no século 17 desenvolve-se através dos padrões de crítica documental uma importante contribuição ao método histórico, nascida pelas mãos dos eruditos especialistas em Antiguidade, que usaram testemunhos não literários para reconstruir fatos da religião, de instituições políticas, da administração ou da economia, juntamente com a consideração de massas diversificadas de testemunhos (medalhas, moedas, estátuas)²⁹ como materiais documentais passíveis de critérios de veracidade em detrimento de fontes narrativas eivadas de “erros e superstições”.

O bollandista jesuíta Paperbroek, o beneditino Dom Mabillon e o oratoriano Richard Simon formularam padrões de crítica documental que permitiam detectar se uma crônica medieval seria autêntica ou falsa. Logo, o legado da produção das biografias para a Idade Moderna pôde sustentar-se na erudição metódica, no uso das fontes para a escrita da vida das personagens ilustres, como filósofos, literatos, governantes³⁰. Sabina Loriga³¹ argumenta que os primeiros biógrafos da modernidade foram os ingleses, incluindo neste rol Izaak Walton e seu escrito sobre a vida do poeta John Donne, de 1640. Além deles há John Aubrey, autor de uma série de notícias biográficas sobre personagens habitantes de Oxford.

As biografias produzidas no Renascimento são de acordo com Peter Burke, peculiares pelo estilo de narração e pela estrutura temática ou tópica construída imitando modelos da Antiguidade Clássica, somado à inovação dos estilos anedóticos, romanceados ou dramáticos ilustrativos, cujos exemplos são: a biografia de Marco Aurélio, por Antônio de Guevara (1528), a vida do poeta Ronsard, por Claude Binet (1586), e a anônima biografia *Anonimous life of William Cecil Lord Bourhley*, de aproximadamente 1600³². O historiador Peter Burke³³ sustenta que existiam paralelos entre o estilo da biografia renascentista e o estilo de ficção do período, conforme demonstra a crítica de Leonardo Bruni sobre o *Dante* de autoria de Bocaccio.

²⁹ GINZBURG, Carlo. Descrição e citação. In: *O fio e os rastros: o verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 24-25.

³⁰ COSTA, Arrisete. *Ibid.*, p. 21, 2010.

³¹ LORIGA, Sabina. O limiar biográfico. In: *O pequeno x. Da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 17.

³² BURKE *apud* COSTA, 2010, p. 21.

³³ BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. *Revista Estudos Históricos*. São Paulo, n. 19, p. 83-97, 1997. Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2038/1177.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

Leonardo Bruni afirmava ser o relato de Bocaccio “cheio de amor, suspiros e lágrimas ardentes”³⁴. Estilo típico das biografias do período cuja abundância das anedotas objetivava revelar dados sobre a personalidade dos biografados. Assim, Peter Burke pressupõe existir o individualismo nas biografias do Renascimento. Expresso, sobretudo, no contexto de publicação do período, em que utilizar informações sobre um escritor poderia ajudar a entender suas obras, prática que se tornou comum juntamente com o ato de incluir o retrato dos autores como frontispício nas obras. Outro pressuposto que Burke assinala ser negligenciado pelos historiadores da nascente modernidade é o uso dos diálogos nas biografias renascentistas, recurso cada vez mais frequente e dramático conforme avança o século 16, e que na biografia de Cavendish sobre o cardeal Wolsey ganha espaço nas “sentenças e afirmações brilhantes na Câmara do Conselho”³⁵. O diálogo é assim, um recurso que ganha tamanha importância em algumas biografias que se transforma em um subgênero, que conforme assinala Peter Burke está diretamente relacionado à existência de um conceito de indivíduo único.

Entretanto, o conceito de indivíduo único renascentista defendido por Peter Burke se apresenta com base na transmissão de obras de Plutarco para a tradição historiográfica da Europa Ocidental, cujo principal legado consistiu em distinguir história e biografia. Essa distinção foi reafirmada durante o Renascimento, ao considerar que a história devia ocupar-se dos fatos da vida pública enquanto os aspectos particulares dos heróis seriam da alçada da biografia.

A preocupação de Plutarco em dar o relevo aos fatos da vida privada recebeu grande receptividade dos biógrafos do Renascimento e é justamente essa recepção que fez nascer o interesse pelos fatos banais que podiam oferecer boas pistas para a personalidade, os trejeitos, a aparência física dos heróis. Evocando nisto a existência de um conjunto de categorias da pessoa, que podiam ser de ordem moral (justiça, moderação, clemência), médicas (caráter melancólico, fleumático, colérico, etc.).

Na discussão sobre a tradição biográfica, a ascensão do individualismo no Renascimento é contestada pelos historiadores franceses François Dosse e Jacques Le Goff e alguns historiadores medievalistas. Esses dois historiadores, em especial, promoveram a revisão e a reabilitação do método biográfico na França, onde antes e depois da tradição dos

³⁴ Id. *Ibid.*, p. 89, 1997.

³⁵ Id. *Ibid.*, p. 90, 1997.

Annales, a biografia era um domínio proscrito, não considerado sério, segundo assinala Dosse chamando a atenção para o esquecimento da *práxis* biográfica nas três gerações dos *Annales*, excluindo apenas alguns pequenos trabalhos, segundo o historiador, feitos em doses homeopáticas de gentes “escrevinhadores de historietas”³⁶, ou seja, os assim chamados biógrafos por Pierre Nora e Jacques Le Goff na introdução da coletânea *Faire la história* (*Faire l'histoire*, em francês), de 1974. A situação inverteu-se na França ao final da década de 1980, momento de efervescência historiográfica diante da crise dos paradigmas da história, e nisto a biografia passou a ser reabilitada como um instrumento legítimo para a escrita da história, feita por historiadores sérios e com pressupostos científicos, fazendo remissão a fontes e citações bibliográficas³⁷. François Dosse enuncia que Jacques Le Goff fez volumosa biografia do rei santo Luís IX em 1996; e ele próprio fez uma biografia dedicada ao tempo presente sobre Pierre Nora, e outra sobre Michel de Certeau, em 2002.

Estes dois historiadores, Dosse e Le Goff, compartilham os mesmos posicionamentos sobre a relação entre a escrita biográfica e o nascimento do conceito de indivíduo, ocorrida segundo eles a partir do século 12. François Dosse defende que a tradição biográfica ocidental se divide em quatro fases: a biografia heroica, a biografia modal, as biografias hermenêuticas e a biografia intelectual³⁸. É na fase heroica que ocorre o movimento de individuação, durante a Idade Média, nas sociedades medievais em vias de descristianização, em que se assiste ao surgimento do herói das histórias profanas (histórias de cavalaria) e beneficia-se da transferência da sacralidade das *exempla* e revisita a existência dos antecessores clássicos meio-deuses, meio-homens da Antiguidade grega e romana, que serve de referência temporal para o discurso histórico e de recurso para o tecido das intrigas romanescas. Assim, surgem obras de encomenda que veiculam concepções de mundo dos cavaleiros através de estilos narrativos singulares marcados pelas proezas militares, o forte apelo à exemplaridade vinda da vida de Jesus Cristo e dos santos, a ânsia em se ter os escrúpulos exigidos pelas proibições da Igreja. François Dosse assinala que essas biografias apresentam como peculiaridade a inserção progressiva de um individualismo na sociedade medieval que, embora estivesse estruturada em instituições fortes, de rituais marcadores e definidores da sociedade³⁹, o relato biográfico dos militares contava história de transgressão em que os heróis rompiam com a

³⁶ FERREIRA, Marieta de M. Entrevista a François Dosse. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 32, n. 64, agosto, p. 346, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000200018. Acesso em: 15 de fev. 2018.

³⁷ DOSSE *apud* FERREIRA, 2012, p. 346.

³⁸ DOSSE, François. *O Desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009, pp. 13, 123-194, 195-228, 229-360, 361-404.

³⁹ Id. *Ibid.*, p. 145, 2009.

esfera religiosa familiar e partiam para o século a fim de construir o seu destino pessoal. Esta inflexão é marcada pelo surgimento do “eu” (*self*) construído na íntima relação com Deus e na relação entre o homem, redes e grupos da sua comunidade eclesial erigida em torno dos santos.

Jacques Le Goff⁴⁰ escreveu uma biografia sobre o rei santo francês Luís IX, e nesta obra atesta o fenômeno do nascimento e a evolução da noção de indivíduo ao longo da Idade Média, época essencial para que pudesse desenvolver metodologicamente a inter-relação entre o personagem individual e a sociedade em que viveu, combatendo a clássica oposição estabelecida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu entre indivíduo e sociedade. Le Goff assinala que o século 13 assiste à aparição de dois grupos sociais: o dos mercadores, que o levou a investigar a relação entre economia e a moral, este um dilema enfrentado pelo rei Luís IX; e o dos universitários, um grupo marcado pela promoção de um saber institucionalizado. Ambos forneceram seus quadros superiores às instituições eclesiásticas, e em menor medida, aos governos leigos. Estes dois grupos sociais estavam delimitados na paisagem social medieval, figuravam seu lugar também com a sociedade dos mortos, que segundo Le Goff já angariava o seu recanto no Purgatório, não escaparam à intromissão no destino do rei Luís XI.

Como impasse metodológico caro ao esforço de escrita da biografia histórica, Jacques Le Goff questionou se foi possível ao rei Luís XI ser apreendido enquanto um indivíduo, nisso o próprio medievalista se interroga: “Luís foi um indivíduo?”⁴¹. Logo, após debruçar-se na literatura da época conclui que São Luís viveu em um tempo marcado pela emergência da noção de indivíduo, o século 13, peculiar por ser o século do aparecimento do exame de consciência (confissão auricular anual obrigatória para todos os cristãos imposta pelo quarto Concílio de Latrão em 1215). Entretanto, Jacques Le Goff insiste em demarcar que Luís IX estava tomado mais pelo “sentido do eu”, do que se atreve a delimitar ser este uma ideia de indivíduo. O que não exclui a possibilidade do rei Luís XI ter feito da consciência (uma atitude individual) a sua virtude enquanto rei.

⁴⁰ Nas prerrogativas defendidas por Le Goff em relação à prática biográfica no movimento dos *Annales*, em especial durante a crise dos paradigmas vividos pela terceira geração, está o caso da biografia como instrumento que permitiu ao historiador o confronto com os problemas essenciais de seu ofício: posição de um problema, a busca e a crítica das fontes, esforço explicativo passível de exprimir a dialética da continuidade e troca. Esses pontos fazem a biografia ser, de acordo com Jacques Le Goff, um método histórico igualmente capaz de produzir *efeitos do real*. Cf. LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Biografia. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1999, p. 20-22.

⁴¹ *Id. Ibid.*, p. 27, 1999.

Esse movimento de *individuação* amplia-se, de acordo com François Dosse, a partir do século 16, no limiar da Era Moderna. E com o advento do Absolutismo Monárquico no século 17 esse processo acelera-se, haja vista a concentração de poder nas mãos do rei tender a atrair a atenção para o destino pessoal de alguns cortesãos e para a figura de maior destaque na sociedade, o rei. A *práxis* biográfica nesse contexto apresenta-se na forma de elogios fúnebres compilando os momentos mais gloriosos da vida do biografado, omitindo os seus defeitos⁴². A subjetividade do biógrafo é relegada ao segundo plano uma vez que a necessidade imperiosa é resgatar naturalmente o relato real sem nenhuma “mancha” de subjetividade.

Com a inflexão na concepção de história, em parte, transformada sob a luz da filosofia da história no século 18, os historiadores consideraram que era o seu dever estudar os motivos e as paixões que guiam as ações humanas, bem como apresentar os heróis em alto relevo, alguns peculiarmente construídos em narrativas rebuscadas. Segundo Daniel Madelénat, há transformações no campo da literatura – da autobiografia ao romance – discute-se a possibilidade de escrever-se a vida de um indivíduo. Com isso há a emergência da biografia romântica, peculiar pela inserção dos diálogos na narrativa pretendendo apresentar o homem, sua intimidade, em sua totalidade, a exemplo das *Confissões* de Jean Jacques Rousseau, assim como a extrema fragmentação de uma vida individual, a exemplo do *Tristan Shandy*, do escritor inglês Lawrence Sterne.

Daniel Madelénat assinala que a concepção da biografia vai alterando-se profundamente no século 18, a ponto de delimitar sua divisão em três fases: biografia heroica, biografia modal e biografia hermenêutica⁴³. Embora Madelénat assuma sua tripartição não seguir nenhuma periodização temporal em sentido estrito, pois, paradigmas ultrapassados sobreviveram em formas consagradas e contemporâneas às inovações introduzidas na *práxis* biográfica. François Dosse assinala que a biografia do século 18 pertence à idade heroica, ou seja, época em que a biografia transmite modelos e valores para as gerações seguintes, embora inflexões também sejam observadas nos interiores dos paradigmas.

Na Inglaterra surge como obra germinal da concepção moderna de escrita biográfica a obra *Vida de Samuel Johnson*, de autoria de James Boswell, publicada em maio de 1791. É

⁴² BORGES, Vavy. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2008, p. 205.

⁴³ François Dosse trata da efervescência biográfica observada na França após 1980, momento cujo encontro do Observatório da Biografia Histórica, realizado na cidade de Blois, em 1989, teve na audiência com Daniel Madelénat a definição da nova função social da biografia, que segundo ele “gera uma parte da memória, liofiliza o passado prontos para o consumo, irriga docemente o hoje com os encantos do ontem (...)”. Cf. DOSSE, François. *Op. cit.*, 2009, p. 18.

característico pela sua preocupação na utilização de novos métodos de investigação da vida do biografado⁴⁴, demonstrando uma inquietação em se manter longe do modelo panegírico da vida exemplar e, pelo contrário, evoca um forte desejo em contar “a verdade” dos acontecimentos fazendo recurso a entrevistas e diálogos dramatizados.

James Boswell desenhou, de acordo com Vavy Pacheco Borges, os contornos da aceção de biografia fabricada na modernidade, sendo considerado por intelectuais ingleses como o “avô”⁴⁵ da biografia no mundo anglo-saxão. Mostrando-se herdeiro do modelo inglês, Edward Gibbon foi um expoente desta concepção de escrita da vida humana, em que o “objeto principal, e praticamente único, de suas histórias é o homem e suas paixões”⁴⁶, conforme assinala o historiador Peter Gay.

No entanto, permanecia clara a separação entre os saberes dignos de estudos históricos e os materiais passíveis de estudos biográficos. Contexto no qual François Dosse enfatiza a biografia ter conhecido um demorado *eclipse*. Esse período de eclipse vivido pela biografia esteve marcado por um enorme desprezo pelo gênero, desdém essencialmente lançado pelo rigor do saber erudito ao longo de todo o século 19 contra a subjetividade inerente à tradição biográfica praticada no Ocidente. Dosse assinala que a biografia nos oitocentos foi tachada como um elemento parasita “capaz de incomodar os objetivos científicos”⁴⁷, estando clara a influências das correntes ideológicas em voga, como o Positivismo comtiano e o historicismo na constituição da história enquanto disciplina acadêmica e ciência nascente, integrante da epistemologia científica.

De acordo com Guilherme Sarmiento Silva, o Romantismo europeu contribui para a formação de uma sensibilidade poética e estética desenvolvida a partir da inter-relação entre a ideologia romântica e a ascensão da burguesia industrial, cujo ponto de convergência está na afirmação do hedonismo, da sentimentalidade e do individualismo expressa no apreço pela escrita biográfica dos heróis nacionais a evocar sentimentos de Nação (SILVA, 2009, p.38).

Sabina Loriga⁴⁸ atesta um movimento de digressão na prática biográfica ao longo do século 19. Assume ser esta época prolífica para a biografia, apesar da condenação quase unânime. A noção de herói permanece, em parte, herdeira da definição vinda do século 18, no

⁴⁴ BORGES, Vavy P. *Ibid.*, p. 205, 2008.

⁴⁵ Id. *Ibid.*, p. 206, 2008.

⁴⁶ GAY *apud* COSTA, 2010, p. 21.

⁴⁷ DOSSE, *op. cit.*, 2009, p. 16

⁴⁸ LORIGA, Sabina. O drama da liberdade. In: *O pequeno x*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 97.

qual o herói reveste-se dos atributos revolucionários, inflexão dada após a Revolução Francesa de 1789⁴⁹. É no século seguinte, que o conceito de herói assume maior dimensão na produção biográfica causando tensão e conciliação entre o particular e o universal. Traços advindos de debates datados desde os fins do século 18.

Loriga argumenta que ao longo do século 18 diversos eruditos esforçaram-se por salvar a dimensão individual da história, e observa na *démarche* feita no livro *O pequeno x. Da biografia à história*, que um deles, Johann Gustav Droysen, possui reflexão sobre a relação entre a vida individual e o movimento geral da história em conceituação escrita em 1863 e correspondente à equação $A=a+x$. Nesta equação matemática, Droysen incidia atenção sobre o A, o conjunto formado por “a”, as circunstâncias externas vindas do país, do povo, a obra de sua livre vontade. Porém, nesta soma abria-se espaço para o drama do “pequeno x”, e este se configurava como o reduto das experiências individuais de homens e mulheres, uma vez que desde o nascimento estão impregnados de história. Logo, são justamente passíveis de serem integrados à dimensão universal dela.

O historiador da arte Jacob Burckhardt apresenta a perspectiva da “grandeza histórica”⁵⁰, concepção própria do autor que versa ser o acesso ao universal possibilitado pela visita ao individual como forma de personalizar a história. Afeito mais à ideia do grande homem do que à noção de herói, Burckhardt acredita ser “o homem tributário de sua época”⁵¹, possuindo a sua existência utilidade para o bem público. François Dosse ressalta que o historiador inglês chama a atenção para a existência da “grandeza histórica”, esta existente sob todas as formas, sendo perceptível sobremaneira nas obras de arte. Porém, a grandeza histórica pode aparecer em indivíduos de outras profissões, notadamente homens de destaque como Cristóvão Colombo, Ésquilo, Platão, etc.

Aparece nos escritos do historiador inglês Thomas Carlyle, o herói tomado no sentido clássico do termo, como semideuses, devendo antes de tudo encarnar o universal. Sendo essa uma forma de escapar à contingência histórica e às formas de determinismo historicista segundo a qual o homem é o produto da época em que vive. E nesse sentido, a vontade heroica surge como uma válvula de escape às interferências do tempo histórico na sociedade e na vida do homem moderno. Na prática biográfica excepcional de Carlyle há a exaltação da figura do herói como elemento delineador daquilo que é mais significativo na história, e a

⁴⁹ DOSSE, *op. cit.*, 2009, p. 161.

⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 169, 2009.

⁵¹ LORIGA, *op. cit.*, 2011, p. 57-61.

biografia em si, uma estrada real para a história, rejeitando o universal estigma de “parasita” dado pelas academias.

A influência do Romantismo no século 19 sobre outro historiador do período, Jules Michelet modificou aos poucos a concepção sobre a relação entre a biografia e a história. Concebendo essa relação de maneira quase simbiótica, Michelet sustenta que o historiador deve partilhar os sustos e os deleites de seus heróis. E contrariando a ideia de que ele teria superestimado o valor da dimensão coletiva (o povo, a nação em geral) na história, após a leitura de cartas particulares, a historiadora Sabina Loriga demonstra que o historiador francês se rendeu a considerar a individualidade humana igualmente um caminho para se compreender a história⁵².

Tanto François Dosse quanto Sabina Loriga são unânimes em considerar que a biografia no século 19 portou-se como uma sub-disciplina auxiliar da história, como gênero menor relegado a escritores sem prestígio intelectual a praticar em terreno bem distante dos eruditos acadêmicos ocupados com a objetividade advinda das ciências da natureza. Entretanto, há um paradoxo, pois, diante do projeto de personalização da história, esta é a mesma idade da proliferação de sujeitos biografados, em desenvolvimento observado por Dosse e Loriga como fruto da importância cada vez maior do indivíduo nas sociedades europeias em vias de democratização e nacionalização. Segundo sustenta Dosse, “se o século 19 aparece como a idade de ouro da biografia é porque este é o igualmente o século da história”⁵³.

A virada para o século 20 representou um momento de anarquia epistemológica, no qual a ciência histórica passou por um momento de reavaliação de seu paradigma científico. Houve a reavaliação dos caminhos tomados pela *História magistrae*⁵⁴ intensamente praticada nos ambientes acadêmicos no curso de todo o século 20. E nesse contexto dois estudantes franceses, Marc Bloch e Lucien Febvre começaram a propor novas perspectivas metodológicas para a escrita da história, trazendo à baila o estudo dos fenômenos coletivos apreendidos em escalas macrossociais, especialmente as sociedades, as economias e as

⁵² LORIGA, *op. cit.*, 2011, p. 35-36.

⁵³ DOSSE, *op. cit.*, 2009, p. 171.

⁵⁴ Reinhart Koselleck assinala que a *história magistrae* ou “mestra da vida” serviu durante o século 19 como o instrumento para se voltar ao passado como objetivo de extrair lições para o futuro revisitando algumas figuras heroicas. A história como disciplina acadêmica estava a serviço das nações já constituídas (França e Inglaterra) ou em processo de unificação (Alemanha e Itália), sendo utilizada como o instrumento para fundamentar o nascimento das nações, nacionalismos, e constituída enquanto saber escolar teve no aprendizado dos fatos e feitos a essência para a validação dos Estados-nação. Cf. KOSELLECK *apud* DOSSE, 2009, p. 196.

civilizações. A influência das jovens ciências sociais, notadamente a sociologia, sobre a constituição do novo paradigma científico para a história retransmite antigas condenações em relação à biografia.

François Simiand escreveu um manifesto sociológico inspirado nas teorias durkheimianas em 1903, direcionando os historiadores a abolirem os três ídolos do passado: a cronologia, a política e a biografia⁵⁵. Essa rejeição lançada à biografia representou naquele contexto o abandono da história composta por fatos rigidamente dispostos em cronologia e feitos históricos dos vultos nacionais, reis, príncipes, generais e mitos do panteão nacional. Destarte, esse momento de efervescência do paradigma historiográfico marcado pela eleição dos fenômenos coletivos apreendidos nas grandes estruturas sociais no movimento de longa duração não assistiu a um completo desamparo à prática biográfica no interior da primeira geração dos *Annales d' Historien Économique et Sociale*. Jacques Le Goff assinala que Marc Bloch, o precursor da geração dos *Annales*, dedicou reflexão considerando o papel do indivíduo no movimento da história no manual metodológico sobre o ofício do historiador⁵⁶, esta reflexão tornou-se inacabada por ocasião da morte precoce do autor em 1944, devido a sua ação na Resistência francesa contra o Nazismo.

A geração sucessora de Marc Bloch e Lucien Febvre, capitaneada por Fernand Braudel foi intensamente marcada pelo diálogo entre a antropologia estruturalista de Claude Lévi-Strauss e a história, dedicou como objetos de estudos somente os fenômenos macrossociais apreendidos na longa duração. Assim, a economia, a sociedade, o homem e a dimensão geográfica reduziram totalmente os fenômenos de curta duração das preocupações dos historiadores. No estudo de Braudel sobre o Mediterrâneo, há lugar para a biografia expressa no acontecimento da morte do rei Felipe II. Porém, como argumenta Jacques Rancière⁵⁷, o relato da morte do rei é uma maneira de reivindicar a história desembaraçada dos indivíduos, uma vez que o verdadeiro tema de Fernand Braudel é o Mediterrâneo. Logo, o rei Felipe II e a sua morte são meros acessórios.

Sobrevindo a crise dos grandes paradigmas historiográficos funcional-estruturalistas e marxistas a partir dos anos de 1980, convencionou-se a discutir novos modelos explicativos para a ciência histórica. É a terceira geração dos *Annales* que propõe o manifesto da *Nouvelle*

⁵⁵ DOSSE, *Ibid.*, p. 196, 2009.

⁵⁶ LE GOFF, Jacques. Prefácio à edição francesa. In: BLOCH, Marc. *Apologia à história ou, Ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011, p. 22.

⁵⁷ RANCIÈRE *apud* DOSSE, *op. cit.*, 2009, p. 205.

histoire passando a incluir no campo historiográfico novos problemas, novos objetos e novas abordagens na coletânea *Faire l'histoire* (Fazer a História) organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff, em 1974. No prefácio permanece a reprova à biografia, descrita como terreno pertencente aos “escrevinhadores de historietas”⁵⁸. Porém, François Dosse observa que esse movimento no interior dos *Annales* conheceu uma *virada crítica* a partir da década de 1980, e particularmente na França iniciaram-se encontros anuais no Observatório da Biografia Histórica, na cidade de Blois, com vistas a discutir-se o novo lugar para a dimensão individual e os percursos singulares na união entre a biografia e a história⁵⁹. As biografias tornaram-se assim *locus* de experimentos historiográficos capazes de arejar e oferecer novas possibilidades ao conhecimento historiográfico. No interior dos *Annales* foi observado o interesse pelos percursos singulares na perspectiva da antropologia histórica, e logo são escritas biografias denominadas por François Dosse como *biografias modais*, isto é, biografias que tomam trajetórias individuais para exemplificar as dimensões coletivas. Destarte, a singularidade torna-se uma entrada na dimensão contextual, de maneira a revelar o comportamento médio das categorias sociais coletivas, especialmente das mentalidades ou imaginário social.

Como exemplo desse segundo momento da escrita biográfica, François Dosse toma os estudos de Georges Duby⁶⁰ sobre o cavaleiro medieval *Guilherme, o Marechal*, biografia publicada em 1984; e os de Jacques Le Goff sobre o rei santo francês Luís IX, de 1999 e a monografia sobre São Francisco de Assis, publicada na França em 1999. Dosse aponta que a primeira geração dos *Annales* visitou em seus trabalhos a dimensão individual através da monografia de Lucien Febvre sobre Rabelais e Lutero, que embora pertença à primeira geração, Dosse a inclui na categoria das biografias modais, haja vista Rabelais e Lutero serem tomados como figuras específicas que ilustra os comportamentos médios de seu tempo.

São realizados outros experimentos historiográficos concomitantes àqueles realizados na França acerca da inovação do paradigma epistemológico da história. Na Itália, desde a década de 1970, surgem trabalhos inovadores de um conjunto de historiadores unidos em torno do estudo das microrrealidades, dos microcosmos, dos destinos individuais e singulares

⁵⁸ DOSSE *apud* FERREIRA, 2012, p. 346.

⁵⁹ DOSSE, *op. cit.*, 2009, p. 17.

⁶⁰ O historiador francês Georges Duby também realizou uma biografia sobre o imaginário social sobre a mulher na Idade Média, notadamente um olhar sobre três personagens femininas da época: Leonor de Aquitânia, Heloísa e Isolda, mulheres cujas trajetórias oferecem subsídios para destruir mitos tecidos sobre o olhar masculino sobre a mulher no século 12. Cf. DUBY, Georges. *Damas do século XII; A lembrança dos ancestrais; Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Coleção de Bolso).

em termos de experiência histórica. Esta corrente inovadora quando de seu surgimento não tinha pretensão de ser escola historiográfica, conforme assinala Jacques Revel.

A Micro-História nasceu do compromisso político em considerar a massa de excluídos da história: os pobres, o operariado, as mulheres e a cultura popular, bem como o compromisso metodológico de cotejar seus testemunhos, os processos dos tribunais eclesiásticos e civis, os inventários notariais, os processos inquisitoriais de feitiçaria. Assim, o historiador italiano Carlo Ginzburg, um dos próceres da corrente historiográfica italiana questionava evocando como o mote da Micro-história o leitor operário de Bertold Brecht: “Quem construiu Tebas das sete portas?”⁶¹.

O compromisso político de incluir a massa de despossuídos na história somava-se ao desejo de questionar as pretensas homogeneidades já cristalizadas na historiografia, como o campesinato, o operariado, as ideologias de gênero, etc,⁶². O estudo das fontes através do método qualitativo foi igualmente a nova proposta trazida à tona pela Micro-história, uma vez que a consideração dos testemunhos dispostos em grande massa de fontes serializadas era um dos lemas do segundo movimento dos *Annales*, essencialmente com François Furet⁶³, que propunha descartar as anomalias observadas nos documentos em favor do quantitativo, material passível de serialização.

Os historiadores como Edoardo Grendi, Giovanni Levi, Carlo Ginzburg propunham incorporar no processo de exame das fontes o estudo do nome próprio⁶⁴, bem como dos sinais observados na documentação, como uma estrada para o entendimento das realidades existentes *para além* da superfície física do documento histórico. Logo, Carlo Ginzburg constitui inovador paradigma historiográfico ao considerar os rastros de realidades deixados na documentação, o denominado “paradigma indiciário”⁶⁵. Outros historiadores propunham a considerar que a perspectiva de observação do historiador deve orientar-se na inter-relação entre a dimensão micro e a dimensão macro, em um movimento de vaivém nos jogos de escalas entre história microanalítica e história universal.

⁶¹ GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: *O Queijo e os Vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 11.

⁶² LORIGA, *op. cit.*, 2011, p. 222.

⁶³ REVEL, Jacques. Apresentação. In: REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 7-14.

⁶⁴ GINZBURG, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (Org.) *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 173.

⁶⁵ GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo. In: *Os fios e os rastros: o verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 289.

A biografia histórica insere-se nesse movimento como experimento historiográfico privilegiado ao considerar que as trajetórias individuais estão situadas nos cruzamentos das experiências sociais diversas, na qual todo e qualquer indivíduo sempre representa uma figura bastarda. Sabina Loriga é uma dos expoentes da biografia Micro-histórica e seus trabalhos relembram que assim nasceu a ideia de utilizar a biografia no seio da Micro-história italiana, isto é, valer-se dos materiais biográficos de maneira agressiva com o fito de recuperar a capacidades das iniciativas pessoais dos sujeitos históricos, em terminologia semelhante ao que na antropologia social chama-se comumente por alguns autores de *agência*⁶⁶ dos sujeitos.

Os estudos biográficos impressos com a marca da Micro-história foram produzidos ao longo da década de 1970 e até os dias de hoje a corrente italiana apresenta grande sucesso no meio universitário e entre o público amante da história. Sendo este tempo de escrita biográfico denominado por François Dosse como a *idade hermenêutica* da biografia, que corresponde a modelos descritivos-interpretativos que trazem à tona a relação entre a singularidade dos destinos individuais e a dimensão macroestrutural, notadamente a cultura.

O empreendimento de maior sucesso é a monografia de Carlo Ginzburg sobre o moleiro do Friuli Domenico Scandella, apelidado Menocchio, condenado e queimado pela Inquisição em 1599⁶⁷. Nela, Ginzburg traz debates sobre a relação estabelecida entre a cultura erudita e a cultura popular na Idade Moderna, contestando estudos até então realizados no campo e, ao mesmo tempo, areja o debate ao trazer à baila o conceito de *circularidade cultural* advindo das reflexões do linguista russo Mikhail Bakhtin⁶⁸. Esta perspectiva foi a mais adequada para o estudo sobre a cultura erudita e a cultura popular no contexto da Europa da Contra-Reforma e a invenção da Imprensa, que esteve presente no destino de Menocchio contribuindo para conformar sua cosmovisão e dando sentido à sua vida. Contudo, há que assinalar que a trajetória dele está marcada pela anomalia, pela excepcionalidade, que permite ao historiador questionar o cotidiano e com ele estabelecer uma relação dialógica entre a norma e o comportamento anômalo, cuja figura biografada concentra-se no ponto de intersecção deste cruzamento, conforme argumenta Sabina Loriga.

Jacques Revel alerta considerar que a Micro-história é uma corrente heterogênea composta por estudos cujas perspectivas diferenciam-se entre si. Há no interior do grupo,

⁶⁶ ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura? In: *A mulher, a cultura, a sociedade*. Paz e Terra, 1979, p. 96.

⁶⁷ GINZBURG, *op. cit.*, 2006, p. 191.

⁶⁸ Id. *Ibid.*, p. 15, 2006.

praticantes de microanálises cujas escalas de observação (escalas micro e macro) apresentam variação, ao passo que existem historiadores que privilegiam o enfoque em que o “micro” engendra o “macro”⁶⁹. No campo das biografias, Sabina Loriga é a historiadora praticante da biografia coral, modelo que concebe o singular como elemento de tensão, haja vista o indivíduo não possuir a missão revelar a essência da humanidade. Ao contrário, ele deve permanecer particular e *fragmentado*⁷⁰. É através desses movimentos individuais que emerge a observação do historiador nas fissuras existentes nas homogeneidades, isto é, nas instituições, o grupo social, a comunidade, etc.

Esta incursão pela tradição da biografia feita no Ocidente nos permitiu observar as diversas reflexões, teorias, e métodos adotados no interior da *práxis* biográfica e as inovações surgidas neste campo. Neste nosso estudo adotaremos como modelo historiográfico, a *Micro-história* junto com as reflexões da antropologia histórica ou *história das mentalidades* da terceira geração dos *Annales*. A adoção de premissas micro-históricas orientou a eleição do nosso objeto de estudo cuja ideia consistiu em: por que o sujeito escolhido foi o padre Eutíquio Pereira da Rocha e não aquele outro padre contemporâneo a ele?

A ideia da *exceção normal* enunciada por Edoardo Grendi foi a chave que justifica a nossa opção metodológica, e quer dizer que a anomalia observada no objeto de estudo é ao mesmo tempo marca de uma excepcionalidade do contexto. Porém, ele não foi totalmente um *outsider* de seu tempo, isto é, o sujeito possuiu conexões com seu tempo através de suas relações sociais, conexões culturais com as grandes estruturas da sociedade.

1.3 – Outras contribuições teórico-metodológicas

No caso de nosso estudo foram usadas as reflexões teóricas e metodológicas da obra *O Queijo e os vermes*, a fundamentar as características anômalas observadas nas fontes e são expressas, sobretudo, no discurso da Igreja Católica ao representar o padre Eutíquio enquanto um “sacerdote transviado” dos padrões de comportamento aceitos pela alta hierarquia católica paraense na segunda metade do século 19. A filiação do padre Eutíquio Pereira da Rocha à Maçonaria, ao Liberalismo e ao Catolicismo ilustrado, o progressivo abandono do Ultramontanismo em favor do Regalismo ao longo de sua vida, nos fizeram conjecturar que este padre configurava-se como uma *anomalia normal* no clero católico do Pará,

⁶⁹ REVEL, *op. cit.*, 1998, p. 14.

⁷⁰ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 249.

demonstrando clara diferença em relação aos padres unidos com o bispo D. Antônio de Macedo Costa. Esta perspectiva foi considerada a mais adequada ao que foi observado nas fontes históricas e nos permitiu compreender os grupos minoritários que se formaram dentro do rebanho católico brasileiro oitocentista.

As contribuições teórico-metodológicas da história das mentalidades estão expressamente na biografia escrita por Jacques Le Goff sobre o rei santo Luís IX, e nos servem como referencial neste estudo na medida em que toma a *desconstrução* do personagem biográfico Luís IX para formular o seguinte questionamento: “São Luís existiu?”⁷¹. O medievalista apresenta metodologicamente a desconfiança diante das hagiografias medievais produzidas sobre o rei francês e a análise da pequena obra que Jean de Joinville escreveu sobre o seu amigo íntimo Luís IX, onde Jacques Le Goff tencionou demonstrar conter o São Luís “real”. Seguindo a proposta de fazer uma *história total* do rei santo Luís IX, o historiador divide sua obra em três partes tomando a vida relacionada ao contexto das Cruzadas, a produção de sua memória pelos hagiógrafos medievais, e a contextualização de outros espaços sociais e temporais contíguos ao do rei, como o Oriente e os sarracenos.

Da biografia *São Luís*, de Jacques Le Goff, apreendemos metodologicamente que é necessário fazer-se a desconstrução do sujeito padre Eutíquio decompondo as narrativas autobiográficas, biográficas e memorialísticas, contextualizando cada uma delas à temporalidade em que foi produzida, observando os interesses dos grupos sociais e as condições de produção de cada documento histórico, tal qual Jacques Le Goff procurou adotar para a análise do rei francês.

Além destas contribuições teóricas e metodológicas dos historiadores da Micro-história e da história das mentalidades, tomamos contato também com as reflexões advindas da primeira geração dos *Annales*, através do historiador Marc Bloch e da literatura carioca oitocentista de Machado de Assis. Do historiador prócer da primeira geração dos *Annales*, encontramos na obra *A terra e seus homens*⁷² que conta com uma coletânea de escritos de Bloch sobre a vida rural francesa, sobre a história das técnicas em suas relações com a sociedade rural. As análises destes processos sociais sendo feitas pelo historiador utilizando-se do método regressivo, isto é, a história das sociedades agrárias francesas vistas através de

⁷¹ LE GOFF, *Op. cit.*, 1999, p. 283-300.

⁷² BLOCH, Marc. *A terra e seus homens*. Agricultura e vida rural nos séculos XII e XVIII. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 31.

um passado incessantemente revisitado, através das demandas do presente e ligado à defesa de uma postura diferenciada em relação às fontes, isto é, nas palavras do historiador Hilário Franco Júnior “compreender o passado pelo presente”⁷³.

Magda Ricci⁷⁴ chama a atenção para o que argumenta Giovanni Levi ao preconizar ser preciso reavaliar os usos que os historiadores hodiernos fazem da biografia, haja vista o estudo de uma vida nunca ser total e nem traduz linearmente o real, e também não nos aproxima por si fielmente dos sujeitos e seus atos no passado. Magda Ricci ressalta que a biografia não é um método, e sim um estilo narrativo. Portanto, cabe ao historiador fugir da “ilusão biográfica” enunciada por Pierre Bourdieu e comentada pelo historiador Giovanni Levi. O sociólogo francês Pierre Bourdieu⁷⁵ partia da ideia da impossibilidade da historicidade do sujeito para esclarecer que o estudo de um único indivíduo nunca é total. Assim, de acordo com Bourdieu, uma vida nunca pode ser compreendida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos unicamente vinculados a um sujeito cuja única constância que possui é o nome próprio. De acordo com Bourdieu, a biografia, portanto, está como uma *práxis* científica impossível, por ser feita sem qualquer atrelamento daqueles acontecimentos individuais às grandes estruturas da sociedade, equivalente a uma metáfora do vagão desatrelado do trem.

Outro sociólogo francês, Jean Claude-Passeron alerta para o perigo em conceber o sujeito inscrito em uma continuidade linear que traduz um objetivo essencialista, o sociólogo põe como um exemplo “na mônada César-bebê, ver aquele que irá atravessar o Rubicão”⁷⁶.

Giovanni Levi recepciona o artigo de Pierre Bourdieu publicado no ano de 1986 adotando um parecer mais favorável à relação biografia e história. Argumentando que o objetivo do historiador ao construir uma biografia⁷⁷ não deve ser o de fazer a “história de uma

⁷³ JÚNIOR, Hilário Franco. A criação da história. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/04/caderno-especial/13.htm>. Acesso em 13 jul. 2019.

⁷⁴ RICCI, Magda. Introdução. In: *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 28-29.

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 187.

⁷⁶ PASSERON *apud* DOSSE, 2009, p. 267.

⁷⁷ Magda Ricci alerta ser possível realizar a dialética entre sujeito e contexto, historicizando o sujeito contemporaneamente, observando a possibilidade de temas e problemas que aquela vida suscitou e *por que* foram temas plausíveis exatamente naquele tempo e não em outros. *Cf. Op. Cit.*, p. 29.

vida” e sim reconstruir o contexto ou *superfície social* sobre a qual age o sujeito, na pluralidade de campos em que ele atuou⁷⁸.

A fórmula do método regressivo de Marc Bloch torna-se mais que perfeita para nos fazer compreender, reinterpretar e reconstruir o passado vivido por aquele sujeito biografado através das inquietações lançadas pelo historiador em seu momento presente. Considerando o peso da dimensão narrativa para a biografia enunciada por Ricci, nós escolhemos neste estudo tomar de empréstimo o modelo de organização da narrativa da literatura carioca oitocentista de Machado de Assis⁷⁹ e sua obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicada pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1880, meses após o falecimento do padre Eutíquio. Em conexões que fazemos no presente, e nos possibilita fazer uma interpretação dentre as várias possíveis seguindo o caminho do romance. No qual a personagem principal, Brás Cubas, é um defunto que narra do além-túmulo sua vida regressivamente, isto é, partindo do dia de sua morte elencando um gama de vivências e contextos da morte até o seu nascimento.

Este pode parecer um recurso aparentemente estranho a um trabalho historiográfico concebido sob a tradição acadêmica que prima pelo rigor da escrita científica. Porém, com as orientações teóricas da crítica literária de Mikhail Bahktin e defendidas por Carlo Ginzburg como necessárias para a investigação e narrativa histórica. Com as defesas desse porte, não nos parece mais estranho um recurso narrativo vindo da literatura produzida no Rio de Janeiro do século 19. Afinal, o historiador Sidney Chalhoub propõe que foi à sombra dos textos machadianos que ele enquanto historiador pôde conceber problemas de estudos pertinentes sobre as epidemias e cortiços na Corte Imperial na obra *Cidade Febril*.

Em termos de biografia, a dimensão narrativa assume lugar primordial para a experimentação de modelos analítico-estruturais e modelos descritivos dos acontecimentos. Essa dualidade foi expressa por Peter Burke⁸⁰ em obra sobre o retorno da narrativa e da história dos acontecimentos ao horizonte do historiador. Burke procura estabelecer uma mediação entre os dois polos apontando as importantes considerações que tem feito sobre o outro, especialmente a crítica direcionada pelos historiadores estruturais aos historiadores da narrativa tradicional, que se traduz na consideração em exprimir suas explicações em termos

⁷⁸ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 176.

⁷⁹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁸⁰ BURKE, Peter. A História dos acontecimentos e o Renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 330-332.

de caráter e intenções individuais. Em relação à biografia, esta possivelmente pode ser uma armadilha à qual corremos o risco de cair e nos cerca desde a análise histórica até a escrita.

Entretanto, a narrativa histórica pode ser um campo de experimentação para o historiador, e neste sentido podemos dialogar com métodos tomados de empréstimo do campo literário. A simbiose entre o verdadeiro e o ficcional é preconizada por historiadores como Carlo Ginzburg⁸¹ e Natalie Zemon Davis⁸², que veem na literatura os subsídios para a experimentação de estratégias adaptáveis ao relato historiográfico. Em relação a Ginzburg, há na observação do romance *Guerra e Paz*, do escritor russo Leon Tolstói, como um desafio lançado aos historiadores, uma vez que, é insuficiente reconstruir a trajetória individual, é necessário ao historiador contá-la.

Ginzburg ressalta a importância da dimensão narrativa diretamente relacionada às hipóteses de pesquisas, correspondentes aos obstáculos impostos pela documentação histórica, assim como os problemas formulados e reformulados podem, segundo ele, serem incorporados ao relato, evitando o lugar comum do narrador onisciente que tudo sabe sobre o destino do personagem biografado, assim como o enredo.

Destarte, justificamos que nosso objetivo neste estudo é o de fazer uma biografia a *contrapelo*, expresso na divisão dos capítulos da dissertação escrita às avessas⁸³, isto é, através dos temas suscitados pela vida do padre Eutíquio Pereira da Rocha, que foram a (*re*) construção de sua memória no *post-mortem* no século 20; os ritos de sua morte e do morrer no século 19; a relação entre religião, política, imprensa e educação durante sua plena maturidade e desde a sua migração da província da Bahia para o Pará em 1851.

Estes temas nos permitiram discutir subtemas pertinentes ao contexto histórico do Império brasileiro, como: raça, civilização, culturas políticas, imprensa, instituições, religiosidades, cor e liberdade, em periodização que parte do ano de 1943, época da transladação de seus restos mortais do Cemitério Santa Izabel para urna funerária da loja maçônica, cuja matéria é constituinte da memória social.

⁸¹ GINZBURG, Carlo. Micro-História: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *Os fios e os rastros: o verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 264.

⁸² DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

⁸³ A sugestão para uma biografia a contrapelo me foi feita pela banca examinadora de qualificação em idos de julho de 2015, e a adotamos para dar um novo sentido para a biografia de padre Eutíquio, este novo e nosso sentido do trabalho pareceu-me mais evidente a partir desta sugestão.

1.4 – Da metodologia ao objeto da pesquisa: construindo esta biografia histórica

Algumas contribuições teórico-metodológicas advindas dos usos da biografia ao longo do tempo orientaram a construção deste estudo biográfico sobre o padre Eutíquio Pereira da Rocha. O qual tomou a forma de uma biografia feita *a contrapelo*, isto é, tomada primeiramente a partir das memórias, passando pela morte e atravessando o período da vida do sujeito histórico estudado, e influenciou no modo como a estrutura da dissertação foi pensada e construída, a partir do segundo capítulo, depois do capítulo teórico-metodológico sobre a biografia e seus usos no passado e na contemporaneidade.

Próximo ao método regressivo de Marc Bloch e dentro dos limites e possibilidades da biografia contemporânea, a organização desta dissertação de mestrado tem como proposta de discussão no segundo capítulo a *(re)* construção da memória de padre Eutíquio Pereira da Rocha pela alta hierarquia da Igreja Católica, veiculada sob a forma de artigos do jornal *A Boa Nova*⁸⁴ logo após a morte de padre Eutíquio no dia 20 de agosto de 1880, e prosseguiram através de obras publicadas ao longo do século 20, nas quais apresentamos duas: a biografia *Dom Macedo Costa, Bispo do Pará*, publicada em 1939, pelo bispo Dom Antônio de Almeida Lustosa⁸⁵; e a *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*, de autoria de Dom Alberto Gaudêncio Ramos⁸⁶, publicada em 1959.

Contemporâneo a esses fatos acontecidos no campo da Igreja Católica paraense, ocorria por ação da Maçonaria, o resgate da cronologia dos fatos e feitos das figuras ilustres da instituição no Pará. No ano de 1943, pela ação da Maçonaria ocorre a compra dos restos mortais do padre Eutíquio Pereira da Rocha e o traslado do Cemitério Santa Izabel para depósito e guarda na loja maçônica de iniciação do padre, a loja Harmonia n. 08. Observarei como Eutíquio se construiu “vulto” entre os homens notáveis do século 19 no dicionário biobibliográfico de Augusto Sacramento Blake⁸⁷, e nas obras sobre a tradição filosófica

⁸⁴ O jornal *A Boa Nova* foi um jornal de publicação mensal e bissemanal, que defendia as ideias católicas, tendo como redatores os cônegos José Lourenço da Costa Aguiar, Luiz Barroso de Bastos e o Dr. José de Andrade Pinheiro. Segundo o *Catálogo dos Jornais Paroaras*, a folha *A Boa Nova* era administrada pelo padre Raimundo Amâncio de Miranda. Inicialmente foi impresso na tipografia do Largo da Sé, saindo de circulação em 20 de maio de 1883. Cf. PARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém, 1985, p.57.

⁸⁵ LUSTOSA, Antônio de Almeida. Arcebispo. *Dom Macedo Costa*. Bispo do Pará. 2ª edição. Belém: Secult, 1992.

⁸⁶ RAMOS, Alberto Gaudêncio. *Cronologia eclesiástica da Amazônia*. Arcebispo. Manaus: Tipografia Fênix, 1952.

⁸⁷ BLAKE, Augusto Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, vol. 02. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

brasileira, a exemplo das coletâneas de Antônio Paim⁸⁸, assim como na historiografia da igreja do século 20 e 21.

O terceiro capítulo terá grande ligação com o capítulo anterior, pois, após a decomposição da memória de padre Eutíquio entrarei nas fronteiras abertas pelas fontes primárias e a historiografia para reconstruir o rito de morte do padre Eutíquio e regressivamente tratar dos momentos finais da vida, bem como a obra dele. Abrirei espaço para a discussão sobre a concepção da morte e os ritos fúnebres no século 19. Observando também a representação da memória do padre por meio das artes, expressa na litografia de autoria de Karl Wiegandt, feita sob a encomenda dos maçons poucas semanas após o passamento do padre. Trataremos das implicações históricas deste acontecimento tal como a agência da Maçonaria paraense em tomar para si a morte dele, fazendo disto um acontecimento público marcado na ritualística no leito de morte (o ritual do passamento), no cortejo fúnebre pelas ruas de Belém, saído de sua casa, na Estrada de São José (atual Rua 16 de Novembro) terminando na Rua do Rosário (atual Rua Aristides Lobo), adentrando ao templo maçônico Firmeza e Humanidade, no enterramento no jazigo da irmandade de S. Francisco da Penitência, no recém-aberto Cemitério de Santa Izabel, na paróquia de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro (atual bairro do Guamá). Serão trabalhadas no capítulo as implicações surgidas neste cortejo fúnebre, tais como os brados da Igreja Católica do bispo Dom Antônio de Macedo Costa em acusar a procissão do finado padre como inconstitucional e uma afronta às leis da igreja e do Estado.

Saindo da morte e penetrando nos anos finais da vida de padre Eutíquio, tratarei das batalhas travadas entre ele e a alta hierarquia católica paraense por ocasião do Concílio Vaticano I (1869-1870) e a imposição do dogma da *infallibilidade papal* promulgada pelo Papa Pio IX, observando a postura do padre Eutíquio em relação ao novo dogma e as reações da imprensa católica aos seus posicionamentos. Serão privilegiadas as desavenças entre o padre negro e o bispo Dom Antônio de Macedo Costa originada pelo controle da presença de maçons nas irmandades, dos bens do Convento do Carmo, a exemplo do episódio da nomeação e súbita destituição do padre Eutíquio da presidência da Ordem Terceira do Carmo na província do Pará em 1868. Observaremos se esse fato foi efeito da suspensão de padre Eutíquio das ordens sacras em 1866.

⁸⁸ PAIM, Antônio. Escola Eclética. *Estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil*, vol. 04. Londrina – PR: Edições Cefil, 1999.

E como fontes históricas deste terceiro capítulo serão trabalhados os jornais: A Província do Pará (1873-1883), A Boa Nova (1870-1887), Boletim do Grande Oriente do Brasil (1880-1890), O Liberal do Pará (1869-1885), O Pelicano (1872), a Encíclica *Quanta Cura* e a Bula *Syllabus* dos 80 erros.

O quarto capítulo pretende seguir pelos caminhos da plena maturidade de padre Eutíquio. Desta vez, enfatizaremos as lides políticas vividas e travadas pelo padre em seus campos de atuação política, a saber, o Partido Liberal e suas atividades como vereador na Câmara Municipal do Pará, participando das eleições nas listas de votações durante quatro legislaturas consecutivas. Discutiremos o engajamento de padre Eutíquio na política partidária, observando sua atuação enquanto vereador na Câmara Municipal na Pará na legislatura de 1861, 1870 e 1879. Será dada ênfase ao envolvimento dele com os debates que estavam na ordem do dia da sociedade brasileira imperial, e são eles: a questão servil, a Guerra do Paraguai (1864-1870), as políticas de expansão urbana de Belém, e as eleições, especificamente, as eleições de 1868, na qual se evidenciou as lutas políticas entre os liberais e os conservadores depois do Gabinete de Conciliação (1848-1857).

As ações e ideias do padre Eutíquio para a Municipalidade são um dos focos deste capítulo, e neste processo evidenciaremos sua relação com os liberais-maçons, os outros padres liberais e com o bispo Dom Antônio de Macedo Costa antes e depois da sua expulsão das ordens sacras no ano de 1866, fato que é observado neste estudo como eminentemente motivado por desavenças de cunho político e intelectual. Penetraremos nas lutas políticas relacionadas com o universo da educação, especificamente, a disputa política entre os liberais e os conservadores após as eleições de 1868, cujos efeitos espraiaram-se para fora dos pleitos eleitorais e alcançaram os educandários seculares da província, notadamente, o Colégio Paraense, onde o padre Eutíquio foi nomeado reitor em 1868, e subitamente destituído pela sanção da lei provincial, aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo conservador cômico José de Siqueira Mendes.

Evidenciaremos a atuação do padre Eutíquio nos redutos de formação intelectual públicos, e foram eles três: o Seminário Episcopal de Belém, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo (o antigo Recolhimento das Educandas), e o Liceu Paraense (depois chamado Colégio Paraense). Observaremos a presença e atuação de padre Eutíquio nestas três instituições paraenses e preliminarmente as reflexões dele para a educação da mocidade.

Regressivamente chegaremos ao ano de 1817, o ano de nascimento de Eutíquio Pereira da Rocha em Salvador ao dia 15 de maio. Nascido livre, neto de uma africana angola forra, ele era o filho ilegítimo de uma crioula livre e solteira e pai branco português e imigrante.

O corpo documental utilizado na construção do capítulo serão os jornais: O Liberal do Pará (1869-1870), Diário de Belém (1864-1869), Jornal do Pará (1864-1870), Livro de Atas da Câmara Municipal do Pará (1862-1868) e (1852-1855), O Santo Ofício (1872), O Colono de Nossa Senhora do Ó (1856), a Época (1859), O Pelicano (1872), Autuação de Inquirição “*De Genere*” e “*Vita et Moribus*” de Eutíquio Pereira da Roxa (1830), Correspondências Avulsas da Bahia a Portugal (1816-17).

Os jornais foram coletados no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e os Livros de Atas da Câmara foram coletados no Arquivo Palma Muniz, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Foram usados ofícios das autoridades eclesiásticas enviados ao governo provincial, todos coletados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP); as correspondências avulsas entre a Bahia e Portugal, coletadas no site da documentação digital do Projeto Resgate (Biblioteca Nacional); e por fim o Auto de Inquirição *De Genere* foi coletado no Laboratório Eugênio Veiga, arquivo que guarda a documentação eclesial da Arquidiocese de Salvador.

Capítulo 2 – As memórias e os vultos do padre “negro”

Da obra *São Luís, biografia*, de Jacques Le Goff⁸⁹, seguimos a orientação metodológica que visa desconstruir a memória do sujeito biografado, buscando detectar estes rastros de memória presentes nos mais variados domínios da sociedade. De acordo com Maria de Nazaré Sarges, isto é importante na medida em que, percorrer o caminho da memória é possível verificar como ocorreu o processo de desgaste de uma imagem, que ou deteriora-se, ou permanece latente. Sendo em determinados momentos reativada pelas solicitações do presente.

Seguindo estas pistas metodológicas de Le Goff e Sarges⁹⁰, faremos incursões nas memórias produzidas sobre o padre Eutíquio no espaço religioso da Igreja Católica, desde o final do século 19 nos discursos do jornal *A Boa Nova*, nos editoriais que evidenciam a preocupação da igreja em construir um legado do padre Eutíquio Pereira da Rocha marcado pela insignificância de sua personalidade religiosa e política, como passível de esquecimento a respeito de sua ação, atuação e representatividade durante os tempos do Império.

A memória fabricada pela Igreja Católica no século 19 legou discursos sobre o padre ao século 20. Os quais estão presentes nas obras memorialísticas sobre a atuação da Igreja Católica na Amazônia. No século 20, após a mudança do regime monarquista para o republicano, estes discursos sobre a memória de padre Eutíquio chocaram-se com as memórias construídas sobre o padre ainda no Império. Estas estavam presentes nos dicionários biobibliográficos e ausentes das obras biográficas sobre os “varões ilustres” da Nação, escritas nos finais do século 19.

Estas batalhas pela construção dos lugares da memória sobre o padre Eutíquio permaneceram ao longo de todo o século 20, assumindo discursos de diversas formas e lugares sociais, dos quais são os principais: o historiográfico sobre a Igreja, sobre a Maçonaria e sobre a tradição filosófica no Brasil; as biografias e as cronologias da Igreja Católica; os discursos formadores dos lugares da memória no espaço público, a exemplo dos discursos dos grupos sociais na construção da Travessa Padre Eutíquio, a maior rua em extensão da cidade

⁸⁹ LE GOFF, Jacques. Segunda Parte. A produção da memória real: São Luís existiu? In: *São Luís, Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 283-442.

⁹⁰ SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do Velho Intendente*. Antônio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 19.

de Belém. Estes lugares da memória sobre o padre Eutíquio bem como o choque e a batalha pela sua afirmação e esquecimento foram detectados e explicitados ao longo deste capítulo.

2.1 – O padre Eutíquio interpretado pela historiografia da igreja, escravidão e filosofia

2.1.1 – *A historiografia da igreja*

Em 1999, o antropólogo Raymundo Heraldo Maués lançou o livro “*Uma “outra” invenção da Amazônia. Religiões, Histórias, Identidades*”⁹¹, publicado pela editora Cejup. Neste livro, Maués discute o processo de Romanização na Amazônia demonstrando os seus limites e impasses vividos por esta experiência religiosa nos séculos 19 e 20. Um dos impasses à atuação do bispo romanizador Dom Macedo Costa e à sua missão pastoral estava na presença de padres e jornais liberais que posicionaram-se de modo *rebelde* às intervenções do bispo na estrutura hierárquica da igreja. Característica, segundo Maués, pela presença de padres ligados à política, ao ensino nos educandários públicos e particulares e próximos do catolicismo popular nas devoções dos santos cultuados pelo povo.

De acordo com Maués, um destes padres mais rebelados foi o padre Eutíquio Pereira da Rocha, um sacerdote nascido na Bahia e que veio para a província do Pará na segunda metade do século 19 para ser o presidente do Convento Carmelita. Segundo a análise de Maués, o padre Eutíquio devido apresentar-se como um padre político, mestre e maçom, entrou em choque com as opiniões do bispo D. José Afonso de Moraes Torres que pela imprensa teria chamando-o de o “Cônego Africano”⁹².

Maués assinala que, após a renúncia do bispo D. José Afonso de Moraes Torres, o bispo sucessor D. Antônio de Macedo Costa assumiu a diocese do Pará a partir do ano de 1862. O novo bispo era formado na tradição ultramontana e completou os seus estudos no seminário parisiense de Saint Súplice. Assim que chegou a Sé do Pará, ele logo percebeu que o clero paraense tinha vida política, pois, muitos eram vereadores da Câmara Municipal de Belém e deputados na Assembleia Legislativa Provincial, como o Cônego Manuel José de Siqueira Mendes. Todos eles lutando abertamente no seio do Catolicismo devido a divergências de cunho político.

⁹¹ MAUÉS, Raymundo Heraldo. Padres e Jornais rebeldes e liberais. In: *Uma “outra” invenção da Amazônia. Religiões, Histórias, Identidades*. Belém: Cejup, 1999, p. 126-129.

⁹² *Ibidem*, 1999, p. 128.

Raymundo Maués explicitou em sua análise que além dos padres assumidos como liberais e outros pertencentes ao bloco político dos conservadores, havia os padres maçons como o padre Eutíquio, o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery, além do padre Félix Vicente Leão, que viviam escandalizando o bispo com suas atitudes rebeldes. Os dois primeiros escreviam nos jornais de orientação política liberal, cuja leitura pelo povo católico foi proibida em Portaria pelo bispo em 1872, sob a pena de excomunhão. Estes jornais seguiam a orientação ideológica diferente daquela do bispo, e foram descritos por Maués como “jornais rebeldes”, que por serem escritos por padres liberais formavam na diocese um complexo de “padres e jornais rebeldes e liberais”⁹³.

Esta interpretação fornecida por Raymundo Maués derivou dos estudos sobre o Catolicismo na Amazônia, feitos em diálogo entre a antropologia e a história, marca da produção historiográfica feita nas universidades a partir da década de 1990. O professor Raymundo Heraldo Maués é um estudioso da Antropologia e desde a década de 1970, abriu um vasto campo para o estudo da Religião e das Religiosidades na Amazônia. Reconhecemos que sua contribuição é inestimável, e sua interpretação sobre o padre Eutíquio apesar de atrelada à história do bispo D. Macedo Costa sendo a sua completa antítese, inaugurou importante caminho de investigação para a história dele. Especialmente, por apontar a aproximação dele com a política e a Maçonaria.

Nisto, reconhecemos ser necessário este estudo sobre o padre Eutíquio, uma vez que foi impossível à historiografia da igreja responder a todas as questões, cabendo ao estudioso da história a constante problematização e também a eterna missão do fazer histórico, conforme apontou o historiador Michel de Certeau, no apontamento sobre a operação historiográfica, presente na obra *A Escrita da História*⁹⁴, publicada no Brasil em 2002.

Em 2009, o historiador da igreja Fernando Arthur de Freitas Neves defendeu a tese de doutoramento *Solidariedade e Conflito: Estado Liberal e Nação Católica sob o pastorado do bispo D. Macedo Costa*⁹⁵, no programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Esta tese parte da premissa de que no século 19, o Estado e a Igreja possuíam relações mediadas pela simbiose, ou seja, eram duas esferas de

⁹³ *Ibidem*, 1999, p. 126.

⁹⁴ CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, pp. 65 – 66.

⁹⁵ NEVES, Fernando A. Freitas. *Solidariedade e conflito: Estado liberal e nação católica sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. 2009. 364 fl.(Tese de Doutorado em História social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

poder que necessitavam uma da outra. Característica que estava diluída até as pequenas relações do cotidiano, expressas nas subvenções dadas pelo Estado liberal à Igreja ultramontana na forma de pagamento das cômguas dos padres, recursos financeiros para a construção das matrizes e a compra dos paramentos. Em contrapartida, a Igreja reproduzia simbolicamente o regime monarquista, que permitia à religião católica ser a religião oficial do Estado.

Estudando a diocese do Pará durante o pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa (1862-1884), Fernando Neves observa as redes de solidariedade e conflito entre o Estado liberal, em sua organização burocrática e em sua cultura política. E por outro lado, a Igreja em vias de reorganização de sua cultura religiosa, marcada pela implantação da modernização conservadora expressa na reforma moral e material seguindo o modelo do Catolicismo de Roma. Este modelo pressupunha o reforço na organização interna através da subordinação da estrutura hierárquica composta pelos vigários, cônegos, capelães, sacristãos, diáconos, arcebispos, arcebispos, chantres, às determinações do bispo, e estes bispos, por conseguinte, eram obedientes ao Papa e fiéis ao cumprimento das bulas, encíclicas e demais letras apostólicas expedidos de Roma para os Estados Nacionais católicos.

Na diocese do Pará, o bispo D. Macedo Costa foi o principal interventor destas reformas morais e materiais desde que tomou posse do bispado, sucedendo ao bispo D. José Afonso de Moraes Torres, que renunciou à Sé do Pará em 1857, e após o período de vacância após a saída deste bispo. Com D. Macedo Costa, a diocese paraense passou pelo processo de romanização com maior vigor, encontrando obstáculos na cultura liberal dos governantes da província do Pará e entre as demais manifestações religiosas existentes na diocese, a exemplo dos protestantes e dos maçons.

Neves demonstra em seu estudo que no próprio seio do Catolicismo existiam padres seguidores da cultura liberal e professos dos ideais da Ilustração, sendo os mais notórios deles o Racionalismo e a Maçonaria. A interpretação de Neves elenca o padre Eutíquio enquanto um dos padres pertencentes à cultura liberal, ele foi um padre marcado pela adesão ao racionalismo como elemento definidor do seu sentido do ordenamento do mundo, e não o ultramontanismo⁹⁶. Padre Eutíquio foi professo do Catolicismo Ilustrado, e aos mais dois estratos do Catolicismo: ao Catolicismo tradicional, ou, o que Neves qualifica como “a Religião de Nossos Paes”, para demarcar o tipo de Catolicismo tradicionalmente praticado

⁹⁶ *Ibidem*, 2009, p. 144

pelas gerações anteriores, no qual os símbolos de devoção estavam historicamente diluídos nos ritos de vida e morte, a exemplo das missas conventuais aos domingos, batismos, casamentos, ritos de morte. Eutíquio também foi um padre próximo do Catolicismo popular, demarcado pelas festas de devoção aos santos católicos, na forma de padroeiros das irmandades, confrarias, Ordens Terceiras, expresso nas folias, rezas, ladainhas e promessas do povo aos santos do Catolicismo.

O padre Eutíquio, de acordo com a interpretação de Neves, foi um homem duplamente pertencente à cultura católica e à cultura liberal. E por isso, opôs-se ao modelo de catolicismo importado de Roma pelo bispo baiano D. Macedo Costa, cuja principal intervenção incidu no reforço da obediência do rebanho católico e do clero ao bispo e ao Papa Pio IX.

2.1.2 – *A historiografia da escravidão*

Ainda sob o impacto dos estudos de história social da Amazônia, o padre Eutíquio também foi um dos sujeitos interpretado pela ótica das relações sociais no universo da escravidão. A tese de doutoramento *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição*⁹⁷, defendida no programa de pós-graduação em história da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2009, pelo historiador José Maia Bezerra Neto, trata da questão do envolvimento de padre Eutíquio Pereira da Rocha com a escravidão.

José Maia Bezerra Neto identificou a participação de padre Eutíquio na associação emancipacionista da escravidão *Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos*⁹⁸ fundada pelo tipógrafo Carlos Seidl e que agremiava figuras políticas do Partido Conservador e Liberal, além de maçons.

O autor traça o esboço biográfico do padre Eutíquio seguindo as referências dos estudos de D. Alberto Gaudêncio Ramos⁹⁹, Ernesto Cruz¹⁰⁰ e D. Almeida Lustosa¹⁰¹, apresentando-o como um homem nascido em 1817 e falecido em 1880. A interpretação de Bezerra Neto apresenta o padre Eutíquio como um político ligado ao Partido Liberal que fez nome na vida política paraense como vereador da Câmara Municipal de Belém e como

⁹⁷ BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição*. 2009. 502 fl. (Tese de Doutorado em História social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

⁹⁸ *Ibidem*, 2009, p. 206.

⁹⁹ RAMOS, D. Alberto Gaudêncio Ramos. *Cronologia Eclesiástica do Pará*. Belém, 1985.

¹⁰⁰ CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1970.

¹⁰¹ LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *D. Macedo Costa. Bispo do Pará*. Rio de Janeiro: Cruzada Boa Esperança, 1939.

membro notório da Maçonaria, sendo um dos responsáveis pela redação do jornal *O Pelicano*, a folha oficial da Maçonaria na província do Pará¹⁰².

Bezerra Neto, referenciado pelos três estudos clássicos supracitados, assinala que o padre Eutíquio sofreu a suspensão das ordens sacras devido à sua indisposição contra o clero paraense filiado ao espírito romanizador do bispo D. Macedo Costa. Bezerra Neto assinala que a suspensão de Eutíquio durou quatorze anos, pois foi iniciada em 1866 e finalizada em 1880, com a sua morte.

2.1.3 – Estudos sobre a filosofia no Brasil

A tradição historiográfica da filosofia brasileira contou desde os anos de 1967 com os trabalhos de Antônio Paim (1927-), sendo um deles o livro *História das Ideias Filosóficas no Brasil*¹⁰³, uma obra dedicada a analisar a evolução, periodização e cronologia das ideias filosóficas do Brasil Colônia à República. Antônio Paim destaca no Império, o processo de recepção das vertentes filosóficas vindas da Europa, elas caracterizadas com o ecletismo esclarecido, a filosofia escolástica e a vertente psicológica.

Depois da publicação da *História das Ideias Filosóficas no Brasil*, Antônio Paim aprofundou-se e atualizou suas investigações sobre a *Escola Eclética*¹⁰⁴. E assim, lançou em 1999 um estudo complementar ao livro sobre a história das ideias filosóficas no Brasil lançado em 1967. Neste livro apêndice, a Escola Eclética de Filosofia foi analisada como uma vertente da filosofia europeia que adaptou-se à realidade histórica brasileira de sociedade colonial setecentista de tradição escravista e estamental, e aqui impulsionou as reflexões de intelectuais brasileiros de vários recantos da Colônia brasileira.

Na obra *Escola Eclética*, o filósofo e historiador Antônio Paim traça o panorama da evolução do pensamento filosófico, marcado pelo ecletismo. O qual longe de significar um “grupo devotado a macaquear as ideias de pensadores franceses, teve o grande mérito de atrair espíritos criativos, nos quais havia sido infundida uma acepção adequada de filosofia – separando-a nitidamente da religião (contra os tradicionalistas) e também da ciência (contra

¹⁰² PARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. *Catálogo dos Jornais Paraenses*. Belém, 1985.

¹⁰³ PAIM, Antônio. *História das Ideias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1967.

¹⁰⁴ PAIM, Antônio. *Escola Eclética. Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil*. Vol. 04. 2ª. Edição. Londrina, PR: Edições CEFIL, 1999.

os naturalistas)»¹⁰⁵. A evolução do pensamento filosófico eclético durante a colônia ocorreu através das aulas régias, sistema educacional implantando pelo Marquês de Pombal¹⁰⁶. Legou este processo ao período imperial, que após a Independência política de 1822, as aulas régias transformaram-se em cadeiras aglomeradas nos liceus, que tornam-se instituições destinadas a serem redutos de difusão do saber institucionalizado.

Em relação à Filosofia, a província da Bahia foi um dos redutos de desenvolvimento do pensamento eclético, onde foi instalado o Liceu da Bahia em 1837, e por lá se desenvolveu o ensino laico de Filosofia primariamente ainda nos moldes das aulas régias para o aprendizado das humanidades no sistema equivalente ao nível secundário do ensino¹⁰⁷, na forma de estudos preparatórios para o ingresso nas Universidades. De acordo com Antônio Paim, o Liceu da Bahia integrou as cadeiras de ensino antes dispersas sob a forma de aulas régias, de modo a suprir lacunas do antigo sistema educacional colonial e formar um aglomerado de conhecimento hegemônico na instituição.

A tradição filosófica eclética na Bahia até então era ensinada sob o modelo do *empirismo mitigado*, doutrina aparecida sob o patrocínio de Antônio Genovesi (1713-1769)¹⁰⁸, filósofo italiano adotado pelas Universidades portuguesas na época pombalina. Sua doutrina consistia “em um sensualismo que ignorava os problemas suscitados pela evolução do empirismo inglês, notadamente o papel da sensação, o caráter e os fundamentos da casualidade; e a coexistência do conhecimento empírico com o demonstrativo”¹⁰⁹.

Antônio Paim destaca que essa espécie de sensualismo ocasionaria completando-se por uma doutrina ética e política que se resumia a uma interpretação radical do liberalismo nos modelos da pregação feitas pelo Frei Caneca (1774-1825), deixando de lado os ensinamentos de Silvestre Pinheiro Ferreira¹¹⁰. Nesta tradição eclética baiana, Antônio Paim elenca o padre Eutíquio Pereira da Rocha¹¹¹ como uma das personalidades responsáveis pela ampliação e difusão do ecletismo filosófico, sendo a sua singularidade em relação aos outros pensadores expressa no seu *princípio da unidade da pessoa humana* e a valorização das

¹⁰⁵ PAIM, Antônio. Periodização e Cronologia da Escola Eclética no Brasil. In: *Escola Eclética. Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil*. Vol. 04. 2ª. Edição. Londrina, PR: Edições CEFIL, 1999, p. 20.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 80.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 80.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 80.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 80.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 81.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 115.

contribuições do filósofo francês Victor Cousin¹¹². Segundo Paim, o padre Eutíquio toma estas características como o ponto de partida para a retomada “pura e simples do espiritualismo, sem maiores preocupações com a modernidade”¹¹³, granjeando grande sucesso e popularidade nos círculos letrados baianos, e especialmente entre os alunos do Colégio que o padre Eutíquio fundou na Bahia e neste educandário dedicava-se ao ensino de Filosofia. Paim ressalta que suas aulas foram compiladas e algumas publicadas em dois volumes de “Curso de Filosofia Racional e Moral”, e artigos publicados no jornal *O Crepúsculo*, sendo eles: “Psicologia, sensibilidade e a atividade da Alma” (1845); “Psicologia: a sensibilidade” (1845), “Introdução ao Curso de Filosofia pelo Padre E. P. da Rocha” (1845), “Psicologia” (1846); “Discurso Introdutório ao Curso de Filosofia” (1846); “Filosofia: a Consciência Moral” (1846)¹¹⁴.

Através das análises de Antônio Paim, torna-se interessante ressaltar que a aproximação do padre Eutíquio com o liberalismo doutrinário tenha se originado ainda na província da Bahia. Estes elos, padre Eutíquio & liberalismo, talvez foram cimentados através da Filosofia, cuja vertente eclética discutia de longa data na Bahia os pensadores do liberalismo doutrinário, adaptado às cores e feições locais, a exemplo das pregações do liberalismo radical do Frei Caneca. E demais intelectuais e ideias a circular nos círculos letrados, e também na forma de panfletos entre o povo. Embora indiretamente e em menor medida, mas, mesmo assim acessíveis às camadas populares das províncias do Norte do Império.

2.2 – A historiografia sobre a Maçonaria

O estudo sobre a participação da Religião Protestante e da Maçonaria na Questão Religiosa chamado *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*¹¹⁵, publicado em 1980 por David Gueiros Vieira, realizou em um dos capítulos do livro a análise sobre a participação e os relatos dos imigrantes protestantes sobre o campo religioso paraense. No capítulo dedicado à Religião em Belém do Pará, David Gueiros Vieira dedica análise sobre a presença de políticos e padres “ímpios”. O Padre Eutíquio Pereira da Rocha figura

¹¹² *Ibidem*, p. 115.

¹¹³ *Ibidem*, p. 115.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 115-140.

¹¹⁵ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

junto com o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery como um dos padres “ímpios” e políticos, que impunham obstáculos à modernização dos costumes na Igreja Católica¹¹⁶.

David Gueiros Vieira assinala a queixa feita pelo bispo D. Macedo Costa através da carta escrita ao Imperador D. Pedro II, onde relatou a situação dos leigos políticos paraenses que, segundo o bispo, estariam apoiando os padres políticos, interpretados por David Gueiros Vieira como padres rebeldes, que destruíam a disciplina eclesiástica que o bispo tentara até então impor na diocese.

A suspensão do padre Eutíquio Pereira da Rocha foi enfatizada por David Gueiros Vieira. E ele expõe que a razão de ser da queixa do bispo em suspender os dois padres do ofício eclesiástico, fora motivado pelo fato dos dois religiosos (o outro foi o cônego Nery) recusarem-se a abandonar as suas amantes e voltarem como professores de escolas públicas, através da intervenção dos políticos paraenses¹¹⁷. Ainda de acordo com David Gueiros Vieira, os outros padres do cabido paraense seguiram o exemplo dos dois clérigos suspensos rebelando-se e desacatando o bispo D. Macedo Costa, até dentro das igrejas onde eram clérigos.

Interessante notarmos que o abandono de supostas amantes foi uma das razões apontadas por David Gueiros Vieira para a suspensão do padre Eutíquio. Durante a pesquisa empírica para esta dissertação de mestrado não encontramos evidências empíricas de que o padre Eutíquio estivesse ligado amorosamente a alguma mulher. Aliás, nem a mais violenta das críticas atribuídas por seus inimigos políticos apontava para alguma relação dele com o concubinato. A acusação de “ímpiedade” atribuída pelo bispo como motivo para a suspensão de Eutíquio foi interpretada por Vieira como sendo fruto de sua filiação à Maçonaria, a causa que o próprio Eutíquio definiu como a natureza de sua suposta “impureza” de costumes.

Em 2012 foi publicado no Pará o estudo sobre a relação entre a Maçonaria e a escravidão pelo historiador paraense Elson Monteiro. O livro chama-se *A Maçonaria e a Campanha Abolicionista no Pará (1870-1888)*¹¹⁸ e trata do envolvimento dos maçons paraenses com a campanha emancipacionista durante as décadas de 1870-1880. Com o

¹¹⁶ VIEIRA, David Gueiros. “Políticos e padres ‘ímpios’”; “Padre Eutíquio Pereira da Rocha (1820-1880)”. In: *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 172; 175.

¹¹⁷ VIEIRA, David Gueiros. Políticos e padres “ímpios”. In: *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 172.

¹¹⁸ MONTEIRO, Elson L. Rocha. *A Maçonaria e a Campanha Abolicionista no Pará (1870-1888)*. São Paulo: Madras, 2012.

aboliconismo da escravidão na província do Pará, Elson Monteiro destaca que houve uma relação bastante próxima entre o aboliconismo e os maçons, a refletir-se no engajamento deles na imprensa, o principal veículo das reflexões dos maçons para o fim do cativo.

As ações da Maçonaria em prol da supressão da servidão também foram veiculadas através da imprensa maçônica. As quais Monteiro divide em: jornais maçônicos e jornais “profanos”. O padre Eutíquio Pereira da Rocha foi elencado no estudo de Monteiro como um dos intelectuais maçons organizadores dos jornais dedicados às reflexões da Maçonaria e ao combate do conservadorismo da Igreja Católica¹¹⁹. Um destes jornais maçônicos organizados pelo padre Eutíquio Pereira da Rocha foi o jornal *O Pelicano*, que tornou o padre muito famoso nas lides contra a Igreja e foi o grande veículo das ações da Maçonaria na causa aboliconista¹²⁰.

Monteiro traçou um breve esboço biográfico do padre Eutíquio Pereira da Rocha assinalando que, além de um intelectual maçom, ele foi um político, jornalista e professor, que nasceu na província da Bahia e lá cursou o seminário episcopal¹²¹. Monteiro parte das referências dos estudos de David Gueiros Vieira¹²² e Raymundo Herald Maués¹²³ para argumentar que o padre Eutíquio depois que mudou para a província do Pará, presidiu o Convento do Carmo e na mesma década – 1850 – filiou-se à Maçonaria e ao Partido Liberal¹²⁴.

Ainda no mesmo capítulo, Elson Monteiro assinala que o padre Eutíquio foi iniciado na Maçonaria na Loja Capitular Harmonia n. 08, tendo grande destaque no meio maçônico do Pará como um dos sustentáculos do jornal maçônico *O Pelicano*. Legando sua memória ao século 20, permeada pela reverência à sua figura no círculo maçônico até nos dias de hoje.

Em 2016, o historiador Elson Monteiro publica como fruto de sua tese de doutoramento o livro *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará da segunda metade do século XIX (1850-1900)*¹²⁵. Esta obra retoma novamente a participação do padre Eutíquio Pereira da

¹¹⁹ MONTEIRO, Elson L. Rocha. Intelectuais maçônicos e a Imprensa. In: *A Maçonaria e a Campanha Aboliconista no Pará (1870-1888)*. São Paulo: Madras, 2012, p. 71-72.

¹²⁰ *Ibidem*, 2012, p. 72.

¹²¹ *Ibidem*, 2012, p. 71.

¹²² VIEIRA, David Gueiros. *Op. Cit.*, 1980, p. 175.

¹²³ MAUÉS, Raymundo Herald. *Op. Cit.*, 1999, p. 126-129.

¹²⁴ MONTEIRO, Elson L. Rocha. Intelectuais maçônicos e a Imprensa. In: *A Maçonaria e a Campanha Aboliconista no Pará (1870-1888)*. São Paulo: Madras, 2012, p. 71.

¹²⁵ MONTEIRO, Elson L. Rocha. *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na segunda metade do século XIX (1850-1900)*. Belém: Editora Açai, 2016.

Rocha no cenário intelectual maçônico, cujo destaque ocorreu na segunda metade do século 19.

Desta vez, a análise de Monteiro enfoca a participação de padre Eutíquio na rede de sociabilidade construída pelos maçons na sociedade paraense oitocentista, que nela engendraram o engajamento político deles na imprensa em favor da campanha abolicionista, nas formas de compra de alforrias, organizações de sociedades emancipadoras, além do engajamento na imprensa a discutirem através dela a questão da liberdade de consciência, liberdade de cultos, especialmente durante a Questão Religiosa de 1872. Período no qual as divergências com a igreja ultramontana tornaram-se mais sensíveis à percepção da sociedade brasileira.

O padre Eutíquio foi um dos padres católicos pertencentes à Maçonaria que despontaram como grandes intelectuais das duas instituições que “disputavam o poder e os corações e mentes da população”¹²⁶, e esta situação era bastante expressiva no Pará. Monteiro elenca o padre Eutíquio enquanto um destes intelectuais duplamente pertencentes ao clero católico e ao meio maçônico, alcançando grande notoriedade no Império. E na República, sua memória recebeu a veneração até nos dias de hoje neste grupo social.

Os restos mortais de padre Eutíquio estão, de acordo com Monteiro, dentro de uma urna funerária disponível para a visitação aos membros da Ordem no templo da Loja Harmonia n. 08¹²⁷. Loja na qual ele foi iniciado, mas que foi transferida do local original, e hoje está localizada na Avenida Pedro Miranda, no bairro da Pedreira.

Ainda no capítulo, o autor refaz um pequeno esboço biográfico de padre Eutíquio detectando que o seu nascimento ocorreu na província da Bahia, e destaca que ele foi um homem mulato e enfrentou situações de preconceito de cor dentro da Igreja, como no episódio em que foi chamado de “O Cônego Africano” pelo bispo D. Macedo Costa durante a Questão Religiosa¹²⁸.

O historiador paraense Alan Christian de Souza Santos publicou em 2015 um livro fruto de sua dissertação de mestrado intitulado *Discursos, personagens e tramas: a imprensa*

¹²⁶ MONTEIRO, Elson L. Rocha. A Maçonaria paraense: sociabilidade e atuação político-social. In: *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na segunda metade do século XIX (1850-1900)*. Belém: Editora Açai, 2016, p. 147.

¹²⁷ *Ibidem*, 2016, p. 147.

¹²⁸ *Ibidem*, 2016, p. 147.

*maçônica no Pará do século XIX*¹²⁹ cujo assunto toca na temática da organização e o engajamento da imprensa maçônica no concernente aos temas sensíveis à sociedade brasileira na segunda metade do século 19, característicos por serem: a abolição da escravidão, a Questão Religiosa, a questão constitucional, que pressupunha discussões em favor do republicanismo a avançar no correr da década de 1870.

A análise de Alan Santos sobre o desenvolvimento da imprensa maçônica paraense privilegia os atores sociais que se mobilizaram na organização dos jornais defensores das causas da Maçonaria, e através deles veicularam posicionamentos sobre os temas que estavam na ordem do dia da sociedade brasileira. Santos realizou um percurso que propôs identificar os maçons que tornaram-se os intelectuais a defender as causas da Maçonaria, posicionando-se contra o conservadorismo da Igreja Católica ultramontana, que pressupunha um reforço no poder da Igreja na condução da nação católica brasileira, historicamente construída sob os signos da religião.

Neste rol de intelectuais maçônicos, Alan Santos destaca a personagem do padre Eutíquio Pereira da Rocha, alcunhado pelos católicos do jornal católico *A Boa Nova* como “o pajé da maçonaria paraense”¹³⁰, para qualificar a importância dele para a instituição. Segundo Santos, a notoriedade conquistada pelo padre negro foi conseguida através de suas reflexões sobre a necessidade do progressismo na sociedade brasileira, essencialmente conservadora, no tocante aos temas da: liberdade de consciência ante o controle da igreja sobre a mente e os corações do rebanho católico; a liberdade de cultos no Estado nacional, que concedia as prerrogativas ao Catolicismo em ser a religião oficial do Estado; e a emancipação nos assuntos da questão servil, durante as reformas da legislação da escravidão desde a Lei antitráfico de africanos de 1831, a Lei Eusébio de Queirós de 1850, a Lei do Ventre Livre de 1871.

Alan Santos analisa a personagem do padre Eutíquio Pereira da Rocha através de três perspectivas possíveis, suscitadas de seus vestígios biográficos: a maçônica, a filosófica, e a política. Seguindo as referências do estudo de David Gueiros Vieira, Santos realiza um amplo esboço biográfico do padre a começar pelo ano de seu nascimento, apontado como ocorrido na província da Bahia a 1820. Em seguida, é apontado que por lá ele realizou sua formação

¹²⁹ SANTOS, Alan C. Souza. *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. 1ª. Edição. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

¹³⁰ SANTOS, Alan C. Souza. O Pajé da Maçonaria Paraense. In: *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. 1ª. Edição. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 177-192.

clerical, cursando o Seminário Episcopal de Salvador durante o pastorado do Arcebispo paraense D. Romualdo Antônio de Seixas.

Alan Santos assinala que, enquanto o padre Eutíquio viveu na Bahia, desenvolveu reflexões sobre a religião, a filosofia e a ciência. Tríade intelectual que legou à sua experiência como padre em Salvador debates importantes sobre o ecletismo filosófico nos círculos científicos e literários nos jornais bastante consumidos pelas elites baianas¹³¹. Depois que migrou para a província do Pará em 1850, de acordo com o autor, as reflexões vindas do seu capital intelectual trazidos da Bahia importaram nos posicionamentos e ideias que entraram em choque com os bispos do Pará, o primeiro, D. José Afonso de Moraes Torres com quem supostamente o padre Eutíquio travara contendas; e em segundo, com o bispo D. Macedo Costa, inimigo declarado do padre Eutíquio nos assuntos da gestão interna da igreja e reflexões sobre os rumos da religião católica.

O autor elenca que estes posicionamentos discordantes do padre Eutíquio passaram para além da esfera religiosa alcançando o meio político e o maçônico. No que Santos destaca que nem todos os posicionamentos do padre são passíveis de justificativa pelo fato de ser maçom. De modo contrário, seriam eles motivados pelo seu entendimento sobre os rumos tomados pela Igreja Católica, que cada vez mais não se pareciam em nada com a instituição na qual ingressara em 1830, e passara a maior parte de sua vida, bastante próxima da política, da imprensa, da devoção aos santos, da filosofia, da ciência e do século, de modo geral.

O excelente panorama biográfico realizado por Alan Santos sobre o padre Eutíquio apresenta muitos pontos convergentes com as interpretações feitas nesta dissertação de mestrado, nos capítulos 03 e 04. Estas foram desenvolvidas através das pistas lançadas pela leitura da dissertação (e depois o livro) de Alan Santos. E como resultado da investigação empírica, muitas delas confirmaram-se. Outras em menor grau, não se confirmaram, apesar das pistas lançadas e as fontes históricas serem corretamente sugeridas e encontradas.

2.3 – Dicionários e Obras biográficas

A publicação de obras biográficas e autobiográficas sobre os ilustres varões do Império obedece à tendência contemporânea ao século 19, em registrar os grandes fatos e feitos dos mitos nacionais. Uma vez reunidos em rígida ordem cronológica, configuram-se no recurso para registrar na memória nacional as ações e glórias dos homens públicos inseridos

¹³¹ *Ibidem*, 2015, p. 181-183.

nos quadros do Estado. A começar com a criação do IHGB em 1838 até a metade do século 20, a prática biográfica sempre esteve no horizonte da atividade dos historiadores brasileiros e estrangeiros. Marcia Gonçalves¹³² assinala ter existido riqueza no debate em torno da biografia, que nos anos de 1920 assistiu a uma inflexão do gênero, abarcando dentro de si simbioses entre história e literatura, bem como a reabilitação da biografia como *práxis* historiográfica capaz de possibilitar a compreensão do indivíduo durante o período do pós-1945.

Um destes exemplos para o século 19 está no dicionário biobibliográfico que Augusto Victorino Sacramento Blake (1827-1903) publicou em 1893¹³³. Neste dicionário biobibliográfico ele faz inventário biobibliográfico dos homens ilustres da nação, destacados nas ciências, religião, artes, literatura, política. Todos eles reunidos como as personalidades famosas em todas as províncias do Império, naquelas que nasceram ou atuaram.

Nos volumes que compilam as letras (Ca-Fr) aparece no verbete “Eutichio Pereira da Rocha”¹³⁴, um esboço biográfico realizado pelo próprio Sacramento Blake sobre o padre Eutíquio. A começar pela data do seu nascimento, apontado por Blake como ocorrido por volta de 1820 na província da Bahia.

Em seguida, Sacramento Blake realiza um inventário das obras escritas pelo padre Eutíquio durante sua vida como padre-mestre nos liceus baianos, nas quais suas atividades como professor renderam compilações das suas aulas reunidas e publicadas em números do jornal *O Crepúsculo*, periódico pertencente ao Instituto Literário da Bahia, que publicou os artigos do padre Eutíquio intitulados “Introdução ao Curso de Filosofia”, “Discurso Introdutório ao Curso de Filosofia”, “Encerramento do curso de Filosofia”, “Psicologia, Sensibilidade e Atividade da Alma”, “A Consciência Moral”, entre os anos de 1845 e 1846¹³⁵. Sacramento Blake descreve no verbete que nem todas as obras estavam disponíveis para a consulta nas bibliotecas do Rio de Janeiro, local onde o próprio autor possivelmente consultou as obras de padre Eutíquio¹³⁶.

¹³² GONÇALVES *apud* TOLENTINO, Tiago. Biografia e historiografia brasileira. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 06, março, p. 200, 2011.

¹³³ BLAKE, Augusto V. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 02. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

¹³⁴ BLAKE, Augusto V. Sacramento. Eutichio Pereira da Rocha. In: BLAKE, Augusto V. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Vol. 02. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 303-304.

¹³⁵ *Ibidem*, 1893, p. 303-304.

¹³⁶ *Ibidem*, 1893, p. 304.

As referências do *Dicionário Biobibliográfico* de Sacramento Blake foram tomadas por diversos autores no século 20, estando presentes nas interpretações de David Gueiros Vieira, Antônio Paim, José Castellani. Sendo perceptíveis também nos estudos paraenses que utilizaram estes autores como referências bibliográficas. No limiar da investigação empírica desta dissertação de mestrado foram utilizadas as referências do dicionário de Sacramento Blake de maneira a nos fazer conhecer vestígios sobre a vida do padre Eutíquio na Bahia até então desconhecidos, a exemplo de sua produção filosófica bastante peculiar.

Em 1896, o tenente coronel paraense Raymundo Cyriaco Alves da Cunha (1859-1922) publicou o opúsculo *Paraenses Ilustres*¹³⁷, obra que conta com um inventário dos homens ilustres nascidos na província do Pará durante o Império, fornecendo os seus dados biográficos. Neste rol de dados biográficos dos varões ilustres do Pará aparecem figuras nascidas na província e, de grande destaque na religião, artes e na política Imperial, como o bacharel Felipe Patroni, Arcipreste João Batista Gonçalves Campos, Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas, Conselheiro Tito Franco de Almeida, Major Antônio Nicolau Monteiro Baena, Maestro Henrique Gurjão, etc. Uma questão a respeito do livro *Paraenses Ilustres* foi que esta obra serviu como referência para obras biográficas do século 20. Estas releituras trouxeram inovação ao incluir no rol dos “paraenses ilustres”, varões ilustres que não nasceram no Pará, mas, fizeram carreira nestas terras.

Semelhante ocorrência aparece no livro *Vultos Notáveis do Pará*¹³⁸, que utilizou *Paraenses Ilustres* como referência. Publicado pela primeira vez em 1970, o autor da obra foi o baiano bacharel em Direito Ricardo Borges (1886-1973), que divide a obra em duas partes, sendo a primeira parte, dedicada aos “maiores vultos históricos paraenses” durante a época imperial; e a segunda parte dedicada aos “maiores vultos históricos paraenses” durante o regime republicano.

Assim como na obra *Paraenses Ilustres*, a obra *Vultos Notáveis do Pará* elabora um rol de homens ilustres na província durante o Império, tidos pelo autor como os “vultos” notáveis. Porém, alguns deles destacam-se por não terem nascido na província do Pará, a

¹³⁷ CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Ilustres*. 3ª. Edição. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970. (Coleção História do Pará, Série Barão de Guajará).

¹³⁸ BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará: paraenses históricos do Império; paraenses históricos da República e figuras ilustres do Pará*. 2ª. Edição. Belém: CEJUP, 1986.

exemplo do bispo D. Antônio de Macedo Costa¹³⁹, natural da Bahia; Irineu Evangelista de Souza¹⁴⁰ (o Barão de Mauá), natural do Rio Grande do Sul; o advogado Samuel Wallace Mac-Dowell¹⁴¹, natural de Olinda; e o maestro paulista Antônio Carlos Gomes¹⁴².

Na pequena biografia dedicada ao bispo do Pará, D. Macedo Costa, não se detecta nenhuma menção ao maçon padre Eutíquio Pereira da Rocha, nem mesmo nas passagens referentes à Questão Religiosa, o auge da explosão dos conflitos entre os católicos ultramontanos e os maçons. A única referência sobre os opositores do bispo D. Macedo Costa a ser escrita foi relativa ao político liberal José Vieira Couto de Magalhães, na qual é referida sua suposta perseguição à religião católica e suas afrontas ao bispo D. Macedo Costa, durante o período em que Couto de Magalhães esteve à frente do governo da província do Pará¹⁴³.

Desse modo, a obra *Vultos Notáveis do Pará* apresenta a ausência do padre Eutíquio Pereira da Rocha do rol de vultos notáveis do Pará no Império. Isto nos sugere questionar: como um homem bastante atuante e influente na sociedade paraense dos oitocentos não se constituiu “vulto” entre os homens do Império nas interpretações feitas pelas obras do século 20 sobre o que caracterizou o período Imperial?

Como a resposta, nós podemos apontar para a presença do bispo D. Macedo Costa na obra de Ricardo Borges, que pode nos ajudar a entender sobre as ausências do padre Eutíquio da categoria de “vulto” do Império. Raymundo Cyriaco Alves da Cunha, autor de *Paraenses Ilustres*, foi um homem católico crismado pelo bispo D. Macedo Costa, tendo feito o curso primário no Seminário de Santo Antônio, fundado pelo bispo¹⁴⁴. Talvez isto tenha influenciado em suas interpretações sobre o que representou o Império em termos de homens de grande importância social e quais memórias ele desejou legar ao século 20. *Paraenses Ilustres* foi obra de referência para Ricardo Borges que assina um capítulo biográfico sobre

¹³⁹ BORGES, Ricardo. D. Antônio de Macedo Costa. In: *Vultos Notáveis do Pará: Vultos Notáveis do Pará: paraenses históricos do Império; paraenses históricos da República e figuras ilustres do Pará*. 2ª. Edição. Belém: CEJUP, 1986, p. 140-150.

¹⁴⁰ BORGES, Ricardo. Irineu Evangelista de Souza. In: *Vultos Notáveis do Pará: Vultos Notáveis do Pará: paraenses históricos do Império; paraenses históricos da República e figuras ilustres do Pará*. 2ª. Edição. Belém: CEJUP, 1986, p. 151-152.

¹⁴¹ BORGES, Ricardo. Samuel Wallace Mac-Dowell. In: *Vultos Notáveis do Pará: Vultos Notáveis do Pará: paraenses históricos do Império; paraenses históricos da República e figuras ilustres do Pará*. 2ª. Edição. Belém: CEJUP, 1986, p. 155-161.

¹⁴² BORGES, Ricardo. Antônio Carlos Gomes. In: *Vultos Notáveis do Pará: Vultos Notáveis do Pará: paraenses históricos do Império; paraenses históricos da República e figuras ilustres do Pará*. 2ª. Edição. Belém: CEJUP, 1986, p. 153-154.

¹⁴³ *Ibidem*, 1986, p. 141.

¹⁴⁴ BORGES, Ricardo. Raymundo Cyriaco Alves da Cunha. In: *Paraenses Ilustres*. 3ª. Edição. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p. 162-163. (Coleção História do Pará, Série Barão de Guajará).

Raymundo Cyriaco Alves da Cunha na 3ª edição da obra republicada pelo Conselho Estadual de Cultura do Pará, em 1970¹⁴⁵. E talvez tenha influenciado Ricardo Borges na eleição dos vultos notáveis do Pará, primeiro excluindo o padre Eutíquio de seu livro por ele não ser paraense; segundo, por ele ter sido um padre liberal e crítico do ultramontanismo de D. Macedo Costa, o vulto notável que gozava da admiração de Raymundo Alves da Cunha.

As interpretações de Borges talvez seguissem as construções da memória veiculadas incessantemente pelo jornal *A Boa Nova* logo após a morte do padre Eutíquio em 1880. Estes discursos depreciativos sobre o padre construíram lugares da memória também depreciativos a respeito de sua representação e importância no Império. De modo a reduzir um padre famoso na política, educação, religião e na Maçonaria a um simples “padre reprovado pelo bispo”, “padre suspenso”, “padre impenitente”, “sacerdote transviado”. Todas estas construções da memória, realizadas pelo jornal *A Boa Nova* logo após a morte do padre Eutíquio e publicadas na forma das “Profissões de fé do Padre Eutychio” e demais artigos, a construir memórias que permanecem ainda hoje no espaço social da Igreja Católica.

Estas memórias foram reafirmadas nas obras memorialísticas da Igreja Católica, dedicadas a construir históricos e cronologias da ação pastoral da Igreja Católica na Amazônia, desde a época colonial até o século 20. Estranhamente, o padre Eutíquio figura nestas interpretações. Cujas releituras contribuíram para reafirmar o apagamento da memória de sua atuação e inserção social na época em que ele viveu. Para dar lugar a uma memória que se sobrepôs a esta, demarcada pelo teor depreciativo que ofereceu suporte a diversos autores que interpretaram por longo tempo o padre Eutíquio Pereira da Rocha unicamente como o “padre suspenso”, “inimigo da independência da Igreja”, “padre reprovado pelo bispo”, ou no caso da obra *Vultos Notáveis do Pará*, o “vulto notável” ausente.

2.4 – Memorialísticos da Igreja Católica

No contexto de plena “epidemia biográfica” que caracterizou o Brasil nos anos de 1930, o arcebispo de Belém Dom Antônio de Almeida Lustosa (1886-1974) publicou em 1939 a biografia *D. Macedo Costa: Bispo do Pará*, dedicada à memória do bispo Dom Macedo Costa¹⁴⁶. Nesta biografia, ele escreveu passagens referentes à atuação de padre Eutíquio Pereira da Rocha na igreja paraense em períodos circunscritos à época em que Dom

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 162.

¹⁴⁶ LUSTOSA, Antonio de Almeida. *Dom Macedo Costa: Bispo do Pará*. 2ª. Ed. Belém: SECULT, 1992. (Coleção Lendo o Pará n. 13).

Macedo Costa ocupou o s3lio episcopal. Tiago Tolentino assinala que nesse contexto, a escrita biogr3fica esteve influenciada pela emerg3ncia de um estado de esp3rito na sociedade entre a d3cada de 30 e 40, caracterizada pelo desenvolvimento de uma grande tend3ncia 3 realidade *tout court*. Compelindo a intelectualidade a desenvolver opera33es cognitivas para decifrar e apreender a realidade¹⁴⁷.

Envolvido por esta “sedu333o realista”, a biografia de Lustosa apresenta uma leitura sobre padre Eut3quio herdeira dos estere3tipos formulados pelos jornais oitocentistas *A Boa Nova* e *O Liberal do Par3*. Nos quais sobressai se a imagem dicot3mica que, de um lado o representa como o “padre ego3sta, avarento, ambicioso, prevaricador, reprovado pela Igreja, suspenso pelo seu Bispo”¹⁴⁸; e por outro lado representado pela imprensa liberal como “o tipo do verdadeiro sacerdote, crismado com os t3tulos sonoros de ilustrado, distinto, tolerante, liberal, v3tima da tirania episcopal”¹⁴⁹. S3o presentes na biografia conceitos dicot3micos, nos quais o clero unido a D. Macedo Costa s3o representados como os “bons padres”, enquanto o clero liberal questionador das diretrizes ultramontanas seriam os “maus padres” insufladores de desordem.

D. Ant3nio de Almeida Lustosa realiza uma incurs3o no hist3rico da diocese paraense desde a desvincula33o da diocese do Maranh3o em 1721 pela Bula “*Copiosus in Misericordia*”, tendo como primeiro bispo o portugu3s Frei Bartolomeu do Pilar; e em 1751 h3 a cria33o do Semin3rio instalado no Col3gio dos Jesu3tas, atual Igreja de Santo Alexandre, pela a33o do bispo D. Frei Miguel de Bulh3es¹⁵⁰. Lustosa faz remiss3o 3 hist3ria da diocese para conect3-la com a trajet3ria individual do bispo D. Macedo Costa. Para tanto, o autor o faz enfatizando o nascimento em 1830 e o processo de ordena33o do bispo na prov3ncia da Bahia e sua evolu33o de simples padre do cabido do Arcebispo D. Romualdo Ant3nio de Seixas at3 tornar-se bispo do Par3 em 1862.

Lustosa aponta que assim que D. Macedo Costa, j3 bispo, assumiu a diocese ele encontrou oposi33o por parte dos padres de “vida desregrada” e os leigos liberais da

¹⁴⁷ GONÇALVES *apud* TOLENTINO, Tiago. Biografia e historiografia brasileira. In: *Hist3ria da Historiografia*. Ouro Preto, n. 06, març3o, p. 200, 2011.

¹⁴⁸ LUSTOSA, Antonio de Almeida. *Dom Macedo Costa: Bispo do Par3*. 2ª. Ed. Bel3m: SECULT, 1992, p. 377.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 378.

¹⁵⁰ Lustosa ressalva que antes da funda33o do Semin3rio Episcopal por D. Miguel de Bulh3es em 1751, havia na diocese um semin3rio fundado em Bel3m pelo mission3rio jesu3ta Padre Gabriel Malagrida. Cf. LUSTOSA, Ant3nio de Almeida. O primeiro s3culo de vida do Bispado do Par3. In: *Dom Macedo Costa: Bispo do Par3*. 2ª. Ed. Bel3m: SECULT, 1992, p. 15.

província. No subcapítulo “Ódio contra o clero”¹⁵¹, Lustosa assinala que o jornal *O Liberal do Pará* açulava críticas contra a pessoa do bispo e à todo o clero do Pará a ele ligado. Dentre os críticos da igreja, Lustosa aponta que havia um “sacerdote esquecido dos seus deveres”¹⁵².

Segundo Lustosa, este padre, que não foi identificado na biografia, mas, sabemos tratar-se do padre Eutíquio, era acolhido nos arraiais liberais com estrepitosos aplausos. Sendo apontado pelos correligionários como “o verdadeiro sacerdote, crismado com os títulos sonoros de Ilustrado, distinto, tolerante, liberal, conhecedor do progresso do século”¹⁵³.

O biógrafo de D. Macedo Costa assinala que foi um dos objetivos deste padre liberal acabar com a “religião da humanidade”, que a abolição do Catolicismo foi uma das suas razões em chamar a religião de superstição, fanatismo e como a substituição do Catolicismo, o padre Eutíquio queria disseminar na nação o racionalismo, a indiferença religiosa e os “erros do protestantismo”¹⁵⁴.

No capítulo 37, a identidade do padre é revelada como sendo correspondente ao padre Eutíquio. E nisso, Lustosa enfatiza a morte dele apresentada na escrita do subtópico “Morte do Padre Eutíquio”¹⁵⁵. Todavia, antes disso são lembrados os acontecimentos da Questão Religiosa explicitados nos momentos que D. Macedo Costa sofreu supostos ataques no Parlamento praticado por Joaquim Saldanha Marinho, o *Ganganelli*, que junto com um “padre suspenso e algumas irmandades revoltadas com o bispo Diocesano, encontravam no Ganganelli – grão mestre do Lavradio – um defensor sem escrúpulos”¹⁵⁶.

Aparecem nas análises da biografia que existiam acusações mútuas entre a Igreja e a Maçonaria sobre supostamente cada uma delas fazerem política. Contrariamente ao que elas afirmavam publicamente. Isto se evidencia nas passagens da biografia referentes às farpas trocadas entre o Deputado Geral e Conselheiro do Império, o liberal Tito Franco de Almeida e o bispo D. Macedo Costa.

Por fim, nesta biografia memorialística de D. Macedo Costa relembram-se os acontecimentos do ano de 1880. Um deles, Lustosa elenca que foi a morte do “desventurado

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 376.

¹⁵² *Ibidem*, p. 392.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 378.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 378.

¹⁵⁵ LUSTOSA, Antônio de Almeida. Pastor Solícito/ Morte do Padre Eutíquio. In: *Dom Macedo Costa: Bispo do Pará*. 2ª. Ed. Belém: SECULT, 1992, p. 378.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 379.

Padre Eutíquio Pereira da Rocha”¹⁵⁷, “que tanto fez sofrer o Prelado e a Igreja”¹⁵⁸. Lustosa apresenta a imagem de um padre rebelde às condescendências do bispo em restituí-lo às ordens sacras, o que o autor chama de “o bom caminho” recusado pelo padre Eutíquio.

Na biografia de Lustosa descreve-se que houve tentativas do bispo em restituir Eutíquio ao ofício religioso, que se estenderam até a morte dele, quando a sua suspensão já contava com quatorze anos e “já velho e envolto nas malhas da Maçonaria”¹⁵⁹ morreu recusando as ofertas de reconciliação feitas pelo “distinto sacerdote”¹⁶⁰ mandado por D. Macedo Costa à casa do padre Eutíquio doente já na última enfermidade, “mas nada obteve”¹⁶¹.

As análises da biografia *D. Macedo Costa, Bispo do Pará*, de D. Almeida Lustosa, serviram de suporte às diversas interpretações historiográficas nos anos posteriores, que de certa forma reproduziram a noção de um padre Eutíquio rebelde às ofertas de reconciliação do bispo D. Macedo Costa, sem nos questionarmos a razão de suas recusas. Pode parecer à primeira vista que o padre Eutíquio tratasse-se de um padre teimoso e petulante diante das “boas ações” do bispo. Todavia, examinando a questão mais a fundo através de uma investigação na trajetória do padre, entendemos facilmente que os motivos dele não foram assim tão superficiais. Estavam eles relacionados ao modelo de Igreja e Religião para o qual o padre Eutíquio não desejava pertencer, pois, estavam os dois – Igreja e Catolicismo – relacionados a um modelo estrangeiro, excludente das outras manifestações de pensamento e exercício da fé, uma vez que ele era um filho e adepto do Catolicismo tradicional, antigo, próximo da política, das devoções populares e aberto às reflexões sobre os dogmas e os caminhos da divina instituição e da fé.

Em 1952, outra obra memorialística da Igreja Católica foi publicada pelo arcebispo D. Alberto Gaudêncio Ramos (1915-1991). Trata-se da *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*¹⁶² uma obra cronológica sobre o histórico da missão evangélica da igreja nas terras amazônicas, desde a colonização até o regime republicano, apresentando os marcos importantes da história da arquidiocese paraense.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 396.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 396.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 396.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 396.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 396.

¹⁶² RAMOS, D. Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. Manaus: Tipografia Fênix, 1952.

Na cronologia dos fatos do século 19, há espaço para os momentos marcantes da vida dos padres do cabido paraense, desde os padres liberais até os padres adeptos do ultramontanismo. A começar pelo ano de 1817 como o ano do nascimento do padre Eutíquio Pereira da Rocha, ocorrido na província da Bahia do dia 17 de outubro¹⁶³.

Notamos haver incorreção parcial na data de nascimento do padre Eutíquio na *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*, pois, o ano realmente corresponde a 1817, porém, o dia e o mês estão incorretos, uma vez que na sua certidão de batismo recuperada pela investigação empírica feita no decorrer da pesquisa apontou que ele nasceu a 15 de maio.

Na obra não há referências para o ano e 1866, o ano da exoneração do padre Eutíquio, o Cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery e o padre Manoel Espíndola dos ofícios de professores do Seminário Episcopal, sendo logo após suspensos das ordens sacras. O arcebispo D. Alberto Ramos faz menção à Maçonaria, cuja presença na obra foi feita para relacioná-la como a instituição opositora da igreja. Para tanto ele elenca o dia 16 de abril de 1874 para mencionar a data da reunião das lojas maçônicas na Corte Imperial para deliberarem a luta da Maçonaria contra os dois bispos ultramontanos durante o apogeu da Questão Religiosa¹⁶⁴.

A última menção feita ao padre Eutíquio na *Cronologia Eclesiástica da Amazônia* refere a data de 06 de agosto de 1881 como o dia do falecimento do padre Eutíquio¹⁶⁵. Uma questão diz respeito à incorreção na data de morte do padre Eutíquio sugerida pela obra, pois, o falecimento do padre negro ocorreu a 20 de agosto de 1880, portanto, quase 1 (um) ano antes da data enunciada na *Cronologia* de D. Alberto Ramos.

Neste marco histórico, D. Alberto Ramos enuncia que o padre Eutíquio faleceu “impenitente”¹⁶⁶ na cidade de Belém¹⁶⁷. Além da “impenitência”, outra interpretação dada pelo arcebispo sobre Eutíquio foi a de que era um “padre apóstata” e “egresso”¹⁶⁸. Nota-se que o termo “impenitente”, “apostasia” e “egressão” remetem ao abandono deliberado do padre Eutíquio da fé católica. O que dado às fontes nos esclarecem não ocorreu de fato, uma vez que o padre Eutíquio posicionava-se apenas contra o Catolicismo ultramontano e não a fé católica tradicional experimentada por ele na Bahia e no Pará antes da Romanização. Além disso, mesmo após suspenso das ordens sacras ele ainda continuou padre, cristão e católico.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 31.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 49.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 53.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 53.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 53.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 53.

2.5 – Algumas Memórias na construção da Travessa Padre Eutíquio

Na obra *Procissão dos Séculos* publicada em 1952, Ernesto Cruz dedica um capítulo às “Ruas da Cidade” de Belém, assinalando os seus confrontos e contrastes. Cruz discorre sobre o histórico das ruas da cidade apresentando suas denominações antigas e os nomes atualizados suscitados pelas mudanças de nomenclatura na virada do século 19 para o século 20. Esse é o caso da Travessa de São Matheus, que de acordo com Cruz, “serviu nos tempos coloniais de divisa aos bairros da ‘Campina’ e da ‘Cidade Velha’, passou à denominação de ‘Padre Eutíquio’”¹⁶⁹.

Ernesto Cruz contesta a mudança da nomenclatura de “Travessa de São Matheus”, chamada assim durante todo o Império, para “Travessa Padre Eutíquio”. Ele critica evocando as memórias sobre o padre Eutíquio Pereira da Rocha construídas socialmente pela imprensa católica no final do século 19 pela ação do jornal *A Boa Nova*.

É sabido que esse sacerdote, a quem não se pode negar papel saliente na história política do Pará, nem sempre esteve de bem com a Igreja.¹⁷⁰

Tomando como referência a biografia de Dom Antônio de Almeida Lustosa, Ernesto Cruz retoma os discursos que construíram as memórias dele no espaço social da Igreja Católica como a de um padre “desventurado (...), que tanto fez sofrer o Prelado e a Igreja”¹⁷¹. Reproduzindo esta memória sobre o padre Eutíquio, Ernesto Cruz questiona a razão de ser daqueles contrastes, que na verdade são disputas de memórias, segundo Michel Pollak (1989).

Aí está, mais uma vez, confirmada a perseverança dos contrastes. Por que “Padre Eutíquio” e não “São Matheus”?
Não seria preferível manter o nome do apóstolo de Jesus na velha artéria divisória das cidades nova e velha, como fizeram os nossos antepassados nos idos coloniais?¹⁷²

Ernesto Cruz assinala que estes “contrastos” observados nas nomenclaturas das ruas de Belém, as antigas e as atuais, referiam-se ao trabalho dos legisladores municipais que “toda vez que tinha oportunidade de substituir o nome de uma artéria pública, procurava, de início, uma legenda antagônica” (CRUZ, 1952, p. 85). Em seguida, o autor supõe que as razões para as atitudes dos legisladores locais eram de natureza política, que tinha considerável influência no que ele chama de “costumes” dos administradores municipais.

¹⁶⁹ CRUZ, Ernesto. Ruas da Cidade. Confrontos e Contrastos. In: *Procissão dos Séculos. Vultos e Episódios da História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1952, p. 85.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 85

¹⁷¹ LUSTOSA *apud* CRUZ, 1952, p. 85.

¹⁷² *Ibidem*, p. 86.

Consideremos que Ernesto Cruz tenha razão em apontar os motivos políticos como influente nos processos de nomenclatura das ruas da cidade Belém. E o caso da Travessa Padre Eutíquio foi bem emblemático, uma vez que sofreu ao longo do século 19 e 20 vários revezes. Todos eles feitos de memórias que caminharam lado a lado com a política.

Figura 01 – A Travessa de São Matheus (atual Travessa Padre Eutíquio) por volta de 187-?



Fonte: *Álbum de Vistas do Pará* (1899). FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/557> (Brasiliana Fotográfica Digital). Acesso em: 07 nov. 2019.

Nas pesquisas das fontes da imprensa do início do século 20, encontramos no jornal *Estado do Pará* no ano de 1911, as primeiras referências ao uso da nomenclatura “Avenida Padre Eutíquio” para o logradouro público da “Travessa de São Matheus”. De modo a coexistirem o uso dos dois nomes para referir-se a mesma rua.

Sess.: Magn.: de Inic.:

De ordem do Resp.: Mestr.: convido a todos os M. Maç.: R. Reg.: e aos dedicados Obr.: de nosso Ben.: Quad.: a honrarem com suas indispensáveis presença sess.: Magn.: de Inic.: em Gr.: de Aprend.: a qual se realizará sábado, 5 do corrente, às 8 e ½ horas da noite, no nosso Templ.: á Aven.: Padre Eutychio (São Matheus)
Secret.: da Loj.: Renascença, 3 de agosto de 1911 (E.: V.:)
Consiglieri Pedroso 32.: *Secret.*:¹⁷³

¹⁷³ Publ.: Maç.:.. Jornal *Estado do Pará*, Belém, sábado, 05 de agosto de 1911, n. 118, ano 01, p. 03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/800082/per800082_1911_00118.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

Conforme visto, o uso social da nomenclatura “Avenida Padre Eutíquio” estava restrito ao grupo social da instituição Maçonaria, que internamente buscava reabilitar a memória do padre Eutíquio como uma das suas figuras ilustres da instituição, uma vez que ele foi o Delegado do Grão-Mestre no Pará no século 19. Acreditamos tratar-se de uma reconstrução de sua memória no século 20, feita por um grupo social bem delimitado, para tornar um trecho da Travessa de São Matheus, onde estavam situadas três antigas lojas da Maçonaria: Renascença, Harmonia e Fraternidade e Aurora, conhecido através memória positivada do padre Eutíquio, como a de um “maçom ilustre”.

Alan Santos atesta este movimento no interior da Maçonaria paraense desde 1918, no artigo intitulado “A influência da Maçonaria na História do Pará”¹⁷⁴, publicado por Archimimo Lima no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. Nesse escrito, ele enfatizava ter a Maçonaria contribuído para a proclamação do regime republicano, e ademais, a comunicação tinha por objetivo destacar os vultos históricos que pertenceram aos quadros da Maçonaria paraense, tendo Archimimo elaborado em “panteão dos maçons ilustres, lugar em que os sábios, os grandes filósofos, os grandes políticos e os grandes poetas reuniam-se para tracejar as grandes batalhas do liberalismo ou a cantar as vitórias das pátrias”¹⁷⁵. Todavia, Alan Santos destaca que neste processo não foi de todo harmônico, havendo espaço para lutas políticas de maçons com outros maçons, sendo o caso célebre as disputas políticas entre Antônio Lemos e Lauro Sodré, dois maçons pertencentes ao Partido Republicano do Pará. Mas, ambos tinham suas carreiras construídas na Maçonaria de formas bem distintas, sendo Lauro Sodré realizado sua carreira como militar e organizador do Clube Republicano do Pará, e Antônio Lemos permaneceu como um monarquista até a queda do regime, em 15 de novembro de 1889, sendo consequentemente um republicano adesista¹⁷⁶.

Analisando os anúncios de jornais e revistas entre as décadas de 1910 a 1930, percebemos que a nomenclatura “Travessa de São Matheus” continua a ser utilizada como o endereço de lojas, escritórios de advocacia, escolas, *clubs*, sedes de Companhias Elétricas e de Bondes, etc. De modo a entender que somente um trecho da Travessa de São Matheus, aquele

¹⁷⁴ SANTOS, Alan. A Maçonaria paraense na passagem do Império para a República. In: *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p.242

¹⁷⁵ *Ibidem*, p.242.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 243.

onde estavam sitos as lojas maçônicas¹⁷⁷ era chamado de “Avenida Padre Eutíquio”. Isto nós podemos observar na mesma edição de 1911 do jornal *Estado do Pará*.

VIBRADOR ELÉTRICO PREMIER

Para corrente elétrica ou pilhas secas

O único aparelho de massagens vibratórias capaz de produzir o efeito desejado, por não ser manual, e sim movido por eletricidade, que assegura uma vibração uniforme e sem auxílio de segunda pessoa.

De alta eficiência no tratamento das seguintes moléstias: indigestão – constipação – nervosidade – obesidade – nervragia – calvície – dor de cabeça - reumatismo – cor macilenta – insônia – etc.

18- Travessa de São Matheus – (Ponto Artístico)¹⁷⁸.

Em 29 de março de 1917, encontramos novamente o trecho da Travessa de São Matheus sendo chamado por Avenida Padre Eutíquio na seção de anúncios do jornal *Estado do Pará*. E mais uma vez, o anúncio relacionava-se com as chamadas para reuniões das atividades internas da Maçonaria.

Coluna Maçônica

Aug.: e Ben.: Loj.: Cap.: Aurora

Bemf.: da Ord.:

Para a boa regularidade do serviço da secretaria desta Bem.: Off.: aviso a todos ir.: do quad.: que seu expediente será dado todos os dias úteis, das 3 às 5 horas da tarde no noss.: Aug.: Temp.: á Avenida Padre Eutychio n.117-A.

Secret.: da Aug.: e Ben.: Loj.: Cap.: Aurora. Bemf.: da Ord.:, 25 de Março de 1917. (E.: V.:)

Ubyrajara, 12.: Secret.:¹⁷⁹

Ao que parece, o uso da nomenclatura “Avenida Padre Eutíquio” persiste até a década de 1940, quando observamos no jornal *Folha do Norte* nas publicações maçônicas nas sessões de anúncios, a exemplo deste convite à reunião da Maçonaria do dia 24 de julho de 1943.

De ordem do Ser.: Gr.: Mestr.:, tenho a honra de convidar os M.: Pod.: Membr.: da Ser.: Gr.: Loj.: do Estado do Pará, os M.: Ill.: Gr.: Repres.: das Pot.: Am.: e todos os Resp.: Ir.: Regulares, da jurisdição desta e de outras Gr.: Loj.: e Gr.: Or.:, presentemente nesta capital, e suas Exmas. famílias, para assistirem à sessão magna de posse, em conjunto, das Luz.: e Ofic.:, eleitos para as administrações respectivas, no período maç.: 1943-1944, das Gr.: Ben.: Loj.: “Firmeza e Humanidade”, “Renascença”, “Harmonia” e “Harmonia e Fraternidade”. O ato terá lugar as 20:30 horas de sábado, 24 do corrente mês, no templo “Renascença”, à Avenida Padre Eutíquio, n.719, seguido da solene cerimônia de Adoção de “Lowtons” e de um sarau dançante oferecido as Exmas. autoridades especialmente convidadas, e às famílias dos nossos ir.:

¹⁷⁷ Este trecho chamado de Travessa Padre Eutíquio que hoje podemos mapear em comparação com a nomenclatura atual partia da esquina com a Travessa Conselheiro Furtado e finalizando na *Boulevard* Castilhos França já no atual bairro do Comércio.

¹⁷⁸ Vibrador Elétrico Premier. Jornal *Estado do Pará*, Belém, sábado, 05 de agosto de 1911, n. 118, ano 01, p. 04. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/800082/per800082_1911_00118.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

¹⁷⁹ Coluna Maçônica. Jornal *Estado do Pará*, quinta feira, 29 de março de 1917, n. 2.151, ano 06, p. 05. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/800082/per800082_1917_02152.pdf. Acesso em: 29 nov. 2019.

(o traje para os maçons deverá ser preto ou branco, a rigor um ou outro, e para as senhoras, passeio)
Gr.: Or.: de Belém, 22 de julho de 1943. (E.: V.:) – Fernando T. de Araújo – Gr.:
sec.: da Ser.: Gr.: Loj.: (Av.: maç.: – Dias 23 de 24 e vesp. 23)¹⁸⁰

Segundo as referências de Elson Monteiro¹⁸¹, Cândido Marinho Rocha¹⁸² e Alan Santos¹⁸³, uma das faces dessa reativação da memória do padre Eutíquio ocorreu nas ações do mês de julho de 1943, no qual os maçons da capital trasladaram os restos mortais do padre Eutíquio Pereira da Rocha do Cemitério de Santa Izabel para depositarem em uma urna funerária mantida no interior do templo da Loja Harmonia n. 08. Sendo a partir de então guardada com grande veneração por diferentes de gerações de maçons.

A aquisição dos restos mortais do padre Eutíquio possivelmente foi conseguida através da compra feita pelos maçons dos despojos dos ossuários disponibilizados mensalmente para a compra pela administração municipal do Cemitério de Santa Izabel.

Cemitério de Santa Isabel
Exumações de sepulturas de adultos
Quadro nº 45
Edital

De ordem do Sr. Dr. Superintendente, notifico a quem interessar, havendo urgente notoriedade de sepulturas de adultos para novos enterramentos serão exumados as abaixo mencionadas, devendo os interessados requererem compras, prorrogações ou exumações, ficando para isto marcado o prazo de trinta (30) dias, a contar da data da publicação deste edital, sob pena de esgotando o prazo acima, ficarem sem direito a reclamação alguma.

Quadro 45

Sepulturas nos. 104. 887 a 108.513; enterramentos efetuados de 13 de novembro de 1937 a 18 de julho de 1938.

Administração do cemitério de Santa Isabel. Belém, 15 de julho de 1943.

Lauro Santos Melo Administrador¹⁸⁴

Estes editais eram publicados diariamente no jornal *Folha do Norte* e possivelmente os ossos do padre Eutíquio foram disponibilizados para a venda. E diante da valorização da memória do padre pela Maçonaria atestada desde os anos de 1911, 1917, em 1943 foram comprados e retirados dos ossuários do Cemitério, administrado pela Intendência Municipal na época da segunda interventoria de Magalhães Barata (1942-1945).

¹⁸⁰ Maçonaria Paraense. Jornal *Folha do Norte*, Belém, Pará, sábado, 24 de julho de 1943, n. 17.958, ano 47, p.04. Setor Jornais Microfilmados, rolo FN. 111, série: Folha do Norte, período: julho/dezembro 1943. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 13 jul. 2017. 04.

¹⁸¹ MONTEIRO, Elson L. Rocha. *A Maçonaria e a Campanha Abolicionista no Pará*. 1870-1888. São Paulo: Madras, 2012, p. 72.

¹⁸² ROCHA *apud* SANTOS, 2015, p. 179.

¹⁸³ SANTOS, Alan. O Pajé da Maçonaria paraense. In: *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 179.

¹⁸⁴ Cemitério de Santa Izabel. Jornal *Folha do Norte*, Belém, Pará, sábado, 22 de julho de 1943, n. 17.954, ano 47, p.05. Setor Jornais Microfilmados, rolo FN. 111, série: Folha do Norte, período: julho/dezembro 1943. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 13 jul. 2017. 04.

A coexistência destas duas memórias sobre o padre Eutíquio Pereira da Rocha na cidade de Belém, uma negativada construída no espaço social da Igreja Católica desde o final do século 19, através dos discursos do jornal *A Boa Nova*; e outra memória positivada presente no grupo social da Maçonaria que desde o final do século 19, e especialmente depois do advento da República, buscava definir os novos rumos da instituição formada por maçons republicanos históricos e maçons partidários da Monarquia que aderiram tardiamente ao republicanismo. Fazendo existir assim desavenças internas quanto às novas estruturas sociais do regime republicano, sendo os mais notórios a separação entre a Igreja e o Estado e o federalismo.

Conforme apontou Maria de Nazaré Sarges, faz-se necessário percorrer os caminhos da memória e se verifique o processo de desgaste, ou no caso de padre Eutíquio a depreciação e a reabilitação. Cujas latências destas memórias em determinados momentos foi reativada por lampejos do saudosismo ou as solicitações do presente¹⁸⁵. Sendo assim, nós concordamos com as argumentações de Michael Pollak sobre as disputas da memória, aonde ele afirma que existem nas “lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, ‘não ditos’”¹⁸⁶. Pollak assinala ser o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais¹⁸⁷. Nessas disputas da memória, as resistências “transmitem cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”¹⁸⁸.

Com isso atestamos neste caleidoscópio de memórias sobre o padre Eutíquio, construídos socialmente de modo distintos em espaços sociais conflitantes entre si, apresentam-se como os “contrastes” e “confrontos” identificados por Ernesto Cruz no processo de nomenclatura das ruas da urbe de Belém. Nesse sentido, o espaço urbano apresenta-se como o *locus* de confronto deste caleidoscópio de memórias, na qual a política elege qual(is) memória(s) irá(ão) sobrepor-se a outra, permanecendo vivas no tempo presente, e quais memórias ficarão em segundo plano, relegadas ao esquecimento. Mas, nem por isso mortas. Vindo à tona incessantemente num jogo de memórias de acordo com as demandas da sociedade, da política, e do tempo presente.

¹⁸⁵ SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente”*. Antonio Lemos (1869-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 19.

¹⁸⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03, p.03-15, 1989, p. 08.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 05.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 05.

Capítulo 3 – “Estão hoje mudados os papéis”: a morte e os combates nos últimos anos da vida do padre velho

As representações sobre a morte e o morrer no século 19 estão intimamente ligadas às práticas religiosas e ritos da religião católica. Morrer no Ocidente do oitocentos é antes de tudo estar inserido em um universo religioso marcadamente cristão. Significando com isso que homens e mulheres se preparavam para a morte planejando-se ainda enquanto estavam vivos. Vários estudiosos apontaram esse fato na historiografia internacional, notadamente, nos trabalhos produzidos pela história das mentalidades, na investigação do imaginário coletivo cristão sobre a morte no período medieval, moderno e após a Revolução Francesa. As representações religiosas do Além-túmulo também ganham destaque entre os trabalhos produzidos sob a égide da *Nova História*, especialmente, a obra sobre o nascimento da noção de Purgatório na Europa na Baixa Idade Média, feita pelo historiador Jacques Le Goff¹⁸⁹.

Morrer nos oitocentos significa preparar ainda em vida “uma boa morte”. Segundo o historiador francês Phillippe Ariès, os homens e mulheres do século 19 no Ocidente cristão assim que sentiam a morte próxima concebiam-na regulamentada por uma série de rituais costumeiros naquelas sociedades. Geralmente descritas desde a época medieval com beneficência, significando assim ser sinônimo de morte comum e esperada por todos os cristãos em conceituação definida por ele como a *morte domada* (ARIÈS, 1989, p. 07).

3.1 – “Assim como tomba nas margens do Líbano, o cedro altaneiro”

No espaço da casa do moribundo, João José Reis destaca que ocorria uma intersecção entre o público e o privado, expressa quando os homens e mulheres oitocentistas sentiam o fim próximo. Doentes, eles não se isolavam em um quarto hospitalar, mas, esperavam a morte em casa, na cama em que dormira a vida toda, presidindo a própria morte diante de pessoas que circulavam incessantemente em torno de seu leito. Definindo o que o historiador francês Phillippe Ariès qualificou sobre a morte como “uma manifestação social” (ARIÈS *apud*

¹⁸⁹ Jacques Le Goff possui dezenas de reflexões sobre a relação entre o nascimento de uma economia financeira na Europa entre os séculos XIII e XIV e a inserção de novos agentes na paisagem social medieval, como os universitários, as ordens mendicantes e os usurários, estes últimos forçados a serem inclusos na paisagem religiosa do Além-túmulo, ficaram a meio caminho entre o Paraíso e a Danação, no novo estrato conferido a eles pela a teologia da Igreja Católica: o Purgatório. O tema é recorrente na obra: LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o dinheiro*: ensaio de antropologia histórica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

REIS, 1997, p. 104). Reunidos em torno do moribundo, os familiares, padres católicos, rezadeiras, conhecidos e desconhecidos, alguns deles viajantes estrangeiros, que de maneira perspicaz descreveram os ritos de morte que hoje parecem tão estranhos a nós (*Ibid.*, 1997, p. 104).

Em meio a esse imaginário de morte tão próxima do universo dos vivos, adentremos ao interior da casa de um padre doente. Convalescente há vários dias, conforme os boletins nos jornais, que dia após dia expunham ao público o acompanhamento do estado de saúde do padre enfermo. Um deles foi este, publicado pelos amigos de padre Eutíquio no jornal *O Liberal do Pará* na manhã do dia 18 de agosto de 1880.

O Revdo. Padre Eutychio – com profundo pesar cumpre-nos noticiar ao público que os padecimentos do nosso venerando amigo Padre Eutychio Pereira da Rocha têm-se agravado n'estes últimos dias, á ponto de já não restar mais esperança alguma de restabelecimento.¹⁹⁰

O ritual de convalescença assistida pelos amigos solidários ao enfermo foi uma cena no cotidiano da morte muito plausível de ter acontecido nas moradias da cidade de Belém, onde dois dias mais tarde, exatamente na sexta feira, à 1 hora de uma tarde quente de verão amazônico, no dia 20 de agosto de 1880¹⁹¹ o padre Eutíquio morreu aos 63 anos, no leito de seu quarto, em sua casa, na Estrada de São José. Conforme noticia o seu obituário publicado no jornal *A Província do Pará* bem no dia seguinte.

Acabou-se o ilustre padre Eutychio Pereira da Rocha

Ontem à 1 hora da tarde, assim como tomba nas margens do Líbano, o cedro altaneiro, caiu também aquele espírito fortificado pelo saber e retemperado nas lutas incessantes, que lhe movera adversários terríveis¹⁹².

No leito de um quarto pequeno de uma casa relativamente bem adornada, localizada na Estrada de São José (atual Rua 16 de Novembro), limítrofe ao Largo do Passeio, que segundo Cruz compreendia toda a Estrada do Piri¹⁹³ até a Estrada de São José, na freguesia da

¹⁹⁰ Noticiário. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, quarta feira, 18 de agosto de 1880, ano 12, n. 186, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1880_00186.pdf. Acesso em: 26 mar. 2017.

¹⁹¹ Assumptos do Dia. Padre Eutychio P. da Rocha. Jornal *A Província do Pará*, Belém, sábado, 21 de agosto de 1880, ano 05, n. 1307, p. 02. Setor Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 jun. 2016.

¹⁹² *Ibid.*, p. 02.

¹⁹³ O Alagado do Piri era o nome do antigo pântano cujas primeiras crônicas aparecem em 1773. De acordo com as referências de Cruz e Baena, foi drenado nos anos de 1803 integrando as duas parcelas da Cidade de Belém com região de Campina. Depois da drenagem, derivaram dele três grandes estradas: A Estrada do São José (atual Rua 16 de Novembro), Travessa de São Matheus (atual Travessa Padre Eutíquio) e Estrada das Mongubas ou Arsenal (atual Avenida Almirante Tamandaré), segundo relatam os estudos de Augusto Meira Filho. Cf. FILHO, Augusto Meira. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. 1ª. ed. Belém: Grafisa Editora Globo, 1976, p. 246.

Sé. Tombava um padre negro padecido de dores reumáticas, que já vinha sentindo há algum tempo. Suspenso das ordens sacras e professo da sociedade dos *pedreiros-livres*, ao lado de seu corpo combalido esteve o seu amigo nas lides da Maçonaria contra a Igreja Católica, Dom Vicente Ruiz, a quem o padre Eutíquio havia entregado uma folha¹⁹⁴ contendo seus pensamentos mais dolorosos dias antes. Junto a ele, estão com um ar grave e pesaroso os cidadãos Manoel Alfredo Ferreira da Cruz¹⁹⁵, o Tenente Joaquim de Araújo Roza Danin, Idalescio Lemos, Pedro da Cunha e Carmino Leal. Todos seus amigos liberais, alguns deles liberais-maçons.

Ontem pela manhã, já não restando a menor esperança de que o padre Eutychio vencesse a jornada de mais um dia, reuniram-se os veneráveis e outras dignidades de todas as lojas maçônicas deste vale, a fim de deliberarem sobre o melhor meio de darem sepultura atento o seu alto grau maçônico e a qualidade de grão mestre da maçonaria brasileira, o que era nesta província¹⁹⁶.

O obituário de padre Eutíquio foi publicado no jornal *A Província do Pará* porque esta era uma folha de propriedade de Joaquim José de Assis, fundada em 1876. Segundo Carlos Rocque, Assis era um homem da elite política da cidade e mantinha boas relações com o padre Eutíquio devido ao fato de ser também maçom e liberal.

Assim como o padre, Joaquim José de Assis igualmente era um nome da elite política, sendo o chefe do Partido Liberal no final do Império após a morte de padre Eutíquio, e alcançou grande prestígio entre a elite dos homens públicos da província. De acordo com Rocque¹⁹⁷, Joaquim José de Assis foi diretor de instrução pública, jornalista, maçom e deputado provincial. Sendo o proprietário do jornal *O Pelicano*, folha que circulou na cidade de Belém entre 1872 e 1874, e devido ao fato de Assis e Eutíquio serem membros da Maçonaria, o jornal *O Pelicano* recebeu o padre Eutíquio como um de seus colaboradores, com os seus artigos defendendo as causas da Maçonaria, a exemplo da liberdade de consciência, e destilando críticas contra o ultramontanismo de D. Macedo Costa, nas batalhas

¹⁹⁴ A Profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *A Província do Pará*, Belém, sábado, 09 de outubro de 1880, ano 05, n. 1347, p. 03. Setor Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 jun. 2016.

¹⁹⁵ Assumptos do dia. O funeral do padre Eutychio. Jornal *A Província do Pará*, Belém, domingo, 22 de agosto de 1880, ano 05, n. 1308, p.02. Setor Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 jun. 2016.

¹⁹⁶ Assumptos do Dia. Padre Eutychio P. da Rocha. Jornal *A Província do Pará*, Belém, sábado, 21 de agosto de 1880, ano 05, n. 1307, p. 02. Setor Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 jun. 2016.

¹⁹⁷ Segundo Carlos Rocque, o Doutor Joaquim José de Assis, envolveu-se com ideias republicanas fundando no jornal *O Futuro* (1872). Cf. ROCQUE, Carlos. Joaquim José de Assis. In: *A Grande Enciclopédia da Amazônia*. Vol. 01, Belém: Editora Amazônia Ltda, 1968, p. 207.

contra os padres ultramontanos articulistas do jornal *A Boa Nova*, os cônegos Barroso, Lourenço da Costa Aguiar e José de Andrade Pinheiro.

Os anúncios relacionados à morte publicados nos jornais apresentavam a estrutura fortemente descritiva dos acontecimentos das últimas horas do moribundo. Semelhante aos obituários dos cavaleiros medievais estudados por Georges Duby na obra *Guilherme, o Marechal*¹⁹⁸, oferecendo pouca ou nenhuma atenção aos detalhes médicos, que nos tempos hodiernos são essenciais para estabelecermos a relação entre o corpo, a doença e a morte.

Figura 02 – A Estrada de São José (atual Rua 16 de Novembro) por volta de 187-?



Fonte: *Álbum de Vistas do Pará* (1899). FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/561> (Brasiliansa Fotográfica Digital). Acesso em: 07 nov. 2019.

As causas da morte de padre Eutíquio são ocultadas na seção dos obituários do jornal. E sobre isso, podemos inferir ser um reflexo da linguagem laudatória típica dos noticiários desta natureza, isto é, relacionadas à morte, que de acordo com Reis, era comum na sociedade brasileira oitocentista morrer-se em casa, no ambiente familiar, e pouquíssimas pessoas morriam (ou desejavam morrer) no ambiente hospitalar, recebendo a assistência dos facultativos (médicos). Morrer nas Santas Casas era o equivalente a morrer abandonado, portanto, pouco se sabia a respeito das patologias que levavam os pacientes a óbito no século

¹⁹⁸ DUBY, Georges. *Guilherme, o Marechal*, ou, O melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

19, sendo difícil até a identificar sobre a real causa da morte. O que sabemos a respeito da doença, que possivelmente foi a causa física do óbito de Eutíquio, tenha relação com patologias reumáticas. Talvez infecções dos ossos, ou, talvez infecções no sangue, haja vista ter-se notícia delas ainda nos anos de 1859. Demonstrando que possivelmente ele já estivesse doente de longa data.

A *Época* [jornal *A Época*] não sofre, quando vê o dinheiro entrar em uma algebeira que não seja a sua, diz o padre mestre (...) e vai aí por fora o Revdo. colega com suas *dores reumáticas* [grifo nosso], dizendo tudo quanto sua elevada e robusta inteligência guisou (...).¹⁹⁹

Maria Silvia Bassanezi assinala ser necessário ao historiador consultar dicionários médicos para a descoberta dos termos utilizados nas fontes relacionadas à morte, a exemplo dos obituários e atestados de óbito, pois, as terminologias das patologias nestas fontes abrangem um gama muito variado de doenças. Portanto, demonstram muita imprecisão, por exemplo, “febres” e “dores”, como as relacionadas ao padre Eutíquio e “suas dores reumáticas”, elencadas por Bassanezi como diagnósticos imprecisos, ocasionados pelo pouco ou nenhum conhecimento que o pároco ou o familiar possuía sobre o assunto (BASSANEZI, 2009, p.154).

Encontramos no *Dicionário de Medicina Popular*, publicado em 1842, por Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, médico nascido na Polônia exilado no Brasil em 1840. O dicionário descreve os medicamentos de tradição indígena e europeia, os mais populares da época, sendo indicados para as principais doenças endêmicas e epidêmicas no Império do Brasil, as quais estão entre os verbetes do dicionário médico (RIBEIRO, s/d, p. 01). O verbe “*Rheumatismo*” é descrito no dicionário médico por Pedro Luiz Chernoviz da seguinte forma:

Rheumatismo - Afecção cujo principal caráter consiste em uma dor viva nos músculos ou nas articulações (juntas), donde vêm os nomes de *reumatismo muscular* e *reumatismo articular*. O reumatismo é agudo e crônico. O reumatismo articular agudo apresenta analogia com a gota, e por isso foi chamado *reumatismo gotoso*, mas não ocupa senão as grandes articulações (...) e principia quase sempre pela articulação do dedo do pé. *Sintomas*. A dor é quase o único caráter do *reumatismo muscular*. É viva e dilacerante no estado agudo; aumenta pelo mais leve contato, pelos movimentos impossíveis. O *reumatismo articular agudo* principia ordinariamente por um calafrio, pela aceleração do pulso, calor da pele e dor de cabeça. O *reumatismo articular crônico* a dor em geral é o único sintoma (...) as articulações afetadas não se acham vermelhas, a inchação não vem senão mui lentamente. Por mais violenta que seja a dor, quase nunca provoca febre. O Reumatismo articular crônico, depois de ter durado algum tempo desaparece de repente, deixando por alguns meses os doentes em tranquilidade, mas depois torna a

¹⁹⁹ A *Época*. Jornal *A Época*, terça feira, 01 de fevereiro de 1859, ano 02, n. 25, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/720828/per720828_1859_00025.pdf. Acesso em: 24 set. 2017.

aparecer espontaneamente ou pelo efeito de uma mudança de estação, de uma impressão de frio ou de um excesso no régimen²⁰⁰.

O padre Eutíquio talvez padecendo das dores sentiu que a morte não tardaria a chegar por volta do ano de 1876, após longa convalescença de dores reumáticas sentidas durante quase toda a sua maturidade. No inverno de 1876, estava ainda mais confrangido pela morte ocorrida em 1872 do seu amigo, o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery, companheiro nas lides contra a alta hierarquia ultramontana da igreja paraense. Ademais, lembrava-se magoado dos episódios infaustos ocorrido nos anos de 1868: sua nomeação e súbita destituição do Conselho de Instrução Pública e do reitorado do Colégio Paraense. E para inflamar sua dor, rememorava a desdita causada pela sua nomeação para a presidência do Convento do Carmo, e como não podia ser diferente, este ato também teve rápida anulação. Dessa vez praticada pelo Visitador Apostólico da Província Carmelitana Fluminense, frei Francisco Fausto do Monte Carmelo junto ao Ministro dos Negócios do Império José Joaquim Fernandes Torres.

Em uma manhã de dezembro de 1876, sentado em uma escrivaninha, o padre Eutíquio começa a lembrar destes acontecimentos infelizes, que de acordo com ele, aconteceram em sua vida de padre liberal e maçom no Pará, rapidamente seus pensamentos transformam-se em ácidas diatribes postas no papel por sua pena ágil, assim como sempre fora. Relembrar seus desgostos em avançada idade causava ainda mais dores àquele padre, que com tanto pesar ao rememorar a sua expulsão das ordens sacras em 1866, possivelmente, ele sentiu bem no fundo da alma de velha raposa da política, a suspeita de que suas destituições podiam ser um efeito direto da sua suspensão do exercício de padre, e possivelmente pensou cerrando os olhos que esses fatos podiam ter sido sugeridos pela intervenção de um inimigo declarado: o bispo D. Antônio de Macedo Costa, que em seu jornal *A Boa Nova* atacava quase que semanalmente o liberalismo, os maçons e abertamente a pessoa do padre negro ligando-o a escândalos na cidade de Belém. Em suas palavras, o padre Eutíquio já previa o sentido que sua morte viria a ter para os habitantes da cidade.

Mas como é possível ter uma morte tão *desgraçada* (segundo o papel do bispo, *A Boa Nova*), (*) [sic] como a do meu dedicado amigo, o cônego Ismael, mas, no meu entender menos desgraçada que a do virtuoso bispo de Pernambuco, o D. Manuel de Medeiros.²⁰¹

²⁰⁰ CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular*. Vol. 03 (M-Z). Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1851, p. 357-362.

Disponível em: books.google.com.br/books?id=iPAyAQAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q=reu&f=false. Acesso em: 16 ago. 2019.

²⁰¹ Profissão de fé do Padre Eutychio. *Jornal O Boletim do Grande Oriente do Brasil*, ano 09, n. 09, setembro de 1880, p. 346. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 17 out. 2015.

A esta folha escrita, o padre Eutíquio chamou-a *Disposições para logo que eu morra*, e foi entregue a seu amigo e companheiro da Maçonaria paraense, D. Vicente Ruiz, como instruções a serem adotadas assim que o velho padre expirasse. Ao que ele cogitava acontecer ainda àquele ano.

O que é certo é que esta notável profissão de fé, escrita e assinada pelo preclaro cidadão, foi por ele entregue, poucos dias antes do seu falecimento, ao seu amigo D. Vicente Ruiz com permissão, também escrita, para a publicar se assim julgasse conveniente.²⁰²

A este ato de registrar disposições a serem adotadas aquando da morte, a historiadora Júnia Ferreira Furtado assinala estarem relacionados à prática de *testar*, ou seja, relativos aos *testamentos*, afinal, testamento vem das palavras latinas *testatio mentis*. *Testatio* significa a ação de testar ou testemunhar, e a palavra *mens* ou *mentios* significa a mente, um plano ou um projeto (FURTADO, 2009, p. 94). Furtado elenca que o sentido de testamento e sua feitura evidenciam o direito que homens e mulheres dos séculos 16 até hoje dispõe de impor sua vontade na partilha de seus bens depois de suas mortes, bem como a importância da lei para o cumprimento dos requisitos necessários à sua execução, tornando assim o testamento um documento com o valor jurídico (*Ibid.*, p. 94).

Andréa da Silva Pastana enumera que para a feitura do testamento carecia optar-se pelo testamento público, também chamado aberto, sendo necessário ser lavrado por tabelião, em livro próprio, na presença de cinco testemunhas, as quais obrigatoriamente careciam ser varões livres e maiores de quatorze anos; ou cerrados ou místicos, isto é, redigidos em carta sigilosa pelo testador ou alguma pessoa íntima e de confiança, autenticado e lavrado pelo tabelião também na presença de cinco testemunhas e registrado em nota de aprovação no livro notarial (PASTANA, 2008, p.25). Através dos noticiários percebe-se que esse pode ter sido o caso do testamento do padre Eutíquio, que redigido junto com a sua carta seguiu normas legais para garantir sua autenticidade.

No escritório desta redação [a do jornal *A Província do Pará*] está franco, ao exame de qualquer pessoa, o original da profissão de fé de padre Eutychio Pereira da Rocha, escrita e assinada pelo finado, e que nos foi confiada pelo Sr. D. Vicente Ruiz.

Esse documento está devidamente reconhecido pelo Sr. tabelião Dias Cardoso.

Deste modo ficará o colega da Boa Nova, convencido de que o tal resp.: ir.: a que aludiu não passar de um respeitabilíssimo contador de histórias.²⁰³

²⁰² *Ibidem*, p. 346.

²⁰³ A Profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *A Província do Pará*, sábado, 09 de outubro de 1880, n. 1.347, ano 05, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro de 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

Nesse sentido, a folha *Disposições para logo que eu morra* escrita pelo padre Eutíquio em 1876 talvez fosse confeccionada junto com o seu testamento²⁰⁴ e lavrada pelo tabelião Dias Cardoso. O testamento foi a fonte que não conseguimos localizar. Sendo utilizada somente a carta que igualmente podemos chamar de carta-testamento *Disposições para logo que eu morra*, escrita, assinada e lavrada em cartório para prevenir das acusações de falsificação, possivelmente vindas de um maçom católico próximo da folha *A Boa Nova*.

Nisto, podemos afirmar que a carta publicada nos grandes jornais da cidade com o nome de *A Profissão de fé do Padre Eutíquio*, nome pelo qual a carta chegou até mim pelos jornais *A Província do Pará* (PA) e *Boletim do Grande Oriente do Brasil* (RJ) nos noticiários póstumos do padre em 1880, é verdadeiramente de sua autoria. Porém, na época a autenticidade foi objeto de desconfiança da igreja, onde os padres colaboradores da folha *A Boa Nova* somente creram que a carta fosse de autoria do padre Eutíquio devido ao fato dela ter sido publicada pelo grupo social dos maçons.

Se essa profissão de fé não fosse publicada por seus irms.: e amigos .:, caberia uma réstea de dúvida sobre a autenticidade do documento.²⁰⁵

As seguintes exegeses da *Profissão de fé* foram publicadas na folha católica durante todo o mês de setembro e, especialmente, na de n.03, levantam-se acusações de “rachas” no grupo social dos maçons devido à suspeitas de vazamento de informações secretas dos documentos da Maçonaria dados por um maçom anônimo à Igreja de D. Macedo Costa.

É só n'esta hipótese que julgamos também dever pôr na rua novo segredo, quiçá de maior monta, que nos foi confiado por outro ir.: não menos graduado, mas, que poderá ficar tranquilo que nada lhe acontecerá, além de descomposturas. O Gr.: Mestr.: Saldanha Marinho proibiu em telegrama, que levassem pelas ruas os pendões das lojas, e só e exclusivamente por isso que esses retalhos veneráveis.: não figuraram na mascarada.²⁰⁶

A acusação católica diz respeito ao uso dos *pendões*, ou seja, bandeiras ou emblemas da Maçonaria na procissão fúnebre do padre Eutíquio, alcunhados pelos articulistas de “mascaradas”. Pendões dos quais os relatos dos jornais liberais e maçônicos revelam terem

²⁰⁴ Sobre o testamento de padre Eutíquio Pereira da Rocha, eu não consegui encontrá-lo nos maiores centros de documentação cartorial do estado do Pará na atualidade, o Centro de Memória da Amazônia e o Arquivo Público do Estado do Pará. Para uma lista completa dos testamentos públicos de mulheres viúvas, padres e cidadãos brancos livres e suas estratégias de doações de bens. Cf. PASTANA, Andréa da Silva Pastana. *Em nome de Deus, amém: Mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão-Pará na primeira metade do século XIX*. 2008. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008.

²⁰⁵ A chamada Profissão de fé do Padre Eutychio II. Jornal *A Boa Nova*, Pará, sábado, 04 de setembro de 1880, n. 67, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 17 mar. 2017.

²⁰⁶ A chamada Profissão de fé do Padre Eutychio III. Jornal *A Boa Nova*, Pará, sábado 11 de setembro de 1880, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 17 de mar. 2017.

aparecido na procissão fúnebre, sendo vistos por toda a população que seguia o cortejo contando até com o “*zelo das autoridades públicas que tinham por obrigação impedi-la*”²⁰⁷, segundo acusaram os católicos ultramontanos.

A Boa Nova acusou que os símbolos da Maçonaria não apareceram por terem sido impedidos pelo telegrama do Grão-Mestre da Maçonaria brasileira Joaquim Saldanha Marinho. Ele realmente enviou um telegrama ao Pará oferecendo condolências pela morte do Delegado do Grão-Mestre da Maçonaria na província, conforme atestamos nos noticiários dos jornais liberais e maçônicos, mas, não sabemos o teor do telegrama e nem se a informação vazada pelo maçom aos católicos foi verdadeira.

A Maçonaria paraense recebeu ontem um telegrama de pêsames do Sr. Conselheiro Saldanha Marinho, Grão-Mestre do Grande Oriente Unido, pelo falecimento do padre Eutychio Pereira da Rocha.²⁰⁸

Célia Marinho de Azevedo define que a história da Maçonaria durante a Regência e Segundo Reinado é marcada por cisões, fusões, potências maçônicas e criações de lojas, marcadas por diferentes interpretações de historiadores maçons. Todas elas bastantes distintas sobre os caminhos do *Grande Oriente Brasileiro* no século 19 (AZEVEDO, 2010, p. 151).

Exemplo disso é o jornal da maçonaria brasileira, que chamava-se na década de 1880 de “Boletim do Grande Oriente do Brasil”, diferente do que foi no ano de 1873 quando chamava-se “Boletim do Grande Oriente Unido”. Entretanto, os noticiários do período demarcam que aqueles maçons da década de 1880, reunidos sob a direção de Saldanha Marinho, incluindo o padre Eutíquio, reconheciam-se como pertencentes ao “Grande Oriente Unido”²⁰⁹, sendo por isso difícil definir as cisões que aconteciam na Maçonaria brasileira no Segundo Reinado, e mais difícil ainda no Pará.

Azevedo aponta que Saldanha Marinho àquela época exercia o cargo de Conselheiro do Estado. Sua história na Maçonaria tinha longa data, uma vez que desde o ano de 1863 havia fundado um novo *Grande Oriente Unido*, separando-se do grupo conhecido como

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 01.

²⁰⁸ Assuntos do dia. Jornal *A Província do Pará*, domingo, 22 de agosto de 1880, n. 1308, ano 05, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro de 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

²⁰⁹ Dois noticiários dão conta que os maçons do Pará pertenciam ao Grande Oriente Unido, um relaciona-se com delegado do Grão-Mestre no Pará, a citação da página 57 sobre o padre Eutíquio, e outro com o delegado adjunto, D. Vicente Ruiz. “**Maçonaria Paraense**. O Sr. D. Vicente Ruiz acha-se no exercício do delegado do Grão-Mestre do *Grande Oriente unido do Brasil* [grifo nosso]”. Jornal *A Província do Pará*, domingo, 22 de agosto de 1880, n. 1.308, n. 05, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro de 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

Grande Oriente do Brasil. Esses maçons descontentes com a direção do antigo *Grande Oriente do Brasil*, firmaram um novo grupo conhecido como os “Beneditinos”, chefiados pelo *Ganganelli*, cognome de Joaquim Saldanha Marinho. Portanto, é provável que o padre Eutíquio pertencesse a este grupo dos Beneditinos, dentre as inúmeras tendências existentes na Maçonaria brasileira (AZEVEDO, 2010, p. 151).

São recorrentes as farpas dirigidas pela *A Boa Nova* à Ordem maçônica do Pará durante a morte do padre Eutíquio. A primeira delas relaciona-se com o delegado adjunto D. Vicente Ruiz, sucessor do padre Eutíquio na função de Grão-Mestre da Maçonaria paraense. Ele, segundo a folha católica, enfrentava oposição dos maçons do vale por ter autenticado e reconhecido na imprensa a *Profissão de fé do Padre Eutíquio*. Fazendo emergir assim a existência de dissensões entre os maçons do Pará.

A segunda delas é a suposto aparecimento dos símbolos da Maçonaria no *saimento* do corpo do padre Eutíquio da *Câmara ardente* da loja Firmeza e Humanidade para o sepultamento no cemitério de Santa Izabel. O jornal *A Província do Pará* relata que apareceram coroas de flores com emblemas e homenagens das tipografias e lojas maçônicas do vale.

O ataúde foi carregado, como na véspera, desde o ponto de partida até o arraial de Nazareth, pelos veneráveis e diversos maçons.
Sobre o ataúde, viam-se quatro ricas coroas, das quais pendiam largas fitas roxas, franjadas nas extremidades, nas quais se liam:
- “*Firmeza e Humanidade*”
- “*Homenagem da loja Harmonia e Fraternidade*”
- “*Saudade da loja Aurora*”
- “*A Província do Pará ao Padre Eutychio Pereira da Rocha*”.²¹⁰

A contenda vista nas ruas e discutida na folha *A Boa Nova* foi a acusação do aparecimento dos símbolos da Maçonaria ao público, contrariando as disposições no artigo n. 05 da Constituição de 1824, na qual previa-se que as outras Religiões mantinham permitidos os seus cultos, porém, restritos ao espaço doméstico, ou casas específicas para este fim, “*sem forma alguma exterior de Templo*”.²¹¹

²¹⁰ Assuntos do dia. Jornal *A Província do Pará*, domingo, 22 de agosto de 1880, n. 1.308, ano 05, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro de 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

²¹¹ O artigo n. 05 da Constituição de 1824 previa: “A Religião Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”. In: NOGUEIRA, Octaciano (Org.). *Constituições Brasileiras*. Volume I. 3ª. Ed. Brasília: SENADO FEDERAL, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012, p. 65.

Veja o público até que ponto chega o arrojo da folha oficial levantando o seu protesto.
 Admirem os homens sisudos que vergonhosa coragem não é mister, para negar-se que houve aparato das lojas maçônicas, no enterro do Padre Eutychio.
 O que surpreende e muito é que essa gente mostre tanta cobardia em confessar o crime que praticou com tanta audácia.
 Que carâteres!²¹²

Desse modo, as censuras da Igreja Católica incidiram na “ofensa” à *constitucionalidade* causada pelos símbolos da Maçonaria, retirados do interior dos templos e expostos aos públicos nas duas procissões fúnebres do padre Eutíquio, no cortejo para o velório e para o sepultamento, como maneira de contrariar as prerrogativas da religião católica em ser a Religião do Império brasileiro, conforme disposto no artigo n. 05 da Constituição de 1824.

A participação da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, uma ordem secularizada existente na cidade de Belém, composta por irmãos leigos e ligada à regular Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Portugal²¹³, no enterramento de Eutíquio (um padre secular), foi um estopim de uma série de censuras que a Igreja Católica vinha lançando contra a Ordem de São Francisco desde 1873. Sendo a participação dela na procissão fúnebre de padre Eutíquio uma ojeriza a mais a ser veiculada no jornal *A Boa Nova*.

“Aí (no arraial de Nazareth) estava postado o carro fúnebre da (chafariqueira) Ordem 3º de S. Francisco.²¹⁴”

Como um breve histórico desta Ordem, o historiador Antonio Baena estima que a data de fundação dela no Grão-Pará remonte a 1668. Tendo os estatutos gerais feitos pelo padre comissário e visitador da Ordem Frei Luís de São Francisco, obtendo a aprovação em Portugal alguns anos depois pelas mãos do padre geral da Ordem Frei Francisco Maria de Bononia e pelo padre ministro província Frei Manoel da Natividade (BAENA, 1878, p. 08). Através da monografia publicada em 1878, atestamos que por volta de 1784 esta Ordem Terceira passou por um processo de secularização através de Bula Pontifícia, separando a

²¹² A chamada profissão de fé do padre Eutychio. III. Jornal *A Boa Nova*, Pará, sábado, 11 de setembro de 1880, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 17 de mar. 2017.

²¹³ De acordo com o estudo do historiador Antonio Baena, a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência foi fundada em Portugal a 1221 por Seráfico de Assis, tendo a validação de vinte e dois Papas ao longo de sua história. Em 1873 como o presidente da Mesa Regedora e observando a pouca informação sobre o histórico da Ordem Terceira de São Francisco no Grão-Pará, resultado da deterioração dos livros de registros das atividades, Baena realizou um esforço de resgate dos fragmentos dos registros históricos existentes no arquivo da Ordem, sendo o resultado disso uma monografia publicada em 1878. Cf. BAENA, Antonio N. Monteiro. *Bosquejo Cronológico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Grão-Pará*. Pará: Tipografia de Comércio do Pará, 1878.

²¹⁴ A chamada profissão de fé do padre Eutychio. III. Jornal *A Boa Nova*, sábado, 11 de setembro de 1880, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 17 de mar. 2017.

jurisdição espiritual da jurisdição temporal. Tornando a direção espiritual restrita ao comissário e visitador Frei Manoel do Menino Jesus, e separado dele, o governo temporal entregue à direção dos irmãos ministros e demais membros da Ordem, cuja mesa foi tornada livre e independente das decisões do padre comissário (*Ibid.*, p. 37). Baena demarca que este momento inaugurou um segundo momento na cronologia da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, em que no alvorecer do século 19, até 1802, contava com irmãos leigos e padres nos cargos de Ministros (*Ibid.*, p.42)²¹⁵.

Em 1862, depois da Cabanagem, a Ordem de São Francisco esteve sob a direção temporal do bispo diocesano D. Macedo Costa e nela participaram da mesa administrativa como vice-ministros e procuradores, o padre liberal Joaquim Antônio da Silva Egues, o conservador Dr. José Lourenço Paes de Souza e o cidadão Joaquim Antonio da Silva Barata, a deliberarem informações ao vigário geral a respeito dos fundamentos jurídicos da prioridade da Ordem 3^o de São Francisco sobre a Ordem 3^a do Carmo (*Ibid.*, p.59-60). Todavia, a relação harmônica entre a mesa administrativa e a direção do bispo sofre abalos por volta de 1873, quando D. Macedo Costa lança uma Instrução Pastoral contendo admoestações diretamente à Ordem e a todos os irmãos maçons partícipes dela e não somente ao ministro eleito presidente da Mesa Regedora Antonio Baena, cujo mesmo levou a Instrução Pastoral ao conhecimento da Mesa conjunta, segundo relata o próprio presidente Baena (*Ibid.*, p.77).

A fim de tomar as providências que o caso exigia, como também responderia a parte que lhe tocava; e declara que colocado entre dois objetos igualmente caros ao seu coração, a rejeição d' um deles, é um impossível, e impossível tanto maior, quando em sua consciência nada encontra que condene uma ou outra afeição.²¹⁶

Segundo o relato do autor, no dia 02 de abril de 1873, a deliberação da mesa conjunta decidiu pelo parecer do ministro decidindo pela não exclusão dos irmãos maçons da Ordem, uma vez que tal matéria não estava prevista nos *Estatutos* da Ordem aprovadas pelo próprio bispo, nem em nenhuma disposição que justificasse tal medida. No dia 17 de abril, a Ordem recorreu ao governo imperial na forma de uma petição para que fosse tornada nula a censura do bispo D. Macedo Costa à Ordem, sendo o papel assinado por 239 irmãos (*Ibid.*, p.279)

²¹⁵ No terceiro momento de sua cronologia, Baena elenca que devido à falta de estatutos próprios a Ordem administrativa adota em 1803 os "*Estatutos e regra da Ordem 3^a de Serafim, o glorioso patriarca de São Francisco da cidade do Porto*", e em 1805, tempos antes da emancipação política da metrópole portuguesa, a Mesa administrativa recebe as censuras do Conde dos Arcos a respeito dos desregramentos praticados pelos irmãos nas procissões públicas no uso das vestimentas. Cf. BAENA, 1878, Op. Cit., p. 44.

²¹⁶ BAENA, 1878, *Op. cit.* p.78.

“entre os quais cidadãos muito qualificados”²¹⁷. A Boa Nova justifica publicamente a interdição da Ordem:

Clero paraense – pelos jornais da capital sabemos que as ordens terceiras de S. Francisco o Carmo não acharam nenhum sacerdote que se protestasse a funcionar com elas.

Esta pública confissão dos adversários é o maior elogio que se poderia fazer ao ilustrado Clero desta diocese, que não se curva ao arbítrio de um governo maçonzado.

A resistência passiva, calma, digna, continuará nesta diocese, e será a mais robusta, prova de altura, em que soube colocar se o Clero paraense.²¹⁸

Esse acontecimento da interdição da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência na província do Pará tornou-se conhecido em todo o Império como o estopim da Questão Religiosa. Que após a fase dos processos, prisão e anistia dos bispos do Pará e Olinda D. Macedo Costa e D. Vital Gonçalves, respectivamente, continuou ecoando de 1873 aos sete anos seguintes, com a proibição da admissão de novos membros entre 04 de abril de 1873 a 08 de maio de 1874 (*Ibid.*, p.89). A Ordem sofreu a reorganização de sua estrutura administrativa depois da Anistia do Governo Imperial ao bispo D. Macedo Costa e seu retorno ao Pará em 1876 (*Ibid.*, p. 85).

Sentindo a escassez de sacerdotes desde 1874, a partir do ano de 1876 toma a posse da Mesa Regedora o irmão Francisco Maria da Cunha e cria-se uma comissão interna destinada a dar as boas vindas ao bispo em seu retorno do Rio de Janeiro, a fim de convidá-lo a assistir a celebração de um *Te Deum*. No que Baena afirma que o bispo não consentira à comissão para a realização do ato sem que a Mesa Regedora submetesse-se às condições por ele imposta, as quais seriam:

“1ª Que não pertencera (os membros da mesa; de sociedades maçônicas, nem a outras associações proibidas pela igreja).”

“2ª Não receberão d’ora em diante pessoas atestadas na maçonaria, ou em sociedades secretas, sem uma renúncia prévia e formal das mãos do revdo. padre comissário da Ordem”.

“3ª Velarão para que os membros da mesa regedora sejam católicos conhecidos, tementes a Deus e não se achem alistados nas sociedades acima indicadas, por serem proibidas pelos cânones da igreja católica apostólica romana”.²¹⁹

Na monografia de Antonio Baena consta que estas condições não foram aceitas. De acordo com ele, “por serem contrárias a resolução imperial de 03 de agosto de 1873”²²⁰.

²¹⁷ BAENA, 1878, *Op. Cit.*, p. 79.

²¹⁸ Crônica Urbana. Jornal *A Boa Nova*, Quarta feira 5 de novembro de 1873, número 58, Ano 3, p. 4a. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em 15 jan. 2017.

²¹⁹ BAENA, 1878, *Op. Cit.*, p. 85-86

²²⁰ *Idem, Ibidem*, p. 86.

Dois meses depois, a Mesa Regedora dirige um ofício ao bispo solicitando um sacerdote para a celebração de um ato religioso. O mesmo ofício não teve a resposta do bispo D. Macedo Costa. Com isto, o cenário entre a Ordem de São Francisco da Penitência e o bispo D. Macedo Costa entre os anos finais da vida do padre Eutíquio não eram os mais harmônicos, conforme percebemos que as insubordinações dos irmãos maçons da Venerável Ordem persistiram até em 1880 no enterramento do padre Eutíquio devido à sua posição de poder no interior da Maçonaria, como o Delegado do Grão-Mestre da Maçonaria no Pará.

O padre Eutíquio teve o transporte do seu ataúde e sua inumação feita em jazigo particular, cujas despesas ficaram a cargo desta Ordem Terceira, ainda composta de maçons e censurada durante quase toda a década de 1870. Àquela altura, a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência ainda resistia às investidas do bispo diocesano pela exclusão dos maçons de seu quadro de irmãos e Mesa Regedora. E assim, o fizeram realizando o enterramento daquele que foi o Delegado do Grão-Mestre da Maçonaria na província do Pará.

3.1.1 – “Sob um ramo de *Accacia*”

A morte do padre Eutíquio teve grande repercussão na cidade de Belém, tanto nas ruas com o funeral e o sepultamento, quanto nos discursos da Igreja Católica e da Maçonaria sobre o ocorrido. A Igreja Católica fez-se presente neste processo através de investidas que começaram mesmo antes do passamento (morte) do padre, conforme temos relatos dos articulistas de *O Liberal do Pará*, e podemos inferir estarem eles informados pelos maçons do jornal *A Província do Pará*, que estavam assistindo a convalescença do padre e estavam cientes dos acontecimentos da esfera privada na casa do padre Eutíquio. As quais foram relatadas no noticiário.

“S. Exc. o Sr. bispo desta diocese, diz *A Província do Pará*, tem enviado emissários seus à residência do ilustre enfermo, com o intuito de ver se é possível uma conciliação. As propostas, porém, tem sido feitas de modo que não podem ser aceitas”.²²¹

Nisto, podemos entrever que houve uma preocupação do padre Eutíquio sobre a possibilidade de receber padres emissários do bispo D. Antônio de Macedo Costa em seu leito de morte. Fato que foi cogitado na carta testamento, em que escrevendo como um padre suspenso das ordens sacras em 1866 pelo tempo de apenas 01 ano, na realidade a suspensão continuou por longos quatorze anos, e talvez o padre Eutíquio tenha suspeitado que pudesse

²²¹ Noticiário. Jornal *O Liberal do Pará* Belém do Pará, quarta feira, 18 de agosto de 1880, ano 12, n. 186, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1880_00186.pdf. Acesso em: 26 mar. 2017.

receber a visita de padres ultramontanos trazendo a proposta do bispo em reconciliá-lo com a igreja, aquando da hora extrema. Para tanto, ele expõe a suspeita em sua carta, a qual acabou confirmando-se.

É provável que, ao saber que estou morrendo, o Sr. D. Antônio me faça a visita fúnebre (única, que ele faz aos padres) ou mande algum dos seus a *converter-me*, para glória, não de Deus, que não entra nos seus cálculos, mas do seu partido. Se então eu estiver senhor de mim e capaz de polemizar, deixem-me desfrutá-lo; no caso contrário, não o deixem a sós comigo; o homem sairá proclamando a minha mortal apatia por aquiescência às suas insinuações. Não tenho retratações a fazer, *nem conversões [grifo nosso]*, pois que nunca tive que renegar o símbolo dos Apóstolos nem o de Nicéa...²²².

Destarte, evidenciamos que apesar do padre Eutíquio estar suspenso das ordens sacras, a alta hierarquia da Igreja Católica não esteve ausente de sua vida privada apesar dos ataques públicos que um dirigiu ao outro ao longo de suas trajetórias. Demonstrando, como apontou Maria Izilda Matos, uma ampla e forte mescla entre as esferas pública e privada, e nela o fenômeno do íntimo surgindo bastante atrelado à lógica burguesa da individualização do homem moderno (MATOS, 1981, p. 130).

Após o passamento de Eutíquio, mudam-se as retóricas nos jornais, as quais são evidenciadas a partir do funeral e sepultamento do padre negro, cujos relatos e os fatos deles decorrentes foram veiculados nos jornais seguintes: o liberal/maçônico *A Província do Pará* e no católico *A Boa Nova*.

O funeral do padre Eutychio

Às 7 horas da noite de anteontem, em virtude dos *boletins* que espalhamos por ontem teve a capital conhecimento do infausto acontecimento, extraordinária massa de povo afluíu para a Estrada de São José, além de grande número de maçons e de outras pessoas. À essa hora mais ou menos, colocado o cadáver em um suntuoso ataúde, formado de veludo preto formando na tampa uma grande cruz bordada a galão branco, além de outros distintivos simbólicos sendo carregados pelos veneráveis, adjunto do delegado do grão-mestre e outros maçons desfilou o imenso, no mais religioso silêncio. Seguiam em alas na frente do préstito os alunos da escola da Infância Desvalida mantida pela Loja *Harmonia*, a que pertencia o finado, depois os maçons e outros cidadãos, com brandões acesos, ao ataúde (...). Por toda a parte o lúgubre cortejo passou, afluía o povo (...) tal era a massa compacta de povo que aí se aglomerou.²²³

Quanto à simbologia presente no relato do funeral de padre Eutíquio, podemos destacar que se fizeram presentes elementos simbólicos do Catolicismo e da Maçonaria, sendo

²²² A Profissão de fé do Padre Eutychio. *Jornal Boletim do Grande Oriente do Brasil*, ano 09, n. 09, setembro de 1880, p. 351. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

²²³ Assuntos do dia. *Jornal A Província do Pará*, Belém, domingo, 22 de agosto de 1880, ano 05, n. 1308, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro de 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

que esta última instituição procurou *tomar para si* a morte do padre tornando-a um acontecimento político expresso, sobretudo, na ritualística das cerimônias que foram dos cortejos fúnebres da casa do morto ao local do velório, e partindo da loja *Firmeza e Humanidade* ao cemitério aquando do sepultamento. Reis destaca que no século 19 as famílias esforçavam-se por fazer dos enterros de seus membros um importante acontecimento social. Sendo neste século prática muito comum a atitude das famílias buscarem numerosas audiências em seus funerais (REIS, 1991, p.129), e que no caso de padre Eutíquio, todos os seus familiares biológicos estavam na província da Bahia, de onde era natural. Na província do Pará, seus irmãos maçons foram “a família” que preparou sua morte e seu funeral, assim como os cidadãos livres e pobres, os escravos e libertos, e os alunos da Escola da Infância Desvalida, mantida financeiramente pela loja maçônica *Harmonia*, guardaram oito dias de luto pelo padre finado.

A primeira providência a ser tomada foi o cuidado com o cadáver e a preparação dele para o velório, em seguida vinham os detalhes do funeral. Reis assinala que o cuidado com o cadáver era de suma importância, caso contrário corria-se o risco de sua alma não alcançar a redenção, ficando penando neste mundo. Por isso, cortavam-se os cabelos, a barba, as unhas, e era preparado o banho do morto, que não podia tardar sob o risco de o morto enrijecer-se dificultando assim a tarefa. (REIS, 1991, p. 114). A *Província do Pará* traz em seus noticiários o vestuário com o qual o cadáver do padre Eutíquio foi enterrado.

O cadáver do nosso sempre chorado irmão vestia casaca, gravata e luvas brancas, e tinha as insígnias do grau 33.: e delegado do grão-mestre da Ordem.
O caixão mortuário estava guarnecido de enfeites simbólicos.²²⁴

Temos as informações de que o depósito que recebeu o seu corpo foi um ataúde suntuoso (segundo os relatos) trasladado de sua casa, na Estrada de São José (atual Rua 16 de Novembro) até a Travessa da Imperatriz (atual Rua 15 de Novembro), continuando no Largo das Mercês com grande massa de povo juntando-se ao cortejo até alcançarem a Rua do Rosário (atual Rua Aristides Lobo)²²⁵ para velório na Câmara ardente²²⁶ da Loja Maçônica

²²⁴ Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro de 1880, n. 09, ano 09, p. 352. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

²²⁵ De acordo com Cruz, até 1839 a Estrada de São José, ou Largo de São José era um dos cinco maiores largos da cidade junto com os largos da Pólvora, dos Quartéis, do Palácio e da Sé, é hoje é denominada Rua 16 de Novembro. A Travessa da Imperatriz, também foi chamada de Rua da Praia, da Boa Vista, hoje é denominada Rua 15 de Novembro. O Largo das Mercês foi um dos sete largos menores da cidade junto com os largos de Santo Antônio, de Santa Ana, das Mercês, da Trindade, do Rosário, de São João e do Carmo. Ainda de acordo com Cruz, a Rua do Rosário é a atual Rua Aristides Lobo. Cf. CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. 2ª. Ed. Belém: Cejup, 1992, p. 17; 37-38.

Firmeza e Humanidade. E, no interior da câmara ardente os relatos dizem que o ataúde com o corpo do padre “ficou ladeado por vasos, contendo álcool inflamado, e brandões acesos, tudo em número simbólicos”²²⁷.

De acordo com Reis, no velório o defunto atravessava a noite na companhia de parentes e conhecidos, para os quais se providenciava comida e bebida (REIS, 1991, p. 131), e o funeral de padre Eutíquio ao mesmo tempo em que seguiu a ritualística maçônica também foi todo realizado dentro de um modelo cristão católico, a exemplo dos brandões (velas, círios) acesos a noite toda para iluminar a alma do defunto. A queima de círios simbolizava uma vida que se extinguia e a iluminação do caminho para a vida eterna (REIS, 1991, p. 139). Além deles, no velório de padre Eutíquio foram colocados.

Na cabeceira do ataúde erguia-se uma rica banquetta com três velas de cera amarela, sobre a qual repousava um retábulo em cujo centro via-se uma – *Rosa Cruz* ricamente bordada. (...) A um lado da banquetta estava o estandarte da loja, envolto em crepe; de outro lado, n’um grande vaso, ardia o incenso e outras substâncias odoríferas.²²⁸

Os objetos da ritualística maçônica figuravam junto ao corpo do padre: as insígnias *Rosa Cruz* indicando o grau maçônico n. 18 e as insígnias do grau máximo n. 33. Junto ao finado estava os estandartes das lojas, o incenso. Também estiveram presentes no adorno dos maçons que choraram o padre no interior da câmara ardente, segundo relatos minuciosos “em todo o cerimonial concernente a trasladação e enterramento do padre Eutíquio, os maçons traziam gravata e luvas brancas e crepe no braço esquerdo”²²⁹. De acordo com Jules Boucher²³⁰, na obra *A Simbólica Maçônica*, na Maçonaria as luvas brancas não são apenas um símbolo, e sim são objetos rituais, devido à sabedoria da Ordem conceber que na extremidade, isto é, na ponta dos dedos emanam magnetismos reais, e que só as mãos enluvadas de branco somente deixam de emanar os magnetismos corpóreos benéficos e transformados (BOUCHER, 1979, p.331). Boucher assinala que em uma assembleia de

²²⁶ De acordo com a definição do Dicionário *Michaelis*, a Câmara ardente é um substantivo feminino cuja definição: sala em que se expõe o corpo do defunto sobre um catafalco de tochas (ou velas) para ser velado até o momento do funeral; capela ardente: “[...] o corpo de Patrício Macário estava em câmara-ardente na nave da igreja, onde tinha ingressado carregado”. Cf. *Michaelis*, dicionário brasileiro da Língua Portuguesa [online]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=XQdp>. Acesso em: 21 ago. 2019.

²²⁷ Assuntos do dia. Jornal *A Província do Pará*, Belém, domingo, 22 de agosto de 1880, ano 05, n. 1308, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro de 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

²²⁸ *Ibid.*, p. 02.

²²⁹ *Ibid.*, p. 02.

²³⁰ BOUCHER, Jules. *A Simbólica Maçônica*, ou, a arte real e corrigida de acordo com as regras da simbólica esotérica e tradicional. São Paulo: Editora Pensamento, 1979, p. 331.

maçons, onde todos usam luvas depreende-se uma ambiência muito particular, que, segundo ele, pode ser sentida nitidamente “por pessoas menos atentas” (BOUCHER, 1979, p.331).

A manhã do sábado no dia 21 de agosto raiou naquele templo maçônico para os maçons e a multidão que velaram o padre Eutíquio na loja *Firmeza e Humanidade* na noite da sexta feira. Agora, a preocupação dos venerandos irmãos incidia no sepultamento do padre Eutíquio, e desde já este ato esteve eivado de numerosas polêmicas, pensadas pelo padre negro ainda vivo em sua carta testamento. Preocupações que partiram do fato da perda da sepultura eclesiástica, após a suspensão de padre Eutíquio do ministério sagrado, em 1866. Em suas palavras, ele descreve na carta testamento as esperanças tidas sobre o seu sepultamento.

O que levo dito, é mais que suficiente para que o zelo dos fariseus de hoje me recuse a sepultura, que eles chamam eclesiástica, mas para a qual nada contribuíram. Todavia, não quero luta por isso. A sepultura de Jesus Cristo não era eclesiástica, não teve benção, como não a tiveram as dos Apóstolos e dos mártires e dos primeiros cristãos. (...) Façam-me o enterro com os meios que deixo á disposição da oficina, sem dispêndio da gente que foi minha família, com a maior simplicidade, mas não me deixem ir solitário.²³¹.

O padre Eutíquio ainda vivo temia morrer solitário. Fez dos seus companheiros maçons a família encarregada de enterrá-lo. Nisso, entrevemos que o imaginário do padre sobre a morte estava arraigado na concepção católica que, de acordo com Reis, morrer solitário e sem a presença de um padre, os especialistas em salvação segundo Reis, significava ter uma “má morte” (*Ibid.*, 1991, p.110). E, isso foi uma das suas preocupações ainda vivo. Conforme as instruções dadas aos maçons na sessão de 28 de novembro de 1872, o padre Eutíquio preveniu-os sobre os procedimentos a adotar aquando de sua morte. Uma dela foi os recursos materiais deixados por ele para os gastos com seu enterramento. Foi uma preocupação do padre que não houvesse o “*dispêndio da gente que foi minha família, com a maior simplicidade*”²³². Porém, evidenciamos que por mais que os recursos deixados pelo padre fossem avultados, os venerandos maçons “*deliberar [am] sobre o melhor meio de darem sepultura aos seus restos atento, o seu alto grão maçônico e a qualidade de grão-mestre da maçonaria brasileira, que o era nesta província*”²³³, oferecendo grande luxo e pompa ao funeral dele, cujo sepultamento aconteceu em jazigo da Ordem Terceira de São

²³¹ Profissão de fé do Padre Eutychio. *Jornal Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro 1880, ano 09, n. 09, p. 351. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

²³² *Ibid.*, p. 351.

²³³ Assuntos do dia. *Jornal A Província do Pará*, Belém, sábado, 21 de agosto de 1880, ano 05, n. 1307, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 01 mar. 2017.

Francisco da Penitência no Cemitério de Santa Izabel, recém aberto na distante Paróquia de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro (atual bairro do Guamá), na presença dos cidadãos veneráveis da Ordem maçônica Idalescio Lemos, Pedro da Cunha, Tenente Rozo Danin, Carmino Leal e Dom Vicente Ruiz, o venerável interino da Loja *Harmonia*, que pronunciou um discurso antes da inumação do cadáver.

E Pereira da Rocha! (...)

Apóstolo da Religião do Mártir do Gólgota, não descansava em proporcionar aos seus semelhantes as mais sãs doutrinas, e principalmente, em guiar a mocidade pela vereda da instrução, base essencial da nossa futura regeneração social!

Seria longo e mesmo impróprio deste lugar rememorar o muito que lhe devemos, o muito que fez à causa da religião, da civilização, do progresso, da humanidade em geral e de sua pátria em particular.²³⁴

O cadáver do padre Eutíquio foi inumado em uma sepultura não eclesiástica no Cemitério de Santa Izabel, recém-aberto e localizado em uma área de arrabaldes. E segundo lê-se nos noticiários, estava administrado pela Santa Casa. Em 1880, este cemitério recebeu a demanda da presidência da província para enterrar os protestantes e os israelitas, após as proibições lançadas pela presidência aos enterramentos deles nos seus próprios cemitérios²³⁵.

O padre Eutíquio ainda vivo suspeitava que ao morrer seria sepultado em um cemitério secular, sendo esta uma de suas maiores preocupações nas memórias da *Profissão de fé*. Diante da recusa do alto clero católico em lhe ceder a sepultura eclesiástica, nossas análises convergem com as de Neves sobre o padre Eutíquio, enquanto um homem que dispensava a sepultura eclesiástica por ser duplamente pertencente à cultura católica e à cultura liberal (NEVES, 2009, p. 144). Ele concebia que deitar o corpo morto em solo profano não lhe implicava a perda da alma no *post-mortem*. Sua suspensão enquanto padre englobava “o exercício das sagradas ordens, do ofício da pregação e das funções do coro”²³⁶, restando-lhe o direito de exigir do alto clero a sepultura eclesiástica, movendo assim lutas contra o bispo D. Macedo Costa. Porém, o padre não o fez por motivos que explicaremos a seguir.

²³⁴ Assuntos do dia. Jornal *A Província do Pará*, 25 de agosto de 1880, n. 1.310, ano 05, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 01 mar. 2017.

²³⁵ Enterramentos de protestantes e israelitas. Jornal *A Província do Pará*, quarta feira, 22 de setembro de 1880, n. 1.330, ano 05, p. 04. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 01 mar. 2017.

²³⁶ Parte Oficial. Jornal *A Estrela do Norte*, 12 de agosto de 1866, n. 32, p. 1A. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/223859/per223859_1866_00032.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

O direito de um clérigo e/ou leigo possuir a sepultura eclesiástica esteve orientado pelo cumprimento dos Cânones da Igreja estabelecido nos Concílios, especialmente aqueles cânones instituídos “contra as heresias” durante a Idade Média (BARROS, 2012, p. 38). O IV Concílio de Latrão reunido após o III Concílio de Latrão (1179) do Papa Alexandre III durante a visibilidade do movimento cátaro, traz o estabelecimento de novas orientações (*Ibid.*, p. 38). O IV Concílio convocado pelo Papa Inocêncio III em 1215 sinalizou a necessidade de um maior empenho eclesiástico na educação das consciências, estabelecendo as bases para a futura instituição da Inquisição, ao inovar com os processos de denúncia dos comportamentos heréticos (BARROS, 2012, p.39; 83). O IV Concílio trata a matéria da sepultura eclesiástica em seu capítulo 21, onde prevê a excomunhão e a privação da sepultura eclesiástica cristã ao cristão que não confessar-se e comungar ao menos uma vez ao ano (COMBY, 2001, p. 147).

Todo fiel, de ambos os sexos, que tenha chegado à idade da discricção, deve ele próprio confessar-se lealmente todos os seus pecados, pelo menos uma vez ao ano, ao seu próprio cura, cumprir cuidadosamente, de acordo com seus meios, a penitência que lhe foi imposta e receber com respeito, pelo menos na Páscoa, o sacramento da Eucaristia (...).

Alioquin et vivens ab ingressu Ecclesiae arcetur et moriens christiana careat sepultura.

[Tradução] Caso contrário, se for vivo, que sua entrada na Igreja seja proibida, e se for morto, que seja privado da sepultura eclesiástica [grifo nosso]²³⁷.

Estas passagens do IV Concílio de Latrão foram publicadas no jornal *A Boa Nova* em 1872, refutando a colaboração n. 27 de *O Liberal do Pará* escrita pelo padre Eutíquio. Nas linhas, o jornal católico expunha a Eutíquio lembrando “as penas gravíssimas, em que tem incorrido segundo os cânones, e decretos pontifícios, cuja autoridade ele mesmo declarou nos respeitar e aceitar”²³⁸. As penas segundo o jornal católico seriam referentes às confissões e à comunhão, além de outras supostas práticas do padre, a exemplo da livre interpretação dele, “distorcendo” os textos do Evangelho, e a suposta “conspiração” contra o Bispo. Especificamente em relação à confissão e à Eucaristia, o jornal católico declarou serem estas práticas tão importantes “[d] este decreto dos Padres de Latrão, que renovou-o o grande Concílio de Trento sob pena de anátema”²³⁹.

²³⁷ COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja*. Tomo I. Das Origens ao século XV. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 147.

²³⁸ A propaganda anti-católica. Jornal *A Boa Nova*, quarta feira, 06 de março de 1872, n. 10, ano 02, p. 01-02. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 17 nov. 2019.

²³⁹ *Ibidem*, p. 02.

Nisso, podemos perceber que o padre Eutíquio abstinha-se de algumas práticas católicas. A comunhão ele exercia com certa dificuldade, afinal, houve um episódio na Igreja do Carmo em 1868 tendo a Eucaristia como a causa do imbróglio, o que contaremos adiante. Porém, o ofício católico mais caro a ele certamente foi a confissão, que como tal teria que ser realizada na presença de um cura local. Todavia, as coisas não eram tão simples assim, afinal como um padre podia sentir-se à vontade para confessar sua vida privada a um padre confessor que possivelmente estaria vinculado ao seu ferrenho opositor, o Bispo D. Macedo Costa?

Sobre isso o artigo de *A Boa Nova* comenta com esta passagem: “quanto ao Sr. Padre Eutíquio sem falar de sua vida privada, de que não me quero ocupar, e cujos conhecimentos deixarei ao seu confessor futuro”²⁴⁰. Provavelmente, não confessar-se era um risco que valia a pena ao padre correr. Do contrário, ele podia ter detalhes de sua vida revelados publicamente, mesmo que para isso tivesse que perder o direito à sepultura eclesiástica. O testemunho dado sem assinatura na colaboração n. 28 de *O Liberal do Pará* do ano de 1872 ironizava as afirmações de “firme coluna do edifício liberanga”²⁴¹ atribuídas pela *A Boa Nova*; e de modo contrário demonstra o desgaste de padre Eutíquio, assemelhando-o a um “soldado inválido, apenas, que nas ocasiões vem ajudar os seus amigos a desmascarar fariseus hipócritas, que ousam apregoar em perigo a religião, quando são os seus planos que correm perigo”²⁴².

As respostas de padre Eutíquio nas *Disposições* (ou *Profissão de fé*) para a questão da sepultura já estão arrefecidas em 1880, e procuram nos despistar com a ideia de que foi uma luta da qual ele simplesmente evitou envolver-se. Porém, examinando mais profundamente, o motivo, vimos que não aconteceu por ele puramente não se importar com semelhante matéria, e sim pelo triste resultado de anos de estratégia para manter sua vida privada longe da vigilância da Igreja.

A província completou a iniciativa particular, para que os que aqui morressem, sem sepultura própria, como os protestantes e os hebreus, tivessem um cemitério; exigia-o a civilização e a higiene [grifo nosso]. Porém a benção do clérigo pôs uma condição na obra da civilização e da higiene! Era mais um meio de proselitismo

Todavia, não quero luta por isso. A sepultura de Jesus Cristo não era eclesiástica, não teve benção, como não a tiveram as dos Apóstolos e dos mártires e dos primeiros

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 02.

²⁴¹ Colaboração XXVIII. Jornal *O Liberal do Pará*, terça feira, 23 de janeiro de 1872, ano 04, n. 17, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1872_0017. Acesso em: 14 dez. 2019.

²⁴² *Ibidem*, p. 02

cristãos. E por outro lado, a luta eles a estimam embora se mostrem arrufados, porque lutar por uma coisa é dar-lhe apreço, é morrer de amores por ela²⁴³.

Outra chave para entender a questão se relaciona com a Modernidade, cuja percepção do padre era guiada pelo Racionalismo: a valorização da noção de Civilização e um de seus sintomas no século 19: a ideia de higiene. Começando a escrever desde 1876, podemos observar nas memórias do padre Eutíquio nas *Disposições* já presentes os discursos sobre o avanço dos cemitérios seculares relacionados às necessidades da higiene e civilização, à época já discutida nas tribunas do Império pelos adeptos da cultura liberal. A crítica sobre os cemitérios feita pelo padre Eutíquio relacionava-se com as divergências entre os católicos e os racionalistas, a exemplo do maçom Saldanha Marinho, sobre a secularização dos cemitérios públicos, retirando os enterramentos do domínio das igrejas e do interior de suas terras. No que semelhante matéria foi malvista pelos católicos como prática perigosa à salvação e à moral católica. Neves argumenta serem as investidas do racionalismo nos ritos de morte possíveis devido à cultura liberal não necessitar mais de uma moral religiosa para selar as opções da Modernidade na sociedade dessacralizada ainda no limiar do século 19 pela Concordata napoleônica de 1801. (NEVES, 2009, p. 131).

Fernando Neves sugere que a afirmação da autoconsciência, ou, o livre pensamento, impulsionou a cultura secular despir-se da espiritualidade orientada pela igreja, tornando difícil a ela moldar-se à sociedade que experimentava as revoluções burguesas, não incorporando materialmente, nem imaterialmente, os produtos das revoluções sociais, atuando em um jogo de forças que a igreja mobilizava, quando o direito civil era acionado, a instituição respondia com o direito eclesiástico; quando as políticas sociais eram postas em reivindicação pela multidão, a igreja entrava em ação com a sua doutrina; em contextos de reclamos por nacionalidades, a igreja lembrava aos católicos o seu universalismo (NEVES, 2009, p. 112).

Nas interpretações dos católicos ultramontanos sobre os assuntos discutidos pelo padre Eutíquio nas *Disposições* há a condenação ao livre-pensamento desgarrado das orientações da Igreja, semelhante ao que Neves atesta nos membros do clero que, embora imersos na cultura católica, estranha à absorção dos valores da modernidade, da mesma forma tinham a consciência afetada pela experiência da cultura da Ilustração (*Ibid.*, p. 112). Semelhante foi o caso de padre Eutíquio nas suas reflexões sobre o misticismo da sepultura eclesiástica,

²⁴³ A profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro 1880, ano 09, n. 09, p. 347. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

elemento de menor importância para a salvação da alma, segundo ele escreveu nas suas memórias.

Batam á porta do cemitério protestante, a ver se querem receber morto o que vivo militou em arraiais contrários. Recorram depois aos hebreus. E se a intolerância romana os tiver também eivado... resta um largo qualquer, uma capoeira, o Guajará.²⁴⁴

Neves reforça na bula *Syllabus* dos 80 erros estar a crítica ao panteísmo, naturalismo, racionalismo absoluto e moderado; à indiferença religiosa; ao socialismo e comunismo; as sociedades secretas republicanas e liberais, a condenação do ecumenismo, das sociedades bíblicas, estando presente somente a primazia da Igreja nos acordos sobre os direitos da igreja e da sociedade civil (*Ibid.*, p. 112). As críticas de padre Eutíquio dirigem-se à condenação ao ecumenismo feita pelos católicos ultramontanos, chamados por Eutíquio de “romanos” para demarcar quais tipos de católicos abominavam a coexistência de crenças religiosas. Estes “romanos” professavam o modelo de Catolicismo experimentado no Vaticano, na cidade de Roma, e transmutado pelo bispo D. Macedo Costa e seus subordinados para a Amazônia.

A Bula Papal “*Syllabus Errorum*”, ou, dos 80 erros foi publicada pelo Papa Pio IX em 1864 durante as lutas contra os católicos liberais na Itália. As reações do Papado contra os católicos-liberais adeptos da unificação italiana e da posterior anexação dos Estados Pontifícios, suscitaram o reforço do ultramontanismo nos Estados Pontifícios através de dogmas que postulavam a infalibilidade do Papa, combatendo na Itália as ideias e instituições que defendiam a secularização, anticlericalismo e o ecumenismo. Entendida por muitos autores como um apêndice da Encíclica *Quanta Cura*, a bula *Syllabus* teve sua escrita concluída em 08 de julho de 1862, portanto antes da publicação da encíclica papal, e como fruto das reações antiliberais na Itália, traz uma súmula de oitenta condenações da Igreja aos “erros” do mundo moderno nos princípios derivados do liberalismo, e foi anexada para publicação junto com a *Quanta Cura* em 08 de dezembro de 1864.

Antônio Manuel Martins mapeia a expedição de documentos papais na Itália e as recepções nos demais Estados católicos, evidenciando três documentos pontifícios e, como eles ilustram momentos específicos da história da igreja na sua recepção em Portugal: as Encíclicas *Mirari Vos* (1832), chegada durante o contexto de guerra civil entre liberais e os partidários do rei D. Miguel; *Quanta Cura* (1864), recepcionada em Portugal em plena guerra

²⁴⁴ Profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro de 1880, n. 09, ano 09, p. 350. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

entre Igreja e Estado, desencadeada pelo regalismo na política burocrática do estado português²⁴⁵ (MARTINS, 1989, p. 41-42).

Semelhante a Portugal foi a experiência no estado-nação brasileiro. Em que pese, podemos observar estarem presentes nos conflitos entre a autonomia da Igreja e autonomia do Estado, existirem padres professos do regalismo como modelo de gestão da igreja mantido pelo aparelho burocrático do Estado, e ademais imersos na cultura liberal e tecendo críticas aos novos princípios “romanos”. Exemplo de como a Igreja estava sendo compreendida pelos padres liberais, temos nas exegeses das memórias de Eutíquio publicadas na *A Boa Nova* estar condenada a liberdade de consciência e o materialismo, bem ao sabor da bula *Syllabus* dos 80 erros²⁴⁶, captados nas palavras do padre como ausentes da espiritualidade cristã nos assuntos da morte, a exemplo, do pouco apreço pela sepultura eclesiástica e do desejo em ser enterrado em solos que não eram bentos.

As disposições sobre seu enterro são tão hediondas quanto materialistas:

“Batam á porta do Cemitério protestante a ver se querem receber o morto o que vivo militou em arraiais contrários. Recorram depois aos hebreus. E se a intolerância romana os tiver também eivados, resta um largo qualquer, uma capoeira, o Guajará!”.

A vista d’esta profissão de fê que bispo podia tolerar no seio do seu rebanho administrando sacramentos, pregando a palavra de Deus um sacerdote de tais sentimentos?²⁴⁷

Os enterramentos na cidade de Belém foram ao longo do século 19 realizados no interior das igrejas, refletindo uma cultura fúnebre e funerária portuguesa demarcada pelo imaginário religioso cristão católico, em que ser sepultado nos adros das Igrejas, através das ritualísticas sob o domínio das irmandades, aproximaria o morto da salvação no Além-túmulo, pois, a igreja representava uma espécie de portal do Paraíso, sendo ao mesmo tempo o lugar perfeito e desejável para se aguardar a ressurreição no dia do Juízo Final (REIS, 1997, p. 125).

²⁴⁵ E por fim a encíclica *Immortale Dei* (1885) chegada exatamente na época em que os católicos portugueses tomaram consciência da necessidade de associativismo, feitos com o fito de intervir na política e defender a Igreja do novo surto de anticlericalismo ideológico advindo da filosofia positivista. Cf. MARTINS, Antonio Manuel. Recepção em Portugal das Encíclicas sobre o Liberalismo: *Mirari Vos; Quanta Cura; Immortale Dei*. In: *Lusitânia Sacra*, série 02, vol. 01, 1989, p. 42.

²⁴⁶ A afirmação dos erros do mundo moderno esteve fundamentada no Concílio de Trento cujas oposições no século 19 eram o racionalismo ou naturalismo. Esta doutrina desdobrava-se no materialismo, no panteísmo e no ateísmo, sendo todas ameaças e críticas à religião cristã. Logo, seria urgente à Igreja a continuação de guia do rebanho, procurando transmitir a verdade da revelação divina nas doutrinas base dos ensinamentos de Cristo. Cf. SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo. *Catolicismo e sociedade contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: PAULUS Editora, 2013, p. 87.

²⁴⁷ A chamada Profissão de fê do Padre Eutychio I. Jornal *A Boa Nova*, Pará, sábado, 11 de setembro de 1880, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 17 de mar. 2017.

Érika Amorim Silva evidencia haver na segunda metade do século 19, o processo de mudança dos enterramentos na cidade de Belém do interior das igrejas para cemitérios a céu aberto, seguindo as tendências de urbanização e higienização, próprias do século 19. Amorim Silva ressalta existir neste contexto as discussões na sociedade sobre a secularização destes espaços destinados ao enterramento, que envolveram discursos higienistas e médicos, conflitos com a Igreja e as irmandades, ambas desejando o controle dos enterramentos nos cemitérios a céu aberto, conflitos entre a Igreja e o Estado em torno dos enterros civis (SILVA, 2005, p.19). Todas estas disputas vislumbradas por Reis no Brasil em 1836 na rebelião da Cemiterada, explodida na Bahia (REIS, 1991, p. 14), no Pará foram evidenciados por Amorim Silva como o início da mudança nas atitudes sobre a morte e seus ritos, vistos na construção dos dois cemitérios da cidade: o cemitério da Soledade e o de Santa Izabel, a partir de 1850.

As estimativas de Ana Maria Medeiros revelam terem existido até 1885, seis cemitérios em Belém, a começar pelo cemitério protestante organizado pelo Consulado da Inglaterra inaugurado em 1815; dois da sociedade israelita inaugurados em 1842 e 1880; o cemitério da Soledade, inaugurado em 1850 e administrado pela Câmara Municipal e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia; e o cemitério de Santa Izabel, inaugurado em 1878, administrado pela Santa Casa de Misericórdia (SILVA, 2005, p. 72).

Nos arrolamentos dos cemitérios feitos por Ana Maria Medeiros, o cemitério de Santa Clara inaugurado em 1885 era organizado pela Irmandade da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e construído na paróquia de Nossa Senhora de Nazaré do Desterro, atual bairro do Guamá (SILVA, 2005, p. 72). Todavia, esta Ordem Terceira possuía o seu cemitério próprio conforme notícias sobre que a Venerável Ordem fez publicar no *Almanak Administrativo* do ano de 1868, em que as maiores contribuições dela à cidade eram de fato o seu hospital, aberto em julho de 1862, e o seu cemitério em julho de 1863.

Se o 1º [o hospital] tem a missão de dar cura e proteção aos enfermos e necessitados: o 2º [o cemitério] tem de dar a paz e sossego àqueles a quem o Autor da natureza se digna desprender do mundo. Cada um destes dois estabelecimentos é regido por sábias e equitativas leis particulares.²⁴⁸

Apesar de a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência possuir um cemitério próprio desde 1863, o sepultamento do padre Eutíquio ocorreu em 1880 no jazigo comprado

²⁴⁸ Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. *Almanack: Administrativo, Mercantil e Industrial*, Ano de 1868, n. 01, p. 199-200. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/705985/per705985_1868_0001.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

pela irmandade localizado no interior do Cemitério de Santa Izabel. Talvez os irmãos que compunham a irmandade enfrentaram divergências internas quanto à resolução de sepultar o padre Eutíquio no cemitério pertencente à Ordem, procurando desse modo evitar contendas com o bispo D. Macedo Costa, que desde 1862 exercia a jurisdição temporal sobre a Ordem de São Francisco da Penitência, secularizada ainda em 1784. Outra chave interpretativa refere-se a alguma proibição lançada pelo bispo D. Macedo Costa à Mesa Regedora da Ordem, que na qualidade de irmão juramentado da Ordem desde 04 de outubro de 1871²⁴⁹ acompanhava de perto as ações da mesa regedora. E como bispo tentava fazê-la abjurar de seus membros filiados à Maçonaria durante a interdição sofrida pela Ordem em 1873, e nos anos seguintes ao episódio conhecido como a Questão Religiosa.

Os irmãos maçons da Ordem de São Francisco ficaram em difícil situação: por um lado não podiam deixar de atender a última vontade da autoridade máxima da Maçonaria na província, cuja morte pressupunha um sepultamento digno de toda a pompa, afinal o finado muito lutou em defesa das causas da instituição e das liberdades de consciência e de crença. Por outro lado, ele era um padre suspenso, e sepultá-lo no cemitério da Ordem apesar de ser permitido ensejava uma grave provocação àquela autoridade que o privara das funções de padre, e qualquer erro na decisão dos irmãos maçons podia fazer reacender uma profunda crise iniciada em 1873 e persistia em 1880, não cessando de todo. Notícias sobre a Venerável Ordem relatam que as entradas de novos irmãos sob o pagamento de joias estavam permitidas, estivessem eles vivos ou mortos para o pronto enterramento no cemitério da Ordem.

As entradas e profissões custam atualmente para as pessoas menores de 50 anos 80\$000 réis, dividido este pagamento em duas ou em quatro prestações, e para os maiores da aquela idade 100\$000 réis pagos pelo mesmo modo. Também são admitidas pessoas em artigo de morte, satisfazendo logo 80\$000 rs.²⁵⁰.

Temendo o seu sepultamento não ser aceito no cemitério da Venerável Ordem de São Francisco da Penitência, ordem terceira composta por muitos irmãos maçons, observamos nas *Disposições* que o padre Eutíquio tinha o conhecimento sobre a existência do cemitério protestante e israelita. Por isso roga aos seus amigos que peçam a estes dois grupos religiosos para fazer o enterramento dele nestes cemitérios. O que de fato não aconteceu em nenhum

²⁴⁹ “Em 04 de outubro de 1871 – Presta juramento de irmão da Ordem o bispo D. Antonio de Macedo Costa, com o maior júbilo de todos os membros da corporação”. In: BAENA, Antonio N. M. *Bosquejo Cronológico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Grão-Pará*. Pará: Tipografia do Comércio do Pará, 1878, p. 76.

²⁵⁰ Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. *Almanack: Administrativo, Mercantil e Industrial*, Ano de 1868, n. 01, p. 199-200. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/705985/per705985_1868_0001.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

destes três, devido a ter o seu sepultamento recusado no cemitério da Ordem Terceira de São Francisco por proibição do bispo D. Macedo Costa, apesar das notícias apresentarem ser totalmente permitido, mediante o pagamento. A solução tomada pelos maçons que desejavam sepultar o corpo de seu antigo Delegado do Grão-Mestre, sem provocar o bispo, foi sepultá-lo no quadro (hoje chamamos quadras ou jazigos) comprado pela Irmandade da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência no cemitério de Santa Izabel. E segundo os noticiários de *A Província do Pará* dão conta, participava junto com o Cemitério da Soledade dos festejos de finados no mês de novembro, com sermões de padres, missas, procissão de círios, demonstrado assim ser um campo santo, onde apesar de distante, era cercado e bento.

A Festa dos mortos

Cemitérios de Santa Izabel e da Soledade

Veem-se já ali algumas sepulturas bem preparadas, entre as quais destaca-se a da esposa do Sr. 1º Tenente Soares de Andréa, sobre cuja sepultura ergue-se uma pirâmide com saudosas inscrições.

No quadro reservado para a ordem 3ª de S. Francisco já temos inumados alguns cadáveres. Aí via-se cercada de fúnebres adornos a sepultura do padre Eutychio Pereira da Rocha.²⁵¹

O Cemitério de Santa Izabel não era uma capoeira qualquer, não era um “*Guajará*” segundo sugeriu o padre Eutíquio, e que supomos tratar-se de um campo para o sepultamento de excomungados, pobres e indigentes semelhante ao cemitério do Largo da Pólvora (SILVA, 2005, p.66). As testemunhas que lá estiveram relataram estarem enterrados desde a inauguração (1878) até o dia 30 de outubro de 1880, 2. 730 cadáveres, não passando de um pequeno cemitério construído em uma “*vasta área, que mede 100 braças em quadro, fechada por uma cerca de estacas de acapu, no centro da qual foi edificada uma pequena capela de madeira*”²⁵².

²⁵¹ A Festa dos Mortos. Cemitérios de Santa Izabel e da Soledade. Jornal *A Província do Pará*, quarta feira, 03 de novembro de 1880, n. 1.367, ano 05, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 01 mar. 2017.

²⁵² *Ibid.*, p. 03.

Figura 03 – O Cemitério de Santa Izabel por volta de 189-?



Fonte: *Álbum do Pará em 1899* (1899). FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: https://ufpadoisponzero/docs/album_do_par_em_1899_no_governo_d (Blog UFPA Dois Ponto Zero). Acesso em: 04 fev. 2020

As estruturas dos cemitérios seculares começavam a serem construídas nos arrabaldes da cidade, enfrentando dificuldades naturais, a exemplo da derrubada da mata nativa, as intempéries que faziam com que a qualidade dos solos não fosse as melhores para os sepultamentos durante as estações chuvosas. Porém, denota-se que o cemitério de Santa Izabel foi construído por necessidade de higiene, e evidenciamos certo planejamento urbanístico do centro para os arrabaldes de Belém, refletindo-se no traçado no interior do pequeno cemitério, segundo os relatos dão conta.

Toda a área acha-se asseada, denotando assim que é tratada com zelo. Entretanto, convinha curar desde já da conveniente arborização, pois apenas vimos ali algumas plantas insignificantes, desde o portão até a capela, e, segundo parece a comissão nomeada para escolher local para o cemitério opina pelo de S. Izabel.

Parece-nos que o sistema de arborização do novo cemitério deve ser assentado e executado, antes de maior afluência de enterramentos, e compras de locais de jazigos perpétuos.²⁵³

O processo de expansão do cemitério ocorreria em pouco tempo, pois, a administração da Santa Casa de Misericórdia disponibilizara ao público as compras dos jazigos perpétuos. O que de fato ocorreu por parte das irmandades e particulares abastados, causando tensões entre a Igreja Católica e a Maçonaria, o principal grupo favorável à laicização dos Campos Santos (SILVA, 2005, p. 177). Érika Amorim da Silva reitera que a alteração do cotidiano sobre a

²⁵³ *Ibid.*, p. 03.

morte na cidade de Belém foi acompanhado de tensões entre crenças, uma vez que os católicos não compreendiam como era possível confundir sua doutrina e ritos com as práticas realizadas pelos maçons ou outro grupo cuja crença era diferente da sua, a exemplo dos israelitas e imigrantes protestantes (SILVA, 2005, p.177-178).

O Cemitério de Santa Izabel era um campo santo bento, cercado e cedido pela Presidência da Província à Santa Casa de Misericórdia, havendo a presença de quadras das irmandades católicas comprando jazigos perpétuos, dentre elas irmandades compostas por membros maçons, a exemplo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, responsável pelo sepultamento do padre Eutíquio em reconhecimento à sua grande importância para este grupo social, presentes nos grandes momentos da vida do padre, e na morte conduziram o seu corpo desde o Arraial de Nazaré no carro fúnebre da mesma irmandade até o cemitério para o jazigo dos maçons da Venerável Ordem.

Aí estava postado o carro fúnebre da Ordem 3ª de S. Francisco, todos os carros da praça e alguns particulares, sendo estes os da praça e particulares, insuficientes para receberem o acompanhamento, do qual faziam parte os alunos da escola da Infância Desvalida.²⁵⁴

A morte do padre Eutíquio foi um dos fios que compunham o cotidiano de tensão em torno da morte atestada por Érika Silva a partir de 1880 na cidade de Belém com a laicização dos cemitérios, fazendo refletir as tensões entre as duas instituições: a Igreja Católica e a Maçonaria (SILVA, 2005, p. 180). Nos anos anteriores à morte do padre Eutíquio, estando ele doente e envelhecido, a Igreja Católica mencionava através do jornal *A Boa Nova* a possibilidade do envolvimento dos maçons no enterro do padre Eutíquio motivada pela posição de poder dele no interior da Maçonaria, pois, segundo sugeria o jornal, ainda vivo ele possuía privilégios que não eram os mesmos concedidos aos outros maçons de pequenas posses.

Um punhado de verdades sobre a maçonaria. V

Voltando para o outro lado vemos um maçom pobre, pai de família acabrunhado por enfermidade mortal solicitar da sua loja um auxílio módico para poder transportar-se para outras paragens, onde em melhores climas está esperançado de recuperar a saúde. Com muito custo dar-se-lhe á quarta parte do que pediu, é isto por uma vez, ao passo que, não há muito dava uma gorda mensalidade (*se não engano de 200\$000*) a um *padre suspenso* [grifo nosso] e continua a subvencionar a um empregado demitido por causa das faltas cometidas no exercício de suas funções.

²⁵⁴ O funeral do Padre Eutychio. Jornal *A Província do Pará*, Belém, domingo, 22 de agosto de 1880, ano 05, n. 1308, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016

Para obter se qualquer coisa da maçonaria é preciso ter amigos que se empenhem, pois sem eles nada se obtém, ou então é mister que o peticionário seja um figurão da loja.²⁵⁵

Essa era mais uma das provocações da Igreja que podia ter sido verdadeira ou falsa, mas, o que não podemos negar é o fato dele exercer grande influência no interior da instituição. Essa reconhecida posição de poder exercida pelo padre Eutíquio no interior da Maçonaria foi excessivamente explorada nos artigos de *A Boa Nova*, sendo comum encontrarmos alcunhas referentes a um lugar de destaque na instituição, a exemplo do “figurão da loja”²⁵⁶, “o reverendo oráculo da seita”²⁵⁷, ou como bem apontado por Alan Santos, “o Pajé da Maçonaria Paraense” (SANTOS, 2015, p. 177). Este estudo não possui evidências sobre ele ter recebido mensalidades ou outros ganhos como refere o jornal, exceto as demonstrações públicas de solidariedade dos maçons para com padre Eutíquio nos espaços públicos, a exemplo da ocasião de sua morte em que na qualidade de amigos, grande parte esteve presente desde o momento da agonia do moribundo até o enterramento.

Chegado ao cemitério de Santa Izabel, pronunciaram alocações por parte de diversas lojas os senhores Idalescio Lemos, Pedro da Cunha, Danin e Carmino Leal. Orou por fim o senhor D. Vicente Ruiz, digno adjunto do delegado do grão-mestre, rendendo homenagens às altas virtudes do falecido. Ao ser dado o corpo à sepultura foram pronunciadas as seguintes alocações das quais acima tratamos:

À Gloria do Supremo Arquiteto do Universo

A Loj.: Harm.: e Frat.: também vem pagar sua dívida de gratidão e amizade, e cheia do mais religioso respeito depositar sobre o ataúde de seu venerando Ir.: o Pod.: Deleg.: do Gr.: Mest.. uma coroa de saudades – emblema de dor e de recordação. Mais que a voz fraca de seu Orad.: essas flores testemunharão seu pesar e por isso limita-se a elevar aos céus suas preces aos pés do Sup.: Arch.: do Univ.: e rogar-lhe e dê a vida eterna àquele que pela perseverança nas boas obras, alcançou a honra, a glória e a imortalidade como prêmio de suas virtudes” (S. Paulo aos Romanos. Cap. 7, v. 11).²⁵⁸.

Jules Boucher assinala que o Grande Arquiteto do Universo representa para a sabedoria da Maçonaria, o próprio Deus, e esta se trata de uma temática de grande importância nas *landmarks* anglo-saxãs, onde através das reflexões de Oswald Wirt, a concepção que se têm sobre o Grande Arquiteto do Universo não é a de um objeto de crença, e sim o símbolo mais importante da Maçonaria, um símbolo a ser estudado como os demais,

²⁵⁵ Publicação pedida. Jornal *A Boa Nova*, Belém, 11 de junho de 1873, ano 02, número 46, p. 04. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 12 jan. 2017.

²⁵⁶ *Ibid.*, p.02.

²⁵⁷ O Padre Eutychio respondendo ao *Pelicano*. Jornal *A Boa Nova*, quarta feira, 21 de dezembro de 1873, ano 02 número 161, ano 03, p.01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 12 jan. 2017.

²⁵⁸ O funeral do Padre Eutychio. Jornal *A Província do Pará*, Belém, domingo, 22 de agosto de 1880, ano 05, n. 1308, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

com o objetivo de compreender-se que a Maçonaria, do iniciado ao mestre, se construa cada um por si, o santuário de suas convicções pessoais (WIRT *apud* BOUCHER, 1979, p.218).

A ideia do Grande Arquiteto do Universo, na Maçonaria, é sobremaneira ampla e ao mesmo tempo limitada que a do Deus das diferentes religiões. De acordo com o autor, este símbolo possui semelhança com o Demiurgo platônico (BOUCHER, 1979, p. 219). Segundo René Guinon, essa noção de Demiurgo corresponde na *Kabbalah* (ramificação do Judaísmo), ao Adão protoplasto (primeiro formador), enquanto que o Grande Arquiteto do Universo é sinônimo de Adão Kadmon (o homem universal). Portanto, reside nisto a diferença entre o Grande Arquiteto do Universo da Franco-Maçonaria, e os deuses das diversas religiões, de acordo com Boucher (*Ibid.*, p.219).

A preocupação com a salvação da alma do finado esteve presente nas alocações proferidas na cerimônia fúnebre, sendo os temas relacionados ao Novo Testamento: a remissão do pecado pela graça divina presentes na Carta de São Paulo aos Romanos – cap. 7, vers. 10-11²⁵⁹. Ressaltam que, além do simbolismo maçônico, as concepções católicas também se fizeram presentes no funeral do padre Eutíquio: uma delas foi a noção da imortalidade da alma, uma concepção cristã e católica, base das crenças do padre quando disse em sua carta testamento: “*Eu creio (e talvez eles riam da minha crença), creio na imortalidade da alma, na justiça de Deus e em Jesus Cristo, e nesta fé cá os espero para o ajuste de contas.*”²⁶⁰.

João José Reis ressalta que para o imaginário fúnebre brasileiro a rigor não havia morte, pois, se vivia em profundidade a crença na imortalidade da alma, sendo este princípio cheio de variáveis na cultura fúnebre brasileira, híbrida de crenças transportadas da África e pelos ritos fúnebres indígenas nas experiências da escravidão e colonização. Na tradição católica portuguesa, Reis destaca que a crença no Além concebia a existência da morte somente nos casos em que a alma fosse dar no Inferno (REIS, 1997, p. 96). Portanto, a crença de Eutíquio na alma imortal supunha que ele se considerasse um justo, ao contrário do discurso da Igreja Católica, e especialmente do bispo D. Macedo Costa que o suspendeu do ofício de padre, e o tinha por um *impuro* que renegou a fé cristã em benefício da Maçonaria.

²⁵⁹ “Vers. 10 - Pois, quanto a ter morrido, de uma vez para sempre morreu para o pecado, mas, quanto a viver, vive para Deus; Vers. 11 - Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus”. Carta de São Paulo aos Romanos, Cap. 7, Vers. 10-11. In: *Bíblia Sagrada*. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª Ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014, p. 758.

²⁶⁰ Profissão de fé do Padre Eutychio. *Jornal Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro 1880, ano 09, n. 09, p. 351. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

Conforme a morte aproxima-se de padre Eutíquio, ele começa a refletir sobre a sua catolicidade, detalhes que antes de sua morte eram pistas fragmentárias observadas por mim das ações dele nas missas, batizados, participações nas irmandades, sermões de festas de santo como na festividade de Santa Cecília, anunciada nos jornais, e até na construção de um presépio natalino, em frente a sua casa na Estrada de São José, já depois de suspenso. Nas suas memórias, as *Disposições* (ou *Profissão de fé*), percebe-se o que Fernando Neves chama ser seu o “modo de ser católico”, conforme relatam as testemunhas no seu leito de morte.

O Sr. Padre Eutychio continua a declarar que é católico antigo, tradicional, por assim dizer, e que só não pode admitir o *Syllabus* e a infalibilidade papal.²⁶¹

Sobre o sentido de ser “católico antigo”, Fernando Neves ressalta ser esta cosmovisão possível aos liberais, uma vez que implicava um grande apreço pela modernização e os signos da modernidade, sem prescindir da tradição, “conforme haviam apreendido no gradiente tida pela Religião de nossos Paes” (NEVES, 2009, p. 56). As dioceses do Império sabiam que existia esse tipo de catolicismo “dos nossos pais”, que correspondia aos católicos tradicionais e em menor medida os católicos populares, e mais restritamente o católico ilustrado (NEVES, 2009, p.190). Nesse sentido, através dos traços biográficos do padre Eutíquio, podemos ver ao nível das micro relações do cotidiano, os conflitos atestados por Neves sobre a convivência religiosa na igreja e as intolerâncias nas lides entre os diferentes “modos de ser católico”, que espraiavam-se para fora da religião, alcançando a política, na tentativa de formar-se um Partido Católico para representar a instituição igreja, que não se sentia confortável com os discursos do Partido Conservador e Liberal (*Ibid.*, p. 190).

Através da análise e o cruzamento dos discursos e práticas presentes nas fontes a respeito do padre Eutíquio podemos deduzir ser ele professo do catolicismo tradicional e popular nas práticas religiosas; e ilustrado ao nível das reflexões sobre os rumos tomados pela Igreja Católica, especialmente, a partir da segunda metade do século 19. Em grande medida, ele esteve descontente com a realização do Concílio Vaticano I, (realizado em Roma entre 1869 e 1870) e a imposição do dogma da Infalibilidade Papal e a publicação da bula *Syllabus*.

Doutor em Direito Canônico, o Padre Eutíquio era reconhecido até pela Igreja como um profundo conhecedor dos documentos pontifícios publicados durante a história dos Concílios, e conforme avança o fenômeno do ultramontanismo na Igreja, torna-se claro para o padre Eutíquio que ser católico não era sinônimo de ser ultramontano (chamados por ele de

²⁶¹ Noticiário. Jornal *O Liberal do Pará*, órgão do Partido Liberal, Belém do Pará, Quarta feira, 18 de agosto de 1880, ano 12, número 186, p. 2.

“romanos”), como queria o alto clero do Pará. Restando ao padre demarcar um sentido para o seu pertencimento à Igreja Católica, especialmente depois de suspenso, quando abertamente era acusado de ser apóstata.

Não tenho retratações a fazer, *nem conversões* [*grifo nosso*], pois que nunca tive que renegar o símbolo dos Apóstolos nem o de Nicéia...²⁶².

Declarando-se como padre seguidor dos princípios do Concílio de Nicéia, José D’ Assunção Barros ressalta que o Concílio de Nicéia, cuja primeira realização data de 325, teve como características a afirmação da ortodoxia doutrinária através do combate às heresias na Alta Idade Média, sobretudo o arianismo. No segundo Concílio de Nicéia realizado em 329 há a afirmação do ramo teológico que concebe ser somente o Pai eterno; o Filho – a Segunda Pessoa da Trindade – aquele que do Pai procede (BARROS, 2012, p. 35). A ortodoxia e a simplicidade da doutrina derivada do Concílio de Nicéia *talvez* tenha relação com as crenças do padre Eutíquio, já que era membro da Franco-Maçonaria, sua cosmovisão era também orientada pelos princípios maçônicos que não excluíam os princípios católicos, e vice-versa.

Em suma, o padre Eutíquio acreditava ser um justo, e por isso em seus planos para a morte, pensados ainda em vida, depreende-se ele acreditar ser possível à sua alma viver no *post mortem*. Depois, no momento de seu funeral com o corpo jazendo naquela terra fria, foram proferidos trechos do Evangelho por seus amigos maçons católicos e, logo depois “*em cima do ataúde fora colocado o ramo de Accacia*”²⁶³. Simbolismo cujos significados na cosmologia maçônica representavam as flores colocadas em cima do ataúde dos mortos e coberto com um pano preto nos ritos de morte (BOUCHER, 1979, p.283). De acordo com a lenda de Hiram, a acácia foi a espécie botânica de flor plantada em seu túmulo pelos seus três companheiros que foram os seus assassinos. Jules Boucher assinala que a palavra grega *Akakia* possui o duplo sentido de acácia e inocência, ao passo que se tomada em oposição a *Kakia*, ela significa o antídoto do vício, da disposição para o mal, o penhor da boa sorte; logo, a acácia protege o homem (*Ibid.*, p.284), daí o sentido em usá-la na caminhada da alma do padre Eutíquio ao Além-túmulo.

²⁶² A Profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, ano 09, n. 09, setembro de 1880, p. 351. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016

²⁶³ O funeral do Padre Eutychio. Jornal *A Província do Pará*, Belém, domingo, 22 de agosto de 1880, ano 05, n. 1308, p. 02. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: março/dezembro, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 07 dez. 2016.

3.2 – “Estão hoje mudados os papéis”

No dia 01 de setembro de 1880, a Igreja Católica manifestou-se acerca do préstito fúnebre de padre Eutíquio Pereira da Rocha, e através de seu periódico, o jornal *A Boa Nova* destilou suas críticas sobre o acontecimento público que mobilizou uma grande multidão na cidade de Belém. Após a publicação da carta testamento de padre Eutíquio chamada por ele de “*Disposições para logo que eu morra*”, o artigo logo se transmutou para “*A Profissão de fé do Padre Eutíquio*”, quando publicado nos jornais liberais, maçônicos e católicos da cidade de Belém. Ao todo foram publicados no jornal *A Boa Nova* cinco “profissões de fé”, as quais consistiam em cinco artigos que examinavam a carta testamento escrita pelo padre Eutíquio sob o ponto de vista católico ultramontano dos articulistas do jornal. Todos eles clérigos ligados ao bispo D. Antônio de Macedo Costa, e eram eles os cônegos José Lourenço da Costa Aguiar, Luiz Barroso de Bastos e José de Andrade Pinheiro.

Conhece o público um documento assinado pelo falecido Padre Eutychio Pereira da Rocha e publicado pela *Província* como profissão de fé aquele desditoso sacerdote. Esse documento é um medonho corpo de debelo que põe claro o esqueleto moral do seu autor. Não admira tanto que um homem transviado pelas paixões, dominado por mal entendida coerência chegasse a lançar no seu papel o auto dos seus delitos; o que surpreende a todos é que seus falsos amigos e irm.: [irmãos] tivessem a falta de caridade de fazer a publicação, quando o infeliz desconfiado da sensatez do seu ato, chegou a retirar de si a responsabilidade da divulgação e entregou-se ao critério d’aqueles que reputava seus amigos!²⁶⁴.

O articulista trata do ato realizado por padre Eutíquio ainda enfermo. Nos seus últimos dias antes de expirar, entregou a Dom Vicente Ruiz, o seu delegado adjunto na Franco-Maçonaria paraense, a folha escrita por ele desde o ano de 1876 contendo suas interpretações sobre os acontecimentos de sua expulsão das ordens sacras. As memórias destas disputas foram escritas na carta no correr da década de 1870, porém, faziam remissão às décadas de 1860, rememorando as disputas com a igreja ultramontana no episcopado de D. Macedo Costa, a situação dos maçons perante as irmandades e as batalhas com o bispo pelos bens das ordens religiosas, evidenciando a riqueza dos testemunhos escritos e que traduziam em maior amplitude nesta década embates entre o racionalismo e o ultramontanismo.

Sobre a relação entre o racionalismo e a ascensão do ultramontanismo na segunda metade do século 19, na obra *Questão de Consciência* Ítalo Santirocchi expõe que a realidade de um Estado confessional brasileiro resultou do desenvolvimento político e religioso, no qual

²⁶⁴ A chamada Profissão de fé do Padre Eutychio I. Jornal *A Boa Nova*, Belém, sábado, 11 de setembro de 1880, ano 10, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 17 de mar. 2017.

o regalismo português na colônia e após a independência erigiu o Estado nacional brasileiro, definiu que a religião católica *continuava* a ser a religião do Estado no Império, visto ser o Padroado Régio agente que cimentou as relações entre a Igreja Católica e a Coroa portuguesa na Colônia. Na apresentação da obra, Dilermando Vieira assinala que o fenômeno do racionalismo nasceu da prática política do Regalismo no Brasil do Segundo Reinado, firmando-se nestas terras devido à tradição do Regalismo português na colônia, cujo auge aconteceu durante o governo do Marquês de Pombal na Metrópole do século 18 (VIEIRA, 2015, p.13).

Vieira ressalta que o artigo 5º da Constituição de 1824 ofereceu continuidade à tradição do Padroado Régio. O que Vieira qualifica como um “direito preexistente” do Estado em impor sua tutela do Catolicismo, “sem sequer dar nenhuma satisfação à Santa Sé” (*Ibid.*, p. 14). A tradição do Padroado estabeleceu diversas medidas ao longo do Império para “enquadrar” múltiplos campos da vida clerical e religiosa transformando-se em uma situação opressiva para a igreja. De acordo com Vieira, está presente nas análises do padre Júlio Maria sobre a religião na obra *O Livro do Centenário*, onde ele denuncia que o Catolicismo na condição de religião oficial do Estado aprisionou a Igreja em um “cárcere de ouro” (*Ibid.*, p.14). Os decretos, regulamentos e leis, postos pelo Estado em mais de meio século entraram em choque com as incursões da igreja em realizar reformas internas para defender-se das reformas do Estado e das investidas do Racionalismo. Em contrapartida, Neves aponta que a hierarquia da igreja requer que a religião é necessária para o perfeito esclarecimento dos espíritos ciosos de investigação, prática política, social e econômica, demonstrando ser a dimensão filosófica e espiritual inerente a esse processo (NEVES, 2009, p. 219).

O apogeu das reações da Igreja ao Regalismo foi a Questão Religiosa de 1872, na qual dois bispos das dioceses de Olinda, D. Vital Maria Gonçalves, e do Pará, D. Antônio de Macedo Costa envolveram-se em contendas com o Estado devido lançarem interditos às irmandades religiosas compostas por membros maçons (CASTELLANI, 1996, p.82). Neves assinala que a igreja ao assumir a posição de promotora do apascentamento do rebanho católico exercia o domínio sobre o território da consciência privada. Porém, não acreditava estar invadindo a condição pessoal do rebanho católico e sim exercendo o seu ministério sagrado como instituição promotora da vigilância e guarda do rebanho católico (NEVES, 2009, p. 218). Destarte, diante das tentativas de controle por parte do Estado, a igreja procura defender-se delas realizando um movimento de *modernização conservadora* tendo a Idade

Média como o paradigma. Segundo Ivan Manoel, com a consolidação do fenômeno da modernidade no século 19 com o “desmanche” do imaginário do Feudalismo na Cristandade, expresso na sociedade e nos ritos religiosos, em contrapartida, a Idade Média não se desmanchou em bloco de modo repentino permanecendo no imaginário coletivo da sociedade cristã oitocentista, em termos de seus usos e costumes (MANOEL, 2004, p.113).

A partir da segunda metade do século 19, o fenômeno do ultramontanismo ganha visibilidade na sociedade brasileira, mobilizando reações dos bispos às medidas do Estado liberal, estando sintonizados com o movimento as Sés do Rio Grande do Sul, Maranhão, Olinda, São Paulo e Pará, embora não tenham formado nesse período um episcopado nacional ultramontano por excelência. Para fins de uso conceitual adequado visto que muitos autores caracterizam este processo histórico chamando-o *romanização*²⁶⁵. Ítalo Santirocchi expõe que o termo *ultramontanismo* é um vocábulo utilizado no latim desde a época medieval significando “para além dos montes”. E no século 19, caracterizou-se pelo processo histórico marcado por uma série de atitudes da Igreja Católica, seguindo um movimento de reação às correntes teológicas e eclesiais contra o regalismo dos estados católicos e às novas estruturas sociais e religiosas, surgidas após a destruição do Antigo Regime, por ação da Revolução Francesa, sendo que um desses fenômenos foi o da secularização da sociedade cristã (SANTIROCCHI, 2010, p.24).

Santirocchi argumenta que é difícil estabelecer com exatidão a data em que o fenômeno do ultramontanismo entrou no Brasil. O autor aponta que é certo, que entre os ultramontanos pioneiros estavam os religiosos da Congregação da Missão, lazaristas, ou filhos de São Vicente de Paulo, que se estabeleceram na província de Minas Gerais na primeira metade do século 19, (*Ibid.*, p.25), acrescentando um detalhe ao argumento de Santirocchi, temos a presença dos padres da Congregação da Missão na província da Bahia na década de 1850 vindos por intervenção do Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas para exercer a direção dos seminários.

²⁶⁵ De acordo com Santirocchi, o conceito “Romanização”, de uso já consolidado na historiografia da Igreja Católica no Brasil, carece de revisões, no qual os historiadores devem atentar-se ao fato de historicamente o termo “romanização” foi um termo introduzido na década de 1870 apresentando um campo de uso bastante delimitado, porém, o termo alcançou a popularidade no século 20, entre as décadas de 1950-1960. Santirocchi enuncia que a gênese deste termo ocasionou-se do estudo crítico do teólogo alemão Johann Döllinger entre 1850 e 1870, direcionado à reforma pastoral da igreja alemã, oferecendo como a proposta de uma igreja nacional dirigida por um primaz contando com a realização de sínodos diocesanos, nacionais e provinciais. Cf. SANTIROCCHI, Ítalo. Uma questão de revisão dos conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. In: *Temporalidades*, [online], v. 02, n. 02, p. 24-33, agosto-dezembro, 2010, p. 27.

Nas batalhas pelo controle e o governo das instituições, de um lado estava a igreja ultramontana e, de outro, o estado liberal e regalista, e tal situação punha ao clero sérios impasses na segunda metade do século 19. Ser um padre adepto do liberalismo em meio a uma instituição clerical que adotava reformas nos costumes do rebanho católico, na formação do noviciado com vistas a formar um clero mais sintonizado com a modernização conservadora proposta pela igreja que consistia na aproximação do governo da igreja sob as diretrizes de Roma e do Sumo Pontífice, representava a *morte* da tradição dos padres liberais atuantes na igreja na primeira metade do século. Padres que estavam muito próximos do racionalismo, da maçonaria e da política. E o padre Eutíquio foi um deles. Conforme se sobressaem nas análises de sua profissão de fé feitas pela *A Boa Nova*.

O seu ódio ao Catolicismo chegou ao ponto de mandar queimar tudo o que escreveu em sentido ortodoxo no tempo em que pertenceu à Igreja Católica: “quero, determina ele, que sejam queimados esses livros, para onde passei” “todos os artigos que sobre matérias religiosas” “publiquei na Trombeta do Santuário”, no “Gram Pará”, “Comunicador”, e “Jornal do Amazonas” sobre o Holden.

Isto é puramente satânico!

Ainda depois de morto quer continuar a envenenar esta sociedade que tanto escandalizou.

Faz lembrar o dito Conde J. de Maistre: *Voltaire est mort, mais ses auvres vivente et noustuent*²⁶⁶.

As disposições sobre seu enterro são tão hediondas quanto materialistas.²⁶⁷

Dentre as condenações que a igreja ultramontana move contra os desafios que a Modernidade lança à sua missão evangelizadora está a impulsão experimentada pela adesão da igreja aos elementos da modernidade, a exemplo das modernizações nos seus veículos de disseminação da mensagem cristã no Ocidente. Nisso, as demandas lançadas pela laicidade foram possíveis devido ao avanço do racionalismo, o materialismo, o comunismo, o socialismo e as sociedades secretas, expressos na Bula *Syllabus Errorum*, que atualiza a grande maioria das condenações dos Concílios já realizados pela Igreja, notadamente o Concílio de Trento, cujos pressupostos são reiterados pelo Concílio Vaticano I (1869-1870) e retraduzidos na Encíclica *Quanta Cura*. Sobre o pertencimento às sociedades secretas, recaíram as mais ácidas críticas da hierarquia da Igreja sobre o padre Eutíquio, já idoso nos seus últimos anos, devido aos seus questionamentos acerca dos fundamentos dos dogmas instituídos no Concílio Vaticano I recentemente anunciados pelo Papa Pio IX. Sendo o Papa e seu dogma o objeto das análises do padre Eutíquio, doutor em Direito Canônico ao comentar sobre o dogma da *infallibilidade papal* e suas relações com as excomunhões.

²⁶⁶ Tradução livre do francês: “Voltaire está morto, mas seus lábios vivem e molham”.

²⁶⁷ A chamada profissão de fé do Padre Eutychio I. Jornal *A Boa Nova*, Belém, sábado, 11 de setembro de 1880, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 07 mai. 2017.

Infalibilidade do Papa

O artigo do senhor padre Eutíquio Pereira da Rocha, que com este título publicamos em outra parte, foi primeiramente estampado por seu autor em 1852 na *Trombeta do Santuário*.

Naquele tempo o Sr. Padre Eutychio não era delegado do grão mestre Saldanha Marinho, nem redator do *Pelicano* nem estava alumiado pela luz dos *Orientes* era simplesmente Padre Católico reconhecendo os privilégios da Santa Sé defendia a fé antiga contra as pretensões do galicanismo e da impiedade, que alcunhava de ultramontanismo. Estão hoje mudados os papéis.

O Padre Eutychio de 1852 é o mesmo que como colaborador do *O Liberal do Pará* e como *redator efetivo* do *Pelicano* tem investido com descomunal sanha contra todos os dogmas católicos e nomeadamente contra a infalibilidade do Papa!²⁶⁸.

Nas análises de Fernando Neves se sobressai a noção de que o dogma da infalibilidade papal foi um único dogma efetivamente instituído pelo Concílio Vaticano I, realizado em Roma de 1869 a 1870, mobilizado como a forma de validar a autoridade papal, permitindo assim a incursão da Igreja Católica no século. Aliás, de acordo com o autor, a autoridade é a característica que baliza as ações do Papa e de modo descendente chega aos bispos, sendo mediada pelos padres e intelectuais, e conseqüentemente efetuam o movimento ultramontano como instrumento de centralização política, partindo de Roma até todos os cidadãos católicos do globo (WERNET *apud* NEVES, 2009, p. 26). As medidas promulgadas pela Sé Romana serviram de baliza para a hierarquia católica da província do Pará tentar delimitar o “modo de ser católico” de padre Eutíquio, de modo que a folha católica *A Boa Nova* percebeu a mudança de postura do padre Eutíquio comparando o seu “modo de ser católico” em 1852, quando escrevia no jornal do bispado *Trombeta do Santuário* e estava imbuído das concepções de autonomia da igreja sobre o estado, trazidas da Bahia. O Padre Eutíquio “do tempo presente”, ou seja, daqueles anos de 1873 seria, segundo *A Boa Nova*, a completa antítese do que havia sido no passado, uma vez que nesta época defendia o direito da igreja das investidas do galicanismo, e da “impiedade”, o que sugerimos ser menção à maçonaria e, no tempo presente, isto é nos anos de 1873 criticava o já pertencimento do padre Eutíquio a ela, daí o sentido de naqueles tempos estarem “mudados os papéis”.

De acordo com Elisângela Soares, há de ter se certa cautela ao analisar o embate da Igreja contra a Modernidade haja vista estar sendo considerado que o atraso e a opressão da sociedade fossem creditados na conta da igreja pelos filósofos iluministas. Ao mesmo tempo, há de se atentar para o fato de que a igreja foi a espinha dorsal e o repositório do saber, normas, riqueza e toda a função social: do nascer, casar-se, morrer, todos estes eventos vitais dos homens e mulheres estavam demarcados por ritos simbólicos, cuja materialização

²⁶⁸ Crônica Urbana. Jornal *A Boa Nova*, Belém, quarta feira, 16 de julho de 1873, ano 03, n. 56, p. 04. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 12 dez. 2016.

dependia da Igreja Católica (SOARES, 2014, p.42). Soares destaca que o século 19 assistiu à consolidação da ruptura da mentalidade coletiva com o Neocristianismo, isto é, progressivamente ocorre a cisão da sociedade com a Religião, e conseqüentemente com a ideia de que a Igreja é a guardiã destes ritos, perdendo o seu *status* de “Instituição Englobante”. Nasce então a noção da *liberdade de consciência* desenvolvida dos pressupostos nascidos do deísmo Iluminista e o anticlericalismo da Revolução Francesa. Que de acordo com a autora, desde o século 18 lançam as bases do individualismo e do liberalismo observado nos fundamentos dos Estados modernos e no direito natural, conceito que consiste em pensar nos indivíduos como autossuficientes em matéria de pensamento, isto é, bastam por si mesmo enquanto feitos à imagem e semelhança de Deus e enquanto depositários da Razão (SOARES, 2004, p.44).

Nesse sentido, as categorias sobre a condição religiosa foram lançadas pelos intelectuais católicos ao padre Eutíquio, através da folha católica *A Boa Nova*. No quadro abaixo segue a relação destes marcadores religiosos atribuídos ao padre Eutíquio pelos articulistas de *A Boa Nova*. Importantes para a ritualização do estilo de jornalístico por serem igualmente marcadores da hierarquia clerical no *campo religioso* (GRASMCI, 1982, p.81) paraense.

Quadro 01 – Categorias religiosas atribuídas ao Padre Eutíquio de acordo com os jornais católicos e liberais

Categorias relacionadas à condição religiosa	Periódico	Ano	Ocorrência(s)
Apóstata	A Boa Nova	1872	03
Apóstata	A Boa Nova	1880	09
Cismático	A Boa Nova	1879	01
Herege	A Boa Nova	1880	04
Herege	A Boa Nova	1879	01
Suspensão	A Boa Nova	1872	02
Suspensão	A Boa Nova	1879	03

Suspenso	A Boa Nova	1880	04
Excomungado	A Boa Nova	1872	01
Excomungado	O Liberal do Pará	1871	01
Ateu	A Boa Nova	1879	01
Ímpio	A Boa Nova	1879	01

Fontes: jornais “O Liberal do Pará”, n. 278 (1871); “A Boa Nova” n.(s) 10 (1872), n. 27, 79, 103 (1879), n.(s) 66, 67, 68, n. 69, n. 76 (1880) (Biblioteca Nacional).

Conforme demonstrado no *Quadro 01*, os marcadores religiosos foram quase todos atribuídos pela folha católica “A Boa Nova”. A categoria “excomungado” publicada pela folha “O Liberal do Pará” referia-se às alcunhas contidas na “A Boa Nova” sobre o padre negro. Todas elas à exceção da categoria – “suspenso” – não expressam a condição religiosa de padre Eutíquio, uma vez que ele nunca assumiu-se como um ex-católico ou alguém que havia abandonado a fé católica em favor da Maçonaria.

Note-se que conforme avançam os anos de padre Eutíquio e a morte dele se aproxima aumentam as acusações de “apostasia”, “heresia”, “cisma” e “excomunhão”, de modo ao jornal *A Boa Nova* conformar através destes discursos uma memória sobre a condição religiosa dele como alguém que não pertencia à condição de cristão. Sendo esta memória consolidada com a morte do padre, especialmente, após a negativa dele em reconciliar-se com o bispo D. Macedo Costa. Ressaltamos que esta memória construída pela Igreja Católica sobre o padre Eutíquio prevaleceu por mais da primeira metade do século 20, permanecendo até hoje nos ambientes religiosos católicos da cidade de Belém.

Desse modo, concordamos com as análises de Raymundo Heraldo Maués sobre os marcadores sociais de cor/origem social e condição religiosa como importantes para a ritualização do estilo de jornalístico paraense no século 19 (MAUÉS, 1999, p. 145). Por serem igualmente marcadores sociais que aos historiadores hodiernos causa tamanha confusão sobre qual raça e religião pertencia determinado indivíduo, possuía fortes apelos que iam além da simples cor da pele, alcançando outras dimensões da vida como a herança familiar, a posição social, a renda, o sexo, a profissão, que impunham hierarquia à maneira como os homens e mulheres oitocentistas enxergavam o mundo, a si próprios e aos outros.

As análises de Elisângela Soares reiteram as análises de Ítalo Santirocchi a respeito da noção de que a principal questão a mover as contendas entre estado liberal/regalista e a igreja católica, cujo Catolicismo é a religião da nação diluída ao nível das micro relações no cotidiano entre clérigos liberais e clérigos ultramontanos no século 19, foi a questão da liberdade de consciência, as quais refletiram-se em três acontecimentos nacionais e regionais que possuíam uma tônica em comum: os debates entre inserção do homem moderno nas sociedades secretas, o uso da imprensa, a anatematização da sociedade cristã que aderira ao racionalismo e ao livre pensamento. A culminância desses três aspectos provocaram explosões na cidade de Belém na década de 1870, e estiveram relacionadas à vida do padre Eutíquio, sendo elas: a) a questão nazarena ou dos Círios civis; a questão religiosa e a liberdade de culto.

3.2.1 – A Questão Nazarena, a Questão Religiosa e a liberdade de cultos

Os anos finais da vida do padre Eutíquio foram perpassados por três acontecimentos, em que um deles abalou as estruturas do Império, dada a sua repercussão. Outros dois se limitaram a explodir na cidade de Belém. Porém, os três apresentaram duas características em comum: a) principiaram de intrigas na igreja paraense; b) mobilizaram a imprensa como instrumento de seus embates. Esses três acontecimentos ocorreram ao longo da década de 1870 e foram casos relacionados ao padre Eutíquio, a saber: 1) a questão dos bispos ou questão religiosa; 2) a questão nazarena ou dos círios civis; 3) reuniões pela liberdade de culto.

Fernando Neves ressalta que a questão dos círios civis foi outra versão da questão religiosa representando na prática a continuação dos conflitos entre a igreja e o estado. Porém, nas terras amazônicas o conflito acentuou-se devido envolver o culto da santa maior do rebanho católico paraense, provocando discórdias que formaram um mosaico bastante complexo de católicos, que foram desde conservadores, liberais, maçons, membros da irmandade de Nossa Senhora de Nazaré, mulheres devotas. E posicionando-se de modo adversário a eles, estiveram os padres ultramontanos, acólitos dos padres, padres colados, padres adjuntos, padres interinos, cônegos e no Palácio Episcopal da Sé, o bispo D. Antônio de Macedo Costa (NEVES, 2008, p.05).

O estopim da polêmica aconteceu quando quadros com nu artístico feminino foram exibidos em um *polyorama* no Arraial de Nazaré, assim como as galhofadas dos populares

foram os fatos vistos com maus olhos pelos homens da igreja ciosos da moralidade nos cultos à santa de Nazaré, no mês de outubro de 1877. Neves argumenta que foi preocupação do bispo D. Macedo Costa e padres ultramontanos em prevenir que os festejos nazarenos não descambassem em festejos profanos, deformando as relações simbólicas do culto a Maria. Portanto, eles consideravam repreender ao povo enquanto maneira de orientar com intrepidez todas as atividades relativas ao Círio, desqualificando toda e qualquer manifestação em abusos e desregramentos do povo perante as autoridades católicas, notadamente o bispo D. Macedo Costa (NEVES, 2008, p. 05).

Esta centelha acendeu em um terreno de conflitos entre o estado e a igreja, em cujos desafios enfrentados pela hierarquia católica estavam a progressiva diminuição de sua capacidade de direção e constituição do Catolicismo no Ocidente, ante a expansão do islamismo e do protestantismo, bem como o liberalismo imiscuído nas estruturas burocráticas e na cultura política do Estado brasileiro (*Ibid.*, p.06). A expansão da cidade acompanhou o crescimento da freguesia de Nazaré, a qual em 1850 contava com uma pequena ermida erigida a Nossa Senhora de Nazaré, ao passo que na década de 70 a paróquia foi erigida à freguesia ao lado daquelas freguesias antigas da cidade, como Sé, Sant’Anna da Campina e Trindade.

Figura 04 – O Arraial de Nazareth por volta de 1875.



Fonte: *Álbum de Vistas do Pará* (1899). FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2541> (Brasiana Fotográfica Digital). Acesso em: 07 nov. 2019.

Nesse sentido, a irmandade criada em torno de Nossa Senhora de Nazaré sobressaiu-se como o organismo que sustentou os subsídios materiais para a manutenção do culto à santa e os templos. A Irmandade possuía entre os seus membros, liberais e conservadores, que diante do episódio dos *polyoramas* acabou sendo interdita pelo bispo D. Macedo Costa. Todavia, os Irmãos de Nazaré continuaram a glorificar a santa subsidiando os recursos financeiros, as necessidades do culto, emprestando os bens da irmandade como as alfaias, os paramentos e demais doações, que de acordo com Neves estiveram travestidos de assistência à santa, realizando assim os Círios de 1878 e 1879 sem a presença dos clérigos católicos, contando apenas com o Diretório Nazareno e a multidão católica (*Ibid.*, p.06).

Na Carta Pastoral do bispo D. Macedo Costa publicada na folha católica *A Boa Nova* em 1879, o padre Eutíquio foi acusado de ter acompanhado e incentivado a procissão civil do Círio de 1879, junto aos membros da Irmandade de Nazaré, publicada poucos dias antes da festa de Nazaré nas seguintes linhas indignadas do bispo.

Esta festa que eles querem fazer é, em terceiro lugar, uma verdadeira profanação. Quando se quer aquilatar a moralidade de um ato não se há de olhar só para esse ato em si, mas para as circunstâncias que o acompanham. Celebrar o Santo Sacrifício da Missa, que ato mais santo, mais digno do concurso e reverência de todos os fiéis?

Mas se é um Padre suspenso que o celebra, um Padre cismático [*grifo nosso*], revoltado contra o seu Prelado, quem não fugirá indignado para não tomar parte em tão horrendo sacrilégio? Transportar com acompanhamento solene uma Imagem da Virgem Santíssima Senhora Nossa, que ato mais louvável e digno do aplauso de todos os Católicos?

Mas se este ato é feito em desobediência às ordens do legítimo Prelado, para mostrar que não se depende dele nas coisas da Religião, para menoscabar e quebrar aos olhos do povo sua autoridade sagrada, a quem sabendo o que faz, se associará a uma tal profanação?

Pois honra-se a Maria Santíssima desonrando-se a Igreja? Pois a religião pode servir de capa para desacatos á autoridade religiosa? Pois uma festa que se inspira toda no ódio sectário, que respira este ódio por todos os poros, pode ser agradável a Deus e a sua Mãe Santíssima?²⁶⁹.

Certamente, o “padre suspenso”, “padre cismático” do qual o bispo falara na Carta Pastoral tratasse-se do padre Eutíquio Pereira da Rocha. O qual, segundo o bispo, estaria presente na realização do Círio civil dispensando a presença dos clérigos ultramontanos, e inflamando ainda mais a contenda entre a igreja e as irmandades e o poder civil a respeito da autonomia da celebração dos cultos católicos e a condução da vida religiosa. Desse modo, embora bastante idoso, possivelmente o padre negro estivesse presente na procissão, afinal, àquele momento, além de ser um inimigo declarado do bispo, defendia a autonomia das

²⁶⁹ Carta Pastoral. Bispo D. Antônio de Macedo Costa. Jornal *A Boa Nova*, Pará, sábado, 04 de outubro de 1879, ano 09, n. 79, p. 03. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 18 jan. 2019.

irmandades frente às tentativas de controle e subordinação da hierarquia da igreja, além de ser um crítico da autoridade dos Papas e bispos sobre as atividades da vida civil. Sendo duas delas a questão dos Círios e a questão dos cemitérios.

Fernando Neves salienta que esse episódio dos Círios Civis representou um desdobramento das contendas entre o estado liberal e a nação católica, que à época contava com a liderança de bispos ultramontanos nas dioceses do Império, e no ano de 1872, mobilizaram reações às medidas do Estado na intervenção da entrada dos noviços nas Ordens religiosas, o controle sobre a assistência material às paróquias, e a autonomia das irmandades na gestão de seus bens e na composição de seus membros (NEVES, 2008, p.01). Nesse sentido, os interditos foram os recursos mobilizados pelos bispos ultramontanos para exercer o controle sobre a autonomia das irmandades e Ordens Terceiras, e a exemplo do interdito lançado contra a Irmandade de Nazaré em 1877. Houve ainda no ano de 1872, o interdito lançado pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa contra a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, devido ao fato desta ter em sua composição membros maçons. Nisto, evidenciamos ser a prática dos interditos da igreja ultramontana às irmandades e Ordens, recorrente ao longo da década de 1870.

Dentro da perspectiva dos ultramontanos, o padre Júlio Maria realiza em suas *Memórias* uma análise sobre as festas e o culto católico, em que assinala a perspectiva que a igreja romanizada teve a respeito das devoções ao Catolicismo no Império. Este autor ressalta que por força do regalismo e as amarras que ele impunha à Igreja juntamente com a opressão aos bispos e os desprestígios do clero provocou a degeneração do culto externo devido as cerimônias da igreja estarem profanadas. Segundo o padre Júlio Maria, as festividades católicas eram o *locus* de observação do “endurecimento dos ímpios e a pertinácia dos incrédulos”. Estes, segundo ele, ignoravam o simbolismo católico reputando ao culto externo numerosas futilidades demonstrando sua falsa devoção (MARIA, 1900, p. 88). Maria assinala que essas cerimônias não edificavam, eram em suma devoções que não apuravam a espiritualidade, os novenários não revelavam fervor, procissões de festas de santo que apenas divertiam sendo “festas, enfim que não aproveitam às almas nem da[vam] glória a Deus”. Este, segundo o padre, foi o cotidiano do catolicismo nas paróquias brasileiras durante o Império (*Ibid.*, p.88).

Sobre as festas do Catolicismo, o Círio de Nazaré foi uma das festas mais expressivas durante o século 19 na Amazônia, e de acordo com Raymundo Heraldo Maués na obra

Padres, pajés, santos e festas, o controle eclesiástico foi exercido sobre essa festa e o seu santuário de devoção, o de Nazaré. Maués ressalta que a Igreja, vivendo a fase da romanização exerceu o controle eclesiástico sobre outros métodos, através da ação direta dos clérigos regulares e seculares enquanto instrumentos de hierarquia. (MAUÉS, 1995, p.74).

Maués assinala que durante a Questão Nazarena, o bispo D. Macedo Costa enviou uma carta ao clero paraense e nela fala de uma tendência já há muito tempo existente na sociedade brasileira que consistia em “querer, na direção do culto, fazer predominar o elemento secular sobre o elemento eclesiástico” (COSTA *apud* MAUÉS, 1995, p.76). O antropólogo ressalta o discurso do bispo para as irmandades, o que ele qualificava ser “uma simples comissão de festeiros”, em que o sacerdote era apenas “considerado um serventuário assalariado do culto”. Para D. Macedo Costa não estavam sendo aceitas as suas ordens como autoridade, mas simples sugestões (*Ibid.*, p.77).

Os discursos de D. Macedo Costa condensaram aspectos fundamentais da oposição entre leigos contra os sacerdotes, aprofundado no governo da igreja durante o ultramontanismo, segundo conta Raymundo Maués. É plausível que o padre Eutíquio tenha participado da procissão do Círio Civil de 1879, haja vista no início desta década ele já destilava grandes críticas ao desejo de obediência do bispo, expresso no reforço da hierarquia clerical, com os padres subordinados ao seu líder espiritual, conforme as premissas do dogma da *infallibilidade*, o qual se pode entrever na *Profissão de fé* do padre Eutíquio acerca das opiniões dele sobre o bispo D. Macedo Costa, escritas em depois de 1876.

O bispo D. Antônio de Macedo Costa está desmascarado; todos no Pará reconhecem-lhe o farisaísmo, a vaidade, o orgulho, a doubles, a avareza, a mentira com que se apregoa reformador do clero, quando quaisquer 50\$000 bastam para fazê-lo divinizar os devassos de pouco antes; e a sua moral tem equívocos...

O Conciliábulo do Vaticano foi apenas vergonhosa chancelaria das imposições jesuíticas. Esses *bons* bispos viram no Evangelho o que há 19 séculos não viram tantos santos padres e papas! Quantos papas foram acusados de erros?! Entretanto procurou-se defendê-los com explicações, mais ou menos felizes, dos seus atos e decisões, quando era fácilmo emudecer as acusações com a *infallibilidade*.²⁷⁰

Fernando Neves destaca que a Questão Nazarena foi uma versão da Questão Religiosa ocorrida em 1872 (NEVES, 2008, p. 01). Em que pese, o instrumento dos interditos foi um recurso de controle lançado pela igreja ultramontana às irmandades leigas, a exemplo do interdito lançado em 1877 contra a Irmandade de Nazaré. Sendo este um desdobramento das

²⁷⁰ Profissão de fé do Padre Eutíquio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro, 1880, ano 09, n.09, p. 349. Hemeroteca Digital, setor periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_00009.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

práticas ocorridas desde o ano de 1872, com dois grandes interditos lançados às confrarias. Um deles foi o lançado pelo bispo D. Vital Maria Gonçalves à irmandade do Santíssimo Sacramento em Olinda, e outro foi o interdito de D. Macedo Costa à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ambas repreendidas devido à presença de maçons entre os seus membros.

O debate historiográfico a respeito da origem da Questão Religiosa ou a *questão dos bispos* de 1872 é intenso desde a época em que ocorreu. Em suas *Memórias* publicadas no *Livro do Quarto Centenário do Descobrimento* em 1900, sobre a Religião durante o Império brasileiro e na virada para o regime republicano. O padre Júlio Maria destaca que as interpretações de Joaquim Nabuco sobre o conflito omitiram importantes processos que concorreram para que as reações dos bispos acontecessem. Além disso, não se resumiu apenas ao episódio do interdito lançado pelo bispo da Sé de Olinda D. Vital Maria Gonçalves à irmandade do Santíssimo Sacramento, como medida para expurgar os membros maçons que não abjurassem a Franco-Maçonaria.

O padre Júlio Maria contraria as teses de Joaquim Nabuco sobre a origem do conflito afirmando que a contenda entre a igreja ultramontana e o laicato liberal originou-se no discurso do padre Almeida Martins em 1872 no Rio de Janeiro, sendo por isso suspenso pelo bispo²⁷¹, tendo desencadeado as reações da Maçonaria contra a Igreja, sendo liderados pelo grão mestre do Grande Oriente, Joaquim Saldanha Marinho, que de acordo com o padre Júlio Maria reuniu os membros maçons mobilizando lutas contra o clericalismo em artigos publicados no *Jornal do Comércio*. As análises de padre Júlio Maria entram em consonância

²⁷¹ Tanto o discurso do padre Almeida Martins quanto o discurso de Joaquim Saldanha Marinho foram publicados nos jornais maçônicos brasileiros da época, dentre eles o órgão da Franco-Maçonaria paraense *O Pelicano*. Este jornal, segundo as análises de Alan Santos, o periódico *O Pelicano* defendia-se das críticas católicas vindas do jornal *A Boa Nova* descaracterizando a maçonaria enquanto sociedade secreta haja vista os símbolos, cerimônias, ornatos, fórmulas, sinais e abreviaturas significavam apenas o respeito às tradições antigas da maçonaria, as quais estavam expressas no texto "*Manifesto da Maçonaria do Brasil*", escritas por Joaquim Saldanha Marinho e publicadas no primeiro número de *O Pelicano* (SANTOS, 2015, p. 86). No número 08 do periódico maçônico há a resposta aos artigos de *A Boa Nova* sobre a suspensão do padre Almeida Martins: "Demais, o padre Almeida Martins não fora excomungado, sim unicamente suspenso do confessionário e do púlpito, ficando, todavia, no exercício pleno dos poderes de ordem, que não dependem da jurisdição. Foi isto que seu deus, se não há ignorância de nossa parte. Portanto parece que o bispo do Rio de Janeiro não desconheceu totalmente a injustiça dos pontífices romanos para com a ordem maçônica. (...) No entanto o revdm. Sr. D. Pedro de Lacerda conserva ao padre Almeida Martins os poderes de Ordem e por isso mesmo a participação direta e frequente do Sacramento da Eucaristia, que, aliás, parece-nos não poder produzir a graça eficiente em um sacerdote excomungado e impenitente, segundo vossas afirmações ultramontanas". **Sobre a análise do Manifesto da Maçonaria, escrita pela ilustrada redação da "Boa Nova"**. *Jornal A Boa Nova*, Pará, quinta feira, 18 de julho de 1872, ano 01, n. 08. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/228710/29.pdf. Acesso em 14 jul. 2019.

com as interpretações do José Castellani na obra *Os maçons e a Questão Religiosa*, e nela o autor versa que o discurso do padre Almeida Martins, na sessão solene da maçonaria em 02 de março de 1872 ofereceu saudações à lei de 28 de setembro de 1871, conhecida na historiografia como a lei do ventre livre, reputando à lei de libertação gradual da escravidão enquanto a obra do grão mestre da maçonaria brasileira, o Visconde do Rio Branco, José Maria Silva Paranhos e dos parlamentares maçons do Conselho de Ministros do Império (CASTELLANI, 1996, p.35).

José Castellani reputa ao acontecimento ser o estopim da crise vivida pela igreja ultramontana e o estado liberal, que traduziam os embates entre o ultramontanismo e o regalismo que se tornaram mais fortes na segunda metade do século 19. O discurso do padre Almeida Martins foi publicado nos jornais do Rio de Janeiro logo no dia seguinte, causando reações da igreja na pessoa do bispo de D. Pedro de Lacerda, o décimo bispo do Rio de Janeiro, sendo confirmado pelo Papa Pio IX. D. Lacerda lançou a suspensão das ordens sacras ao padre Almeida Martins, todos os fatos noticiados no *Boletim do Grande Oriente do Brasil* em março de 1872 (CASTELLANI, 1996, p.36).

Analisando a Questão Religiosa, Elson Monteiro demonstra ser ela o estopim das situações de crise vividas entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro regalista por ação do Padroado Régio, em vigor desde a Constituição de 1824, que instituiu o sistema do beneplácito, em que as bulas e encíclicas papais, os documentos pontifícios expedidos de Roma somente poderiam ser válidos no Brasil através da sanção do Imperador. Monteiro aponta o caso da Encíclica *Quanta Cura*, publicada pelo Papa Pio IX em 1864, não recebeu o beneplácito do Imperador D. Pedro II, fato decorrente da presença de vários ministros maçons no Conselho de Ministros, onde o Presidente era o maçom José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, Grão- Mestre da Maçonaria no Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2016, p. 150). Élon Monteiro aponta que a recusa ao beneplácito desencadeou a revolta do bispo de Olinda D. Vital Maria Gonçalves, o mesmo proibiu os católicos de pertencerem à Maçonaria, sendo seguido pelo bispo do Pará D. Macedo Costa, ao lançar interdito a ordens terceiras e irmandades composta por membros maçons, abrindo espaços para lutas dos maçons e padres que se recusaram a abandonar a maçonaria (*Ibid.*, p. 150).

A Questão Religiosa ocupou grande espaço na imprensa regional nos jornais maçônicos, na imprensa católica e nos jornais “profanos”, mobilizando a Maçonaria paraense através das fundações de jornais de caráter reconhecidamente maçônico para responder aos

ataques dos periódicos católicos e das Cartas Pastorais do bispo D. Macedo Costa. Monteiro destaca que a ação abolicionista esteve presente nos assuntos debatidos pelos jornais maçônicos, sendo grande parte da campanha abolicionista foi realizada por meio de debates na imprensa ao ceder espaço para noticiar as ações das associações emancipacionistas que foram fundadas no período, das quais faziam parte maçons importantes. Sendo uma delas a Sociedade Filantrópica de Emancipação de Escravos criada pelo tipógrafo Carlos Seidl, e dela faziam partes os maçons Samuel Wallace Mac-Dowell, o padre Eutíquio Pereira da Rocha, e o doutor José da Gama Malcher (MONTEIRO, 2016, p. 134).

Monteiro assinala as análises de João Dornas Filho sobre a Questão Religiosa, como o fato que acabou impulsionando o posicionamento da Maçonaria em relação ao combate a escravidão, devido ao fato de a Igreja Católica condenar abertamente a Maçonaria e não fazer o mesmo em relação à escravidão abriu precedente às réplicas dos maçons em críticas dirigidas à Igreja Católica, além da defesa da posição abolicionista como forma de ataque à postura de indiferença da Igreja brasileira, a exemplo do que fez o abolicionista e maçom Joaquim Nabuco (*Ibid.*, p. 142).

Alan Santos assinala que as proposições dos maçons paraenses sobre a Questão Religiosa não foram consensuais, nem houve uma homogeneidade quanto a ela no meio maçônico, visto que eles posicionaram-se de diferentes formas sobre o assunto. Sendo possível notar fissuras nas opiniões, que de um lado dividiram-se entre os estadistas paraenses, os quais defendiam a tradicional aliança constitucional. De outro lado houve aqueles que articulavam abertamente a separação da Igreja e o Estado e a liberdade de cultos. Santos percebe também existirem aqueles que se mostravam indiferentes à resolução da contenda (SANTOS, 2015, p.164-165). Tal fenômeno demarca aspectos da sociabilidade maçônica, e de acordo com Santos, no processo da Questão Religiosa tenta anular ou minimamente diminuir as diferenças em seu seio usando o recurso do recrutamento seletivo e nos preceitos de fraternidade e igualdade (*Ibid.*, p. 166). Entretanto, a respeito da questão religiosa, os laços entre os maçons seguiam uma dinâmica muito grande uma vez que eram incessantemente feitos, desfeitos e refeitos, sendo que as opiniões e discursos levados à imprensa demonstravam também dissonância entre os veneráveis de cada vale, e destes com os *Orientes* do Império.

É consenso historiográfico o fato atestado pelo bispo D. Macedo Costa, em relação à Questão Religiosa de 1872, em que ela significou antes de tudo o embate entre duas doutrinas,

a ultramontana e a regalista. Sobre isto, o historiador Alan Santos considera que a participação de padre Eutíquio na maçonaria paraense e enquanto redator de *O Pelicano* seja passível de inferir “direta ou indiretamente” que ele tomou parte nas discussões suscitadas pelo periódico maçônico em relação à situação do negro na sociedade imperial. E para isso, Santos infere através do artigo “O Inimigo Oculto” transcrito supostamente pelo padre Eutíquio do jornal da Corte *A República* para o jornal *O Pelicano*, existir um estado de crise desencadeado pela questão constitucional, a questão servil e a Questão Religiosa observados no trecho do artigo: “*Ninguém se iluda: o padre, o rei e o escravo são os três inimigos da civilização*”²⁷². Nisso, Alan Santos enuncia que a intencionalidade desta publicação no órgão maçônico assinala um diálogo com o pensamento liberal e republicano em gestação dessa época, e uma vez o padre Eutíquio enquanto o redator do jornal seria possível que compactuasse com tais posicionamentos (*Ibid.*, p. 191). Durante a investigação em fontes periódicas, os jornais, eu não pude encontrar evidências que corroborasse a total e igual identificação de padre Eutíquio com as três premissas: a republicana, a abolicionista e a anticlerical. Dentre estas é certo que o padre Eutíquio teve proximidade com a emancipacionista, pois, cogitava em abolição da escravidão ser mediada pelo gradualismo e a indenização dos senhores, ainda na década de 1870. Sobre o republicanismo, não pude encontrar evidências de sua participação em círculos políticos propriamente republicanos, a exemplo do *Club Republicano*, uma vez que as primeiras edições do jornal *A República*, o órgão do Club Republicano Paraense iniciaram-se em 1886 (COELHO *apud* BARROS, p. 10), seis anos após a morte de padre Eutíquio. Portanto, não sendo possível a participação dele nas discussões políticas marcadamente republicanas, a exemplo do que aconteceu com republicanos históricos como Lauro Sodré, e adesistas como Antônio Lemos.

É razoável supor que ao eleger o “*padre*” como um dos inimigos da civilização, é provável que o padre Eutíquio não estivesse posicionando-se estritamente contrário à Igreja Católica, e sim, a favor da liberdade de cultos. Considerando somente a presença do padre, ou, da Igreja Católica, poderiam existir óbices à civilização em uma nação na qual estavam presentes as outras manifestações religiosas, a exemplo dos israelitas, os protestantes ingleses e norte-americanos, além dos maçons. Tomando como exemplo as considerações de padre Eutíquio sobre os cemitérios seculares como necessários à civilização e à higiene é possível ao padre considerar que para uma nação ser entendida como civilizada, seria necessário que a

²⁷² O Inimigo Oculto. Jornal *O Pelicano*, Belém, domingo, 01 de setembro de 1872, ano 01, n. 21, p. 04. Hemeroteca Digital, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em memoria.bn.br/DocReader/228710/81.pdf. Acesso em 26 ago. 2019.

ela permitisse a liberdade de cultos para que o a figura do “padre” não fosse hegemônica, nem a única permitida à vivência da religião. Temos as provas para esta suspeita na realização de um *meeting* em 1874, noticiado pelo jornal *O Liberal do Pará*, delatado na imprensa católica por Samuel Wallace Mac-Dowell, maçom que abandonou as fileiras do liberalismo e tornou-se filiado dos ultramontanos, sendo muito amigo e advogado do bispo D. Macedo Costa.

Ainda em 1873, durante as fases dos interditos da Questão Religiosa, o padre Eutíquio se envolveu com a questão Brado ao Povo, conhecida como a questão dos pasquis e disputas relacionadas à liberdade de cultos. Ambas as polêmicas noticiadas por jornais “profanos”, católicos e maçônicos, foram debatidas envolvendo mais uma vez os choques entre a maçonaria, o ultramontanismo e o liberalismo²⁷³. Neste ano no Pará, no domingo do dia 02 de agosto de 1873 às 11 horas da manhã, o Delegado do Grão-Mestre da Maçonaria reuniu-se junto aos maçons Joaquim José de Assis, D. Vicente Ruiz, Henrique Jorge Sobrinho, Miguel Carvalho, Samuel Wallace Mac-Dowell, Couto de Magalhães, José Joaquim da Fonseca e José da Gama Malcher na loja maçônica Capitular *Harmonia*, situada na Travessa do Pelourinho (atual Rua 7 de Setembro²⁷⁴) para tratar de uma representação coletiva sobre a revogação do artigo 5º da Constituição Imperial de 1824, sendo a reunião noticiada no jornal *O Pelicano* de 06 de fevereiro de 1873.

Aprovada a ata da sess.: de 26 de janeiro, o presidente da reunião passou a ler o parecer da comm.: incumbida de formular bases em que tem de assentar a representação que vai ser levada à deliberação dos representantes da Nação, em ordem a que se ponha um paradeiro às contínuas provocações dos diocesanos, que parecem nada mais pretenderem do que perturbarem a ordem pública com ideias que neste século de ilustração já não podem ser aceitas.²⁷⁵

A reunião dos maçons do vale presidida pelo Dr. Assis e assistida pelo Delegado do Grão-Mestre, padre Eutíquio, teve o objetivo de reunir assinaturas para propor uma representação à Corte Imperial pedindo aos altos poderes da Nação para policiarem as atitudes

²⁷³ Raymundo Heraldo Maués assinala que a polêmica dos pasquins originou-se em 1872, quando o jornal *O Liberal do Pará* denunciou em números que tiveram grande repercussão na cidade e até nos periódicos liberais de fora da província do Pará, a respeito da publicação de um pasquim de nome “Brado ao Povo”, distribuído na cidade de Belém anonimamente e na “calada da noite” (MAUÉS, 1999, p. 152). De acordo com o antropólogo, os maçons e os liberais acusaram o bispo D. Macedo Costa em ser o autor intelectual do referido pasquim. Nesse sentido, “pasquim” adquiria o tom de “jornaleco” supostamente impresso nas tipografias da folha católica *A Boa Nova*, e o objetivo do pasquim seria, segundo os liberais e maçons, o de disseminar a matança de maçons e portugueses na cidade. Cf. MAUÉS, Raymundo H. A categoria “jesuíta” no embate entre liberais e católicos ultramontanos no Pará do século 19. In: *Uma “outra” invenção da Amazônia*. Religiões, Histórias, Identidades. Belém: Cejup, 1999, p. 152.

²⁷⁴ CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*: significado histórico de suas denominações. Belém: Cejup, 1992, p. 63.

²⁷⁵ Fatos diversos. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, terça-feira, 11 de agosto de 1874, n. 180, ano 06, p. 01. Setor de Jornais Microfilmados, rolo: 104, arq. 02, gav. 02, série: O Liberal do Pará, período: jan./dez., ano: 1874. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 28 mar. 2017.

dos clérigos católicos ultramontanos escrevinhadores do jornal *A Boa Nova*, que segundo os maçons, os provocavam diariamente como “*ideias que neste século de ilustração já não pod [iam] ser aceitas*”²⁷⁶. Em meio a discordâncias, os maçons deliberaram na reunião as bases da representação “*em qual se precisaram os abusos que aqui tem praticado o diocesano, o desregramento da linguagem de alguns padres no púlpito* [grifo dele], *concluindo por lembrar aos representantes da Nação que o meio fácil a cortar o mal pela raiz, é a revogação do art. 5º da Constituição*”²⁷⁷. A notícia narra que votou o Dr. Couto de Magalhães para a proposição que fossem organizadas comissões incumbidas de redigir a representação, sendo aprovado pelos membros reunidos, exceto pelo aparte de Samuel Wallace Mac-Dowell, que no final deu sua assinatura e sustentou o seu parecer. Entretanto, propôs que a confecção da representação não fosse escrita simultaneamente por todos. Os articulistas de *O Liberal* e *O Pelicano* logo reconheceram haver contradições nos atos do Dr. Samuel, pois, na reunião deliberou ser contra os desregramentos dos ultramontanos na imprensa, porém, em pouco tempo depois ele tornou-se adepto das doutrinas romanizadoras do bispo D. Macedo Costa, causando tensões no círculo maçônico e destilando ataques a eles em seu jornal *A Regeneração* (MAUÉS, 1999, p.147).

Este fato conhecido na imprensa como a *história do papel* derivou ataques do jornal *A Regeneração* contra os maçons do jornal *O Pelicano*. Na notícia publicada no jornal de sua propriedade, Samuel Mac-Dowell assume ter participado de uma reunião junto aos maçons da loja *Harmonia*, tendo votado a favor da adesão a uma representação coletiva originada no Recife cujo fito seria o de pedir a expulsão dos jesuítas, categoria que segundo Raymundo Maués²⁷⁸ assinala ter sido criada para definir os ultramontanos no século 19. Mac-Dowell, maçom, membro e presidente do Capítulo da Augusta Loja Harmonia²⁷⁹ assumiu ter votado contra esta suposta representação e propôs que se requeresse a revogação do artigo 5º da Constituição, peticionado assim a liberdade de culto.

O Liberal do Pará do dia 11 de agosto de 1874 comentou a notícia chamando-o de “Judas” e desmentiu argumentando que o Dr. Mac-Dowell anuiu que se criassem comissões para a redação das bases da representação, inclusive o próprio Mac-Dowell fazendo parte. Além disso, que ele mentira sobre a organização de um *meeting* da comissão para a coleta de assinaturas. *O Liberal do Pará* assumiu o que de fato acontecera na reunião foi que toda a

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 01.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 01.

²⁷⁸ MAUÉS, *Op. Cit.*, p. 144.

²⁷⁹ MONTEIRO, *Op. Cit.*, p. 154.

comissão se opôs à ideia do *meeting* (e não somente Mac-Dowell). Além disso, todos os maçons reunidos naquele dia assinaram a subscrição, inclusive Mac-Dowell, que em seu jornal *A Regeneração* primeiramente alegou que os maçons tinham falsificado a sua assinatura, e logo depois disse ter sido forçado pelo padre Eutíquio e o Dr. Couto de Magalhães a assinar a representação, já assinada supostamente pelo Dr. Assis, José da Gama Malcher, padre Eutíquio Pereira da Rocha, Marcelo Lobato de Castro, Vicente Carmino Leal, Julião Honorato Corrêa Miranda²⁸⁰.

O editor da folha liberal Libânio José Luiz de França assume que esta *história do papel* esteve permeada de falsidades da parte de Samuel Wallace Mac-Dowell, que suas atitudes tiveram por objetivo estender a responsabilidade ao coletivo como forma de diminuir a sua responsabilidade individual na questão da petição ao controle dos desregramentos dos diocesanos ultramontanos e à revogação do artigo quinto da Constituição. Em suma, a edição do jornal afirmara ser importante ao jornal católico *A Boa Nova*.

Vê-se também que esse papel não é a representação, que tinha de ser assignada pelo povo maçônico, o qual nunca chegou a ser feito, por tanto é falso que os estrangeiros com tanto discernimento se tivessem recusado a subscrever²⁸¹.

De acordo com Elson Monteiro, a postura de Samuel Wallace Mac-Dowell e seu jornal *A Regeneração* oscila com a Questão Religiosa, posicionando-se de modo ambíguo em alguns momentos como maçom ao lado da Maçonaria, participando até da redação do jornal *O Pelicano*. Em outros momentos defende a Igreja Católica, declarando-se católico, inclusive sendo o autor de artigos na folha católica *A Boa Nova*, aonde atua condenando o que ele classifica de excessos de ambos os lados (MONTEIRO, 2016, p. 154).

A questão da liberdade de cultos foi cara aos liberais e maçons da segunda metade do século 19. Monteiro destaca que a Maçonaria era um dos segmentos organizados da sociedade brasileira mais atuante na busca por formar as bases do pensamento democrático e liberal semelhante aos das sociedades de origem, França e Inglaterra, vide o seu caráter humanista explicitamente ligado ao pensamento iluminista do “século das luzes” (*Ibid.*, p.168). Fernando Neves explicita que os discursos a favor da liberdade de culto embasavam-se nos discursos sobre as liberdades religiosas usurpadas aos liberais. Estes teoricamente vislumbravam o regime de completa separação entre estado e igreja de acordo com a constituição americana.

²⁸⁰ Fatos diversos. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, terça-feira, 11 de agosto de 1874, n. 180, ano 06, p. 01. Setor de Jornais Microfilmados, rolo: 104, arq. 02, gav. 02, série: O Liberal do Pará, período: jan./dez., ano: 1874. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 28 mar. 2017

²⁸¹ *Ibidem*, p. 01.

Porém, na prática os liberais brasileiros insistiam serem as relações religiosas entre Igreja e Estado semelhantes ao que ocorria na Inglaterra, Bélgica, Holanda, Itália, em que pese, esta confusão significava o reflexo da luta entre a esfera religiosa e a esfera secular cujo princípio originava-se da revolução promovida pela modernidade (NEVES, 2009, p.153).

De acordo com Neves, do lado da alta hierarquia da Igreja, a questão da liberdade de culto esbarrava-se na insistência do bispo D. Macedo Costa em confiar seu sentimento na verdadeira religião que professava, devendo por seu ministério afastar o erro e não permitir que este se propague, sendo que a liberdade como ato de vontade era a expressão da confiança na categoria religiosa do livre arbítrio para verdade, o bem e para o universal, sendo combatido o erro, o mal, ou inclinações para as seitas (*Ibid.*, p. 99). Esta concepção esbarrava-se nas reivindicações dos liberais e maçons da província por liberdade de expressão religiosa e autonomia de pensamento religioso em meio ao Império brasileiro que permitia liberdade ao culto dos protestantes, mas de acordo com Neves, lhes eram permitidos professar sua religião dentro das disposições da lei (*Ibid.*, p. 40). Nisso, encontravam barreiras à propagação de suas crenças e das demais denominações religiosas diferentes da cultura católica, dificuldades aquelas mesmas experimentadas pelos maçons da província antes, durante e depois da Questão Religiosa e os mobilizou a pensar em uma representação coletiva com o objetivo de peticionar a revogação do artigo 5º da Constituição de 1824, propondo retirar as prerrogativas da Religião Católica de ser a única religião oficial do Império.

3.3 – As disputas em torno da Ordem Terceira do Carmo: os religiosos e o patrimônio

Uma reminiscência que enchia a consciência de Padre Eutíquio de pesar sendo relatado na sua *Profissão de fé* foi o episódio ocorrido no Convento do Carmo em 1868, após ele ter sido nomeado o Prior do Convento do Carmo do Pará, através do ato do Visitador Apostólico interino da Província Carmelitana Fluminense, Frei Francisco Fausto do Monte Carmelo, que nesse momento cuidava da administração da Ordem Carmelita do Pará. A qual antes pertencia à Vigararia do Maranhão, portanto, sujeita à jurisdição portuguesa, e a partir de 1828 sua administração foi separada por lei da Vigararia do Maranhão, resultando na incorporação dos religiosos e o patrimônio carmelitas do Pará à Província Carmelitana Fluminense neste mesmo ano (ANDRADE, 2009, p.27). Segundo as reflexões de André Pratt, a lei de separação representou grandes perdas para a Vigararia do Maranhão, a qual não podendo renovar-se devido à falta de religiosos e outras causas, as quais nós supomos serem

as disputas políticas no pós-Independência, reduziu-se sua presença nas Missões religiosas que mantinha nos sertões amazônicos (PRATT *apud* ANDRADE, 2009, p.28).

Sobre a trajetória da Ordem Carmelitana e de seus conventos durante o Império, Kleide Garreta de Andrade ressalta que a partir da incorporação da Ordem regular a Província Carmelitana Fluminense aconteceram as últimas obras dos carmelitas na cidade de Belém devido ao grande impacto causado na ordem pela escassez dos clérigos regulares, e pelas rígidas políticas imperiais (ANDRADE, 2009, p.28), citadas pelo padre Júlio Maria através dos históricos de Joaquim Nabuco como medidas necessárias para restabelecer os conventos que se achavam em estado deplorável no concernente à disciplina e à administração. Segundo Maria, eles estavam abandonados e sem o culto divino ou entregues a um só religioso que não aproveitava os bens, desmantelando os patrimônios da ordem, qual a situação do Convento do Carmo do Maranhão, cuja regeneração de seus conventos seria necessária a fim de evitar que se tornassem “focos de imoralidade, sujeitos à inspeção da polícia”, por isso, as medidas enérgicas implantadas para garantir sua restauração moral (MARIA, 1900, p.79).

Sandra Rita Molina nos informa que após a incorporação dos religiosos e os patrimônios carmelitas à Província Carmelitana Fluminense, a presença dos Visitadores Apostólicos ao Convento de Belém denunciou um conflito interno que extrapolava as dimensões dos edifícios, e resumia-se às dívidas que o convento possuía. Nas décadas de 1850 e 1860, o reduzido número de frades nos conventos da Ordem Carmelita configura-se em outro obstáculo enfrentado pela ordem aquando do Império, haja vista por disposições imperiais encontrava-se impedida de receber noviços. Molina destaca que o afastamento dos frades dos conventos alguns, por motivos de saúde, outros não, caracterizavam-se em contribuições para o esvaziamento dos conventos, facilitando o processo de acesso de terceiros ao patrimônio carmelita (MOLINA, 2006, p. 55).

Sandra Molina assinala que no ano de 1852 o bispo D. José Afonso de Moraes Torres começou de forma lenta, porém, constante, um trabalho de repressão indireta ao Convento do Carmo de Belém, sendo ações de caráter tangencial apresentando-se como requerimento do Ministério dos Negócios da Justiça pedindo a união do Convento de Santo Antônio do Pará ao Convento de São Francisco da Bahia, de forma a manter o noviciado “*na forma das suas regras*” (MOLINA, 2006, p. 43). O Prior reagiu fazendo protestos na forma de uma carta pública publicada no jornal onde afirmava recusar-se a ceder o espaço necessário reclamado pelo Ministério da Justiça (*Ibid.*, p. 43).

De acordo com Sandra Molina, para o bispo a ordem vinda do Estado definia a doação de todo o espaço do convento e não apenas a parte conveniente ao Prior e, em resposta o Frei Joaquim José da Silva Costa informava a situação que havia se criado em torno do espaço reservado para o seminário com todo o convento anteriormente utilizado temporariamente pela Assembleia Provincial, passava a ser entregue à Comissão que instalaria o Seminário (MOLINA, 2006, p. 44). A Comissão rejeitou as acomodações alegando serem insuficientes para um Seminário. Porém, um ano depois somente as celas foram requeridas para servirem como dormitório para os seminaristas conforme os relatos do jornal *Treze de Maio* de 1854.

1ª secção – Ministério dos Negócios da Justiça em 17 de outubro de 1853
 Achando-se em estado de ruína o edificio do Seminário Episcopal do Pará, e tendo sido vendida uma das chácaras, em que habitavam os seminaristas, não tendo a outra capacidade para mais de trinta estudantes, ordena S. M o Imperador que V. Prior ponha a disposição do Revdo. Bispo d'esta diocese o Convento de que V. Prior é prior para nele se recolherem os seminaristas, em quanto se conserta aquele edificio, reservando para si as celas que habita. Deus guarde a V. Prior.
 José Thomaz Nabuco de Araújo
 Senhor Prior do Convento do Carmo da Capital do Pará.²⁸²

As tensões entre as ordens regulares e o Estado Imperial tinham diferentes ordens, segundo Sandra Molina, que além do problema da insubordinação dos clérigos regulares ao Estado Imperial e a formação do noviciado, outro grave problema bastante tradicional relacionava-se ao controle dos bens. De acordo com Magda Ricci, no caso da província do Pará, durante a Cabanagem houve a destruição da cidade pelas lutas cabanas e a repressão pelas tropas da legalidade, e diante deste cenário houve o esvaziamento do Convento Carmelita de Belém (RICCI, 2016, p. 214), sendo o seu patrimônio móvel, escravos, alfaias, rendas todos transferidos para o Maranhão, assim como os clérigos refugiaram-se nesta província a fim de evitar serem mortos nos combates violentos de agosto de 1835.

Com isso, após a repressão pelas tropas do Major Francisco Soares Andréa e a estabilização do cenário político na cidade com os cabanos expulsos de Belém e montando focos de guerrilha nas paragens do interior da província, os religiosos regulares de outras províncias foram mobilizados para o Pará com o fito de reorganizarem a Ordem e seus patrimônios que não foram destruídos. Tal é o caso de padre Eutíquio, um clérigo secular mobilizado da Bahia para o Seminário Episcopal de Belém, que à época estava passando por reformas, com as celas transferidas para funcionar nas dependências do Convento do Carmo.

²⁸² Expediente do Governo. Jornal *Treze de Maio*, Belém, terça feira, 03 de janeiro de 1854, ano 14, n. 274, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/700002/per700002_1854_00274.pdf.

Sua trajetória esteve ligada a Ordem Terceira do Carmo desde que chegou a província do Pará em 1851. Essa proximidade foi possível devido ao cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery, natural da província de Alagoas, residir no Pará e nas ocasiões em que ele esteve na Bahia para divulgar os seus escritos conheceu e tornou-se o companheiro das lides religiosas de Eutíquio (e do na época padre Antonio de Macedo Costa) na redação do jornal católico *O Noticiador Católico*, folha redigida pelo cônego vigário José Joaquim Fonseca de Lima e publicada pelo arcebispado de D. Romualdo Antônio de Seixas, entre as décadas de 1849–1855.

Publicaram artigos neste segundo volume no NOTICIADOR, os literatos Reverendos Senhores Padre Vigário J.J de Fonseca Lima, (...), *padre Antonio de Macedo Costa*, *Padre Mestre Eutychio Pereira da Rocha* [grifo nosso] (...).

A redação agradece muito a todos estes senhores que a vieram ajudar em sua tarefa. Aproveita, porém, esta ocasião para agradecer particularmente o interesse que tomaram pelo Noticiador Católico, em primeiro lugar o reverendo sr. Cônego Vigário J. J. da Fonseca Lima, (...), e *Padre M.* [mestre] *Sr. Ismael de Sena Ribeiro Nery, da Província do Pará* [grifo nosso].²⁸³.

O Frei Ismael de Sena Ribeiro Nery pertencia à Ordem Carmelita do Pará desde o ano de 1848, tendo sua andança começada quando se mudou da província de Alagoas para o Rio de Janeiro. Sempre vinculado a Ordem do Carmo, em 1848 partiu do Rio de Janeiro para a província do Pará chegando a exercer em 1851 o cargo de Reitor do Seminário Episcopal (MAUÉS, 1999, p. 126). De acordo com Ernesto Cruz, o frei na época chamado de Ismael do Coração de Maria Nery foi Prior do Convento do Carmo no ano de 1855, na mesma época em que foi professor de História Eclesiástica no Seminário (CRUZ, 1953, p.10). De acordo com Sandra Molina, desde o governo do antigo Prior Frei Joaquim José da Silva Costa, o Convento do Carmo ressentia-se das tensões causadas pela rejeição da obediência total dos frades às autoridades seculares (MOLINA, 2006, p.43). O exemplo disso são as ações do Frei Ismael de Sena Ribeiro Nery em residir fora do claustro exercendo atividades seculares como professor no Seminário instalado na atual Igreja de Santo Alexandre (CRUZ, 1973, p. 257).

²⁸³ Jornal *O Noticiador Católico*, 1850, volume 02, ano 03, número 44, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos da Bahia, (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/709786/per709786_1850_00044.pdf. Acesso em: 07 dez. 2014.

Figura 05- Igreja e Seminário Menor de Nossa Senhora do Carmo por volta de 1875.



Fonte: *Álbum de Vistas do Pará* (1899). FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2536> (Brasiliiana Fotográfica Digital). Acesso em: 07 nov. 2019.

Isto nos faz crer que a migração do padre Eutíquio para o Pará não aconteceu para assumir o cargo de Prior do Convento do Carmo, pois, não encontramos este fato nas evidências documentais no ano de 1851. O motivo da transferência do padre da Bahia ao Pará esteve diretamente relacionado ao ensino de Instituições Canônicas aos noviços do Seminário, que funcionava na atual Igreja de Santo Alexandre, onde devido ao estado de ruína passava por concertos. Todavia, o Estado continuava o requerendo as celas do Convento do Carmo para abrigar os seminaristas, o que pode causar alguma confusão aos historiadores visto que era comum às instituições funcionarem nas instalações das outras por não possuírem prédio próprio ou para as que já possuíam os seus espaços, devido aos concertos e reparos habituais.

Até o ano de 1865 o padre Eutíquio era um vereador que residia em uma casa na Estrada de São José²⁸⁴. Mudou-se em 1868 para o Largo do Carmo²⁸⁵ quando foi nomeado

²⁸⁴ “Câmara Municipal – Padre Eutychio Pereira da Rocha, estrada de São José”. **Município**. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, ano de 1865, ano 01, número 01, p. 47. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/705985_1865_0001.pdf. Acesso em: 26 mar. 2014.

²⁸⁵ “Câmara Municipal – Padre Eutychio Pereira da Rocha, largo do Carmo”. **Município**. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial*, ano de 1868, número 01, p. 137. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/705985_1868_0001.pdf. Acesso em: 26 mar. 2014.

membro do Conselho da Instrução Pública e Reitor do Colégio Paraense, um educandário do sexo masculino estabelecido no modelo de internato que exigia aos educandos e administradores residirem nas instalações, que à época funcionavam no Convento do Carmo. 1868 foi também o ano glorioso para o padre Eutíquio, pois, fora nomeado pelo Ministro dos Negócios do Império Joaquim Fernandes Torres para ser o Prior do Convento do Carmo em Aviso Ministerial do dia 18 de março de 1868, sendo este fato reproduzido no jornal católico *A Boa Nova* nos motivos os quais discorreremos a seguir.

6º sessão – Rio de Janeiro - Ministério dos Negócios do Império em 18 de março de 1868

S. Excelentíssima. Revma. Senhor.

Passo às mãos de V. Exc. Revma. a inclusa cópia do Aviso que nesta data dirijo ao Visitador Apostólico interino da Província Carmelitana Fluminense, acerca da nomeação do Padre Eutychio Pereira da Rocha para presidente do Convento do Carmo d' essa Província.

Deus guarde a V. Ex.^a Revma. José Joaquim Fernandes Torres.

Senhor bispo da diocese do Pará.²⁸⁶

Após trocas de cartas e informações entre o Ministro dos Negócios do Império, o Visitador Apostólico da Província Carmelitana Fluminense e o bispo D. Macedo Costa, logo o padre Eutíquio Pereira da Rocha foi destituído do cargo de presidente do Convento do Carmo, mesmo antes de ter assumido suas funções à frente do Convento de Belém. Tal fato é atribuído à informação dada pelo bispo ao Ministro José Joaquim Fernandes Torres sobre o padre Eutíquio Pereira da Rocha estar suspenso das ordens sacras desde o ano de 1866. Logo o Aviso do Ministério com a nomeação do padre foi sustado, dando lugar a um Aviso de destituição enviado a D. Macedo Costa, ao presidente da Província Fausto Augusto de Aguiar no mesmo dia e ao frei Francisco Fausto do Monte Carmelo, Prior interino da Província Carmelitana Fluminense dois dias depois.

6º sessão. Rio de Janeiro.

Ministério dos Negócios do Império em 18 de março de 1868.

“Declaro a V. Ex.^a Revma. que tendo sido por V. Ex.^a Revma. nomeado presidente do Convento do Carmo do Pará o padre Eutychio Pereira da Rocha, que se acha suspenso das ordens pelo respectivo prelado, convém que seja declarada sem efeito essa nomeação, que deverá recair em quem esteja do caso de cumprir as obrigações do cargo sem detrimento da disciplina da Igreja”.

Deus guarde a V. Ex. Revma. – José Joaquim Fernandes Torres.

Sr. Visitador Apostólico interino da Província Carmelitana Fluminense.

Conforme Fausto Augusto de Aguiar.²⁸⁷

²⁸⁶ A chamada profissão de fé do Padre Eutíquio IV. Jornal *A Boa Nova*, Pará, quarta feira, 15 de setembro de 1880, n. 69, ano 10, p.02. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 27 mar. 2018.

²⁸⁷ A chamada profissão de fé do Padre Eutíquio. Jornal *A Boa Nova*, Pará, quarta feira, 15 de setembro de 1880, n. 69, ano 10, p.02. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 27 mar. 2018.

O ocorrido é rememorado dez anos depois pelo padre Eutíquio nas *Disposições* com profunda mágoa, onde ele acusa peremptoriamente ao bispo D. Macedo Costa e o governo da província na pessoa do Dr. Fausto Augusto de Aguiar de lançarem mão do fato dele estar suspenso das ordens sacras para inabilitá-lo a todo e qualquer atividade relacionada com a vida religiosa.

Quero ser enterrado com as vestes que tomei e com que me apresentei em público, somente depois que o Sr. D. Antônio entendeu que a sua *ex-informata* [grifo dele] me inabilitava, até, para ser *guarda* [grifo dele] do convento do Carmo, obrigando ao governo e ao núncio a exigirem do provincial a minha exoneração. Este capricho foi precedido de outro não menos pueril.²⁸⁸

Logo após a época em que ocorreu sua exoneração, o padre Eutíquio levou a polêmica para as páginas do jornal *O Liberal do Pará*, em que acusou indiretamente o bispo D. Macedo Costa de *mistificação*, isto é, nos termos hodiernos “enganar com astúcia” o Ministro dos Negócios do Império, o Presidente da Província e o Visitador Apostólico da Província Carmelitana Fluminense, para fazer valer sua exoneração e afastamento do Convento Carmelita. Assim, o padre Eutíquio evoca nas seguintes palavras: “*outro caso nos lembra a mistificação ativa ou passiva* [grifo dele] *de S. Exc.! Ativa cremos que não, porque seria sempre uma ação torpe, S. Exc. deve evitar torpezas. Foi mistificação passiva, nova infelicidade de S. Exc., a quem todo mundo mistifica*”.²⁸⁹

É o caso do Ministro do Império José Joaquim Fernandes Torres, respondendo em 04 de fevereiro de 1868 a um ofício de S. Exc. D. Macedo Costa de 07 de janeiro. Diz entre outras coisas, ter verdadeiras decepções para S. Exc, pois, segundo ele “*nunca foi minha intenção nas conferências que tive com S. Exc. Revma., assegurar que tomaria providências para que fossem postos imediatamente á disposição de S. Exca. Revma. os ditos conventos e fazendas (do Carmo)*”²⁹⁰. Suspeitando que o Ministro José Joaquim Fernandes Torres respaldava o bispo das acusações, o padre Eutíquio sugere:

²⁸⁸ Profissão de fé do Padre Eutíquio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro, 1880, ano 09, n.09, p. 349. Hemeroteca Digital, setor periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_00009.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

²⁸⁹ Colaboração XXXI. Jornal *O Liberal do Pará*. Belém, terça feira, 30 de janeiro de 1872, ano 04, n. 23, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo: 102, série: O Liberal do Pará, período: jul./ago, ano: 1872. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 18 set. 2014

²⁹⁰ *Ibidem.*, p. 03

Daqui se vê que ou o ministro mistificou a S. Exca. Revma. negando uma segurança que tinha dado; ou S. Exc. quis mistificar o ministro assegurando ao próprio ministro (!!...) ter tido dele uma segurança que o ministro diz que não lhe dera.²⁹¹

Sobre estas acusações de padre Eutíquio contra D. Macedo Costa em supostamente ele desejar ter sob sua disposição os bens patrimoniais do Convento do Carmo, acreditamos terem *fundamento*, haja vista durante a investigação das fontes, termos encontrado um ofício trocado entre o bispo D. Macedo Costa e o presidente da província José Bento de Figueiredo datado de 27 de abril de 1869.

Paço Episcopal do Pará 27 de abril de 1869

Ilmo. e Exmo. Senhor

Tendo V. Exc.^a dignado mandar der a quantia de dois contos de réis pelo Tesouro Provincial para o conserto do telhado da Igreja do Carmo desta capital, como me comunicou em ofício de dezenove do corrente, permito V. Ex.^a que lhe exprima com meu profundo reconhecimento a confiança que tenho de que V. Exc.^a aumentará este pequeno subsídio à vista do estado de grave ruína em que se acha a sobredita igreja. Lutando com mil embaraços e destituído de todos os meios eu não poderei fazer esses reparos e estarei, por conseguinte condenado a ver arruinar-se esse edifício sobre cuja abóbada carrega parte do telhado já podre, se V. Exc.^a me não auxiliar mais eficazmente como espero. Com cinco contos de réis eu m'encarrego de mandar fazer a obra, contando como conto ser ajudado com alguns trabalhadores e materiais fornecidos gratuitamente. V. Exc.^a não permitirá que os habitantes da capital fiquem privados por mais tempo do serviço religioso nesta igreja, e me porá em estado de restaurá-la como é mister, de nada a fazê-lo a servir tanto a devoção pública, como ao estabelecimento de beneficência que desejo ali fundar.

Deus guarde a V. Exc.^a

Ilmo. e Exmo. Snr. Conselheiro Dr. José Bento de Figueiredo.

D. D. Presidente desta Província

+ Antônio bispo do Pará

[Nota Lateral] Ao Tesouro respondido em 11 de Maio²⁹²

Nisso, entrevemos que o prelado paraense tinha interesse em ter o controle do edifício do Convento para fundar uma instituição pia, o que cremos que talvez esse fosse um interesse de longa data. No ano de 1868 ocorreu a nomeação do padre Eutíquio para ser o Prior do Convento do Carmo, onde ele estava residindo, onde ele tinha um frei da Ordem por amigo e possivelmente obtinha informações mais restritas sobre a organização interna da Ordem e a proporção dos bens dela, *talvez* ele pudesse impor algum óbice à execução dos planos do bispo de fundar ali um asilo ou instituições pias nas dependências do Convento. O edifício abrigava naquele ano as instalações do Colégio Paraense, sendo requerido em relatório à presidência da província pelo Diretor da Instrução Pública, o conservador Antônio Gonçalves Nunes.

²⁹¹ *Ibidem.*, p. 03.

²⁹² Ofício de 27 de abril de 1868, escrito pelo bispo D. Antônio de Macedo Costa e dirigido ao presidente da província Dr. José Bento de Figueiredo. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, série: ofícios das autoridades religiosas (1868-1869). Caixa n. 291. (Arquivo Público do Pará). Acesso em: 21 set. 2014.

COLÉGIO PARAENSE. A antiguidade do Convento do Carmo em que está ele, a forma do edifício e acanhamento de seus compartimentos, e o estado de deterioração, senão quase em ruínas, em que tudo isso se acha, nem só não deixa que o serviço de instrução se faça sob todas as boas condições.²⁹³

Antônio Gonçalves Nunes apresentou em seu relatório a proposta de aquisição do Convento do Carmo pela presidência da província, sendo reconhecida a recomendação do diretor pela presidência da província sobre o funcionamento do Colégio Paraense nas dependências do convento, aliás, considerada como a melhor alternativa devido ao bom preço e as condições de locação, que foram mais vantajosas que as da casa da Praça de Bagé (atual Praça Carneiro da Rocha²⁹⁴). O diretor escreve para o Visitador da Província Carmelitana Fluminense, que em resposta enviou procuração ao advogado Joaquim Ignácio de Almeida, do foro da capital Belém, para que tudo fosse tratado ficando apenas dependentes da aprovação das autoridades competentes.

O Visitador da Província Carmelitana Fluminense alertou a Antônio Gonçalves Nunes sobre os interesses do bispo D. Macedo Costa no Convento do Carmo, onde o bispo tinha intenções em fundar um asilo no edifício. As cartas do bispo haviam chegado até o visitador exatamente ao mesmo tempo em que os relatórios do diretor da Instrução Pública, causando um embaraço nas negociações, fazendo Antônio Nunes refletir se a aquisição do edifício pelo governo da província seria realmente viável e vantajoso.

Para continuar o alojamento do Colégio no Convento fazem-se necessárias obras: as despesas feitas com eles serão porém perdidas para a Província, por isso que é ele de propriedade alheia; o melhor por tanto em tal caso seria adquiri-lo. Mas feita a aquisição far-se-iam também neles reparos maiores (...) nisso, pois, se gastaria tanto quanto se poderia carecer para um edifício novo.²⁹⁵

No ano de 1868, o padre Eutíquio fazia parte do quadro de lentes do Colégio Paraense como professor da segunda cadeira de Latim²⁹⁶. Sendo nomeado reitor, neste ano ele

²⁹³ COLÉGIO PARAENSE. *Anexos ao relatório com que o Excelentíssimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Grão-Pará ao Excelentíssimo senhor Visconde do Arary, 1º vice-presidente, em 6 de agosto de 1868.* Pará: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1868, p. 4-5.

²⁹⁴ CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações.* 2ª. Ed. Belém: Cejup, 1992, p.115.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 05.

²⁹⁶ Em 1868, o padre Eutíquio assumiu interinamente a primeira cadeira de latim, durante afastamento por motivo de moléstia do cônego Siqueira Mendes. Passado esse breve período, o padre Eutíquio retornou à regência da segunda cadeira de latim, antes de ser nomeado Reitor. Tal evidência pode ser observada no jornal Diário de Belém. “Reuniu-se ontem ao meio dia a congregação de lentes para o fim de designar os dias de exames do corrente ano letivo e nomear examinadores: De latinidade: Padre Eutíquio, cônegos Ismael e Egues/ De Filosofia: Dr. Fiock, cônego Ismael e Padre Eutíquio/ De Retórica: cônego Ismael, Egues e Padre Eutíquio.”. **Notícias Diversas. Colégio Paraense.** Jornal *Diário de Belém*, quinta feira, 08 de outubro de 1868, n. 01, ano 01, p. 01. Setor de Jornais Microfilmados, rolo 083, arq. 02, gav. 05, série: Diário de Belém, período: agosto/dezembro 1868. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 15 ago. 2015.

administrava os recursos financeiros do educandário e conhecendo de perto as mazelas e os interesses de diversos agentes envolvidos na posse do edifício do Convento do Carmo e dos seus patrimônios. Na Colaboração n.31 publicada em 1872 no jornal *O Liberal do Pará*, citada anteriormente, ele denuncia o suposto interesse do bispo D. Macedo Costa no patrimônio material do Convento do Carmo. Anos mais tarde, o padre rememora as disputas em torno do Convento do Carmo nas suas *Disposições*, na qual ele denuncia que “há de morrer **criança** [grifo dele] a mais brilhante tocha do episcopado brasileiro. Caiu-lhe nas garras a Igreja do Carmo, o Asilo... mas escapou-lhe o objeto principal dos seus anelos: as alfaias, as fazendas e os escravos”²⁹⁷.

Diante deste contexto de decadência de capital humano da Ordem Carmelita do Pará, os quais tiveram na década de 1860 o seu edifício transformado em variadas instituições, as quais são citadas por Andrade, como funcionando das dependências do Convento de Belém, sendo elas: o Colégio Paraense, o Asilo das Órfãs Desvalidas, o Seminário Menor, e no alvorecer da República, o Hospital Militar (ANDRADE, 2009, p. 28). Ernesto Cruz atesta o funcionamento do Colégio Paraense na Igreja do Carmo a cargo do governo da província, e algum tempo depois passou a abrigar a instalação do Asilo das Órfãs Desvalidas, obra pia do bispo D. Macedo Costa, projeto que na época das desavenças com o padre Eutíquio estava sendo discutido com o presidente de província e o visitador da Província Carmelitana Fluminense. Cruz destaca que, para abrigar o Asilo, o prédio da Igreja do Carmo recebeu reformas no prédio antigo, cuja última reforma data de 1766. As obras do Asilo foram feitas com os recursos vindos das esmolas e as rendas do Tesouro Provincial durante a administração do presidente Abel Graça. Em 1874, a Igreja do Carmo continuou encampada pelo governo da província servindo como o Seminário Menor, obra fundada pelo bispo D. Macedo Costa, como local de estudos preparatórios para o Seminário Episcopal (CRUZ, 1953, p. 10).

As polêmicas em torno do controle do edifício e os patrimônios da Ordem Carmelita do Pará vieram à tona através do escândalo rememorado por Padre Eutíquio em suas *Disposições*, em que tal fato aconteceu em uma manhã do dia 18 de fevereiro de 1868. Envolveu um padre de nome José Serapião Ribeiro, que sob as ordens do bispo D. Macedo Costa foi a pé até a Igreja de Nossa Senhora do Carmo para celebrar e consumir as sagradas

²⁹⁷ Profissão de fé do Padre Eutíquio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro, 1880, ano 09, n.09, p. 349. Hemeroteca Digital, setor periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_00009.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

partículas ali existentes no Tabernáculo (rito de Eucaristia). E, de acordo com o seu relato, uma vez chegando à Igreja encontrou forte oposição por parte do Padre Eutíquio que não permitiu que ele celebrasse missa sem uma ordem por escrito emitida por D. Macedo Costa.

Contrariado, o padre José Serapião Ribeiro saiu incontinenti da Igreja e dirigiu-se até o Palácio Episcopal da Sé, onde reportou o caso ao bispo. Este por sua vez decidiu fazer uma visita na manhã seguinte à Igreja do Carmo, porém, antes o bispo D. Macedo Costa recorreu ao Chefe de Polícia para acompanhá-lo na sua visita.

Chegada a manhã da visita, o bispo D. Macedo Costa dirigiu-se até a Igreja acompanhado pelo Vigário Geral Luiz Martinho de Azevedo Couto, o padre Lázaro Pinto Moreira Lessa (antigo adversário de padre Eutíquio) e o Delegado de Polícia, o Dr. Lobato²⁹⁸, que assim como padre Eutíquio também era um maçom. O ocorrido foi lembrado no jornal *A Boa Nova* em 11 de setembro de 1880, após a morte de padre Eutíquio, em cujo artigo as palavras amargas se referiam ao caso da interdição da entrada dele na sacristia da Igreja do Carmo como sendo um ato de rancor de padre Eutíquio contra o mesmo José Serapião Ribeiro, que era muito ligado à D. Macedo Costa. Segundo a folha católica, não podia o zeloso prelado consentir que o Santíssimo Sacramento estivesse sob “*tão odioso e cruel cativo*”²⁹⁹, isto é, sob a guarda do padre Eutíquio Pereira da Rocha. O redator da folha católica via com maus olhos o fato de padre Eutíquio ser maçom e ficar de posse das partículas do Santíssimo Sacramento “*para fazer não sabemos quais abominações*”³⁰⁰, sugerindo ele um ato de profanação dos símbolos católicos.

O padre Eutíquio lembrou o mesmo episódio em sua carta testamento. Porém, ele oferece outra interpretação para o mesmo caso. Por não querer estar por recado, o padre Eutíquio teria exigido uma ordem por escrito para que o sacerdote pudesse consumir as partículas do Santíssimo Sacramento no rito da Eucaristia, nisso o bispo D. Macedo Costa teria sofrido séria contrariedade e convocou a força policial da província mesmo não havendo nenhuma oposição do padre Eutíquio, como ele mesmo relata com suas palavras: “*e apesar*

²⁹⁸ Segundo os testemunhos do padre Eutíquio sobre o Delegado de Polícia Dr. Lobato talvez trate-se do Dr. Marcelo Lobato de Castro, conservador e maçom presente no funeral de padre Eutíquio em 1880. Nas profissões de fé publicadas pelo Jornal *A Boa Nova* foi relatada que o padre Eutíquio equivocou-se a respeito do delegado de polícia neste episódio. Conta *A Boa Nova* que ao invés do Dr. Lobato, o nome do delegado partícipe do episódio era Gervásio Campelo Pires Ferreira. Cf. A chamada profissão de fé do padre Eutíquio III. Jornal *A Boa Nova*, sábado, 11 de setembro de 1880, n. 68, ano 10, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 27 mai. 2017.

²⁹⁹ A chamada Profissão de fé do Padre Eutíquio IV. Jornal *A Boa Nova*, Pará, quarta feira, 15 de setembro de 1880, ano 10, n. 69, p.01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 06 jun. 2014.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 01.

*de ser assegurado por estes, de nenhuma oposição da minha parte, fez-se acompanhar ao Carmo pelo delegado de polícia, o Dr. Lobato.*³⁰¹.

O envolvimento entre a Chefatura de Polícia e o bispo D. Macedo Costa prosseguiu-se nos anos seguintes a 1868, em verdade, sempre que o bispo D. Macedo Costa sentia-se ameaçado pelos maçons e liberais, especialmente, pelo padre Eutíquio, Em todas aquelas vezes em que a intermediação da Chefatura de Polícia foi solicitada nos ofícios trocados entre o bispo e secretaria do presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare, a súplica de D. Macedo Costa era diretamente encaminhada ao Chefe de Polícia, o Dr. Rodrigues. Sugerindo-nos que a religião também foi considerada motivo para a desordem pública, sendo também “um caso de polícia”.

Casos como estes corroboram as reflexões de Fernando Neves sobre as relações entre o Estado e a Igreja no século XIX serem processadas por laços de solidariedade ativa. O Catolicismo oferecia ao Estado a possibilidade da reprodução simbólica do regime monarquista. Porém, ao observarmos as relações bem de perto, podemos notar que no episódio do Convento do Carmo o Delegado de polícia, o conservador Dr. Lobato, também era um maçom e ao cumprir suas funções públicas acabava entrando em choque com o padre Eutíquio, o Delegado do Grão-Mestre da Maçonaria no Pará. E nisto, podemos entrever a complexidade das relações de sociabilidade entre os atores políticos em questão na cidade de Belém, tornando visíveis os argumentos de René Rémond, que alerta para o estudo do fenômeno do político. Nisto, podemos supor duas constatações, a primeira refere-se ao poder enquanto diluído nas pequenas relações do cotidiano, desiguais e móveis, com o poder distribuído de modo irregular, segundo apontou Michel Foucault (FOUCAULT, 1988, p.91); a segunda constatação refere-se à impossibilidade de conceber os estudos das relações políticas enquanto isoladas dos outros domínios da sociedade, sendo-nos possíveis apreender melhor o fenômeno do político caso ele esteja interligado com a dimensão religiosa, social e econômica (RÉMOND, 2003, p. 444-445).

3.3.1 – A questão da raça e da arte: um “*negro*” arrojado e atrevido?

A linguagem jornalística utilizada nos periódicos no século 19 é marcada pelo estilo violento, conforme apontou Maués. Elementos de linguagem, a exemplo da ironia, a sátira e

³⁰¹ Profissão de fé do Padre Eutíquio. Jornal *O Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro, 1880, ano 09, n.09, p. 349. Hemeroteca Digital, setor periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_00009.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

as metáforas são frequentemente utilizadas para demarcar a tonalidade virulenta, característica da imprensa oitocentista (MAUÉS, 1999, p.145). Maués alerta para os tons pejorativos nos debates jornalísticos citando os embates entre as terminologias “jesuítas” e “liberangas” para designar os choques entre as categorias destiladas na imprensa contra os ultramontanos e os liberais, respectivamente.

Nisso, nós entrevemos um fenômeno interessante nos artigos escritos pelo padre Eutíquio Pereira da Rocha para *O Liberal do Pará*, assim como nos artigos do jornal católico *A Boa Nova*. Todos eles estão relacionados à questão da raça, cor, etnia. Em um escrito de padre Eutíquio intitulado *Colaboração n. 31*, há uma menção clara à sua condição social e racial.

Somos, apenas, um *negro arrojado e atrevido* [grifo nosso] com que ele, seja esse um *miserável* [grifo dele], como nós (*filho* ou *neto* de africano) [grifo dele] ou um aventureiro que faça na cena do mundo o papel de bispo³⁰².

De acordo com Alan Santos, a ascendência africana de padre Eutíquio foi um tema que não passou despercebido, nem por ele e nem pelos seus adversários. Muito foi suposto a respeito da ascendência de padre Eutíquio Pereira da Rocha. Todos unânimes em afirmar ser ele um negro descendente de africanos, porém, até então não sabia se a partir de qual grau de parentesco (SANTOS, 2015, p.189). As novas evidências documentais, a sua Autuação de Inquirição *De Genere*, de ingresso às Ordens menores, apontam ser ele o filho de uma crioula brasileira e neto materno de uma africana angola.

E perguntado pelo conteúdo na petição do Habilitando Eutíquio Pereira da Rocha respondeu que sabe ser ele filho natural de Joaquina Osana de Santa Ana, *crioula* [grifo nosso] natural desta cidade e Freguesia da Sé e neto materno de Maria Domingues, *preta* [grifo nosso] Angola, escrava que foi de Domingos da Costa, e que ele testemunha por ter pleno conhecimento sabe que tanto, a mãe como a avó do Habilitando não incorreram em pena vil de fato ou de Direito, nem cometeram crime de Lesa Majestade Divina ou Humana, e de com disse.³⁰³

Podemos afirmar que o padre Eutíquio era de fato *negro*. O que já havia sido apontado por Maués (MAUÉS, 1999, p.127), e nos faz assinalar que quando ele referia-se ser um “*filho ou neto de africanos*” realmente ele estava referindo-se à sua avó africana angola Maria Domingues da Costa, e não brincando retoricamente e ironicamente com o fato de ser negro como sinônimo de ser um africano. Nas análises de Santos encontramos as descrições de

³⁰² Colaboração XXXI. Jornal *O Liberal do Pará*, terça feira, 30 de janeiro de 1872, ano 04, n. 23, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo: 102, série: O Liberal do Pará, período: jan./dez., ano: 1872. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 18 set. 2017.

³⁰³ Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutíquio Pereira da Rocha, Ano: 1830. Folhas 25-26. (Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga/ Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 02 mar. 2016.

Cândido Marinho Rocha sobre a possível aparência física de padre Eutíquio adulto. E nelas, o autor assinala ser ele “um homem de cor” “possuindo lábios grossos, rosto inteiramente escanhado e estatura acima da média” (ROCHA *apud* SANTOS, 2015, p. 190).

As representações pictóricas de padre Eutíquio na idade adulta foram feitas através de um litógrafo alemão radicado na província do Pará, Karl Wiegandt, o qual realizou uma litografia feita e oferecida como presente aos maçons vinte e três dias após a morte do padre Eutíquio.

Retrato do Padre Eutíquio
Pelo hábil litografo, Sr. Wiegandt, fomos há dias obsequiados com um exemplar do busto do finado padre Eutychio, trabalho do mesmo sr. Wiegandt que muito se recomenda pela perfeição e nitidez.
Agradecemos litografia.³⁰⁴

Há atualmente nos interior da Loja Harmonia n. 08³⁰⁵ da Maçonaria belenense duas litografias de padre Eutíquio expostas no Salão de Visitas da loja na qual o padre Eutíquio foi iniciado em 1857. No primeiro quadro, o padre é retratado usando os trajes e os adornos da instituição (*Figura n. 01*); e outra litografia em que o padre é retratado vestindo trajes de passeio, que de acordo com Élson Monteiro também podem ser utilizados como trajes dos ritos maçônicos. Nota-se serem possivelmente feitos após a sua expulsão das ordens sacras, visto que na representação pictórica o padre não veste batinas nem usa adereços católicos (*Figura n. 02*).

³⁰⁴ Retrato do Padre Eutychio. *Jornal A Província do Pará*, Belém, sábado, 11 de setembro de 1880, ano 05, n. 1320, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo: 205, série: A Província do Pará, período: mar/dez, ano: 1880. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 04 mai. 2013.

³⁰⁵ Localizada na Avenida Pedro Miranda, n. 1130, bairro da Pedreira, Belém/ Pará.

Figura 06 – O Padre Eutíquio vestindo os trajes maçônicos.



Fonte: MONTEIRO, Elson Luís Rocha. (2016).

Na *figura n. 01* temos um quadro com a litografia do busto de padre Eutíquio Pereira da Rocha, na qual é possível subentender que a litografia foi feita com o padre Eutíquio ainda vivo, enquanto exercia a função de Delegado do Grão-Mestre da Maçonaria do Pará, talvez ainda na década de 1870. cremos que esta litografia não é a de autoria do desenhista, litógrafo e caricaturista Johann Karl Wiegandt, nascido em Colônia, na Prússia Renânia em 1841 e radicado na Belém do Grão-Pará por 40 anos, falecendo nesta capital amazônica em 1908 (SALLES, 1994, p.09).

A segunda litografia de padre Eutíquio foi feita por Karl Wiegandt e entregue aos maçons 22 dias após o falecimento do padre como forma de recriar a memória do maçom ilustre através de imagens de sua pessoa, com o auxílio das técnicas pictóricas tão comuns no século 19: a litografia e a fotolitografia³⁰⁶. Esta última foi uma técnica mais moderna em combinar a fotografia, que já havia sido introduzida no Brasil desde 1840 como daguerreotipo (TURAZZI *apud* BRASILIANA, s/d, p. 01), porém, só havia se disseminado a partir de 1870,

³⁰⁶ De acordo com o glossário das técnicas fotográficas presente no estudo de Maria Inês Turazzi, a fotolitografia foi um dos mais modernos processos de impressão litográfica em que o desenho é transferido para a pedra por meio da fotografia. Derivada dos experimentos com substâncias asfálticas, a pedra litográfica era revestida em betume fotossensível e exposta à luz em contato com a matriz fotográfica, e desse modo a pedra revestida era banhada em terebintina, tingida e impressa, produzindo imagens em meio tom. Cf. TURAZZI, Maria Inês *apud* Brasiliana Fotográfica Digital, s/d. Disponível em: brasilianafotografica.bn.br/?tag=daguerreotipo

tendo o seu usufruto feito maciçamente pelas elites (SCHWARCZ, 2020). De acordo com Peter Burke, na obra *Testemunha ocular*, a relação entre a imagética e a religião ou experiências religiosas vêm de longa data, uma vez que, as imagens eram (e são) utilizadas como um meio de doutrinação, objetos de cultos, como estímulos à meditação e como instrumentos de controvérsias (BURKE, 2004, p.58).

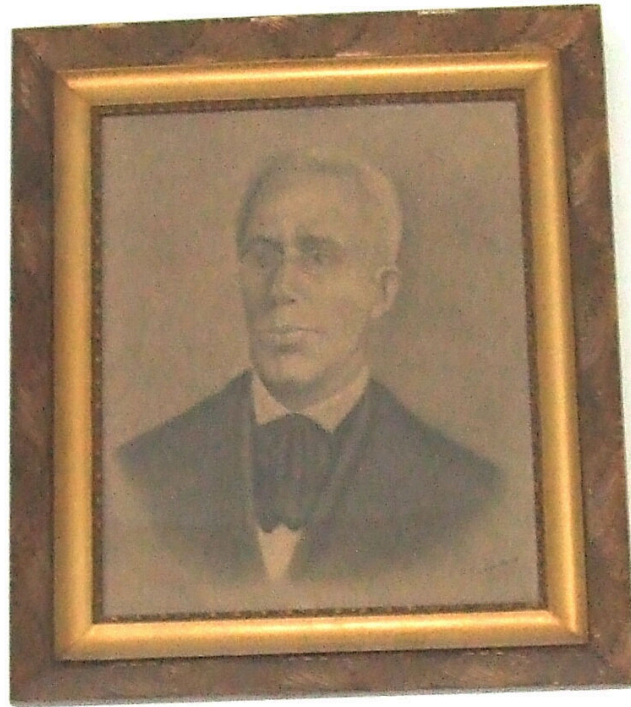
Os elementos que compõem o quadro da *figura 01* são referenciados no estudo sobre a ritualística maçônica de Patrícia Inês Garcia Souza, e de sua tese destacamos o significado dos elementos simbólicos presentes na litografia sendo usados pelo padre Eutíquio, a exemplo do triângulo equilátero, ou, o Triângulo do Mestre, símbolo que representa a presença de Deus, ou, o Grande Arquiteto do Universo, simbolismo do próprio criador, geralmente na cor púrpura (SOUZA, 2006, p. 152, 153, 159). No centro há o *Olho de Hórus*, símbolo da mitologia egípcia de Osíris, que simbolizava o olho perdido por Hórus na luta contra seu irmão Seth, Deus da morte. E segundo acreditavam os egípcios, simbolizava o próprio Deus do Sol Hórus, o “olho que tudo vê”, onisciente e onipotente (*Ibid.*, p. 269).

Na *figura 01* observa-se a estola de cor vermelha usada pelo padre com ramos bordados na cor amarela, a qual no centro aparece bordada em amarelo uma ave com as asas abertas. Que segundo as simbologias da maçonaria referem a respeito das aves, talvez trate-se de um Pelicano, que de acordo com Alan Santos é uma ave aquática que nutre a simbologia maçônica, estando associada às manifestações de auto sacrifício (SANTOS, 2015, p. 119). Alan Santos ressalta que durante muito tempo acreditou-se que o pelicano alimentava seus filhotes com o seu próprio sangue. Porém, hoje no meio maçônico acredita-se que o animal apresenta como sua peculiaridade uma bolsa no pescoço, onde ele armazena os seus alimentos (*Ibid.*, p. 119). Talvez a ave figure na estola usada pelo padre Eutíquio em referência ao próprio jornal *O Pelicano*, periódico pertencente ao Dr. Assis, do qual o padre foi o grande colaborador, e de acordo com Santos, o jornal recebeu o nome da ave devido à crença de que ele alimentava os seus filhos maçons com assuntos dogmáticos, discursos ilustrados e inúmeras polêmicas travada contra a folha católica *A Boa Nova* (*Ibid.*, p. 119).

Garcia Souza chama a atenção para a importância que o esoterismo tinha (e tem) para a Maçonaria, traduzindo-se em inúmeras ritualísticas com o objetivo de desenvolver o nível mental do participante de alguma forma. E de acordo com os maçons, o esoterismo funcionaria como “armas” da maçonaria, ou, um “conhecimento arcano” de prática muito antiga (*Ibid.*, p. 210). De acordo com Souza, a opção dos maçons pelo esoterismo relaciona-se

com suas buscas, isto é, na maneira como eles estreitam suas relações com outros domínios da vida: uns aprofundam-se na ciência, outros estudando línguas, e aprofundando-se na religião (*Ibid.*, p. 212), sendo este possivelmente o caso do padre Eutíquio.

Figura 07 – O Padre Eutíquio vestindo os trajes habituais.



Fonte: MONTEIRO, Elson Luís Rocha (2016).

No caso da *figura n. 02*, possivelmente seja a litografia de autoria do Karl Wiegandt a ter sido feita *post-mortem*, isto é, feita quando o padre Eutíquio já havia falecido, tendo como base o quadro anterior, a *figura n.01*. Nos relatos dos jornais, esta obra do artista Wiegandt foi o último retrato do padre, sendo entregue como um presente para os maçons amigos de padre Eutíquio no dia 11 de setembro de 1880. O quadro traz o busto de padre Eutíquio em idade adulta, vestido com roupas habituais com a camisa branca e sobrecasaca preta. Porém, de acordo com Élson Monteiro, este também pode ser um traje usado nos rituais maçônicos.

Sendo interessante ressaltar que, tanto a *figura n.01* quanto a *figura n. 02* trazem retratos cuja cor da pele foi “embranquecida”. Porém, não sabemos se a qualidade da pintura, já desgastada por longos anos, pode proporcionar o aspecto embranquecido ao padre Eutíquio, ou, se este foi um recurso tomado pelo artista Karl Wiegandt para representar um homem público “de uma forma conveniente” à época, à figura do padre mulato. Fato semelhante foi o atestado por Magda Ricci nas representações do padre Diogo Feijó, por meio das pinturas

após sua morte. No qual, a partir disso, a historiadora indaga-se ser “Feijó um aristocrático ou um filho do povo?” (RICCI, 2001, p.59). Logo, a questão da raça supostamente podia explicar a grandiosidade do homem público, assim como gerou calorosos debates relacionados à: “a qual raça pertencia o padre Feijó?”.

Lançamos indagações semelhantes no caso de padre Eutíquio. Afinal, ao longo de sua vida, ele referiu-se em tom, que muita das vezes passava ao longe da simples ironia, como sendo um *negro*. Em seus retratos oficiais, expostos nas salas de visitas da Maçonaria, temos a impressão de ele estar embranquecido. Curiosamente, em seu assento de batismo de 1817 ele foi descrito pelo padre que o batizou como uma criança de cor *parda*.

Certifico que revendo o livro, que serve para se fazerem os assentos dos Batizados deste Curato da Sé Catedral: No dia vinte quatro de Agosto de mil oitocentos e dezessete, nesta Igreja da Sé, batizei solenemente e pus os Santos Óleos á Eutíquio, *pardo*, [grifo nosso] nascido á quinze de Maio deste ano, filho de Joaquina Osana crioula solteira: foi padrinho Francisco José de Araújo solteiro do Pillar. Do que fiz este assento que assignei. O coadjutor Manoel Pereira de Souza. E nada mais continha o dito assento, ao qual me reporto. *Itá Infidê* Paróquia Sé da Bahia, 18 de janeiro de 1831.³⁰⁷.

De acordo com Lilia Schwarcz na obra *O espetáculo das Raças*, a autora argumenta serem as categorias raciais bastante móveis no Brasil do século 19. Sendo a noção da perfectibilidade racial, noção que podia ser entendida de acordo com a ideia humanista, enquanto a capacidade singular e inerente a todos os homens de se superarem foi a tradição advinda do pensamento de Jean-Jacques Rousseau no século 18, legada ao século 19. Ganhando postulados das ciências naturais e sociais em expansão, as quais implicava pensar não mais em qualidades intrínsecas ao homem, mas em atributos próprios das “raças civilizadas”, ou que tendem à civilização (SCHWARCZ, 2015, p. 59; 80). Schwarcz ressalta que, no século 19, o conceito ganhou um sentido único e direcionado haja vista parecer aos “homens de ciências” existirem somente uma “perfectibilidade” possível, e da outra parte que não a alcançasse restaria apenas à degeneração (SCHWARCZ, 2015, p. 80).

Na literatura historiográfica sobre a escravidão, há amplo debate sobre o caso das categorias raciais. De acordo com Schwarcz, a categoria racial *pardo* esteve atrelada à noção da perfectibilidade das raças. Consistia em algo a meio caminho entre o branco, raça propensa

³⁰⁷ Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutíquio Pereira da Roxa, Ano: 1830. Folhas 28-29. (Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga/ Arquidiocese de Salvador). Acesso em: 02 mar. 2016.

à civilização, e o negro, destinada à degeneração. Em suma, tinha a cor da pele e os traços fenotípicos semelhantes aos do mulato.

Havia espaço para as classificações raciais que englobavam categorias relacionadas à cor da pele e traços fenotípicos, largamente usados como recursos que demarcavam a linguagem jornalística na imprensa periódica do século 19. Ana Flávia Magalhães Pinto, através das análises de Mary Karasch, define ser a classificação racial do pardo presente no vocabulário da escravidão, com “senhores usando o termo pardo para definir o mulato, uma pessoa de pais africanos e europeus, e os próprios pardos usavam-no para distinguir-se dos crioulos e outros grupos racialmente mistos da cidade” (KARASCH *apud* PINTO, 2010, p.31).

Bárbara Fonseca Palha destaca em seu estudo as análises de Sheila de Castro Faria sobre as classificações raciais, enquanto definidoras da condição social e menos da condição racial dos homens livres e homens de cor nas áreas de plantação do Sudeste. Segundo Faria, durante a colonização até fins do século 18, a classificação racial do “pardo” estava relacionada à condição social. Porém, em meados do século 19 passou a indicar a cor da pele, enquanto resultado da mestiçagem (FARIA *apud* PALHA, 2011, p. 40). No círculo social dos escravos durante o século 18, a categoria racial do *pardo* estava identificada com a terceira geração de africanos, com os “pais” (primeira geração) identificados como “pretos”, tinham filhos “crioulos”, que geravam como terceira geração, os ditos “pardos” (*Ibid.*, p. 40).

No caso particular do padre Eutíquio, ao ser batizado e classificado como um “pardo”, possivelmente este seria um indicativo de que ele pertencesse à terceira geração de africanos, na qual a primeira geração, a avó materna, era definida como uma preta africana de origem angola, que até 1830 já era forra, e havia gerado uma crioula livre. Designação que, segundo Mary Karasch, era dada para filhos de africanos nascidos no Brasil. E por sua vez, como terceira geração de africanos nascidos no Brasil, a de Eutíquio foi definida enquanto parda.

Quando adulto e padre, o preconceito de cor se fez presente em vários momentos de sua trajetória, em que ser alcunhado pelos seus irmãos da fé católica como conhecedor de “*latim de preto velho*”³⁰⁸, em referência à escravidão, como maneira de enquadrá-lo enquanto cidadão nascido livre, mas que, pela cor da pele ser depreciado à condição de escravo ou um intelectual de segunda categoria. De acordo com Lilia Schwarcz, a questão racial passou para

³⁰⁸ Resposta ao “Liberal”. *A Boa Nova*, sábado, 09 de outubro de 1880, ano 10, n. 76, p. 01-02. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 27 mai. 2017.

a ordem do dia com a proximidade do fim da escravidão e da Monarquia. Antes disso, o escravo era entendido como propriedade, sendo assim por definição o “não cidadão”. E somente com a entrada das teorias raciais no Brasil que as desigualdades sociais transformaram-se em matéria de natureza (SCHWARCZ, 2012, p. 24). Seguindo as análises de Hannah Arendt, Schwarcz assinala a importância do liberalismo com a “teoria do indivíduo”, que contrapôs-se ao racismo científico. Pois, as teorias raciais representavam a negação do arbítrio e do predomínio das ideologias do indivíduo voluntarista, difundidas com a Ilustração e Revolução Francesa, na qual as diferenças culturais entre os homens, assim como as diferenças sociais estariam passíveis de ser apagadas, pois, a ênfase na sua superação recaía sobre o indivíduo e sua responsabilidade pessoal (ARENDRT *apud* SCHWARCZ, 2012, p. 19; 25).

Quadro 02 – Categorias raciais atribuídas ao/pelo Padre Eutíquio de acordo com os jornais católicos e liberais

Categorias relacionadas à cor	Periódico	Ano	Ocorrência(s)
Preto velho	A Boa Nova,	1880	01
Preto	O Liberal do Pará	1872	01
Escravo	A Época	1859	01
Negro	A Boa Nova,	1872	02
Negro	O Liberal do Pará	1872	03
Negro	A Época	1859	01
Africano	O Liberal do Pará	1872	02
Africano	O Velho Brado do Amazonas	1852	01

Fontes: jornais “O Velho Brado do Amazonas” n.(s.)130,131 (1852), “A Época” n. 20 (1859), “A Boa Nova” n. 10 (1872), n. 76 (1880), “O Liberal do Pará” n.(s) 23, 57,73 (1872) (Grêmio Literário Português) (Biblioteca Nacional).

Nota-se no *Quadro 02* que as categorias relativas à cor “preto” e “negro” também relacionam-se com o vocabulário da escravidão, vide as categorias “africano” e “escravo”, geralmente na mesma frase, uma categoria vinha após a outra³⁰⁹ demonstrando que o preconceito de cor mantinha relação estreita com a classificação dos sujeitos envolvidos no universo social da escravidão. As categorias raciais atribuídas pelo jornal conservador (*A Época*) e católico (*A Boa Nova*) foram todas dirigidas contra o padre Eutíquio, já algumas categorias “negro” e “africano” presentes em *O Liberal do Pará* foram por ele auto atribuídas.

De acordo com o antropólogo Luís Dumont, o racismo no findar da escravidão e do Império não representava o desvio do modelo igualitarista liberal, mas, era uma “perversão” dele, haja vista que buscava comprovar como a Ilustração francesa impusera uma ideologia igualitária em meio a sociedades marcadamente hierarquizadas (SCHWARCZ, 2012, p.25). O Partido Conservador com o jornal *A Época* foi um canal de expressão das diatribes raciais contra o padre Eutíquio³¹⁰ ao fim da década de 1850. Com a consolidação do pastorado de D. Macedo Costa, a Igreja Católica foi o ambiente profundamente conservador, hierarquizado pela cor e origem social. Passou a destilar o preconceito de cor contrariando em seus ataques o modelo igualitário do liberalismo herdeiro da Ilustração francesa.

O anticatólico que nas colunas do "Diário de Belém" defende a portaria de 2 de dezembro, porque poucos são os que leem a "Boa Nova", o que faz? Insulta ao que supõe ser o autor de artigos nos três jornais "excomungados". Não tendo argumentos para relutar os factos apresentados, chama de negro o ilustrado padre Eutychio. Agora, não obstante dizer-se liberal! Esse defensor especula com a politica contra os liberais, como se o partido conservador quisesse essa arma para seu triunfo, ou o seu apoio.³¹¹.

A teoria do indivíduo demarcada pelo modelo igualitário era o sentido de pertença do padre Eutíquio ao Liberalismo. Enquanto um homem de cor, ele acreditava ser igual aos seus congêneres liberais moderados e exaltados, alguns brancos, outros mestiços. É imperativo ressaltar que ele foi qualificado através das categorias de “negro” e “escravo” por seus opositores conservadores, quando na verdade tratava-se de um homem nascido livre, o que ocasionava implicações às concepções de cidadania e direito à participação política. Perante o

³⁰⁹ Por exemplo, a frase do artigo de *A Época*: “e o que tem chamado descarado, mentiroso, negro e escravo”.

³¹⁰ Há artigo publicado em *A Época* intitulado “O Padre Eutychio e seus homúnculos” no qual os articulistas conservadores do grupo do Dr. Ferreira Cantão escrevem referindo-se ao padre Eutíquio: “Achará talvez o colega este convite muito temerário da parte de um homúnculo, em quem só vê covardia, manhas, misérias puras, e que o tem chamado descarado, mentiroso, negro e escravo. Acredite, porém, que essa temeridade nasce do desejo de nos conhecermos bem um ao outro”. Jornal *A Época*, quarta feira, 26 de janeiro de 1859, n. 20, ano 02, p. 03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/720828/per720828_1859_00020.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

³¹¹ Fatos Diversos. Jornal *O Liberal do Pará*, quinta feira, 04 de abril de 1872, n. 73, ano 04, p. 02. . Jornais Microfilmados, rolo: 102, arq. 02, gav. 04, série: O Liberal do Pará, período: jan./dez., ano: 1872. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 14 abr. 2016.

fato de Eutíquio definir-se enquanto um liberal moderado naquele contexto, e sendo qualificado nos jornais enquanto um “escravo”, mesmo nascido de ventre livre, significava projetar sobre ele, nas representações da imprensa paraense, um discurso estereotipado que buscava comprovar sua “inferioridade” devido ao fato de ser “negro” e um não cidadão pelo fato de ser supostamente “escravo”.

De acordo com Marcello Basile, as concepções e os projetos de cidadania para os liberais moderados formaram-se no processo de construção do Estado-nação brasileiro, e não se assemelhavam as concepções e projetos de cidadania para os liberais exaltados e caramurus (regressistas). Segundo Basile, os projetos de cidadania pensados pelos moderados mantinham os homens de cor, fossem eles escravos e forros à margem. Sendo somente aos homens de cor nascidos livres aqueles que podiam tomar parte nesse processo. Restando apenas aos libertos incluir-se na categoria da *maioria dos capazes*, somente se destacassem-se socialmente por seus “talentos e virtudes” (BASILE, 2006, p.62-63).

Quanto aos escravos, estes se encontravam na categoria dos *incapazes*, nem cidadãos passivos eram (como as mulheres), podendo ser considerados não cidadãos. Desse modo, qualificar um cidadão nascido livre formado padre, altamente letrado e intelectualizado no jornal como um “escravo”, significava reduzi-lo a uma condição de não cidadão, sem direito a gozar de privilégios inerentes à sua condição de nascido livre, sendo um deles o direito à participação na vida pública. Esse podia ser o entendimento de padre Eutíquio enquanto um liberal moderado ao ler notícias contendo insultos racistas dirigidos contra ele. Em que “escravo” significava ser tratado como um *incapaz* ou um *não cidadão*. O que para um liberal moderado nascido livre podia significar uma afronta muito grave (*Ibid.*, p. 62-63).

Na sua colaboração n. 31 escrita para *O Liberal do Pará*, Eutíquio assumiu ser “*um negro arrojado e atrevido (...) (filho e neto de africanos)*”³¹², brincando retoricamente nos jornais com seu estilo de escrita jornalística, característico pela ironia, com as alcunhas raciais que lhes eram dirigidas. As publicações de seus amigos liberais lhe davam razão.

O desprezo da cor não tem outra origem se não a escravidão: o homem de cor é menos estimado, porque é ou foi escravo; porque em todo o caso, ele está perto d’ África, o viveiro de escravos.

Não, srs. Padres romanos? Não é a escravidão “a causa desse desprezo?” A barbaria dos africanos, não: o botocudo é bem bárbaro, e ninguém o enxovalha assim. A cor só por si, também não: nos países, onde nunca houve ou foi extinta de há mais

³¹² Colaboração XXXI. Jornal *O Liberal do Pará*, terça feira, 30 de janeiro de 1872, n. 23, ano 04, p. 03. Jornais Microfilmados, rolo: 102, arq. 02, gav. 04, série: O Liberal do Pará, período: jan./dez., ano: 1872. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 14 abr. 2016.

tempo a escravidão, não há desprezos para a cor, entretanto que a cor branca, mas escrava, sofria, como sofre o negro, o mulato, o escravo.³¹³

Antes da disseminação das teorias do racismo científico caracterizada pelos modelos evolucionistas e darwinistas sociais no Brasil, o padre Eutíquio e os liberais-maçons reconheciam que o preconceito de cor enraizava-se na escravidão, sendo mais de natureza social do que racial, sendo ele alvo de preconceito (embora os liberais experimentassem um pouco dele a respeito dos índios) através dos ultramontanos, apesar de toda a sua posição de destaque intelectual e política no Império. Todavia, os chistes que o padre Eutíquio fez consigo mesmo por sua cor e origem social encerravam-se aí. Na prática, ele fazia total questão de esclarecer que, apesar de ser um homem de cor filho e neto de africanos, não era “*um Coisa qualquer*”, conforme escreveu em réplica à carta do jornalista ultramontano Luís Veuillot, sobre os pensadores liberais.

O meu nome, sr. Veuillot, tornaria muito mais afamados os meus romances. (...) A sociedade de nossa época, inquieta pelas extravagâncias da ideia teocrática, ameaçada das invasões subterrâneas, das suas incessantes provocações, viu nos meus livros a grande Seita desmascarada e flagelada, e isto por mão corajosa, e que pertence ao sacerdócio. A sociedade sentiu-se robustecida com estas revelações provenientes de um homem, que não era um inimigo, mas um reformador arrojado. (...). De mais a mais conhece-se, em cada uma das suas linhas, que não é sincero, que escreve para satisfazer as necessidades da Seita, que não crê uma só das suas palavras, que sabe cientemente que *Coisa*, – é estilo seu, – é com efeito uma personalidade da Igreja, de pena bastante hábil, para que o senhor não o confunda com *um Coisa qualquer*, que vende a consciência a um editor, por meia dúzia de miseráveis notas de banco³¹⁴.

Em relação à sociedade imperial brasileira é imprescindível considerar que a diferença e a diversidade foram reduzidas na linguagem de determinadas sociedades ao que Lilia Schwarcz denomina de *marcadores sociais da diferença*. Especialmente, naquelas sociedades escravistas e de matrizes religiosas cristãs, onde estes marcadores sociais da diferença relacionaram-se à cor, origem social, condição religiosa, gênero, região, geração, status, etc. (SCHWARCZ; STARLING, 2017).

De acordo com a entrevista realizada com Heloisa Starling e Lilia Moritz Schwarcz é importante ao historiador ou antropólogo, no ato de interrogar o passado, desenvolver a sensibilidade para buscar entender o sofrimento alheio e/ou “barulho” da diferença, isto é, o

³¹³ Colaboração IV. Jornal *O Liberal do Pará*, quinta feira 14 de dezembro de 1871, n. 278, ano 03, p.01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1871_00278.pdf. Acesso em: 23 mar. 2015.

³¹⁴ Resposta à Boa Nova. Jornal *O Pelicano*, Belém, quinta feira, 29 de agosto de 1872, ano 01, n. 20, p. 02-03. Jornais Microfilmados, rolo: JD-137, série: Diversos, período: jul/ago, ano: 1872. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 16 mar. 2017.

som daqueles que nos incomodam. E assim, ser possível construir uma ciência capaz de produzir o conhecimento sobre o “outro” e as diferenças.

De acordo com Heloísa Starling, entender o sofrimento do “outro” no passado não significa considerar apenas a vitimização dele. Pelo contrário, disso tem-se nele a possibilidade de perceber a sua agência, suas estratégias de negociação, e de produção, etc. (*Ibid.*, 2017). É o que nós pretendemos observar no capítulo seguinte, ao refletir sobre as experiências do padre Eutíquio durante a sua plena maturidade vivida na cidade de Belém.

Capítulo 4 – “Um extremado lidador político”: o Padre Eutíquio e as tramas políticas na cidade de Belém

O ano de 1866 foi segundo os relatos do político liberal Tito Franco de Almeida, um ano prolífico para se entender a entrada do elemento clerical no cenário político da Amazônia. Ele escreveu em sua autobiografia que neste ano, as agitações políticas tomaram forma na cidade de Belém por meio das batalhas na imprensa jornalística na província do Grão-Pará, sob os diferentes grupos ideológicos (ALMEIDA, 1942, p. 271), que de um lado dividiam-se entre os partidários do *Jornal do Amazonas*, o órgão do Partido Liberal da província, e de outro estavam os simpatizantes do jornal católico *A Estrella do Norte*, periódico do bispado, veículo das notícias da diocese e dos principais atos e discursos do bispo Dom Antônio de Macedo Costa.

Neste ano, estes dois jornais travaram disputas pela formação e controle da opinião pública, em questões pautadas pelo envolvimento dos clérigos paraenses com a arena político partidária, na tribuna da Câmara Municipal de Belém, e nos desdobramentos de seus assuntos políticos para as tipografias dos grandes jornais da cidade.

Em 1866, o padre Eutíquio esteve entre os vereadores da Câmara Municipal de Belém. Em que pese, o seu processo de candidatura e eleição apresentou-se como eivados por disputas políticas que foram a expressão das disputas parlamentares que ocorriam na Corte, com os dois únicos partidos do Império no Segundo Reinado: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, identificados como luzias e saquaremas, respectivamente, formavam os dois mundos do Governo, cada um com a pretensão de monopolizar as faces destes dois mundos (MATTOS, 1987, p. 132). Entre os membros do Partido Conservador estavam alistados os homens da igreja próximos ao bispo D. Macedo Costa, além do laicato formado por bacharéis, lentes dos educandários e membros de irmandades. Por outro lado, o *Jornal do Amazonas* no ano de 1862 era o órgão oficial dos liberais no Grão-Pará, e através dele publicava-se escritos de homens públicos que seguiam a orientação ideológica liberal, identificados com os interesses do partido correlato, bem como as atividades deles na Câmara Municipal do Pará.

O secretário [Severino Ribeiro de Mattos] lê uma representação em que parte disse haver o *Jornal do Amazonas* de hoje nº 114 publicado com alterações a sinopses dos trabalhos da sessão do dia 21 de março último, na parte relativa

às informações que o Senhor Vereador João Diogo solicitou da Secretaria na sessão de 17 de janeiro; alterações que fará pesar sobre o mesmo secretário censuras que a Câmara não proferiu, nem o mesmo teve intenção de o fazer, como se vê na respectiva ata aprovada e lançada no livro competente³¹⁵.

A vivência política dos anos 1860 e 1870 foram marcadas em todo o Império pelo Ministério da Conciliação entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. De acordo com Emília Viotti da Costa, os anos cinquenta e sessenta demarcam a assimilação de causas a serem defendidas como comuns aos dois partidos, de modo diferente aos anos após a Independência e durante a Regência, em que os interesses defendidos pelos dois grupos políticos estavam bem demarcados chegando, até a evidenciar um progressismo nos liberais moderados e ultraliberais, ante o conservadorismo das estruturas sociais dos grupos ligados ao Partido Conservador (COSTA, 1999, p. 133). Viotti da Costa argumenta que, com o fim da Regência, a tônica política entre os dois partidos deixou de ser bem definida, exemplificando que muitos liberais aderiram a programas conservadores e vice e versa.

Após a Abdicação, a descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal de 1830 e pelo Ato Adicional de 1834, juntamente com as rebeliões nas províncias durante a Regência, possibilitaram a formação de dois grandes partidos que dominaram a vida política do Império até a queda da Monarquia em 1889. José Murilo de Carvalho ressalta que o Partido Conservador surgiu de uma coalizão de antigos moderados e antigos restauradores, que se uniram sob a liderança do dissidente liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos. Bernardo Vasconcelos propunha a reforma das leis de descentralização, em um movimento chamado por ele próprio de Regresso (LENHARO *apud* LIMA, 2016, p. 42). Os remanescentes defensores de leis descentralizadoras se organizaram no partido que passou a se chamar Partido Liberal.

José Murilo de Carvalho destaca que antes de 1864, os liberais defendiam maior autonomia provincial, a justiça eletiva, a separação da polícia e da Justiça e as reduções das imputações do Poder Moderador. Em contrapartida, os conservadores defendiam o fortalecimento do poder central, o controle da centralização dos magistrados e da polícia e o fortalecimento do Poder Moderador. Os principais teóricos do lado conservador nessa primeira fase foram Bernardo Pereira de Vasconcelos, e o Visconde de Uruguai. Do lado liberal, o principal teórico foi Teófilo Ottoni (CARVALHO, 2007, p. 203).

³¹⁵ Fundo: Câmara Municipal do Pará, Série: Livro de Atas. Ano: 1862-1868, f. 81 (Arquivo Palma Muniz / Instituto Histórico e Geográfico do Pará). Acesso em: 04 fev. 2016.

Em 1864, surgiu o Partido Progressista e o Partido Republicano, Murilo de Carvalho sustenta que após o surgimento destes dois partidos houve a modificação no sistema partidário. O Partido Progressista surgido da Liga Progressista compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos e teve uma vida efêmera, sendo extinto em 1868 com a queda do Ministério Liberal de Zacarias de Góes. Desses remanescentes progressistas alguns formaram o novo Partido Liberal, outros foram para as fileiras do Partido Republicano, fundado em 1870 (CARVALHO, 2007, p. 204).

No decênio de 1860 as causas defendidas pelos dois grupos políticos imbricaram-se, e eram demandas sociais importantes no período, sendo questões como os debates pela manutenção e resolução da questão servil, postas em evidência na sociedade. A década anterior trouxe a Lei Eusébio de Queirós (1850) derivada das pressões inglesas pela reafirmação à Lei de 1831, retificando a proibição do tráfico transatlântico de africanos para os portos brasileiros (COSTA, 1999, p.09); a Lei de Terras (1850) e a reestruturação agrária separando as terras públicas e regulamentando juridicamente a compra e a venda entre os particulares, assim como as terras dadas em herança (COSTA, 1999, p. 170). As reformas eleitorais foram os temas amplamente discutidos nos anos sessenta e sintonizados com os interesses dos dois grupos políticos. Os debates incidiam na delimitação da categoria de cidadania necessária a formar o perfil dos aptos a votar nas eleições nos dois níveis, assim como o perfil dos candidatos aos cargos públicos.

Na Corte Imperial depois da nova dinâmica inaugurada pelo Gabinete da Conciliação (1848-1857), os debates levados ao Parlamento e no Senado delineou relativa dissolução dos antigos acirramentos das diferenças políticas entre liberais e conservadores (MARSON, 2012, p. 91). Porém, esse fenômeno não se refletia nas províncias do Império do Brasil. Na província do Pará, os dois grupos políticos, Liberal e Conservador tiveram formação com o fim da Cabanagem, no lado liberal foi tornado viável após o fim dos 10 anos de desterro do líder cabano Eduardo Angelim, dado pelo Decreto de Anistia 22 de julho de 1840, possibilitando o retorno do líder cabano ao Pará na década de 1850. Angelim, assim como Francisco Vinagre foi preso durante as lutas e desterrado para outras províncias para cumprimento de pena na Fortaleza da Barra durante a repressão nos anos de 1837 (LIMA, 2016, p.233-235).

O deslocamento de padre Eutíquio da Bahia ao Pará aconteceu no limiar da década de cinquenta, bem depois do fim da Cabanagem. No ano de 1851 ele transfere-se da cidade de

Salvador para a cidade de Belém e sua chegada assiste à reorganização das lideranças políticas identificadas como liberais moderados ao final do movimento de Independência nas províncias do nordeste e sul do Império, o retorno do ostracismo político dos sujeitos que ganharam visibilidade com o movimento da Cabanagem, a ascensão dos novos sujeitos políticos a reelaborarem identidades políticas (MOREL, 2016, p. 72) e promovem a consequente reabilitação dos jornais liberais, interrompidos durante as lutas entre os cabanos e as tropas legalistas.

Estes sujeitos reúnem-se na forma de representantes do Partido Liberal e lançam-se na arena política durante as eleições na década de 1850. Nomes liberais como o do Capitão José do Ó de Almeida são eleitos vereadores da Câmara Municipal de Belém onde apresentam projetos consonantes com as discussões sobre as criações das colônias agrícolas, sendo a maior deste período a Colônia de Nossa Senhora do Ó, fundada em 1856 na Ilha das Onças e estruturada com capitais públicos e privados do proprietário, o capitão José do Ó de Almeida (NUNES, 2011, p.231). Este liberal trouxe imigrantes das províncias do Ceará para fomentar seu projeto de ampliar a atividade agrícola através dos experimentos do uso do trabalho livre e assalariado, em substituição gradual do trabalho escravo (*Ibid.*, p. 28).

A colônia tinha o projeto de instrução da mão de obra imigrante e para seus filhos através da escola, que estava sob a regência do professor Antonio Jozé Pereira Lisboa, onde através dela aprendia-se o uso racional dos recursos naturais e das atividades agrícolas apresentadas na província do Grão-Pará, na longa tradição como sistema produtivo, coexistindo com o extrativismo. Ambas formavam as duas grandes atividades econômicas da província, e era do interesse do Capitão José do Ó de Almeida ampliar essa atividade econômica, experimentando o uso da mão-de-obra livre e barata, branca, de homens e mulheres e assalariada, já no findar dos anos cinquenta (NUNES, 2011, p.345).

José da Gama Malcher, outro nome liberal da província, foi à época era o Intendente Municipal e presidente da Câmara dos vereadores da capital, aliou-se ao projeto do Capitão José do Ó de Almeida e tornou-se o patrono da Colônia de Nossa Senhora do Ó. De acordo com Luciana Batista foi um dos ricos nomes da elite paraense pertencente a uma família de negociantes políticos com assento até na Corte Imperial, e na cidade de Belém teve atuação na reestruturação das Obras Públicas, com o calçamento das ruas da cidade, aterramento de igarapés e igapós e fomentando estudos de agrimensuras para o conhecimento das terras

públicas e privadas (BATISTA, 2004, p.220), para seu consequente aforamento em consonância com a Lei de Terras de 1850.

Junto a esse círculo liberal presente na colônia agrícola do capitão José do Ó de Almeida, encontramos o padre Eutíquio participando como mordomo da irmandade da colônia, tendo como a santa padroeira da irmandade Nossa Senhora do Ó, a representação da Virgem Maria grávida. É interessante elencar a participação de padre Eutíquio na função de membro da comissão proposta para a organização do artigo 21 do Compromisso da Irmandade, e logo depois foi tornado o mordomo.

Segundo João José Reis, os mordomos das irmandades eram os responsáveis por organizar as festas dos santos das irmandades e os compromissos das confrarias. Estabelecendo a condição social e/ou racial dos sócios, seus deveres e direitos (REIS, 1991, p.50-58), haja vista que a vivência da religião católica entre as famílias das elites fundadoras da colônia e as famílias dos colonos, tinha o sentido pedagógico do liberalismo como a ideologia ordenadora das relações entre os homens. Marcado pelo progresso adquirido pela liberdade individual, a educação significava a pedagogia para a construção do mundo civilizado e a religião como canal para o governo da moral sobre o homem, conforme as intenções do proprietário.

Estas verdades, o alcance e o poder da Religião, sentiu-os otimamente o Sr. José do Ó: quis que na sua povoação, ao mesmo tempo que a atividade acha matéria para exercer-se, tivesse também nutrimento o sentimento religioso³¹⁶.

O lugar de padre Eutíquio na colônia estava além de um simples padre secular, afinal o orador a fazer o discurso na inauguração da igreja da colônia foi o frei Manoel dos Mártires, demonstrando a grande adesão dos clérigos à experiência desta colônia agrícola, apoiada pelo Governador do Bispado Raymundo Severino de Mattos, administrador eclesiástico da diocese após a renúncia do bispo D. José Afonso de Moraes Torres, ocorrida em 1857. O padre Eutíquio estava entre os mordomos da irmandade e participou de uma comissão redatora do um artigo do Compromisso da Irmandade. O que o elevava a uma posição de poder importante dentro da hierarquia na irmandade, ao passo que ia experimentando o catolicismo popular, marcado pela devoção aos santos, uma vez que mantinha boas relações com o antigo bispo, D. José Afonso Torres, e igualmente partilhava das teses do bispo em implantar na diocese um

³¹⁶ Discurso. Jornal *O Colono de Nossa Senhora do Ó*, segunda feira 01 de dezembro de 1856, ano 01, n. 28, p. 5. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=766763. Acesso em: 08 jun. 2017.

modo de ser católico mais próximo dos sacramentos e dogmas da Igreja Romana, porém, sem abrir mão da devoção popular nas irmandades.

Um dos fins da Irmandade inaugurada nesse dia é estabelecer um hospital para os irmãos pobres e cuidar-lhes da educação dos filhos (...). Publicamos a eleição da mesa e comissões que devem servir neste ano de 1856 e 1857. Mesários e mordomos, Dr. José da Gama Malcher, Dr. Augusto Thiago Pinto, Luiz de la Roque, Vicente Tedeschi, Cônego Eugênio de Oliveira Pantoja, Padre Eutíquio Pereira da Rocha³¹⁷.

Devido ao padre Eutíquio se fazer presente no momento de fundação da colônia entre os liberais, indicamos que com ele iniciava-se o processo de *fazer-se* liberal, junto aos liberais da província, em clara correlação ao conceito de experiência do historiador Edward Palmer Thompson, esmiuçado no livro *A Miséria da Teoria*.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* [grifo dele] e em sua *cultura* [grifo dele] das mais complexas maneiras, e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada³¹⁸.

Derivando do conceito de experiência de Thompson e correlacionando com os dados empíricos, observamos elementos originados da *experiência vivida* nos debates políticos entre Estado e Igreja, durante sua vivência na Bahia, e a *experiência partilhada* de padre Eutíquio junto aos liberais da província, no processo de troca e aprendizagem política constituiu-se o *fazer-se* liberal, enquanto um grupo ou podemos denominar de *classe*³¹⁹ (THOMPSON, 2012, p.107) organizada para a atuação política.

Em 1857, o padre Eutíquio foi eleito vereador da Câmara Municipal, em sua primeira legislatura. Experiência vinda de um processo de compartilhamento de afinidades políticas

³¹⁷ Jornal *O Colono de Nossa Senhora do Ó*, segunda feira 01 de dezembro de 1856, ano 01, n. 28, p. 6. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional) Disponível em memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=766763. Acesso em: 08 jun. 2017.

³¹⁸ THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981, p. 182.

³¹⁹ Os estudos do historiador inglês Edward P. Thompson deram novos ares à relação entre o marxismo e a cultura produzindo a renovação das categorias marxistas de ideologia e classe possíveis através da existência da dialética entre o ser social e a consciência social. Classe, de acordo com ele, são comportamentos ou sujeitos que se comportaram de modo classista como resultados dos processos sociais através do tempo, resultando das dialéticas entre o ser social e a consciência social emergindo questões como identidades e necessidades de identidades conformadoras da classe social, derivando dela as instituições e a cultura com traços de classe. Cf. THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antônio Luigi & SILVA, Sérgio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 57.

com os liberais na fundação da colônia de Nossa Senhora do Ó, em 1856. Juntos formaram o bloco liberal a lançar candidatura nas eleições municipais no findar dos anos cinquenta. Na década de 1860 permanecem como um bloco político que sofre poucas variações na Câmara, ao longo deste decênio. E no posterior, os anos de 1870. Porém, a luta pela hegemonia entre liberais e conservadores levadas a efeito durante as eleições é uma constante.

Em 1866, o momento é de consolidação da opinião pública construída pelos debates nos jornais de orientação ideológica liberal, cuja gênese foi identificada por Marco Morel como presente através da atuação da imprensa artesanal durante a independência política, entre 1820-1821 (MOREL, 2016, p. 237). No Segundo Reinado, a imprensa consolidava-se como o veículo espelho da orientação conservadora e liberal de um lado, e de outro a imprensa religiosa católica atingindo grande circulação na cidade. O *Jornal do Amazonas* recebe os escritos de padre Eutíquio censurando o novo governo da igreja pelo bispo que sucedeu D. José Afonso Moraes Torres, depois de sua renúncia em 1857, o baiano D. Antônio de Macedo Costa, cujo pastorado na diocese do Pará começa em 1862 (SANTIROCCHI, *apud* ANDRADE, 2017, p. 09).

O escândalo inicia-se quando o padre Eutíquio foi acusado pelo bispo D. Macedo Costa de ter escrito artigos “heréticos” no periódico oficial do Partido Liberal da cidade, o *Jornal do Amazonas*, censurando a política eclesiástica que o prelado pretendia implantar na estrutura clerical e no rebanho católico paraense. Os relatos da época revelam supostas notícias que repercutiram até o Palácio Episcopal da Sé sobre a confecção de artigos inflamados pelas mãos do padre Eutíquio travestido, sob o pseudônimo de Philótimo. E nas cartas trocadas entre D. Macedo Costa e o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery, clérigo liberal e amigo muito próximo de padre Eutíquio, acusado pelo bispo de usar o pseudônimo Verger nos escritos dos jornais. Observamos o bispo exigir uma confissão de culpa e uma retratação pública de padre Eutíquio assumindo ser ele o nome a esconder-se por trás do pseudônimo Philótimo.

E aparecendo uns artigos na imprensa censurando a administração de S. Ex. Revma., tirou daí pretexto para *curar* [grifo dele] o padre Eutíquio de tão feios pecados, e não só demitiu-o do magistério, como suspendeu-o das ordens, assim como a dois outros sacerdotes, um dos quais o cônego Ismael, homem ilustrado e honesto, amigo do padre Eutíquio: o outro não conheço. Tudo isso foi feito *ex-informata conscientia* no ano de 1866³²⁰.

³²⁰ Correspondência de 19 de janeiro de 1867 trocada entre o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery e o bispo D. Macedo Costa, divulgada pelo Senador José Furtado na sessão em 07 de junho de 1867. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Ano de 1869, p. 119. (Senado Federal). Disponível em:

A disputa pelo uso deste pseudônimo deu-se em contrário para o Padre Eutíquio e o bispo Dom Macedo Costa. Ao invés de cada um reivindicá-lo como seu, os dois publicamente acusavam-se entre si de serem o famigerado Philótimo. O que padre Eutíquio assumiu ser em confidências ao seu amigo, o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery. E o cônego logo assumiu ser Eutíquio o tal pseudônimo, em cartas sigilosas trocadas com o bispo D. Macedo Costa.

O que sei, é que esse Philótimo não quis partilhar comigo nem ainda a insignificante responsabilidade, que me poderia caber pela notícia antecipada dos artigos, que iam ser publicados: ele o disse muitas vezes, e sua palavra merece toda fé com aqueles que o conhecem. (...) De V. Ex.^a, etc. – “Cônego *Ismael de Sena Ribeiro Nery*.”³²¹

As cartas trocadas entre o bispo Dom Macedo Costa e o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery dão conta da complexidade que configurava a autoria dos artigos de jornal, em que se tornava difícil saber se o autor era apenas uma só pessoa ou duas. Se podia ser derivada de situações sociais ou psicológicas dos autores, como receio da crítica, da censura pública ou até modéstia (RÊGO, 2005, p.09). Nesse caso, as represálias do bispo recaíram também sobre o cônego Ismael Sena Nery, levando-o a decidir acompanhar o amigo Eutíquio se colocando em oposição ao bispo e admitindo não ter culpa nenhuma a assumir com relação à autoria dos artigos “heréticos”.

“Exmo. Senhor – 19 de Janeiro de 1867. Recebi a respeitável carta de V. Ex.^a, depois de queixar-se, de que dois padres desta diocese, sendo eu um deles, procurando tirar-lhe a força moral, desmoralizando o, etc., esquecidos de que é V. Ex.^a um daqueles que o Espírito Santo pôs para reger a igreja de Deus e a quem disse: - Quem vos despreza, me despreza – (...) A de que todo esse escândalo dessem eles em consequência da demissão de três lentes do seminário, exige de mim uma prova de arrependimento para poder ser restituído as ordens como deseja a caridade de V. Ex.^a. (...) Apareceu depois que V. Ex.^a, **sem provas de convivência minha** [grifo dele] e pelo simples facto de ser eu amigo do muito conhecido autor desses artigos, envolveu-me na vindicta, que dele quis tomar, e não contente com isso procurou ainda desmoralizar-me, tirar-me força moral com a pena de suspensão, para o que não acha V. Ex.^a na **minha vida** [grifo dele] fundamento jurídico.”³²²

E sendo notória a recusa de padre Eutíquio em assumir publicamente ao bispo a autoria dos supostos escritos no *Jornal do Amazonas*. Em 3 de julho de 1866, o bispo suspende através de uma Portaria os três religiosos dos cargos de lentes do Seminário Maior: o padre Eutíquio, da cadeira de Direito Canônico, o cônego Ismael de Sena Nery, da cadeira de Filosofia, e o padre Manoel Espíndola é demitido como lente de Retórica. O cargo de

³²¹ *Ibid.*, p. 120, 1869.

³²² *Ibid.*, p. 120, 1869.

padre Eutíquio como lente de Direito Canônico no Seminário³²³ possuía direito de vitaliciedade concedido pelo gabinete liberal desde o ano de 1858³²⁴, cargo público para o qual se habilitou através da indicação direta do bispo D. José Afonso Torres em 1857, possuindo a chancela dada pelo presidente da província, Henrique de Beaurepaire Rohan.

Parte oficial

Portarias

Pela presente exoneramos o Revdo. Padre Eutíquio Pereira da Rocha da Cadeira de Direito Canônico que dirigia no Seminário Episcopal desta cidade.

Paço Episcopal 31 de julho de 1866

+ Antonio, Bispo do Pará³²⁵.

No limiar do mês de agosto, o bispo suspende *ex-informata conscientia*, o padre Eutíquio e os dois clérigos do sacerdócio católico. A notícia foi publicada no jornal da diocese *A Estrella do Norte*³²⁶ e traz em seu conteúdo que os religiosos foram suspensos através de regulamentos civis, duas grandes portarias que receberam a validação do poder civil da província.

Pela presente, usando da faculdade que nos concede o Sagrado e Ecumênico Concílio de Trento na Sessão XIV cap. I de Reformat. Suspendemos do exercício das sagradas ordens o Revdo. Padre Eutíquio Pereira da Rocha, por tempo de um ano.

Paço Episcopal 7 de agosto de 1866

+ Antonio, bispo do Pará³²⁷.

³²³ Em ofício datado de 1857 enviado pelo padre Eutíquio ao bispo D. José Afonso Torres ele agradece a indicação que lhe fora dada pelo bispo para a cadeira de ensino canônico no Seminário de Belém: “27 de Agosto. Exmo. Sr. Tendo recebido o ofício de V. Exc^a. em que me participa S. Majestade houve por bem aprovar proposta que de mim fez o Bispo diocesano para Lente de Instituições Cânones do Seminário do Pará. Tão feliz coincidência, Exmo., será mais um motivo porque não esquecerei mais Administração de V. Exc^a. Deus guarde V. Exc^a. dilatados anos. Belém do Pará, 27 de agosto de 1857. Exmo. Sr. Presidente desta Província > Henrique de Beaurepaire Rohan > Pe. Eutychio Pe^o [ilegível]”. Fundo: Secretaria do Estado do Interior e Justiça. Série: Ofícios. Notação atual: Ofícios das Autoridades Eclesiásticas. Período: 1856-1859. Caixa: 203. Área: Governo. (Arquivo Público do Estado do Pará).

³²⁴ Nos Anais do Parlamento Brasileiro têm-se a sessão do dia 25 de maio de 1858, tinha-se no Ministério de Bernardo de Souza Franco a governo representativo dos liberais moderados, ou, *liberais conciliadores* no Império. Na província do Pará foi dada a notícia que somente três lentes do Seminário receberam a vitaliciedade nos cargos: “que são liberais: o padre Eutychio, o padre Barreto e padre Manuel. O cônego Siqueira, que se intitulava saquarema ficou para o lado”. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Ano de 1858, p. 159. (Câmara dos Deputados). Acesso em: 07 dez. 2012.

³²⁵ Parte Oficial. Jornal *A Estrella do Norte*, 12 de agosto de 1866, n. 32, p. 01 a. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/223859/per223859_1866_00032.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

³²⁶ De acordo com o *Catálogo dos Jornais Paraenses* editado por Remijio de Bellido, o Jornal *A Estrella do Norte* teve o seu primeiro número circulando no dia 6 de janeiro de 1863. Era o periódico religioso publicado sob os auspícios do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, sendo um de seus prospectos “A Religião é um bálsamo salutar que preserva da corrupção, não só a ciência, mas todas as manifestações da atividade humana”. Cf. BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornais Paraenses*. (1822-1908). Pará: Imprensa Oficial, 1908, p. 54-55.

³²⁷ *Ibid.*, p. 1a, 1866.

O ocorrido foi vivido como grande escândalo na comunidade católica paraense, haja vista a suspensão recair sobre o padre Eutíquio pelo tempo de apenas (1) um ano. E por outro lado, por ele apresentar-se enquanto uma figura pública bastante presente nas festas de santos, nos educandários públicos e no Seminário, sendo conhecido por importantes homens públicos de outras províncias, entre eles o Senador da província do Piahy, Presidente do Conselho de Ministros e depois Ministro da Justiça do Império, Francisco José Furtado, que enquanto residiu no Pará conheceu e tornou-se amigo de padre Eutíquio, e nos traz os relatos da publicidade da notícia da expulsão dele da Igreja, chegada até a Corte, assim como a mobilização dos senadores em denunciar os “excessos” de autoridade dos bispos ultramontanos do Pará, Rio Grande do Sul, Ceará e Olinda e os “perigos” do instrumento da *ex-informata conscientia* para a harmonia das relações entre a igreja e o estado. O que segundo o senador e Conselheiro Francisco José Furtado, serviria “*para armar a igreja com um braço despótico*”. O próprio padre Eutíquio denunciou a “facilidade” com que foi suspenso do sacerdócio e privado das cóngruas.

Para privar um padre do exercício das ordens, não pode haver a mesma facilidade com que se recusa a aspirantes a entrada para o sacerdócio. E para a reforma dos costumes não era mister tanto arbítrio; a mente dos padres de Trento foi corroborar a disciplina proibindo que fossem reintegrados por qualquer outro os padres, que os bispos tivessem suspenso pela maneira então em prática – o processo³²⁸.

Os relatos evidenciam que houve réplicas de padre Eutíquio nos jornais denunciando no seu Comunicado para a folha *O Liberal do Pará* que sua suspensão seria motivada por “impureza de costumes” e arbitrária por ser feita sob *ex-informata conscientia*.

A ele ou ao seu capanga corre o dever da honra o exijo, essa impureza de costumes, que justifica a minha suspensão.

A **humildade** e a **obediência** [grifo dele]... Prezo-me de não a ter, como entende e exige o sr. d. Antonio.

Na Portaria de suspensão não ousou o sr. d. Antonio alegar essa razão, talvez por ser *ex-informata* [grifo nosso]. Ousa agora sob a capa do **católico paraense** [grifo dele], que pode ser qualquer sorvedor de cerveja e conhaque, ou qualquer miserável e **despejado** [grifo dele] virgem.

Na explicação que exijo e que o publico espera ouvir, venha assignado o estigmatizador da minha **impureza** [grifo dele] de costumes (...).

Diga-me, sr. d. Antonio, bispo exemplaríssimo: Si somos **impuros** [grifo dele] de costumes, por que se tem mostrado a tanta gente desejosíssimo de nos dar o abraço de reconciliação, e ultimamente mandou á minha casa o cónego Pinto Marques, e á do cónego Ismael o vigário geral, fazendo já modificações nas suas primeiras exigências?! (...)

³²⁸ Profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro de 1880, ano 09, n. 09, p. 349. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

Padre Eutychio³²⁹

O Conselheiro e Senador Francisco José Furtado insiste em enfatizar que os três religiosos não foram submetidos a um processo jurídico a ser realizado na esfera do Estado, pois, o próprio poder civil, na pessoa do vice-presidente da província do Pará, o conservador Antônio de Lacerda Chermont acatou a Portaria de Dom Macedo Costa, em exonerar os três sacerdotes do Seminário Episcopal.

Paço Episcopal 31 de julho de 1866

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a para os fins convenientes que nesta data tenho exonerado os Revdos. Padre Eutíquio Pereira da Rocha, Cônego Ismael de Senna Ribeiro Nery e Manoel Ignácio da Silva Espindola das Cadeiras de Direito Canônico, Filosofia e Retórica que dirigiam no Seminário Episcopal desta cidade.

Prevaleço-me desta ocasião para testemunhar a V. Ex.^a minha muito distinta consideração. Ilmo. e Exmo. Sr. Barão D' Arari. Vice Presidente desta Província³³⁰

Em interpretação do caso da expulsão de padre Eutíquio das ordens sacras, Tito Franco de Almeida narra em sua autobiografia ser exatamente esse o fato que propiciou ao “ano de 1866 entrar no campo político da Amazônia, o elemento clerical” (ALMEIDA, 1942, p. 271). Porém, adotamos relativo esforço de ceticismo diante da afirmação de Tito Franco sobre a suposta entrada do religioso no campo político somente no ano de 1866. De modo contrário, afirmamos que muito antes disso a religião – leia-se aqui os padres católicos – já encontravam-se na arena política do Grão-Pará desde a primeira metade do século XIX. E após 1850, especialmente observando micro analiticamente a trajetória de padre Eutíquio aquando de sua chegada ao Pará, observamos que o clero já estava na política havia longos anos, estando mais imbricados com ela como nunca antes. Situação que não era muito diferente da Bahia, onde o próprio Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas foi eleito deputado provincial e travou na tribuna longas discussões com o padre regente Diogo Antônio Feijó, o padre liberal a subir na tribuna para defender suas concepções para a melhor disciplina para a igreja, como a proposta pelo fim do celibato.

Residir na província do Pará a partir de 1851 fez o padre Eutíquio reelaborar sua cosmovisão ultramontana construída junto aos ultramontanos na Bahia. Na Amazônia, sendo muito próximo do cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery e de Dom Vicente Ruiz, estes amigos

³²⁹ Comunicado. Jornal *O Liberal do Pará*, terça feira, 12 de dezembro de 1871, n. 276, ano 02, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1871_00276.pdf. Acesso em: 23 mar. 2015.

³³⁰ Parte Oficial. Jornal *A Estrella do Norte*, 12 de agosto de 1866, n. 32, p. 1b. (Biblioteca Nacional) Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/223859/per223859_1866_00032.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

os levaram a conhecer e iniciá-lo na Maçonaria em 1857, na Loja Capitular *Harmonia* n. 08 (MONTEIRO, 2012, p. 71). Padre Eutíquio narra em carta autobiográfica de 1876 que estes amigos o levaram a aproximar-se dos ritos das lojas maçônicas paraenses, ao que ele atendeu movido pela mesma curiosidade que os demais católicos tinham em conhecer os “mistérios” da Maçonaria.

Iniciei-me, sem que para isso fizesse esforços nem pedisse. Amigos apresentaram-me, e eu acedi aos seus desejos; queria, também, julgar por mim, da verdade das acusações feitas a esta instituição, e do fundamento das excomunhões papais³³¹.

Estudiosos apontam que após sua iniciação na Maçonaria, os críticos de padre Eutíquio apontaram que ele camuflava sua condição de ser maçom do conhecimento público, logo nos primeiros anos de sua iniciação (ANDRADE, 2017, p. 51). Esta interpretação colide com o relato autobiográfico de padre Eutíquio feito em carta de 1876, onde ele assume não ter lançado mão de disfarces sobre sua condição de ser um padre maçom, mas, por outro lado não alardeava publicamente.

Que sou maçom não é preciso dizê-lo; ninguém o ignora porque, se não fazia alarde desta honra, não me escondia nem disfarçava para entrar na oficina³³².

O relato do padre gera certa desconfiança, pois, era comum à época pairar suspeitas sobre determinada pessoa ser filiada a sociedades secretas, uma vez que os próprios jornais dedicados a veicular as ideias e opiniões da Maçonaria eram objeto de suposições em pertencerem ou não ao que a Igreja Católica qualificava como “seita”. Essa interpretação é respaldada com o que observamos nas palavras do bispo D. Macedo Costa, em enfatizar ser o jornal *O Pelicano* reconhecidamente o periódico da Maçonaria, em 1872.

O jornal intitulado Pelicano [grifo dele], órgão reconhecido das lojas maçônicas desta capital, em seus números 40 e 41, que inclusas remeto, prorrompem não só em injúrias e doestos os mais violentos, mas em ameaças formais e gravíssimas à pessoa do primeiro Pastor da Diocese e as dos sacerdotes, que o rodeiam³³³.

Tornava-se comum pairar as suspeitas que determinados paroquianos fossem filiados à Maçonaria. E quando eles organizam jornais para dar conhecimento sobre as causas maçônicas, ao mesmo tempo, nunca há entre os leitores destes jornais a certeza de que aqueles

³³¹ Profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro de 1880, ano 09, n. 09, p. 349. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional) Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

³³² Profissão de fé do Padre Eutychio. Jornal *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, setembro de 1880, ano 09, n. 09, p. 350. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor periódicos do Pará. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

³³³ Ofício do bispo D. Antônio de Macedo Costa ao Presidente da Província do Pará Barão de Santarém, 12 de novembro de 1872, p. 1a. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, série: Ofícios das autoridades eclesiásticas, caixa n. 307. (Arquivo Público do Estado do Pará). Acesso em: 08 mai. 2019.

periódicos fossem o órgão oficial dos interesses da instituição, porque há em todos os frontispícios dos jornais oitocentistas o nome do editor, do tipógrafo, endereço do edifício da tipografia. Todos eles seriam facilmente reconhecidos pelos fregueses e pela vigilância da igreja. Observamos nas palavras do bispo D. Macedo Costa que a certeza sobre o jornal *O Pelicano*, recém-editado na cidade Belém ser de propriedade da Maçonaria, confirmou-se ante tantas suspeitas, em meio a um cotidiano repleto de paroquianos e jornais professando a Maçonaria de modo oculto ao conhecimento da igreja. E esta conjecturando uma hipotética ameaça à ordem pública a ser causada pelos maçons, pôs os vigários ultramontanos como os vigilantes diretos das paróquias onde aqueles fregueses residiam, informando ao bispo acerca do comportamento religioso dos seus paroquianos da capital e interior por meio dos officios.

Em officio dirigido pelo bispo D. Macedo Costa ao presidente de província foi relatada uma suposta ameaça ao sossego público causado pelos artigos publicados pelo jornal *O Pelicano*, recém-saído da tipografia na cidade. Por conseguinte, passível, segundo o bispo, de causar desordem pública incitada pelo padre Eutíquio e os demais maçons que escreviam artigos para esse jornal.

Exmo. Senhor, se as autoridades desse país civilizado têm por principal dever manter a segurança dos cidadãos ainda os mais humildes, parece que, por mais forte razão, devem as autoridades de um país católico empregar os meios legais para reprimir um grupo de fanáticos que publicamente ameaçam destruir ou assassinar a primeira autoridade religiosa de uma diocese, e os sacerdotes de um culto público oficialmente reconhecido pelo Estado³³⁴.

Encontramos como resposta ao officio, o acato pelo presidente de província das súplicas do bispo e o encaminhamento do officio dele ao Chefe do Corpo de Polícia.

[Nota Lateral] Oficia-se ao Dr. Chefe de Polícia para tomar em consideração em 22 de novembro de 1872³³⁵.

Não encontramos na documentação pesquisada menções a uma hipotética conspiração para o assassinato do bispo pelos maçons da capital. Porém, encontramos nos depoimentos autobiográficos de padre Eutíquio evidências de que não há espaço para possibilidade de ter existido conflitos de crenças entre a concepção cristã católica tradicional, maçônica, liberal e a filosófico-científica, formando um caldeirão de ideias. Levando ele a ser um católico ilustrado em seu modo de conceber e praticar a religião no *campo religioso* conflituoso³³⁶.

³³⁴ *Ibid.*, p. 1b, 1872.

³³⁵ *Ibid.*, p. 1b, 1872.

³³⁶ Trabalhamos com o conceito de *campo religioso* de Antonio Gramsci – que é o lugar de manifestação da distância entre os intelectuais (aqueles que exercem a função de intelectuais) e o povo. No campo religioso se manifesta o problema das diversas crenças e dos diversos modos de conceber e praticar a mesma religião entre

Disposto a renunciar à maçonaria, se ela atacasse as minhas crenças católicas, vi destruída esta disposição; e hoje que a maçonaria não pode ter mistérios para mim, vejo que essas excomunhões nada valem por falta de fundamento e base, e são mais uma prova da infalibilidade dos papas, e da justiça e razão com que eles ou os seus exigem que um padre não seja maçom, porque contra o que lhe atestam os seus olhos e a sua inteligência, um papa lhe diz que não seja ou não continue a ser maçom?³³⁷

As validades das excomunhões aos maçons foram umnexo recorrente nos discursos de padre Eutíquio, e possivelmente ele sofreu pressões do bispo D. Macedo Costa para abandonar a Maçonaria. Sua consequente recusa sopesou nas decisões do bispo em suspendê-lo do ofício de padre da Igreja da Sé, assim como ao cônego Ismael Sena Ribeiro Nery. Já observamos no depoimento do cônego que o padre Eutíquio não desejava compartilhar a responsabilidade com ele pela suposta autoria dos tais artigos “heréticos”, escritos contra o bispo D. Macedo Costa. Ismael Nery abriu mão de sua defesa e acompanhou o padre Eutíquio colocando-se em situação delicada ante o bispo, gerando razões para apontar que a expulsão do cônego Nery resultou de seu posicionamento em apoiar o seu amigo, o padre Eutíquio.

A tradição dos Concílios da Igreja Católica demonstrou a fundamentação que as excomunhões tinham para os cristãos do século 19, uma vez que através das Bulas Papais tornava claro o combate da Igreja Católica na Itália e na neocristandade. Pelo menos, a alta hierarquia insurgiu-se contra as práticas modernas, aos “erros” do século, dentre eles a presença dos membros maçons do laicato e os intelectuais liberais e católicos, e o próprio clero maçom na igreja e nas irmandades (SOARES, 2014, p. 54). O Concílio de Trento realizado na Itália entre os anos de 1546 a 1563 forneceu a fundamentação canônica para a suspensão das ordens sacras lançadas contra o padre Eutíquio e os dois religiosos no século 19. Em sua carta autobiográfica de 1876 é constante na narração do padre o tom irascível com que viu o capítulo 14^a da *Reformata* ser traduzido pelo Concílio Vaticano I (1869-1870).

Irritou-me a malícia com que traduzirão o capítulo 1^o da sessão 14^a. da *Reformata*, para armarem os bispos de um poder absoluto e que tanto se presta a abusos³³⁸.

Sobre sua opção em aderir ao universo de ritos da maçonaria, defendemos que o padre Eutíquio enquanto doutor em Direito Canônico unia e reelaborava os cânones do Evangelho católico aos ritos e estatutos da Maçonaria, de uma forma que uma crença não excluía a outra.

os diversos estratos da sociedade, mais particularmente entre o clero e o povo. Sobre a teoria marxista de Antonio Gramsci sobre a Religião. Cf. GRAMSCI, Antonio. Contribuição para uma história dos Intelectuais. In: *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 3– 81.

³³⁷ Profissão de fé do Padre Eutychio. *Jornal Boletim do Grande Oriente do Brasil*, Rio de Janeiro, setembro de 1880, ano 09, n. 09, p. 350. (Biblioteca Nacional). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor periódicos do Pará. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

³³⁸ *Ibid.*, p. 351, 1880.

Esse caldeirão religioso foi cimentado pela filosofia científico-metafísica elaborada por longos anos de estudos filosóficos no Seminário de Salvador e nas sociedades científico-literárias dos letrados da cidade baiana. Tornando-se, portanto, após sua suspensão um grande *intellectual*³³⁹ a rivalizar com o bispo D. Macedo Costa. A partir de 1850, nota-se também entre a intelectualidade brasileira o despertar da sensibilidade romântica difundida pelo Romantismo europeu, e aqui nos trópicos aguça o gosto dos círculos letrados brasileiros por temas como o espiritismo de matriz francesa, a metafísica e o sobrenatural (SILVA, 2009, p.125-126).

A expulsão de padre Eutíquio das ordens sacras em 1866 evidencia através das notícias publicadas na imprensa liberal e na imprensa católica, a maneira como ocorria a disputa entre os jornais pelo controle da opinião pública na cidade de Belém. O bispo D. Macedo Costa relembra em memória de sua chegada a província do Grão-Pará, o estranhamento em perceber como a cidade de Belém tinha as paixões políticas exacerbadas, e entre o clero paraense, o bispo recomendou-lhes a não envolverem-se com o campo da política partidária e no máximo a não envolver-se em lutas que segundo ele “*mancham os nossos pleitos eleitorais*”³⁴⁰.

A política e o publicismo foram os principais elos que cimentaram a sociabilidade entre os padres paraenses, orientando suas afinidades e dissensões com o bispo D. Macedo Costa. Além da política, foram as interpretações do Evangelho, Concílios e Cânones, que levaram o bispo e o padre Eutíquio a divergirem, após um tempo de amizade. Sobre isto, o senador Francisco José Furtado nos oferece o depoimento, dado na tribuna do Senado em 1867.

O novo bispo honrou o por algum tempo com sua amizade, consultava-o sobre seus escritos (...). O padre Eutíquio, porém, apesar de sua grande modéstia e excessiva cortesia, não era um lisonjeiro, e tinha ideias políticas diversas do seu prelado³⁴¹.

³³⁹ A peculiaridade do padre Eutíquio enquanto *intellectual* dialoga com a noção de *intellectual polígrafo*, conceito formulado pela antropóloga britânica Mary Douglas. Devido à inserção de Eutíquio em diferentes espaços de poder exercendo funções em instituições de diversas naturezas que se relacionam entre si. No caso de padre Eutíquio esses espaços de poder e inserção foram o magistério no Seminário de Belém, o Colégio Paraense, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo, a atividade política na Câmara Municipal do Pará e função religiosa como pároco na Igreja. Cf. DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp, 1999.

³⁴⁰ Sofisma de O Liberal na questão nazarena, V. Jornal *A Boa Nova*, Belém, quarta feira, 31 de dezembro de 1879, ano 09, n. 103, p. 1-2. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 27 mai. 2017.

³⁴¹ BRASIL, Senado. Discurso do Senador José Furtado na sessão em 07 de junho de 1867. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Ano de 1869, p. 119. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Império/1869/1869%20Livro%20ok.pdf. Acesso em: 17 out. 2012.

Na Província do Pará, as lutas pela adesão à Independência em período caracterizado como o Vintismo, geraram a formação da insatisfação popular por direitos e liberdades que se reelaboram nas lutas da Cabanagem em 1835-36 (RICCI, 2007, p. 08-13). Gerando na província a desorganização das estruturas administrativas pela ação dos cabanos na tomada da sede do Palácio do Governo por Francisco Vinagre (*Ibid.*, p. 20), o esvaziamento da Câmara Municipal de Belém e a transferência das fazendas e escravos das ordens religiosas do Convento do Carmo. Com o fim da Cabanagem em 1840, o governo imperial decreta a anistia às lideranças cabanas da última fase do movimento como Eduardo Angelim. Começa-se a constituir jornais depreciadores das lutas cabanas, alguns jornais liberais são extintos por crises de insumos, outros nascem celebrando a derrota dos cabanos, a exemplo do *Treze de Maio* (LIMA, 2016, p. 263). José Veríssimo em estudo sobre a Imprensa no Império ressalta que todos os jornais no Pará da década de 1840 e 1850, à exceção do *Treze de Maio*, tiveram vida curta, sendo um deles o jornal *Paraense* entre 1842 e 1844 (VERÍSSIMO, 1900, p.49).

O *Jornal do Amazonas*, de propriedade do liberal bacharel em Direito, Tito Franco de Almeida inicia suas atividades em 1859 como o periódico de grande formato e diário (VERÍSSIMO, 1900, p. 49). Sendo de natureza voltada às discussões do liberalismo nos assuntos de desenvolvimento da agricultura, da liberdade de comércio, e principalmente a política, tornando-se o órgão oficial do Partido Liberal na Câmara Municipal de 1862 até 1868 (BELLIDO, 1908, p. 71-72) quando muda do editor Raphael Valente da Costa para o editor Juvenal Torres e o nome. Mas continuando a ser impresso na Tipografia de Santos & Irmãos³⁴² situada na Travessa das Mercês. A partir do ano de 1869, através do novo editor José Ernesto Pará-Assú (ou Paragassú) passa a chamar-se *O Liberal do Pará*³⁴³, substituindo o *Jornal do Amazonas* como a folha a serviço dos liberais na província paraense. Tempos depois passou a ser impresso na própria tipografia, a Tipografia d'O Liberal do Pará. Foi extinto em 1889, mas reapareceu pouco tempo depois da Proclamação da República com o título de *O Democrata* (TORII, 2016, p.27).

De acordo com o *Catálogo dos Jornais Paroaras*, o jornal *O Liberal do Pará* já existia antes do *Jornal do Amazonas*, tendo a circulação diária voltada para a política, comércio e notícias, pertencendo a Manoel Antônio Monteiro. Segundo o Catálogo, o jornal era o órgão a

³⁴² De acordo com o *Catálogo dos Jornais Paroaras*, a tipografia de Santos & Irmãos localizava-se na Rua São João (atual Rua João Diogo) e depois no Largo das Mercês (atual Travessa Frutuoso Guimarães). Todavia, o *Almanak Administrativo* aponta que se localizava na Estrada de São José (Rua 16 de Novembro). Cf. PARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém, 1985, p. 50; Tipographias. *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial*, Ano 1868, n. 62, p.266. Disponível em: memoria.bn.br/pdf/705985/per705985_1868_0001.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

serviço do Partido Liberal tendo suas publicações suspensas em ano indeterminado, mas, reaparecendo em 1869, substituindo o *Jornal do Amazonas* como o periódico liberal da província³⁴⁴. O *Diário do Grão-Pará* foi outro jornal de circulação diária neste período, tendo as suas atividades iniciadas em 1851. De acordo com José Veríssimo, foi fundado e redigido pelo tipógrafo Carlos Frederico Rhossard, o *Diário do Grão-Pará* foi durante certo período o jornal mais considerável no norte do Império (VERÍSSIMO, 1900, p. 49), tendo recebido o padre Eutíquio como um de seus colaboradores, conforme se sobressai do testemunho dele sobre os jornais em que ele escreveu. Todos estes jornais tinham grande circulação na província.

Para justificar completamente o Sr. D. Antônio [o bispo D. Macedo Costa] e livrá-lo de algum desmentido que possam dar-lhe meus escritos, quero que sejam queimados três livros, para onde passei todos os artigos, que sobre matérias religiosas publiquei na *Trombeta do Santuário*, no *Grão-Pará*, *Comunicador* e *Jornal do Amazonas* [grifo dele], sobre o Holden³⁴⁵.

A colaboração de padre Eutíquio como articulista dos papéis “profanos”, segundo denominação de Élson Monteiro, teve importante função no processo de Eutíquio *fazer-se* liberal junto aos liberais. Em 1874, o novo editor Libânio José Luiz de França pedia que as assinaturas do jornal *O Liberal do Pará* fossem feitas através do redator José Ernesto Pará-Assú, em qualquer hora do dia “*junto à casa de residência do Revdo. padre Eutychio P. da Rocha*”³⁴⁶, de modo a demonstrar a importância dele no setor de composição, ou a *casse*, a metade do setor que junto com a *presse*, ou sala de impressão, Robert Darnton chama de “as duas metades da tipografia” (DARNTON, 1986, p. 78).

Fazendo dos papéis religiosos e liberais o seu veículo de atuação política, intelectual e em menor escala uma atividade de sustento de sua existência, comer, beber, vestir, morar, pagar despesas, etc. Chegado recentemente ao Pará, Padre Eutíquio tinha nas redações dos jornais religiosos os espaços de construção de laços de sociabilidade e conflito, em função da atuação dele enquanto publicista, revisando os artigos escritos pelos sacerdotes da terra e pelo

³⁴⁴ Nos centros de documentação, Biblioteca Pública Arthur Viana e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional encontramos somente os números de “O Liberal do Pará” dos anos 1869 a 1889, inexistindo os números nos períodos anteriores a esse.

³⁴⁵ Profissão de fé do Padre Eutychio. *Jornal O Boletim do Grande Oriente do Brasil*, ano 09, n. 09, setembro de 1880, p.350. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per709441_1880_0009.pdf. Acesso em: 17 out. 2015.

³⁴⁶ *O Liberal do Pará*, terça feira, 11 de agosto de 1874 n. 180, ano 04, p. 08. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1874_00180.pdf. Acesso em: 23 mar. 2015.

próprio Bispo do Pará, durante uma época de amizade vivida entre Eutíquio e D. Macedo Costa, característica dos primeiros tempos de vivência dos dois na província do Pará.

Todavia, estar tão próximo do bispo D. Macedo Costa revisando os seus escritos a serem publicados nos jornais políticos da cidade, não poupou ao padre Eutíquio motivos para que houvesse dissensões entre os dois. Discordâncias intelectuais e políticas que atingiram tamanha magnitude, a ponto de ocorrerem rompimentos nos laços de amizade. E conseqüentemente, fundamentos para a suspensão de padre Eutíquio do ofício de padre secular na Igreja da Sé e sua demissão como lente de Direito Eclesiástico no Seminário.

Figura 08 – A Igreja da Sé por volta de 1875.



Fonte: *Álbum de Vistas do Pará* (1899), FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2533> (Brasíliana Fotográfica Digital). Acesso em: 07 nov. 2019.

Mágoas e acusações foram trocadas entre os dois, a respeito de quem foi o autor de artigos que vieram a público nas gazetas políticas e desabonavam a presença do protestante Richard Holden em Belém. Somente foram expostas ao público no ano de 1879, no jornal da diocese *A Boa Nova*, quando o padre Eutíquio assumiu no jornal *O Liberal do Pará* ter

recebido a outorga do bispo “*para corrigir, cortar e aumentar artigos, que ele mandava á imprensa em resposta ao Holden*”³⁴⁷. Prossegue o padre Eutíquio, já enquanto um maçom:

Já duas vezes publiquei esse escrito do Sr. Bispo do Pará sem contestação, e sem contestação possível.

E note-se, publiquei-os não pela glória vã de apregoar-me o Aristarco do Bossuet brasileiro; mas para mostrar a intimidade em que ele vivia então com aquele a quem espezinhara em 1866 e 1876; a confiança que ele depositava no mesmo que pouco depois era *ímpio, herege, ateu...*, e para repelir de mim um epíteto infamante, com que a bondade do Sr. bispo do Pará quis brindar-me³⁴⁸.

Padre Eutychio Pereira da Rocha

Deleg.: do Gr.: M.: Saldanha Marinho [grifo dele]

O padre Eutíquio relata sua relação com o bispo antes da sua suspensão suscitando que existia um sentimento de concórdia entre os dois, mesmo que tivesse durado por pouco tempo. Importa-nos reter que naquela época o padre e o bispo se uniram para fazer frente ao protestantismo, que avançava através da atuação do missionário escocês Richard Holden, aportado em Belém, a serviço da sociedade bíblica e propagando suas crenças religiosas ao povo do Pará, na venda de exemplares do Evangelho aos habitantes das freguesias do interior entre os anos de 1860-1863, enfrentando diversas dificuldades que frearam a sua missão evangelizadora (ANDRADE, 2018, p. 01)³⁴⁹.

Tal prática impunha riscos à religião católica, segundo pensavam os sacerdotes, haja vista que o contato de índios, caboclos, negros e mestiços com as doutrinas dos protestantes pudessem provocar adesões. Pondo em risco a unidade do rebanho católico, uma vez que esses habitantes estavam muito distantes da vigilância dos padres, pois, estes estavam concentrados em grande proporção na cidade de Belém. Em 1879, ainda que o bispo do Pará não reconhecesse ser o padre Eutíquio quem atuava como revisor e consultor dos artigos de sua autoria, e, portanto, o incluía no rol daqueles que atacaram via imprensa Richard Holden e os protestantes. Por outro lado, ao se defender, assume que participou, mesmo que pontualmente, dos ataques feitos ao missionário na época.

Era o Padre Eutychio, quem ostensivamente combatia o Holden, o Bispo auxiliava a polêmica com alguns artigos, mandando-os estampar por intermédio de um Sacerdote, que julgava seu amigo.

³⁴⁷ Seção noticiosa. Jornal *A Boa Nova*, Belém, quarta feira, 02 de abril de 1879, número 27, ano 09, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/per800341_1879_0027.pdf. Acesso em: 19 mai.2020.

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 02.

³⁴⁹ VIEIRA, David Gueiros (Org.). *Diário do Reverendo Richard Holden na Amazônia entre 1860-1864, tentando implantar a Igreja Episcopal no Brasil*. Porto Alegre: Igreja Episcopal do Brasil, 19ª. Província Anglicana, Secretaria Geral, 1990, p.106-107.

Este fato demonstra apenas a modéstia do Bispo, e a confiança que depositava n'um Sacerdote até então não suspeitado.³⁵⁰

Padre Eutíquio prontamente replicou a defesa do bispo feita pelos articulistas de *A Boa Nova* expondo no jornal *O Liberal do Pará* um bilhete emitido pelo próprio D. Macedo Costa na época, que ele lhe pedia secretamente que corrigisse e aumentasse as argumentações de um escrito dele sobre Richard Holden, antes que fosse publicado no jornal da cidade.

Revm.º amigo e sr. – Dou lhe faculdade para modificar no artigozinho que acabo de mandar toda a alusão ofensiva ao Holden ou a quem quer que seja. Eu não sabendo da biografia d'ele, não tive em mira outra ideia senão a de dá-lo por um diligente comissário ou agente da sociedade bíblica. Pelo que lhe peço artigo n'este sentido suprima tudo o que sonar inconveniente, pois escrevi as pressas e sem muita reflexão.

Peço-lhe também que corrija a frase “*os gregos chamaram concílio Quinisexto*” que assim não se presta a equívocos. No outro artigo o mesmo lhe peço, faça algum retoque para não sair muito desairoso. – + *Antonio*, Bispo.³⁵¹ [grifo dele]

Através do bilhete guardado por anos, acabava sendo esclarecida a polêmica da autoria dos artigos, passados mais de dez anos da sua confecção. Esse detalhe nos infere o que Marialva Barbosa caracteriza ser o complexo exercício da atividade publicista no Império, levando o historiador a pensar uma história construída pelas margens, concebendo o jornalismo dessa época como um “teatro” feito de polêmicas e insultos, na arena política (BARBOSA, 2010, p.49).

Há a substituição da função da carta, antes dirigida a um inimigo político que, através de folhetos manuscritos “derramava calúnias tão indignas e mui próprias dos que lhes encomendavam” (BARBOSA, 2010, p.43-47). Com a difusão da imprensa depois do processo de independência, entre os anos de 1830-1840, há a profusão desse tipo de texto nos periódicos, o que Barbosa assinala haver em quase todos os números a publicação de pelo menos um desses libelos insultuosos contra adversários. O que nos permite pensar que existia a transmissão ostensiva, isto é, não restrita somente á leitura silenciosa (BARBOSA, 2010, p.47).

Marialva Barbosa assinala que os textos produzidos pelos publicistas no processo de expansão da imprensa são muito mais do que acontecimentos. Devem ser vistos como monumentos produzidos para leitores concretos que participam ou são atores das polêmicas que ocupam espaço privilegiado nas publicações (BARBOSA, 2010, p. 47). Se o jornal destina-se a esse público, é escrito também para aqueles que respondem diretamente às

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 03.

³⁵¹ *Ibidem*, p. 03.

notícias publicadas, isto é, os adversários políticos, redatores de cartas anônimas, panfletos incendiários e também aqueles sujeitos que pedem a intermediação do jornal (*Ibid.*, p. 47-48).

Esse pode ser o caso das matérias de teor religioso escritas pelo padre Eutíquio ou corrigidas e reescritas por ele dos manuscritos originais do bispo ou demais sacerdotes, geralmente dirigidas a algum adversário da fé católica, a exemplo dos protestantes e aos maçons, antes do endurecimento da repressão católica à essa comunidade, que no final acabou atingindo o próprio padre Eutíquio, que de autor dos artigos passou para a qualidade de alvo das censuras católicas.

Além dos assuntos religiosos, ele também escrevia nessa época para jornais com assuntos de teor “profano”, como o *Comunicador* e o *Diário do Comércio*, respectivamente, o primeiro, um jornal redigido por ele, e o segundo, um jornal de propriedade de José Joaquim de Sá, eram o principal veículo de suas críticas e escrevia artigos de cunho fortemente ácido contra os conservadores. Estes, ao lerem os artigos do padre sempre reclamavam nas réplicas utilizando uma tonalidade religiosa para fazer ironia ao padre. Segundo os articulistas de *A Época*, o clérigo comportava-se mais como um escrevinhador político do que como sacerdote, e que, além disso, não devia “*esquecer, que [era] o sal da terra, um ministro de Jesus Cristo*”³⁵². Em tom ácido, os articulistas insistiam em dizer que padre Eutíquio recebia dinheiro para escrever nas gazetas profanas e religiosas da cidade, como o *Trombeta do Santuário*.

Confessais que recebeis dinheiro não como salário, mas como gratificação para escreverdes no Diário. Bem, não seja salário, seja gratificação, uma e outra coisa são sinônimas de – pagamento a dinheiro para escrever no Diário, - aluguel da vossa pena³⁵³.

A acusação de escrevinhador político (ou publicista) recai sobre o padre Eutíquio desde longa data, e supomos serem constantes, haja vista ele novamente tocar no assunto nos dando o seu depoimento, em artigo escrito de 1872 no jornal *O Pelicano*, em resposta à carta do jornalista francês adepto do ultramontanismo, Luiz Veuillot, sobre o sentido pessoal dele ser um escrevinhador de jornais.

O senhor [o jornalista francês Luiz Veuillot] mostra-se ali escritor medíocre. De mais a mais conhece-se, em cada uma das suas linhas, que não é sincero, que escreve para satisfazer as necessidades da Seita, que não crê uma só das suas palavras, que sabe cientemente que *Coisa*, - é estilo seu - é com efeito uma

³⁵² O sr. padre Eutychio e seus homúnculos. Jornal *A Época*, quarta feira, 26 de janeiro de 1859, ano 02, n. 20, p.03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/720828/per720828_1859_00020.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

³⁵³ *Ibidem*, p. 03.

personalidade da Igreja, de pena bastante hábil, para que o senhor não o confunda com *um Coisa qualquer*, que vende a consciência a um editor, por meia dúzia de miseráveis notas de banco. O senhor sabe tão bem como eu, que não vendi a consciência, que escrevo com convicção, com fê, com o sentimento íntimo e doloroso dos males que afligem a Igreja, á qual tem sido tão fatal o seu impetuoso apoio. (...). Padre ***** [sic]³⁵⁴

A este artigo, o padre Eutíquio deu como título “*Carta ao Sr. Luiz Veuillot acerca da continuação dos pensadores liberais*”, como resposta a carta do jornalista francês, intitulada “Pensadores liberais” no qual ele caracteriza-se como um defensor do ultramontanismo católico, tecendo críticas aos pensadores do liberalismo, colocando neste rol o afamado padre liberal Eutíquio Pereira da Rocha, que por sua vez responde a Luiz Veuillot ser o chefe da “Seita”, e neste caso ele fala de “a Seita Jesuítica”. Esta é a forma pela qual os liberais qualificam os ultramontanos do segundo momento da Romanização, especialmente, os do pós-Concílio Vaticano I (1869-1870) alcunhados por Eutíquio como os “romanos”. De acordo com Raymundo Heraldo Maués, “jesuíta” é uma categoria pejorativa lançada pelos liberais sobre a memória dos jesuítas do século 16, e que no século dezenove ganham o sentido negativo de “conspiradores”, “facínoras”, “mentirosos” (MAUÉS, 1999, p. 143). Em contrapartida, os ultramontanos acusam os liberais de pertencerem também à “Seita”, porém, esta é a maçônica, em uma verdadeira disputa de categorias semânticas, através dos jornais realçando o que Raymundo Heraldo Maués qualifica como uma “polêmica ritualizada” característica pelo estilo de escrita virulento (*Ibid.*, p. 145).

Pela análise da documentação, o cotejo que pode ser observado e feito é entre o liberalismo e os periódicos, isto é, um dos caminhos de abordagem do Liberalismo no século 19. Pode ocorrer através da análise dos jornais, em metodologia adotada para estritamente ver o liberalismo “por dentro”. Os historiadores Marco Morel e Lúcia Bastos Neves destacam a importância do papel da imprensa periódica – jornais e gazetas – como a expressão das novas ideias e veículo da formação política e partidária tornando visíveis as identidades políticas (MOREL, 2016, p. 69; NEVES. Lúcia, 2009, p. 09).

A união que podemos fazer entre o liberalismo e o padre Eutíquio é justamente sua atividade como escrevinhador dos artigos de jornais liberais e maçônicos, que após sua exoneração do Seminário Episcopal e do sacerdócio continuou a ser um meio de sustento diante da perda do vencimento como professor de Direito Canônico e da cônica de padre. Tônica que recai anos atrás em forma de críticas a ele desde os anos de 1859, em que os

³⁵⁴ Carta ao Sr. Luiz Veuillot acerca da continuação dos pensadores liberais. Jornal *O Pelicano*, quinta feira, 29 de agosto de 1872, ano 01, n. 20, p. 02. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 01 mai. 2019.

conservadores da folha *A Época* acusam-no de dedicar-se sobremaneira à arte das lides políticas e por outro lado “esquecendo” o sacerdócio.

O Revdo. Padre mestre certamente que ocupando-se tão dedicadamente com as paixões, maldades e fraquezas mundanas como um extremado lidador político, há de esquecer-se de seus deveres sagrados; não terá tempo para abrir os seus breviários, e insensivelmente se há de viciar e perverter, pois não é possível que um afanoso político escrevinhador diário de artigos de gazeta possa observar os exemplos do Cordeiro de Deus, e cumprir as obrigações que contraiu quando recebeu as ordens presbíteras³⁵⁵.

O depoimento dado em 1867, pelo senador José Furtado sobre a situação dos três religiosos ante a perda do direito a receber a cômputo, nos infere que o padre Eutíquio escrevia nos jornais como forma de dar vazão a sua crítica política e religiosa no domínio público. Porém, foi também sua forma de sustento, e mesmo coexistindo com as quantias vindas do cargo de professor no Liceu Paraense e vereador, deu a ele maior margem de liberdade para escrever no jornal que desejasse, pois, o valor ganho com os artigos, tivesse talvez para ele um peso menor do que para o cônego Nery, somente foi eleito vereador e secretário da Câmara Municipal em 1870.

Esse fato não denuncia somente injustiça e prepotência. O que dizer se ia de qualquer homem, que depois de se haver vingado do seu ofício, tirando-lhe os meios de subsistência, exige ainda em cima que se avilte confessando crimes que não cometera, e injurie a um seu amigo, vítima também desse mesmo homem?³⁵⁶

Dada à importância e o peso que a imprensa teve na vida do padre Eutíquio, podemos perceber por meio destes escritos os debates dos quais o padre Eutíquio tomou parte, e através da análise dos artigos escritos por ele e os dos demais editoriais, pudemos evidenciar quatro debates sociais importantes para os liberais eleitos vereadores da Câmara Municipal da cidade de Belém na segunda metade do século 19: a) a emancipação da escravidão; b) a Guerra do Paraguai (1864-1870); c) a modernização urbana; d) a disputa política com os conservadores depois do Gabinete da Conciliação³⁵⁷ (1848-1857).

³⁵⁵ A *Época*. Jornal *A Época*, terça feira, 01 de fevereiro de 1859, ano 02, n. 25, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/720828/per720828_1859_00025.pdf. Acesso em: 24 set. 2017.

³⁵⁶ BRASIL, Senado. Discurso do Senador José Furtado na sessão em 07 de junho de 1869. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Ano de 1869, Livro 02, p. 122. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Império/1869/1869%20Livro%20ok.pdf. Acesso em: 17 out. 2012.

³⁵⁷ Segundo as análises de Paula Ribeiro Ferraz, o Gabinete da Conciliação (1848-1857) iniciado com a subida do Marquês de Paraná como o chefe do Ministério, marcando a virada política devido a sua composição inovadora marcada pela presença de políticos jovens e ligados aos dois partidos Regresso e Conciliação modificando a dinâmica política para a Conciliação nas relações entre liberais e conservadores, assim como entre o Conselho de Ministros e o Imperador D. Pedro II. Em relação à dinâmica política está a política provincial posta como subordinada aos partidos e ao governo, houve a valorização do Conselho do Estado a limitar o poder

4.1 – “Ainda a pouco escravo, agora livre, amanhã cristão”

Os debates pela emancipação da escravidão tornaram-se maciços entre o laicato liberal e entre o clero liberal filiado à Maçonaria a partir na década de 1850. No Parlamento brasileiro, e na província do Pará as ações relacionadas com a escravidão passaram pela Câmara Municipal e dela encaminharam-se para a imprensa nas folhas liberais e maçônicas de *O Liberal do Pará* e *O Pelicano*, respectivamente. Ambas foram folhas pertencentes ao grupo liberal e da Maçonaria, na capital Belém a partir dos anos de 1869 e 1872, respectivamente.

Os debates do laicato liberal e dos clérigos liberais no Parlamento levados a efeito na Corte Imperial durante a década de 1860, culminaram na promulgação da Lei número 2.040 de 28 de setembro de 1871, a Lei Paranhos ou Rio Branco, conhecida na historiografia brasileira como a Lei do Ventre Livre. Foi sancionada por iniciativa do Gabinete Conservador chefiado por José Maria da Silva Paranhos, após longas discussões com os liberais no Parlamento e entre a opinião pública brasileira, no concernente ao encaminhamento mais seguro para a chamada à época, questão servil (TAVARES, 2012, p. 23-24). A ideia da escravidão se tornar um mal necessário povoou o universo a partir dos anos 1850. A sociedade brasileira começou a discutir de forma incipiente o destino da instituição da escravidão, suscitada pela importância assumida pela noção de civilização e do progresso. Sobretudo, o maior problema era a divergência quanto, ao melhor encaminhamento da questão, a ser definida por meio de projetos inicialmente emancipatórios e somente nos anos de 1880, o abolicionismo. O problema maior era lidar ao mesmo tempo com os escravos e os proprietários. Nesse sentido, a solução para a questão servil teria que ser dada antes que os escravos a fizessem por meio de uma temida revolução social (BEZERRA NETO, 2009, p.09).

De acordo do José Maia Bezerra Neto, a desintegração da escravidão no Norte brasileiro operou-se concomitante à inserção da Amazônia ao capitalismo industrial, em escala global através da economia da borracha. Na província do Pará, as ações pela emancipação ocorreram em maior amplitude pelas vias governamentais, na presidência da província e as dos vereadores da Câmara Municipal do Pará, antes da promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871 (BEZERRA NETO, 2009, p. 06). As medidas tomadas pela Câmara

do Gabinete cabendo a possibilidade de demissão caso os ministros responsabilizassem o Imperador por suas ações. Na prática, o gabinete teve recepção reticente no Parlamento devido à sua política de caráter moderado. Sobre isso, Cf. FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. 2013. 159 fls. (Dissertação de Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013 159, p.64-75.

liberal eleita no ano de 1868, composta pelo padre Eutíquio, o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery, o padre Félix Vicente Leão, Rodrigo da Veiga Cabral, o presidente da Câmara José da Gama Malcher, Pedro Chermont de Miranda e Antônio Joaquim de Almeida Viana, estes dois últimos conservadores, deliberaram nas sessões, medidas emancipatórias da escravidão. Nas colunas do Jornal *O Liberal do Pará* e *O Pelicano*, assim como nos ofícios dirigidos pelas paróquias da capital e do interior, além do Palácio Episcopal da Sé à presidência da província às vésperas e após a sanção da Lei do Ventre Livre, evidenciam-se os sentidos da emancipação para os liberais, fossem eles do laicato ou do clero liberal-maçom.

O padre Eutíquio naqueles anos estava em sua quarta legislatura enquanto vereador da Câmara Municipal. Através dela pôde executar seus projetos emancipacionistas seguindo sua ótica liberalizante, cujos sentidos da liberdade oscilavam entre a defesa do direito de propriedade senhorial e no outro extremo, a necessidade de reformas das práticas no seio do Estado liberal. Neste sentido, a escravidão era no momento a mais urgente de todas, ante a necessidade de reforma moral, o que o trabalho escravo era a grande incongruência, e a civilização dos costumes, que esbarrava, segundo estes homens públicos, na barbárie inerente à estrutura do sistema escravocrata. Este sistema ia desde a “incivilidade” dos negros africanos traficados, passando pela ideia de “degeneração” moral dos crioulos brasileiros, frutos da mestiçagem, até o reconhecimento da crueldade causada pela violência senhorial, todos incompatíveis com os ideais de uma nação civilizada em seus costumes (BEZERRA NETO, 2009, p. 79).

A situação do trabalho escravo estava posta em discussão, desde a legislação aplicada contra a proibição da entrada de africanos nos portos brasileiros com a lei de 1831. Mais de duas décadas mais tarde foi sancionada a lei Eusébio de Queirós de 1850, reafirmando a proibição do tráfico transatlântico de escravos africanos para o Brasil. Em parte, motivado pelas pressões da Inglaterra, cessando a fonte de abastecimento dos plantéis brasileiros (CUNHA, 1985, p 12). Discussões dentro do círculo dos liberais e dos conservadores tinham como nexos centrais o reconhecimento da instituição da escravidão, que aquela altura era construída entre a opinião pública brasileira, assistindo a mobilização escrava nas lutas pela liberdade acionadas, em sua maioria, pelos trâmites legais através de ações cívicas de liberdade (BEZERRA NETO, 2009, p.75).

O Parlamento e o Senado brasileiro foram na virada dos anos 1860 a 1870, um dos espaços de discussão por parte dos clérigos e do laicato católico quanto à sustentabilidade da

escravidão. As discussões foram motivadas pela percepção dos homens públicos quanto à incompatibilidade da natureza inerente ao trabalho escravo com os ideais de civilização e progresso material da sociedade. Afinal, segundo Emília Viotti da Costa, a escravidão permanecia, dentre as nações da América do Sul, somente no Império brasileiro (COSTA, 2010, p. 53). Entre o clero paraense na Corte está a atuação do conservador Cônego Manuel José de Siqueira Mendes, deputado provincial pelo Pará. Nos debates do Parlamento brasileiro em meio aos trâmites das propostas pela lei de libertação do ventre escravo em 1861, ele tratou dos negócios eclesiásticos, dentre os quais a reforma do currículo dos seminários, aumento do número de casamentos de acatólicos e casamentos mistos³⁵⁸. Logo mais, à frente da vice-presidência da província do Pará, em 1870, realizou loterias cujas rendas angariadas constituíram compras de alforrias, apesar de o Cônego Manuel José de Siqueira Mendes possuir escravos em suas olarias nas freguesias da Ilha do Marajó.

Os clérigos liberais também participaram destes debates na Corte Imperial considerando necessário discutir-se no seio da sociedade projetos para a chamada questão servil. Aqui é preciso considerar que a Igreja Católica era detentora de fazendas e escravos, inclusive, muitos padres eram também senhores de escravos, tanto os padres seculares como o padre Eutíquio, quanto os clérigos ligados às ordens religiosas como os Carmelitas. Esta Ordem continuou sendo uma ordem religiosa rica no Império, sendo uma grande proprietária de terras, fazendas e escravos (MOLINA, 2006, p.81-82) após sua separação da Vigararia do Maranhão e incorporação à Província Carmelitana Fluminense. Alguns autores apontam ter existido um período de decadência da ordem após a Cabanagem, através da desorganização causada pelas fugas e mortes dos frades carmelitas, ocasionando o esvaziamento do capital humano da ordem (ANDRADE, 2009, p. 28).

Os clérigos brasileiros envolvidos com a resolução da questão servil nas décadas de 60 e 70 o fizeram através de um sentido emancipacionista, isto é, encaminhar os processos de liberdade para o escravo por vias legais, graduais e específicos para cada condição do escravo. A abolição em si, enquanto extinção total do sistema escravocrata foi somente discutida no Brasil no decênio posterior, nos anos de 1880.

As ações governamentais pela liberdade escrava se fizeram até a Lei Áurea de 1888, amplamente no âmbito da legislação. Sendo que nos debates pelo encaminhamento dos

³⁵⁸ BRASIL, Congresso. *O Clero no Parlamento brasileiro*. Vol. 05, Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 13-15. (Câmara dos Deputados, Centro de documentação e Informação). Acesso em: 26 jun. 2019.

projetos para codificação na forma de leis para a escravidão, estas leis conferiram uma nova dinâmica e desenvolvimento da escravidão no Rio de Janeiro, depois da Lei Eusébio de Queirós, contra o tráfico de africanos para o abastecimento da escravaria brasileira (JUNIOR, 2012, p.23). O clero liberal e o conservador, eleitos deputados provinciais e senadores, participaram ativamente discutindo sob as mais diferentes nuances. Considerando a importância da liberdade natural do homem, mas, para os liberais era muito mais importante defender o direito natural de propriedade do homem, o que resultava em longas discussões nas tribunas da Corte (COSTA, 2010, p. 52).

A crescente percepção por parte dos escravos dos seus direitos de liberdade natural e da estrutura do sistema escravista mantido pela coerção e violência, os impulsionaram nas lutas pela liberdade, seja no âmbito legal ou em outras formas de articulação, por meio de revoltas, fugas, etc., que desarticulavam as redes familiares escravas (SLENES, 2011, p. 124), ao passo que se reelaboravam outras entre escravos, fugidos, os libertos e os livres. Estes últimos atuando na forma de organização de pasquins publicando artigos de teor abolicionistas denunciando a violência inerente à relação entre a classe senhorial e os escravos para manutenção do regime (PINTO, 2010, p. 27). E ante as diversas formas de luta pela liberdade está a formação do pecúlio para a compra da alforria, pelas tentativas de insurreições, fugas e formação de quilombos, acelerou-se os debates pela emancipação, pois, acabou-se formando entre as elites brancas o temor de que as crescentes lutas escravas fugissem ao controle das instituições mantenedoras da segurança e da ordem social (SLENES, 1989; GOMES, 1996; CHALHOUB, 2011 *apud* BEZERRA NETO, 2009, p. 47).

Muitos autores apontam que a Igreja Católica manteve-se à margem do movimento abolicionista da escravidão, que os clérigos católicos não tomaram parte na resolução da questão servil, devido ao fato de a Igreja possuir escravos e as formas de culto católico não terem permitido ao escravo tomar contato com a escrita e a leitura do Evangelho, diferente das religiões protestantes dos estados do Sul dos Estados Unidos da América. Que segundo aponta José Murilo de Carvalho, a natureza do culto protestante permitira ao escravo ler o Evangelho com maior autonomia e assim mobilizar-se, organizando jornais abolicionistas, publicando artigos de seu próprio punho (CARVALHO, 2009, p. 83-84). Além disso, segundo Carvalho, na América do Norte, os pastores protestantes estiveram mais empenhados em defender as causas abolicionistas, em comparação com os padres católicos brasileiros.

As discussões pela emancipação passaram pela Câmara Municipal do Pará, maciçamente, no ano de 1870. E um ano depois, foi sancionada na Corte, a lei número 2.040 de 28 de setembro de 1871, recebida para sanção pela Princesa Regente Isabel de Bourbon e Bragança. A lei foi encaminhada do Parlamento brasileiro após os pedidos de um dos nomes do Instituto dos Advogados do Brasil, Joaquim Saldanha Marinho, na época a grande liderança da Maçonaria no Império, conhecido no círculo maçônico com o cognome de “*Ganganelli*”, além de Nabuco de Araújo (AZEVEDO, 2010, p. 158). Com a sanção da Lei do Ventre Livre, houve o envio do folheto com a legislação para todas as províncias do Império, e no momento de sua chegada à província do Pará (TAVARES, 2012, p. 42), já se realizava na Câmara Municipal as sessões em que os senhores apresentavam seus escravos fixando preços para a compra de sua alforria ou para a formação do pecúlio.

O padre Eutíquio e o padre Félix Vicente Leão, dois padres liberais e maçons eleitos vereadores da Câmara Municipal do Pará, formaram comissões para angariar fundos para a compra da alforria dos escravos apresentados. Sendo esses fatos noticiados publicamente nos jornais.

Nesta ocasião foi apresentada a Câmara a inocente Adriana, escrava do Sr. José Coelho da Gama e Abreu, pela qual se pediam quatrocentos mil réis.

O Sr. Padre Félix, pedindo a palavra disse que a Câmara liberal não devia consentir que uma inocente que lhe vinha pedir a liberdade, voltasse sem esperança.

Visto estar esgotada a verba destinada pela Câmara para as liberdades pediu o Sr. Danin que, como membro da comissão encarregada de agenciar donativos para o mesmo fim, lhe dissesse quanto tinha arrecadado.³⁵⁹

Na mesma sessão em 26 de outubro de 1870, o padre Eutíquio e o padre Félix comprometeram-se com os vereadores em angariar os donativos necessários para a compra da alforria da escrava menina de nome Adriana, de propriedade do senhor José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó.

Os Senhores Padre Félix e Eutíquio obrigaram-se a promover uma subscrição em favor desta inocente e a comunicar a Câmara, na próxima sessão qual o resultado obtido.³⁶⁰

Há uma dupla correlação a ser estabelecida entre a ação dos liberais paraenses e a adesão à emancipação da escravidão. De um lado, estava a retórica política dos vereadores liberais em não permitir que uma Câmara Municipal quase que totalmente constituída por eles

³⁵⁹ Interior: Câmara Municipal de Belém. *Jornal do Pará*, Belém, quinta feira, 13 de novembro de 1872, ano 10, n. 257, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/219339/per21339_1872_00257.pdf. Acesso em: 25 mar. 2018.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 02, 1872.

permitisse que um escravo voltasse para o domínio senhorial, sem ter o seu pedido de compra de alforria atendido, através destas vias legítimas e legais. E por outro lado, a escrava menina Adriana pertencia ao senhor José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, um grande nome no panteão liberal da elite provincial. Uma vez realizada a compra da alforria de Adriana com as subscrições conseguidas pelos dois padres liberais Eutíquio e Félix, os fundos iriam parar nas mãos do senhor José Coelho da Gama e Abreu, ou seja, os recursos mantinham-se dentro daquele mesmo círculo liberal, como uma estratégia de reprodução material dessas elites políticas. Portanto, tornava-se vantajoso compor uma Câmara Municipal majoritariamente por liberais e ter no mecanismo da emancipação da escravidão através da compra da alforria de escravos infantes ou idosos, ou seja, fora da idade produtiva, como uma estratégia de reprodução simbólica e material das elites. Nesse sentido, a emancipação da escravidão podia significar para o padre Eutíquio uma atividade até lucrativa, com vistas a proporcionar a manutenção da riqueza material dentro do círculo liberal.

José Maia Bezerra Neto destaca que os escravos adultos pertencentes a estas elites paraenses também estavam passíveis de obter alforria. O perfil econômico destas elites aliava pecuária, agricultura e extrativismo (até da borracha durante os anos 1870) como o esteio de suas riquezas (CANCELA, 2011, p. 297-298). Assim estes homens puderam, economicamente, sustentar-se diante da alforria de seus escravos, gerando novas relações de trabalho entre senhores e libertos marcados, segundo Bezerra Neto, por baixos salários e paternalismos. Portanto, estimulando a adesão das elites políticas ao emancipacionismo nos anos 1870 ou, após 1880, ao abolicionismo (BEZERRA NETO, 2009, p. 08).

O sentido da emancipação para o padre Eutíquio talvez se diferenciasse dos sentidos práticos atribuídos pelos demais vereadores liberais, devido ao fato de ele ser um homem nascido “com um pé na escravidão”. O seu núcleo familiar materno era constituído na Bahia por uma avó materna africana angola, chamada Maria Domingues da Costa, liberta que pertenceu ao senhor Domingos da Costa, em Salvador, na passagem do século 18 para a primeira metade do século 19. Ademais, a proximidade dele com os sujeitos envolvidos com o universo da escravidão evidenciam-se igualmente durante sua estadia na cidade de Belém. Particularmente, na sua função de padre-mestre do Recolhimento das Educandas, onde, em uma ocasião, batizou em perigo de vida “o inocente Manoel”³⁶¹, “filho da preta Jerônima,

³⁶¹ Livro de Batismos da Paróquia da Sé. Livro do ano de 1853-1856, n. 07, f. 14. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 09 dez. 2016.

escrava do estabelecimento das educandas”³⁶². Manoel sobreviveu ao difícil parto, sendo ungido com os santos óleos dias depois pelo cura da igreja da Sé, Manoel Rodrigues Bicho, no dia quatro de maio de 1854.

Nos seus escritos publicados no jornal *O Pelicano*, periódico da Maçonaria, observamos que a emancipação da escravidão podia ter para ele um sentido de filantropia, por possibilitar o alcance da noção de regeneração espiritual, também observado nas festas de batismo da Maçonaria. Sendo o exemplo de uma delas, a ocorrida na capital da província do Maranhão, realizada pelas lojas Vera-Cruz, Firmeza e União, e Fraternidade Maranhense, na noite de 04 de agosto de 1872 e noticiada no jornal *O Pelicano*.

Lembro-vos a vós, Venerável Mestr.:., que seja o seu nome Hirão Beneditino do Lavradio. *Hirão*, como sabeis, recorda aquele Ven.:. Mestr.:. que fiel às suas crenças antes quis morrer do que trair seus juramentos. *Beneditino do Lavradio* desperta a ideia associada do abraço fraternal, que os irmãos desses dois Vales deram entre si quando se encontraram em terreno de combate. Eis o nosso pequeno Hirão: ainda há pouco escravo, agora livre, amanhã cristão. Deus lance sobre ele sua benção, seja feliz, e um dia já homem feito, já velho, rodeado de família (...) ele contará a sua prole: “Meus filhos, o que eu sou, o que somos, e o que seremos, devemos a União dos Orientes Maçônicos que ainda hoje florescem.”³⁶³.

O padre negro assim como os veneráveis das Lojas Maçônicas, inclusive a Loja Capitular Harmonia, loja de sua iniciação, fizeram coro no pensar a noção de liberdade do homem como um projeto pensado para os escravos ao longo prazo. Para eles, a conquista da liberdade não se resumia apenas ao ato da concessão das cartas de alforria, ou, a realização dos festejos, fossem eles católicos ou maçônicos. Consistiam em simbolicamente marcar a passagem do escravo pelo momento de regeneração espiritual, em que a religião exercia a função pedagógica de preparar o agora liberto para o gozo da liberdade. A importância que a noção da liberdade possuía para o padre Eutíquio estava relacionada com a ojeriza que ele tinha pela ideia da antítese da liberdade, o despotismo. Portanto, para o padre Eutíquio ter a religião “livre” das amarras do despotismo podia talvez representar o melhor governo da religião sobre o homem, em especial, sobre o homem escravo apto a tornar-se liberto.

Adeus, Sr. Veuillot; nós estamos nos dois polos da ideia religiosa. O senhor quere-a com todo o despotismo, com aquele que mais esmagar a alma humana; eu quero-a com toda a liberdade, com a que der ao homem asas de ouro para se elevar até Deus. Não o converterei a liberdade; o senhor não me fará descer a amar o despotismo, o

³⁶² *Ibid.*, p. 14.

³⁶³ Á “Boa Nova”. Jornal *O Pelicano*, quinta feira, 29 de agosto de 1872, n. 20, ano 01, p. 04. Jornais Microfilmados, rolo: JD-137, série: Diversos, período: jul/ago, ano: 1872. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 16 mar. 2017.

qual me inspira, como a todos os espíritos altivos do meu século, invencível horror.³⁶⁴

Em 1871 nós temos a notícia da participação de padre Eutíquio como mordomo na irmandade de Santa Luzia, noticiada pelo jornal *Almanack do Pará*, cuja mesa regedora para o ano de 1871 contava com a presença dos liberais Domingos Antônio Raiol como o outro mordomo, Dona Anna Cândida da Gama Malcher e Silva, Juíza da irmandade e esposa do presidente da Câmara Municipal, o liberal José da Gama Malcher, além dos conservadores João Diogo Clemente Malcher e Antônio de Lacerda Chermont, o Visconde de Arari.

Irmandade de Santa Luzia - Mesa para 1871

Juiz - José Mariano Botelho

Juíza - D. Anna Cândida da Gama e Silva Malcher

Zeladoras

D. Maria Luíza da Gama e Silva

D. Tomázia Perdigão Barreto

D. Maria José Leitão da Cunha

Mordomos

Agostinho J. d' Almeida

Antônio Ayres de Lacerda Chermont

Antônio Nicolau Monteiro Baena

Domingos Antônio Raiol

Duarte Pedro Faccio

Eutychio Pereira da Rocha

Francisco Acácio Correa

João Diogo Clemente Malcher

João Gonçalves Ledo

João Francisco Fernandes³⁶⁵

Sabemos ser a irmandade de Santa Luzia uma confraria composta pelos liberais, na qual estavam presentes homens pobres de cor. Informações vindas das notícias do Jornal *A Boa Nova* no ano de 1877, durante os conflitos entre o bispo D. Macedo Costa e a Irmandade de Nazaré por ocasião da autonomia para a realização dos Círios. E em meio às polêmicas anunciadas pelo articulista está a denúncia contra os liberais de “manchar” com os borrões da política a Festa de Nazaré. E ligados aos chefes liberais estariam os homens e mulheres pobres de cor, reunidos na irmandade, tendo o culto apadrinhado pelos liberais dentro da Ermida de Nazaré e sendo “incentivados” por eles a arrumar contendas com o bispo.

Lá ao menos o deixarão tranquilo? Não. O Sr. Bacelar & C^a não são homens para deixar o seu Pároco e o seu Bispo tranquilos. Unidos a chefes liberais que querem a todo custo fazer desta questão de Nazaré uma *água suja* [grifo dele] política, decidem o juiz de paz de Nazaré a officiar á Presidência fazendo uma consulta parva, acintosa e impertinente, sobre se deviam fixar as listas de qualificação no Hospital ou na Matriz? – Açulam contra o Prelado os pobres festeiros de Santa Luzia, e sob

³⁶⁴ Carta ao Sr. Luiz Veuillot acerca da continuação dos pensadores liberais. Jornal *O Pelicano*, quinta feira, 29 de agosto de 1872, ano 01, n. 20, p. 03. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 01 mai. 2019.

³⁶⁵ Irmandade de Santa Luzia. Jornal *Almanack do Pará*, 1871, p. 147. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Setor Periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2019.

pretexto de honrar esta Santa, fazem dentro da Ermida ladainhas burlescas, verdadeiro carnaval do culto, cantando no coro um único músico com um preto cantador de folias, e fora no largo... lundus de moleques. Tudo isto obra da diretoria que tomou sob sua responsabilidade esta nova saturnal religiosa, indecentíssima, em que o religioso povo do Pará, honra-lhe seja feita, nenhuma parte quis tomar.³⁶⁶

A relação de padre Eutíquio com a escravidão foi muito próxima devido à participação dele nestas irmandades de negros de Santa Luzia, que chama a atenção para a proximidade dele com os homens de cor, assim como ele, fossem eles escravos ou forros, reunidos em associação religiosa para a realização de ladainhas e folguedos em homenagem à santa. Outra questão que sobressai-se é a presença dos liberais ligados ao apadrinhamento das confrarias de negros, oferecendo o espaço físico da Ermida de Nazaré para a irmandade professar os folguedos do catolicismo popular. Em 1871, o padre Eutíquio já era um padre suspenso das funções sacerdotais, e mesmo assim, enquanto mordomo era procurado para organizar as festas da Santa e atuar como orador nos festejos, o que certamente contribuía para os desgostos do bispo D. Macedo Costa.

No campo da atuação governamental, os anos setenta assistem à sanção na Corte Imperial da Lei Paranhos em 28 de setembro de 1871, como projeto apresentado pelo Visconde do Rio Branco no Parlamento para extinguir a escravidão dos nascituros de ventre escravo após a data desta lei e regulamentava o trabalho dos escravos classificados como aptos à liberdade (COSTA, 2010, p. 54). Tratava-se de uma lei para extinguir gradualmente a escravidão, levadas a efeito por parlamentares conservadores e sancionada pelo Gabinete Conservador como resposta de caráter mais resolutivo em comparação com a atuação dos parlamentares liberais, cujos óbices incidiram no dilema do direito de propriedade, característico da tradição do liberalismo inglês de Adam Smith, John Locke e Thomas Paine.

A recepção da lei de 28 de setembro na província do Pará assistiu a diversos sentidos atribuídos pelos agentes públicos que dela tomaram contato. Sendo a mais curiosa a noção de que a lei ganhou um significado religioso para o problema da questão servil (TAVARES, 2012, p. 39). Os padres católicos segundo a legislação, além de serem os responsáveis pelo batismo, segundo a tradição do catolicismo expressa nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, tornaram-se os responsáveis pelo assento dos registros dos ingênuos nascidos livres ou que vieram a óbito após 28 de setembro. Segundo previa o artigo 8º da Lei do Ventre Livre. Vivendo entre os ofícios da religião e os do estado, os padres tornaram-se os matizes da ordem (CARVALHO, 2007, p. 139). Frequentemente houve relatos nos ofícios

³⁶⁶ Quem são os provocadores? Jornal *A Boa Nova*, quarta-feira, 12 de dezembro de 1877, n. 76, ano 08, p. 01. (Cúria da Arquidiocese de Belém). Acesso em: 03 jun. 2017.

trocados com a secretaria da presidência da província, o sentido percebido por eles sobre o que aquela lei representava quando o folheto chegou à sua paróquia carecendo ser anunciado nas missas de domingo. Como neste caso envolvendo o vigário Manuel Valente Dôce, da freguesia de Cairari.

Residência Paroquial em Cairary 3 de novembro de 1871

Ilmo. Ex.. Senhor

Acuso a recepção do ofício de V. Ex. de 17 do p.[passado] transmitindo-me a lei geral nº 2040 de 28 de setembro do corrente ano, que declarou livres os filhos de mulher escrava desde a data de sua sanção e providenciou sobre a libertação gradual dos escravos existentes para que de ordens de V. Ex.^a anuncie as definições d'ela aos meus paroquianos (...) faço os registros dos nascimentos e óbitos no livro que atualmente serve, e de tudo o mais constante do dito ofício fico bem ciente e cumpre responder que farei tudo para que a lei seja religiosamente cumprida. E no serei o primeiro a (*ilegível*) o cumprir tão santa lei (...). O vigário colado Manuel Valente Dôce.³⁶⁷

A lei emancipatória ganha um sentido religioso de santidade, impregnada de caridade benevolente, de acordo com os sacerdotes responsáveis pelo batismo e assento de registros no cotidiano de implantação da lei nas paróquias da capital e no interior da província do Pará (TAVARES; NEVES, 2013, p. 12). Ressaltamos serem os anos setenta um decênio em que as posturas dos sacerdotes católicos estão bastante definidas na Igreja Católica. A maioria deles define-se claramente como subordinado intelectualmente à alta hierarquia, sendo adeptos da corrente ultramontana reforçada na igreja com o pastorado do bispo D. Antônio de Macedo Costa a partir de 1862.

O bispo, ao momento em que toma o conhecimento da chegada da notícia da lei à província, percebe que seu *modus operandi* impõe embaraços ao modelo de organização da igreja, segundo os moldes do ultramontanismo de reforço da disciplina e obediência dos padres para com o seu bispo, conforme observamos no ofício trocado com o presidente de província Abel Graça em 1871.

Paço Episcopal 18 de outubro de 1871

Ilmo. e Ex. Senhor

Consultado por um dos párocos desta capital sobre a maneira de proceder em relação ao ofício circular, que V. Ex. acaba de dirigir a todos os vigários da diocese acerca da Lei 2.040 de 28 de Setembro ultimo, julgo de meu dever dirigir-me, antes de tudo, a V. Ex. manifestando-lhe o meu juízo em relação a este ato administrativo. A maneira, porém, de executar esta medida, intervindo a autoridade civil

³⁶⁷ Ofício de 03 de novembro de 1871 enviado pelo padre Manuel Valente Dôce ao Palácio do Governo da Província. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, série: Ofícios das autoridades eclesiásticas, Caixa n. 307. (Arquivo Público do Estado do Pará). Acesso em: 13 jul. 2011.

diretamente sem o intermediário necessário do Prelado diocesano me parece inteiramente irregular e anticanônico.³⁶⁸

A lei em sua essência, uma reforma gradual para a escravidão pensada por um Estado liberal, impunha funções aos padres próprias de funcionários públicos do Império, semelhantes aos magistrados e soldados, agentes que, segundo José Murilo de Carvalho ressalta, os enquadrava na categoria dos “matizes da ordem” (CARVALHO, 2007, p. 139). Portanto, na concepção do bispo D. Macedo Costa, a lei, que também podia ser sinônimo do próprio Estado, não deveria desestruturar a organização interna da igreja, seguindo a lógica civil do trato direto entre o presidente da província e os párocos responsáveis pelo assento nos livros de batismo sem a intermediação do bispo.

Àquela altura, o padre Eutíquio encontrava-se suspenso da igreja. Portanto, esteve ausente das fontes produzidas pela organização interna da igreja, que consistia em ofícios trocados com o Palácio Episcopal da Sé e o Palácio da presidência da província. Por outro lado, é na Câmara Municipal e na imprensa que suas atividades delineiam-se no cotidiano de discussões pela resolução da questão servil. As ações do padre contra a escravidão tornaram-se mais explícitas e mais contundentes, em comparação com os pronunciamentos do bispo, que assumiram um tom de silêncio, resumindo-se a um evasivo manifestar-se do seu juízo “*em relação [à lei] [como] ato administrativo*”³⁶⁹. Fernando Neves assume que a adesão do bispo D. Macedo Costa esteve orientada por pressupostos morais, enfatizando haver a preocupação do bispo com os castigos físicos infligidos aos escravos por seus senhores (NEVES, 2009, p. 252).

A ligação da Igreja com a instituição da escravidão assumiu nos anos setenta e especialmente após a lei de 28 de setembro de 1871, tons eminentemente políticos. Por um lado, repudiar o uso do trabalho escravo demandava para a igreja despossuir-se de seus bens, o que ocasionaria um grande problema ao patrimônio das ordens religiosas (como o Convento do Carmo, um dos mais ricos em escravos), e das irmandades; e por outro lado era incongruente assumir-se adepto do uso do trabalho escravo, em pleno momento de discussão na sociedade brasileira sobre a insustentabilidade política da escravidão. O que José Maia Bezerra Neto evidencia nas falas das elites políticas e entre os letrados dos baixos segmentos sociais ser a escravidão um “cancro” moral, um obstáculo ao encaminhamento para uma

³⁶⁸ Ofício de 19 de outubro de 1871 enviado pelo Exmo. Bispo do Pará D. Antônio de Macedo Costa ao Exmo. Presidente da Província Dr. Abel Graça. Fundo: Secretaria da Presidência da Província, série: Ofícios das autoridades eclesiásticas, Caixa n. 307. (Arquivo Público do Estado do Pará). Acesso em: 06 abr. 2010.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 01.

sociedade moderna e civilizada nos seus costumes (BEZERRA NETO, 2009, p. 14). Observamos este assunto estar presente no discurso do presidente de província Abel Graça nos relatórios de 1871.

Sendo aquela lei [Lei de 28 de setembro] um passo imenso que deu o Império no caminho da civilização e do progresso, não podia deixar de ser bem recebida, como foi por esta província [do Pará], que aceita sempre de braços abertos e com demonstrações de sincero júbilo todas as ideias humanitárias, que tendem para o engrandecimento futuro do abençoado Império de Santa Cruz (...). Convém agora continuar com o mesmo ardor patriótico para que não surjam dificuldades na execução d'aquela lei civilizadora e inspirada nos princípios da nossa Santa Religião.³⁷⁰

Assumindo tonalidades claramente políticas observadas através da lei de emancipação, que iam desde a percepção da escravidão como entrave à civilização, a lei era um remédio (paliativo) para a questão nas significações dadas pelos homens da elite política. A lei também foi revestida com aura de santidade benevolente interpretada pelos homens da igreja da baixa hierarquia. Entre eles houve também o espaço para a percepção da escravidão como incompatível com a sociedade civilizada, e de acordo com José Maia Bezerra Neto, também cristã (BEZERRA NETO, 2009, p 93).

Sobre isto, temos a troca de farpas entre o articulista maçom e sua acusação a um sacerdote aliado do bispo D. Macedo Costa em *O Pelicano*, que através da imprensa o clérigo foi notadamente acusado de possuir um menor livre sob sua “propriedade”, em polêmica provocada pelo artigo “A propaganda anticatólica”, levada ao jornal em 18 de julho de 1872.

Não basta escrever, é preciso obrar.

Pois bem, o nosso *bom católico* [grifo dele], a quem dirigimos estas linhas, perguntamos: o que pretende fazer de um menor livre, que tem em seu poder e lhe serve de escravo? Se pretende provar o contrário, nós o faremos calar com a própria confissão do menor, que interrogado, disse que o nosso homem não lhe ensinava a ler e nem frequentava escola alguma.

Será isto uma obra de caridade que está praticando o *bom* [grifo dele] católico em favor do infeliz e desgraçado menino?³⁷¹

Não pairam dúvidas de que o “bom católico” tratasse-se de um sacerdote do cabido ou o próprio bispo D. Macedo Costa, pois, o “bom católico” foi a livre adaptação do *Pelicano* para o pseudônimo “Católico Paraense” usado pelo cônego Barroso, um dos colaboradores de

³⁷⁰ Emancipação do elemento servil. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872, pelo Dr. Abel Graça Presidente da Província*. Belém, Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1872, p. 05-06. Disponível em: ddsnext.crl.edu/titles/172#?c=0&m=69&s=0&cv=4&r=0&xywh=-1153%2C0%2C4001%2C2822. Acesso em: 24 out. 2011.

³⁷¹ A propaganda anti-católica. *Jornal O Pelicano*, Belém, quinta feira, 18 de julho de 1872, ano 01, n. 08, p. 04. (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2019.

A Boa Nova, também usado algumas vezes por D. Macedo Costa. Segundo a folha maçônica, cujo autor do artigo nós acreditamos não ser o padre Eutíquio, um sacerdote do cabido exercia a propriedade de um menor livre servindo-lhe como escravo, tecendo ao longo do artigo ironias contra os princípios morais que guiavam a adesão da Igreja à contestação da escravidão movida pelo humanitarismo e a filantropia: “*e é desta forma que, com maior descaro apregoa-se urbi et orbi tanta virtude e tanta benevolência!!?*”³⁷². E, continuando:

A educação, que é a base fundamental da civilização e progresso de uma nação, é uma necessidade incontestável, e nunca deixa de produzir bons e proficuos resultados, quando há a fiel execução dela.³⁷³

O tom irônico do articulista incidia sobre o posicionamento da Igreja Católica paraense em relação à escravidão, marcada segundo os maçons, pela hipocrisia. Pois na imprensa, de um lado, os ultramontanos apregoavam-se defensores da moral e do humanitarismo ante a situação dos negros sob o jugo da escravidão. Mas, na prática os sacerdotes utilizavam-se do trabalho compulsório de menores, apartando-os da educação, o instrumento do progresso e da regeneração social, segundo defendiam os liberais.

O Liberal do Pará publicou em 1871 colaborações denunciando existir na igreja práticas escravistas a contrariar o discurso abolicionista praticado por ela. Segundo Élon Monteiro, os maçons e liberais do círculo político do padre Eutíquio, após a Lei do Ventre Livre, já estavam engajados em causas emancipacionistas, aproveitando assim para denunciar a suposta “inércia”, “mentira” e “impostura” dos católicos romanos com relação à escravidão. Logo, reside aí o sentido do ataque de *O Pelicano* aos “padres romanos” em “*não basta[r] escrever, é preciso obrar*”.

A banalidade, porém, que empregada por qualquer outro, seria apenas uma banalidade, manejada por padres da Igreja Católica Apostólica Romana, é uma arma que fere de morte pondo em alto relevo a mentira e a impostura, com que eles se proclamam os paladinos da liberdade e batedores eternos da escravidão. Talvez que a boa gente, no louvável intuito de vos não achar em contradição flagrante com a Igreja de Jesus Cristo entenda assim, e se confirme no seu pensamento vendo que, apesar do seu espírito abolicionista, Ela consentiu e aprovou que as ordens religiosas, modelo de perfeição evangélica, tivessem escravos³⁷⁴.

Portanto, parece razoável que o bispo Dom Macedo Costa tenha preferido o silêncio nos seus escritos em todas as vezes que se defrontava com a questão da escravidão, haja vista existirem práticas na igreja, a exemplo da acusação do padre de seu cabido estar supostamente

³⁷² *Ibid.*, p. 04, 1872.

³⁷³ *Ibid.*, p. 04, 1872.

³⁷⁴ Colaboração IV. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, quinta feira, 14 de dezembro de 1871, n. 278, ano 03, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1871_00278.pdf. Acesso em: 23 mar. 2015.

de posse de menores livre a servir-lhe como escravo, permitir às Ordens religiosas possuírem escravos, ou, coadunar com os senhores em declarar datas equivocadas sobre o dia de nascimento dos ingênuos levados às pias batismais. Em contrapartida, o padre Eutíquio foi apontado por Raymundo Heraldo Maués como possuindo uma postura mais incisiva com relação à defesa de causas republicanas e de causas abolicionistas³⁷⁵ da escravidão. Segundo Maués, isto esteve expresso na transcrição do artigo “O Inimigo Oculto” do jornal da Corte *A República* para o jornal maçônico de Belém *O Pelicano*, em 1872.

Como redator de “O Pelicano”, o padre Eutíquio não só entrou em polêmica com o jornal do bispo, mas também defendeu ideias republicanas e abolicionistas. Em 1º de setembro de 1872 transcreveu artigo da “República”, sob o título de “O Inimigo Oculto”, apontando os três grandes problemas do Império: 1) a questão constitucional da forma de governo, que caminhava para a sua “solução natural na América” (a república); 2) a necessidade da emancipação de escravos, que encontra decidido apoio na própria índole da população do país; e 3) a necessidade de solução para o problema religioso.³⁷⁶

No concernente à abolição da escravidão, podemos argumentar que no correr da década de setenta, a adesão do padre Eutíquio se mostrou mais moderada do que propriamente de ruptura radical com a escravidão, como defende Raymundo Heraldo Maués. O conceito de gradualismo é o defendido por José Maia Bezerra Neto para demarcar as posturas de *emancipação*, que uma vez aliadas ao conservantismo político das elites brasileiras, podemos entender o sentido dos planos reformistas parciais da escravidão, como a indenização aos senhores. Assim, emancipação é o conceito historicamente adequado para falar de crítica e combate à escravidão naquele período (BEZERRA NETO, 2009, p. 22). Posturas notadamente mais radicais foram delineadas a partir do decênio de 1880, em especial, no ano de 1884 com os artigos de Joaquim Nabuco, escritos para o *Jornal do Comércio*, e deles sobressaem falas com vistas a formar campanhas pela a abolição total do regime escravista

³⁷⁵ Sobre a ligação entre o padre Eutíquio Pereira da Rocha com as ideias republicanas não encontramos em nossa pesquisa histórica menção direta à participação do padre nas associações republicanas. A única referência encontrada diz respeito a uma menção feita no romance *O Pajé*, publicado no jornal *A República*, de 28 de janeiro de 1887, a um padre-mestre professor de música do Colégio de Nossa Senhora do Amparo de nome Eutíquio. Não sabemos se esta referência literária foi pensada a partir da memória do padre Eutíquio no universo educacional da província, pois, era grande sua fama como professor-educador, ou uma menção feita pelo autor ciente da simpatia do padre pelas ideias republicanas, o que acho pouco provável haja vista ser o ano da publicação do romance (1887) o padre estar com sete anos de falecimento. Porém não descartamos que possa ser uma relação que possa ter sido plausível, afinal o historiador Carlo Ginzburg demonstra na obra *Os fios e os rastros* ser possível nos textos literários haver um entrecruzamento entre o verdadeiro, o falso e o fictício totalmente possíveis para o conhecimento do passado. Cf. *O Pajé*. In: *A República*, Belém, sexta feira, 28 de janeiro de 1887, ano 01, n.122. Hemeroteca Digital (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/DOCREADER/docreader.aspx?BIB=704440; ROCQUE, Carlos. *A República*, jornal. In: *A grande enciclopédia da Amazônia*. Vol. 05, Belém: Amazônia Editora Ltda, 1968, p.1465; GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros: o verdadeiro, o falso, o fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³⁷⁶ MAUÉS, Raymundo H. *Padres e jornais rebeldes e liberais*. In: *Uma “outra” invenção da Amazônia*. Religiões, Histórias, Identidades. Belém: Cejup, p. 128-129.

estimulados pelo sentimento patriótico (*Ibid.*, p. 12). Como respaldo a esta questão, encontramos em 1879, o padre Eutíquio em sessão da Câmara dos vereadores envolvendo-se mais uma vez com a *emancipação* da escravidão, às vésperas dos primeiros abolicionistas a levantarem-se em favor da abolição total da escravidão, sem a indenização aos senhores.

No dia 04 de julho de 1870, o jornal *O Liberal do Pará* trazia o ocorrido na sessão da vereação neste dia, apresentando as rendas destinadas pelos barraqueiros do Mercado do Ver-o-Peso à Câmara Municipal a fim de formar o pecúlio do escravo Emigídio com o valor de 200 réis, sendo que o valor fixado por sua senhora D. Maria da Glória Lima consistia em 01 (um) conto de réis. Cerca de oito anos depois o escravo Emigídio continuou com o mesmo valor do pecúlio e o padre Eutíquio novamente fez subscrições com o fito de angariar donativos de cerca de 800 réis para o complemento do pecúlio do escravo. Temos o desfecho da lida do padre com a causa do escravo na apresentação do seu requerimento na sessão ordinária, em que ele toma a palavra pedindo a aprovação dos vereadores.

Câmara Municipal de Belém

1ª reunião – 1ª sessão ordinária em 15 de fevereiro de 1879

Presidência do Sr. Dr. Malcher

Requerimentos

O Sr. padre Eutíquio propôs e é aprovado que seja liberto o escravo Emigídio, escravo de D. Maria da Glória Lima, por um conto de réis, tendo de pecúlio duzentos mil réis.

Sendo mais de três da tarde, o sr. presidente levantou a sessão. (...) Escrevi esta ata que vai assinada pelos senhores vereadores presentes: Dr. José da Gama Malcher, presidente; Padre Eutíquio P. da Rocha; Rodrigo da Veiga Cabral, Antônio José d'Almeida Viana; José Evangelista de Faria Maciel.³⁷⁷

Estas ações do padre Eutíquio faz eco ao caráter emancipatório que as ações e discussões em torno da escravidão apresentaram nos anos que se seguiram à Lei do Ventre Livre. O que não pode ser significado somente como o reflexo dos interesses daqueles que se beneficiavam do sistema escravista, isto é, dos grandes latifundiários e a classe senhorial urbana. Em que pese, os reclames pela abolição encaminhada a pequenos passos representava ideologicamente para os liberais, no caso do padre Eutíquio e os padres liberais e maçons como Félix Vicente Leão, ser este o melhor encaminhamento para a resolução da questão servil. Segundo eles, a emancipação deveria perpassar pelo aprendizado da liberdade, tanto

³⁷⁷ Interior: Câmara Municipal de Belém. Jornal *Diário de Belém*, quarta feira, 02 de abril de 1879, ano 12, n. 75, p. 1a. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/222402/per222402_1879_00075.pdf. Acesso em: 25 mar. 2018.

para os senhores quanto para os escravos, cuja mediação devia ser feita pelo viés pedagógico oferecido pela instrução e pela religião (SLENES *apud* COUCEIRO; ARAÚJO, 2003, p.283).

Vicente Salles em *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*, concebeu a abolição construída pela ação dos liberais ligados aos círculos governamentais, concomitante à agência das ligas emancipadoras e iniciativas populares. O historiador aponta que a ação governamental fora eminentemente limitada, os quais se destacam a prática do resgate e da formação dos pecúlios codificados na legislação com a lei do ventre livre. Todavia, a formação do pecúlio escravo através de donativos e subscrições era prática recorrente na Câmara Municipal de Belém ainda no ano de 1870, cujas rendas provinham daquelas destinadas pelos barraqueiros do Mercado Público do Ver-o-Peso, das iniciativas dos vereadores (SALLES, 1971, p. 286-287), sobremaneira dos maçons, sendo o padre Eutíquio um dos que mais propunham requerimentos nas sessões pedindo para angariar rendas em subscrições que, segundo Élson Monteiro, podiam ser conseguidas na Maçonaria (MONTEIRO, 2016, p. 151-158).

Em comparação com as ações governamentais em prol da emancipação escrava, a Câmara Municipal de Belém e outras freguesias, a exemplo de Santarém, Cametá, Vigia, Bragança tiveram atuação bastante demarcada, com ênfase para a Câmara de Belém, que deu manumissão a um número maior de escravos do que o governo da província (SALLES, 1971, p. 289). Talvez seja este um reflexo das campanhas populares, e aqui evidenciamos os barraqueiros do Mercado Público do Ver-o-Peso, figurar entre eles, destinando suas rendas para a Câmara concedendo as manumissões de 44 escravos entre os anos de 1877 a 1880.

Depois da lei do ventre livre, o próprio ato do alcance da liberdade expresso no ganho das cartas de alforria foi invariavelmente acompanhado de festas, que podiam ser festejos de batismos católicos, festejos realizados pela maçonaria, eivados pelo sentido religioso de caridade da igreja, e filantrópico da maçonaria, em clara demonstração do sentido que as festas possuíam para os promotores delas, consistindo em ser um momento de “regeneração espiritual” para o escravo tornado liberto (NEVES, 2009, p.14).

Noticiário - **Loja C. Harmonia** (Á Rua da Indústria) – Teve lugar na noite de 24 do corrente a sessão magna de posse das Dignidades e Oficiais da Loja Capitular Harmonia, á rua da Indústria. (...) Depois do ato solene da posse, seguiu-se um outro que não é menos digno de menção – a prática da beneficência – (...) Duas menores escravas, foram introduzidas no templo pelo Venerável que acabava de depor o malhete, e das mãos de seu substituto receberam *o batismo da purificação da*

matéria [grifo nosso], quebrando assim mais dois elos da cadeia férrea da escravidão³⁷⁸.

Nisso, entrevemos ser a emancipação da escravidão, para estes dois padres Eutíquio e Félix, assim como ao laicato liberal e maçom, pensada enquanto um projeto de longo prazo de educação senhorial (CHALHOUB, 2011, p.132), com vistas a tornar o antes escravo “agora livre, e amanhã cristão”. Bezerra Neto ressalta que as reformas pensadas para a instituição da escravidão visavam gradualmente a construir uma sociedade moderna e civilizada em seus costumes, mas, ao passo que a modernidade pode ser visível através da modernização da estrutura burocrática do Estado, das inovações tecnológicas para a sociedade através do navio a vapor, das técnicas da imprensa, dos melhoramentos urbanísticos. Essa sociedade em vias de modernização é sumamente conservadora e excludente, no sentido de que uma vez emancipado o escravo queria-se um Império branco, à moda europeia, segundo o autor “não havendo lugar para a inclusão da cultura negra e/ou africana na civilização brasileira” (BEZERRA NETO, 2009, p. 32).

Essa premissa de Bezerra Neto faz eco às análises de Robert Slenes sobre aos programas dos liberais brasileiros levados a efeito no ano de 1879, ano especial por tratar-se dos 08 anos de vigor da Lei do Ventre Livre (sancionada em 1871). Àquela altura, os ingênuos nascidos livres eram uma geração que contava 08 anos de idade, e segundo a lei dispunha, esse era o momento dos senhores se decidirem a manter os ingênuos sob sua tutela assegurando-lhes a educação ou encaminhar os ditos menores para a tutela do Estado. Esse é um momento de efervescência entre os liberais, pois, seguindo a ótica liberal da civilização e progresso moral, devia-se disponibilizar a estes menores a educação que lhes permitisse aprender estes estágios para alcançar o sentido pleno de liberdade. Na província do Pará, os liberais, dentre eles o padre Eutíquio, lançam projetos de educação correlatos à causa da emancipação, desde a fundação da Colônia de Nossa Senhora do Ó em 1859. Igualmente, nos relata Vicente Salles ser o padre liberal Félix Vicente Leão e o conservador João Diogo Clemente Malcher, os defensores dos programas de instrução de escravos (BEZERRA NETO, 2009, p. 238). O padre Félix fundou em 1871 a Escola Noturna para Adultos Escravos, em associação com três cidadãos Henriques João Cordeiro, Manuel Fonseca Bernal e João José Nogueira, a mesma funcionava no Colégio Santa Maria de Belém e ofertava aos escravos aulas de leitura, escrita e aritmética (SALLES, 2004, p. 212).

³⁷⁸ Noticiário. Jornal *O Pelicano*, Belém, quarta feira, 27 de junho de 1872, n. 02, ano 01, p. 04. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/222402/per222402_1872_00002.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

O padre Eutíquio esteve engajado em sociedades emancipadoras de caráter filantrópico, de acordo com as análises de José Maia Bezerra Neto. Ele esteve militando pela causa emancipadora junto ao advogado conservador Samuel Wallace Mac-Dowell na sociedade *Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos*, fundada pelo tipógrafo conservador Carlos Seidl, que anunciava as atividades da associação no jornal *Diário de Belém*, cujo dono era o conservador Antônio Francisco Pinheiro. A *Associação Filantrópica* agremiava nomes conservadores e liberais da elite paraense. Elson Monteiro assinala ser esta uma associação emancipadora fundada em 1869, tendo grande receptividade na sociedade belenense, sendo os maçons os principais sujeitos à frente desta sociedade a desenvolver o apoio sistemático à causa emancipadora, como o padre Eutíquio, Samuel Wallace Mac-Dowell, José da Gama Malcher, atuando com dinheiros arrecadados em prol da compra de manumissões, recendo doações até da Real Sociedade Japonesa (MONTEIRO, 2016, p. 134).

Houve embates políticos entre liberais e conservadores no interior da *Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos*, que segundo Bezerra Neto contribuíram sobremaneira no insucesso da sociedade filantrópica, pois, à época, os liberais eram os detentores do poder econômico e o acesso à gestão dos recursos públicos, além de prestígio político. No que os jornais de oposição *O Liberal do Pará*, tinha no articulista o padre Félix Vicente Leão a apontar o abandono dos homens de prestígio liberais na agremiação, provocando o esvaziamento das boas ofertas que garantiriam a reprodução e a razão de ser da sociedade filantrópica, garantindo o insucesso dos conservadores na militância pela resolução da questão servil (BEZERRA NETO, 2009, p.238-239).

Segundo amplia José Maia Bezerra Neto, as iniciativas filantrópicas da elite e da sociedade foram de suma importância para a abolição, cabendo à sociedade civil as iniciativas mais decisivas em relação à emancipação, vide a sociedade brasileira reivindicar para si o papel emancipador. Vicente Salles elenca também as ações governamentais e aqui destaco esta *múltipla* função social de homens como padre Eutíquio que foram componentes da sociedade civil. Ao mesmo tempo em que foram padres católicos, membros de agremiações emancipadoras, professores de Seminário e educandários públicos, escrevinhadores de jornais, ao mesmo tempo foram vereadores a deliberar ações governamentais pela emancipação, a exemplo da compra de manumissões antes da sanção da Lei do Ventre Livre.

A Câmara de Vereança de Belém realizou diversos festejos públicos com vistas ao mesmo tempo aliar a vivência da religião, a valorização dos símbolos e signos da Monarquia,

sendo um dos festejos a imbricar as ações em prol da emancipação da escravidão, criando o sentimento de pertença a uma nação católica. De acordo com Bezerra Neto, as festas públicas funcionavam como a garantia da ordem no imaginário coletivo, e durante a virada da década de 1860 para 1870 foram realizadas muitas delas, com o motivo de comemoração do final da Guerra do Paraguai (BEZZERA NETO, 2009, p. 332). O maior conflito do continente sul-americano, explodindo depois de séculos de conflito na região do Rio Paraguai. Esta guerra recrutou soldados entre a população pobre do Império, constituindo na província do Pará através da iniciativa dos liberais, o alistamento compulsório dos escravos na gente de guerra para figurarem como os voluntários da Pátria, mobilizando também o Imperador D. Pedro II como o voluntário número 01.

4.2 – “Que se festeje a terminação da Guerra com um *Te Deum* e sermão”

Descontentes com a pouca autonomia política representada pelo unitarismo somado aos anseios pela ampliação da cidadania política, restringida com a Constituição de 1824, estouraram revoltas populares de norte a sul do Império durante a Regência: a Cabanagem na província do Pará e nas fronteiras com a Guiana Francesa, o Maranhão e Piauí (1835-1840), a Balaiada no Maranhão e nas regiões fronteiriças com o Piauí (1838-1841), a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Revolução Farroupilha nas províncias do Rio Grande do Sul, parte da província de Nossa Senhora do Desterro e região platina (1835-1845) e a Revolução Praieira em Pernambuco (1848).

Concomitante a estas revoltas existiam disputas nas fronteiras com os estados platinos: na República do Paraguai, pela navegação e o controle do Rio Paraguai e sua intervenção na questão das fronteiras com o Uruguai, crescentemente reivindicado pelo lado paraguaio, que vivia uma época de modernização de sua estrutura administrativa, levadas a efeito pelo presidente Carlos López e depois com o seu filho em 1862, Solano López (DORATIOTO, 2002, p. 39).

Com o avanço do crescimento econômico paraguaio, o Imperador D. Pedro II declara guerra em 1864 após o seu rompimento com o lado brasileiro e seu ultimato dado pela sede do governo em Assunção à Montevideu. Após este estopim, o Brasil eminentemente recebe o apoio da República da Argentina e do Uruguai, ambas situadas na região platina. Por todo o Império brasileiro, as falas ministeriais e parlamentares insistem em relutar na possibilidade de ser deflagrada uma guerra, evento que acaba tornando-se crível pela sociedade brasileira após o ataque à província de Mato Grosso em 22 e 24 de dezembro de 1864 (DORATIOTO,

2002, p. 99). Os discursos dos Ministros brasileiros então buscam denunciar a *invasão* e acender no povo o ardor patriótico, sedimentado na valorização do sentimento de brasilidade (*Ibid.*, p. 99), levados a efeito no processo construção da identidade nacional ao longo da primeira metade do século 19, através da fundação de instituições responsáveis pela construção da história e da memória nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Arquivo Nacional (1838) e a Academia Imperial de Belas Artes (1826). Esta última, a academia de artes a incentivar a reconstrução pictórica de momentos-chave da gênese do Estado-Nação brasileiro, e da sua supremacia na Guerra do Paraguai, através da representação em pintura das batalhas nos quadros do pintor Victor Meirelles, sendo dois deles: o *Combate Naval do Riachuelo* (1883), obra encomendada pelo Ministro da Marinha, Afonso Celso de Assis Figueiredo em 1864.

A campanha do Brasil na Guerra do Paraguai, iniciada em 1864, careceu do recrutamento compulsório de homens livres e escravos da nação, com a garantia de manumissão após o fim da Guerra, por todo o Império e com a iniciativa dos conservadores e do Ministério Liberal de Zacarias de Góes, em vigor até 1868. O recrutamento compulsório foi implantado em quase todas as províncias do Império. Em que pese, a província do Pará estava inclusa neste rol (COSTA, 2010, p. 47-49).

Vicente Salles argumenta que na província do Pará, a política do recrutamento foi encabeçada pelos liberais quando estes alçaram o poder nas Câmaras Municipais após o ano de 1862. As campanhas pelo recrutamento deram-se, segundo Salles, ao longo do interior da província, singrando rios e adentrando as povoações das florestas mobilizando os homens do sexo masculino a compor as tropas do Exército brasileiro (SALLES, 1971, p. 277) para lutar ao lado das tropas argentinas e uruguaias na região do rio Paraguai, contra o avanço do ditador do Paraguai Solano López na região sudeste do continente sul-americano, após o rompimento dele com o Império e o ultimato dado a Montevideú (DORATIOTO, 2002, p. 60).

Lilia Schwarcz demonstrou que as campanhas para o recrutamento militar estimulavam arregimentar os escravos com as promessas de conseguirem as cartas de alforria quando a guerra chegasse ao seu fim, mobilizando o próprio Imperador Dom Pedro II enquanto o “voluntário número 1”, que àquela altura tomou as rédeas da Guerra juntando-se em campanha ao Ministro da Guerra, Ângelo Ferraz, o Barão de Uruguaiana (SCHWARCZ, 1998, p. 624). Porém, os conflitos políticos surgidos nas províncias no Brasil durante a

regência pediam a reavaliação do modelo centralista configurado na Constituição de 1824 e revalidado no Ato Adicional de 1834, em que a estrutura administrativa do Estado brasileiro prescindia da autonomia política das províncias. Em contrapartida, centralizava as decisões do Imperador D. Pedro I, e posteriormente nas mãos dos homens da regência partindo da sede do governo, Corte Imperial, autônoma, inserida, mas, independente da província do Rio de Janeiro. Na época da Guerra, esses conflitos reascenderam-se na forma da questão servil, pois, muitos escravos fugidos alistaram-se nas fileiras do Exército, e ao fim da Guerra os senhores que tentavam recapturá-los se viram às turras com as autoridades que tentavam garantir a liberdade dos escravos e também digladiaram-se com a opinião pública que condenava as atitudes dos senhores (COSTA, 2010, p. 48).

No Pará, segundo aborda o historiador Marcio Couto Henrique, a administração na pessoa do presidente da província Couto de Magalhães (1864-1866) adotou a política de recrutamento militar sertões amazônicos adentro (HENRIQUE, 2003, p. 16), arrematando homens livres pobres e escravos. Estes últimos como categoria essencial, haja vista que àquela altura figurava nos debates do Parlamento a solução do problema da escravidão, formando tropas qualificadas nos discursos oficiais como os Voluntários da Pátria, em prática semelhante ao ocorrido em todas as províncias do Império (SALLES, 1971, p.277). Os escravos da nação, isto é, os escravos pertencentes às fazendas da Corte Imperial e aqueles escravos provenientes das ordens religiosas foram os primeiros a serem oferecidos para recrutamento da administração provincial. Vicente Salles enuncia que os jornais noticiaram com regularidade a quantidade de escravos recrutados nas freguesias do interior da província (*Ibid.*, p. 279).

A mobilização de Couto de Magalhães para formar as fileiras do Exército brasileiro com escravos negros nas campanhas de guerra foi alvo de críticas dos liberais paraenses, segundo aborda Vicente Salles, que através dos jornais atacavam a política de recrutamento de Couto de Magalhães. Ele, em contrapartida, retrucou no órgão oficial da administração, o *Jornal do Pará*, do dia 27 de dezembro de 1866.

Esforçando-se por desvirtuar a medida tomada pelo governo, esquece o órgão da comissão central da província que da província do Pará já seguiram AO LADO dos VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA não menos que 15 desses indivíduos, que o LIBERALISMO do *Jornal do Amazonas* quer condenados ao eterno aviltamento pelo infortúnio de seu nascimento.³⁷⁹

³⁷⁹ *Jornal do Pará*, 27 de dezembro de 1866, Belém, ano 05, n. 37, p. 01, *apud* SALLES, 1971, p. 279.

O liberalismo foi ideologia comum aos dois partidos do império, o Liberal e o Conservador. Possivelmente, Couto de Magalhães antes de transferir-se para a província do Mato Grosso (HENRIQUE, 2003, p. 43) àquela altura afinava-se com as propostas que conservadores tinham para a resolução da questão servil, mais do que propriamente a dos liberais representados pelo *Jornal do Amazonas*, acusados por ele de protelarem as ações pela resolução da questão servil.

Em 1866, após a vitória na batalha do Riachuelo, a imprensa brasileira traz á baila a representação do que se pensava sobre a política no Paraguai, como uma república de tirania, lugar de opressão do povo e despotismo, ao passo que os jornais procuravam exaltar o regime monárquico brasileiro e sua opção pelo liberalismo, em detrimento da forma de governo praticado pelo adversário do Brasil na guerra, o Paraguai. Conforme observamos na transcrição feita pelo jornal *Diário de Belém*, de uma correspondência vinda da Espanha e publicada no periódico *Diário Oficial*, da Corte.

No *meeting* provocado por Oreuse foi prestada uma legítima homenagem ao liberalismo do governo brasileiro. Um dos oradores, o sr. Martos (...) sustentou que (...) era preciso ater-se mais á coisa do que ao nome (...), e que valia muito mais a uma monarquia democrática e liberal como a do Brasil do que uma República como a do Paraguai, cujo governo era mais opressivo da tiranias, a ditadura mais absoluta.³⁸⁰

Por volta de 1867 os ânimos já começam a esperar pela terminação da Guerra do Paraguai. Um ano depois, ocorre na província do Pará a sanção do Decreto Provincial número 553, de 25 de setembro de 1868, que dispunha sobre o dispêndio por parte da presidência da província das quantias de 20:000\$000 (vinte contos de réis) para festas de regozijo público e atos de beneficência, assim que a notícia do final da Guerra do Paraguai chegasse pelos vapores até a província do Pará. Possivelmente desde a assinatura deste decreto, feito pelas mãos do ainda vice-presidente da província Antônio de Lacerda Chermont, tornado Visconde do Arari, calculava-se que o final da guerra estava próximo. Talvez, para o mesmo ano de 1868, segundo imaginavam o presidente e os deputados provinciais do Pará. Todavia, a Guerra do Paraguai ainda consumiu mais dois longos anos para conhecer o seu término.

Artigo 1º o Presidente da Província fica autorizado a despender até a quantia de vinte contos de réis em festas de regozijo público e atos de beneficência, quando receber a notícia da terminação da guerra contra o governo do Paraguay.

³⁸⁰ Justiça devida. *Diário de Belém*, Pará, sexta feira, 11 de dezembro de 1868, ano 01, n. 104, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoriabn.br/pdf/222402/per222402_1868_0014.pdf. Acesso em: 22 jun. 2019.

Artigo 2º Entre os atos de beneficência deverá ser contemplada de preferência a manumissão de algumas crianças escravas do sexo feminino.³⁸¹

A Câmara Municipal do Pará, já composta de maioria liberal, noticia através do jornal oficial do Partido Liberal, *O Liberal do Pará*. Sua sessão de 23 de abril de 1870 assinala que o decreto assinado em 1868 ainda vigorava. Os vereadores passaram a deliberar as quantias para a realização de festejos públicos pelo final da Guerra, uma vez que a Tríplice Aliança formada pelo Império do Brasil e as Repúblicas da Argentina e Uruguai saíram vitoriosos do conflito, submetendo o Paraguai a sanções. Além da destruição do estado nacional paraguaio e a alta mortalidade populacional causada pelas batalhas (SCHWARCZ, 1998, p. 653).

Presentes os senhores vereadores Pontes, Danin, padre Eutíquio, padre Félix, Cabral, Pantoja, o senhor presidente [José da Gama Malcher] abre a sessão, às 11 horas e três quartos.

É posto em discussão.

O sr. presidente, tomando a palavra, diz: que quanto a 1ª parte do ofício, propõe que se festeje a terminação da guerra com um *Te Deum* [grifo nosso] e sermão; que nisto pode gastar-se 2:000\$000 [dois contos] sendo 1:100\$000 [um conto e cem] autorizado para a música, que se obriga a fazer o maestro Gurjão pagando-lhe a Câmara 600\$000 [seiscentos] réis pelo aluguel de um *Te Deum*, composto especialmente para esta ocasião, e 500\$000 [quinhentos] pela sua execução, ficando os 900\$000 [novecentos] réis que restam para a cera e outras solenidades exteriores (...).³⁸²

Tanto a vice-presidência quanto a câmara de vereança mantinham relações de sociabilidade e conflito, uma vez que foi o Barão de Arari, Antônio de Lacerda Chermont a assinar a portaria de exoneração do padre Eutíquio Pereira da Rocha do Seminário Episcopal, em acato ao pedido do bispo D. Antônio de Macedo Costa, em julho de 1866. A câmara de vereação fora eleita no ano de 1869, estava composta em sua maioria por nomes liberais, e nela estava o padre Eutíquio a deliberar sobre os festejos pela terminação da Guerra do Paraguai. Redistribuindo as rendas de modo a viabilizar a execução de um *Te Deum Laudamus*, ou seja, cerimônias públicas de execução de conjuntos de hinos sacros entoados em louvor a Santo Ambrósio ou Santo Agostinho, muito praticadas nas festas cívicas do Império brasileiro, sobremaneira no dia 02 de dezembro, o aniversário do Imperador D. Pedro II. Sob a influência da tradição do Padroado Régio, instituído desde os tempos coloniais, a igreja estava atrelada à Coroa de Portugal na realização da colonização da América

³⁸¹ BRASIL, Lei n. 553, de 25 de setembro de 1868, tomo XXX, 1868, pt. 01, p. 10-11. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1869, (Coleção de Leis da Província do Grão-Pará). (Obras Raras - Biblioteca Pública Arthur Viana). Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-43-03/collecao-das-leis-da-provincia--do-gram-para-tomo-xxx-primeira-e-segunda-parte>. Acesso em: 19 jun. 2019

³⁸² Interior: Câmara Municipal de Belém. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, 14 de setembro de 1870, ano 02, n. 204, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704555&pesq=ano+2. Acesso em: 25 out. 2014.

Portuguesa, conquistando espiritualmente vassallos para o rei de Portugal (FILHO, 1939, p. 05). Ao final da época colonial e na posterior formação do aparelhamento do Estado durante Independência e depois na Regência, a igreja continuou unida ao trono dependendo dela para garantir o beneplácito imperial, retificando a validade das bulas papais direcionadas de Roma através do aval dado pelo Imperador D. Pedro II.

Sob a influência do Padroado Régio, Estado e Igreja estavam unidos na reprodução simbólica do regime através da exaltação de símbolos e signos da Monarquia, intermediada pela experimentação da religião católica pelo rebanho (NEVES, 2002, p. 123). Os padres católicos, e padre Eutíquio não foi uma exceção, foram os agentes que garantiram a vivência do Catolicismo pelos fiéis como forma de reprodução simbólica da Monarquia. Sendo nas festas públicas, comumente executados o *Te Deum Laudamus* seguido de sermões religiosos católicos enquanto exemplo de valorização do sentimento religioso, de patriotismo, da figura do Imperador, e amplamente da Ordem imperial em si mesma, segundo reitera José Murilo de Carvalho, tendo os padres como os matizes da ordem (CARVALHO, 2007, p. 139).

O decreto de número 553 de 25 de setembro de 1868 também trazia em seu conteúdo que as quantias destinadas aos festejos públicos também poderiam ser direcionadas aos atos de beneficência. Percebemos que o padre Eutíquio enquanto um vereador da Câmara Municipal também esteve presente nos debates entre os vereadores sobre a destinação de parte das rendas dos festejos para a manumissão de escravas do sexo feminino.

Que 1:000\$000 (um conto de réis) autorizado pela presidência fique reservado para ser aplicado na liberdade dos escravos do sexo feminino, que sejam pagãos para que tenha também lugar a sua regeneração espiritual no dia de sua liberdade que deve ser no mesmo dia do *Te Deum*.³⁸³

A razão desta preferência em alforriarem-se escravas do sexo feminino foi demonstrada por José Maia Bezerra Neto, e consistia em solucionar a questão servil por meio da supressão do cativo por via geracional, isto é, uma vez libertas essas escravas não gerariam mais filhos, nascidos sob o jugo da escravidão, uma vez que, o filho da escrava era propriedade do senhor. Além disso, a população escrava do sexo feminino perfazia a metade da população (BEZERRA NETO, 2009, p. 211). Esta premissa é a mesma da legislação emancipatória da época, uma vez que a própria Lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, trazia em seu cerne a problemática da supressão da escravidão viabilizada por meio da libertação do ventre.

³⁸³ *Ibidem*, p. 01, 1870.

A Guerra do Paraguai provocou abalos por todo o Império, trazendo á baila a questão da resolução servil viabilizado pela inclusão de escravos nas tropas do Exército brasileiro com a promessa de manumissão aos que dela retornassem, e como bem apontou Lilia Schwarcz, as discussões sobre a raça perpassaram a época da guerra do seu início ao final, uma vez que a presença de escravos negros nas tropas brasileiras ocasionou pilhérias por parte do governo paraguaio. Tal fato foi igualmente canalizado para a imprensa paraguaia que através de caricaturas que desdenhavam das tropas brasileiras, alcunhando-as como compostas por “macacos”, em clara gênese da acepção sobre a raça e teses do racismo científico, levados a efeito nos debates no decênio de 1870 (SCHWARCZ, 1998, p. 640).

Reiteramos haver nestas festas públicas o espaço para a vivência da religião católica proporcionada pelos batismos das mulheres escravas pagãs, cujo objetivo residia em ser aquele o momento da regeneração espiritual do escravo, isto é, de acordo com Mary Karasch, desde a colonização pelo ato do batismo o escravo adentrava ao universo religioso católico, podendo assim casar-se, tomar o sacramento da comunhão, confessar-se e formar irmandades negras junto a remanescentes étnicos (KARASCH *apud* PINTO, 2010, p.31). Nisto reside o sentido de “regeneração espiritual” atribuído pela mentalidade senhorial e igualmente estimulado pela ação da igreja, que está totalmente ingressa na burocracia do Estado liberal, cujos exemplos foram os dos dois padres liberais na Câmara Municipal de Belém, o padre Eutíquio, suspenso das ordens eclesiásticas desde 1866, mas, continuava a sentir-se enquanto um católico, e o padre Félix Vicente Leão, outro padre liberal e emancipacionista.

4.3 – “O venerando vereador padre Eutychio e suas judiciosas opiniões”

As eleições vencidas pelos liberais no alvorecer dos anos sessenta nos permitem estabelecer uma continuidade na luta com os conservadores, permanência no poder e ações na sociedade. As formações das Câmaras de vereança foram o *lócus* por excelência de visualização da atuação dos liberais e conservadores na capital Belém durante do século 19. A Lei de 1º de outubro de 1828, ou lei das Câmaras de Vereação, sancionada por D. Pedro I, deu forma às Câmaras Municipais instruindo sobre suas funções administrativas, os processos para sua composição por meio das eleições, bem como as eleições para Juizes de Paz (DIAS, 2012, p. 86). No entanto, suas funções resumiam-se a atividades essencialmente administrativas, deixando de parte jurisdições de natureza contenciosa, o que nem sempre foi seguido à risca nas províncias de norte a sul do Império (*Ibid.* p. 68).

Com o Decreto de Anistia de 22 de julho de 1840, concedido pelo governo imperial aos presos cabanos, alguns ex-líderes (como Eduardo Angelim) retornaram à província do Pará somente 10 anos depois, ocasionando na década de 1850, o regresso dos liberais, e a reformulação dos jornais de identidade política liberal moderada, em processo simultâneo à estruturação partidária dos dois partidos políticos ligados aos da Corte, o Partido Liberal e o Partido Conservador. Nessa conjuntura, esses agentes políticos formaram os dois partidos da província, possuindo estreita relação com os políticos correligionários na Corte Imperial, após a Maioridade (LIMA, 2016, p. 294).

De acordo com Rosa Lourenço Arraes nos vinte anos após o fim da Cabanagem, a cidade de Belém se reestruturava dos impactos da revolução, reconstruindo-se das destruições causadas pelas lutas e a dizimação da população. O presidente da província do Pará, Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque reconhecia em relatório do ano de 1860, haver a necessidade da construção de um edifício onde fosse possível funcionar as corporações e repartições provinciais, que careciam de um local próprio e higiênico e com acomodações compatíveis com as funções públicas (ARRAES, 2019, p. 59). É nessa data que foi posta a pedra fundamental para o início da construção do Palácio Provincial, tendo como o construtor do projeto arquitetônico, José Coelho da Gama Abreu. De acordo com Arraes, Gama Abreu foi um homem interessado pelas artes, um gestor público que ao final de sua função pública como presidente de província em 1879 (ROCQUE, 1968, p. 39), recebeu do Imperador D. Pedro II, o título de Barão de Marajó. Sendo que foi ele, segundo fontes materiais – as moedas comemorativas – o político a delinear e executar o projeto do Palácio Provincial (ARRAES, 2019, p. 59-60).

Na época das lutas cabanas levadas a efeito em Belém, a Câmara Municipal sofreu o esvaziamento de seus componentes, haja vista a maioria dos membros da vereança ter fugido da capital temendo o avanço da revolução. Outros deles morreram pelas mãos dos soldados cabanos, e daqueles que decidiram permanecer na cidade, demonstra Ernesto Cruz que eles fizeram os relatos sobre o abandono e a destruição dos edifícios da administração pública, assim como a dispersão dos documentos oficiais. E no caso específico da Câmara Municipal, estavam as atas de sessão, os documentos das rendas da Alfândega, do Mercado Público do Ver-o-Peso, e aqueles trocados com o Palácio do Governo da província (CRUZ, 1973, p. 168). Após a repressão da Cabanagem na capital pela ação das tropas da legalidade, comandadas pelo Major Francisco Soares Andréa a partir de 1836, ocorre a rearticulação dos cabanos para as paragens do interior da província, ao longo dos grandes rios, unidos em

estratégia de guerrilha (LIMA, 2016, p. 191). Com a reconquista de Belém cerca de quatro anos mais tarde, no ano de 1840, a cidade ressentiu-se do saldo de mortes altíssimo da população do sexo masculino, deixando no perfil demográfico somente as crianças e as mulheres, majoritariamente. Além da destruição urbana deixada pelas batalhas (*Ibid.*, p. 212).

Segundo Ernesto Cruz, a reestruturação da Câmara Municipal do Pará aconteceu logo após a repressão à Cabanagem, passando a sobreviver com as rendas advindas da tributação sobre o Mercado Público do Ver-o-Peso, até a extinção do mercado ter sido decretada pela lei número 22 de 28 de setembro de 1839, pelo liberal Bernardo de Souza Franco (CRUZ, 1973, p. 169). A tributação sobre o comércio de gêneros alimentícios nas barracas do Ver-o-Peso continuou a ser algum dos canais de renda para a Câmara de vereação na década de 1850. Evidenciamos na primeira legislatura de padre Eutíquio (iniciada em 1857) que por volta de 1859, a questão da tributação dos mercados públicos impulsionou os vereadores a formar comissões, de modo a fiscalizar as tributações sobre o comércio dos gêneros alimentícios.

A *Época* [jornal] não sofre quando vê o dinheiro entrar em uma algibeira que não seja a sua, diz o Revdo. padre mestre, e acrescenta que essa é a razão dessa mudança de tom, desse atrevimento que somente nota quando ela trata do mercado, (...) **“Tanta fome de dinheiro, explica o furor excepcional na questão do mercado?”**[grifo dele] Falais o Revdo. Padre Mestre, **em fome de dinheiro?** [grifo dele] Não terá lugar aplicar-vos aquele rifão - Estais falando em cordas na casa de ladrão? Não refletis que vos podem dizer, que o furor sedento de dinheiro vos arrancou lá do sofá baiano para virdes lançar-vos às belas tetas na embrutecida Belém Paraense, que tão venturosa foi na aquisição de uma das primeiras capacidades brasileiras para mestre exemplar de seus filhos?³⁸⁴.

A polêmica girava em torno do dinheiro provindo da tributação dos mercados públicos sob a fiscalização das comissões instituídas pela Câmara Municipal, composta por vereadores responsáveis por fiscalizar os impostos decorrentes do comércio de gêneros alimentícios. Essas comissões, invariavelmente, compostas pelos conservadores defendiam-se no jornal de oposição *A Época* das queixas de corrupção, no concernente às fiscalizações que frequentemente e supostamente eram creditadas ao padre Eutíquio e aos articulistas do jornal *Diário do Comércio*.

Sidiana da Consolação Macêdo explicita que existiam no século 19 diversos logradouros em Belém voltados para a compra e a venda de alimentos que compunham a alimentação da população. Dentre eles, havia o Porto do Sal onde se podiam comprar açaí e

³⁸⁴ O sr. padre Eutychio e seus homúnculos. *A Época*, Belém, quarta feira, 26 de janeiro de 1859, ano 02, n. 20, p. 03. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/720828/per720828_1859_0020.pdf. Acesso em: 24 set. 2014.

farinha, a Docca do Ver-o-Peso, a Docca do Reduto e o Curro Municipal, para onde eram levados os gados a serem abatidos (MACÊDO, 2009, p. 36).

Antes de tudo, a troca de acusações entre os jornais *A Época* e o *Diário do Comércio* foram eminentemente políticas, uma vez que o jornal *A Época* era reproduzido na tipografia do jornal *O Observador* (SECDT, 1985, p.44). Periódico cujo proprietário foi o doutor José Ferreira Cantão, político ligado ao Partido Conservador da cidade de Belém. O que nos leva a crer que seus articulistas acusados pelo padre Eutíquio de praticar a fraude na fiscalização das rendas advindas dos mercados, fossem ligados ao círculo conservador. Afinal, na época estavam nomes como José Lourenço Paes e Souza no corpo de vereadores.

Os conservadores, em contrapartida, defendiam-se da acusação de ambição, enfatizando que o padre Eutíquio migrou para a província do Pará supostamente movido também pelo amor ao dinheiro. Por esta forma, as batalhas políticas levadas a efeito nos dois jornais ao correr da década de 1850, foram expressões de disputas entre os liberais e os conservadores, que se tornaram mais fortes no alvorecer da formação da vereação majoritariamente compostas por liberais, eleitos ainda no ano de 1861.

O padre Eutíquio já havia iniciado seus trabalhos na Câmara Municipal ainda no ano de 1857, junto aos liberais: José da Gama Malcher e o capitão José do Ó de Almeida, Rodrigo da Veiga Cabral, Tenente coronel Antonio Pereira da Silveira Frade e o capitão Francisco Henriques de Mattos, demarcando um processo de retorno dos liberais ao poder político da província, concomitante à rearticulação do grupo político liberal moderado desestruturado durante a Cabanagem, em consequência das prisões e desterro dos líderes cabanos para as outras províncias por 10 anos, a exemplo de Eduardo Angelim que passou pouco tempo na Corte e acabou sendo degredado para Pernambuco e, em 1850, findo o período sancionado pela anistia pôde voltar a Belém (RICCI, 2007, p. 27).

Além das questões relativas às rendas dos mercados públicos, segue-se nos anos cinquenta, o processo de retorno dos liberais à província do Pará e a reorganização dos jornais de identidade política liberal e conservadora. E na década de 1860, ocorre a alternância dos partidos políticos, liberal e conservador no Paço da Câmara, que concorrem às primeiras eleições na Câmara Municipal de Belém. Os liberais vitoriosos deram vazão ao processo de especulação imobiliária e de reforma urbana, com melhoramentos das vias públicas com o calçamento das ruas destruídas entre 1835 a 1837 pela ação e repressão aos cabanos, que

segundo Maria de Nazaré Sarges contribuiu para o enfraquecimento da economia e também provocaram transformações no espaço urbano (SARGES, 2010, p. 80).

Maria de Nazaré Sarges atesta através dos relatos dos viajantes que passaram por Belém, em meados do século 19, ser o crescimento da cidade no concernente à área, população e densidade, fator que orientou o olhar viajante para o novo aspecto da cidade (*Ibid.*, p. 82). A historiadora aponta que os anos de 1840 a 1920 foram marcados pela alta atividade de extração e comércio da borracha, que com o avançar dos decênios de 1860 a 1870, passou a ser a principal atividade econômica da região. Em decorrência disto, Sarges aponta que à medida que essa economia vai instalando-se, novos contingentes populacionais chegam à cidade, imprimindo a abertura e a transformação na paisagem urbana da capital (*Ibid.*, p. 82-85).

As rendas provindas dos tributos alfandegários, de comércio de alimentos, e em menor escala, do excedente da economia da borracha foram sendo canalizados para a Câmara Municipal de Belém para a conseqüente transformação em investimentos públicos no setor urbano (*Ibid.*, p. 85). Todas as rendas obtidas com o comércio da borracha passavam pelas mãos dos vereadores, onde nos meados dos anos 50 esteve sendo estruturada com identidades políticas liberais e conservadoras. Porém, nas eleições dos anos 1860, as vitórias alternavam-se ora majoritariamente liberais na Câmara, ora majoritariamente conservadoras na Assembleia Provincial.

A intendência, isto é, a presidência da Câmara Municipal do Pará (como foi chamada no documento das atas) esteve entre 1853 e 1870 nas mãos do doutor José da Gama Malcher, político identificado com o Partido Liberal. Ele apresentou ao longo de todo este período, propostas e deliberações para o voto dos vereadores em assuntos, que faziam parte da ordem do dia na sociedade brasileira oitocentista na época, os quais foram: concepção de modelos de sociedade materializados sob a forma de colônias agrícolas.

A principal da época foi a Colônia de Nossa Senhora do Ó, feita a partir da iniciativa do capitão José do Ó de Almeida em conjugar capitais particulares e públicos para a criação da colônia, apoiada por sujeitos identificados com o Partido Liberal, dentre eles o padre Eutíquio, como forma de experimentação de criação de uma sociedade livre do uso do trabalho escravo, sustentada somente com a atividade agrícola e o experimental uso do beneficiamento proto-industrial. Em suma, uma colônia agrícola movida pelo braço imigrante,

essencialmente branco e submetido ao poder disciplinar (FOUCAULT, 2013, p. 212) pela ação da escola e igreja.

Seguindo a ótica liberal, pelas normas de instrução obtida na escola da colônia sob a regência do professor Antonio Jozé Pereira Lisboa e coordenada pela vivência da religião católica, ambas tinham o papel de ser a pedagogia ordenadora daquele mundo, ou melhor, daquele tipo de sociedade ansiada por aqueles liberais.

Após o insucesso com a experiência da empreendida pelo capitão José do Ó de Almeida, as ações da Câmara Municipal do Pará se voltam nos anos sessenta para a modernização urbana. Assim, temos na legislatura de 1861 a 1864, a segunda legislatura do padre Eutíquio Pereira da Rocha, vencida logo após a primeira legislatura e persistindo nas próximas décadas, entre os anos de 1857-1860, 1861-1864, 1865-1868, 1876-1879 (MAUÉS, 1999, p.127).

Figura 09 – A Câmara Municipal do Pará por volta de 1875.



Fonte: *Álbum de Vistas do Pará* (1899). FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/2529> (Brasiana Fotográfica Digital). Acesso em: 07 nov. 2019.

Em 1862, o padre Eutíquio ao tempo que está na Câmara Municipal do Pará enquanto vereador, ele transita também por múltiplos espaços de poder exercendo mais dois ofícios, como professor de Direito Canônico no Seminário Episcopal, padre mestre nos educandários

públicos seculares, o Colégio de Nossa Senhora do Amparo e o Liceu Paraense. Nas atas das sessões foi comum nos relatos do taquígrafo e secretário José Severino Ribeiro de Matos percebermos o padre Eutíquio chegando às sessões atrasado, ou saindo delas bem antes do término. Porém, é rara a ausência do padre nas sessões ordinárias. Pelo contrário, o padre Eutíquio aparece presente invariavelmente em quase todas elas.

Acham-se reunidos os senhores Doutor Malcher, (*ilegível*) Lima, Cabral, João Diogo, e é declarada aberta a sessão. A ata da anterior é aprovada. Entra e toma assento os senhores vereadores padre Eutíquio e Frade. É lido o seguinte expediente.³⁸⁵

O grupo político dos liberais foi a maioria na Câmara na legislatura de 1862 a 1868, e foi propriamente na gestão deles a abertura, ampliação e calçamentos das ruas de terra batida, o aterramento das áreas alagadiças dos igarapés e igapós da cidade. É igualmente de iniciativa dos liberais o padre Eutíquio Pereira da Rocha, doutor José da Gama Malcher, Rodrigo da Veiga Cabral, e dois conservadores João Diogo Clemente Malcher e Loureço Isidoro de Matos, as políticas de alinhamento defendidas por Paula Abreu, José Lima e Luly Fischer ao qualificar o procedimento da definição das vias e o estabelecimento dos limites público-privado (ABREU; LIMA; FISCHER, 2018, p.21). Exemplos do planejamento urbano executados pelos vereadores estão na abertura e mudança da nomenclatura das ruas e travessas dos arrabaldes da cidade. Conforme podemos ler nas atas da quinta sessão ordinária da Câmara na manhã do dia 08 de maio de 1862.

Presidência do Senhor Doutor Malcher

Às 10 horas e meia, reunidos os senhores vereadores Doutor Malcher, Motta, Cabral, João Diogo e padre Eutíquio, é aberta a sessão.

Passa-se a ordem do dia. = O senhor João Diogo lê um parecer relativamente aos pedidos de aforamento de terrenos devolvidos nas Travessas de S. Matheus e Misericórdia, que foram remetidos a Comissão externa da qual o mesmo senhor é membro. Este parecer e mais a planta ultimamente levantada para a abertura de novas ruas e travessas nos ditos terrenos são submetidos à discussão aprovadas e denominadas as ruas e travessas deste modo – Rua dos Tamoios – dita dos Mundurucus – dita dos Pariquis – dita dos Caripunas – dita dos Timbiras – dita da Conceição – dita de São Miguel – dita de São Silvestre – Travessa dos Apinagés – dita dos Tupinambás – dita dos Jurunas.

A Câmara aprova este parecer e defere as petições (...) para constar lavrei esta ata que todos assinaram comigo. José Severino Ribeiro de Matos, José da Gama Malcher, João Diogo Clemente Malcher, Rodrigo da Veiga Cabral, Lourenço Isidoro da Motta, Padre Eutíquio Pereira da Rocha.³⁸⁶

³⁸⁵ Fundo: Câmara Municipal do Pará, Série: Livro de Atas, Ano: 1862-1868, f. 78. (Arquivo Palma Muniz/ Instituto Histórico e Geográfico do Pará). Acesso em: 23 jun. 2017.

³⁸⁶ Fundo: Câmara Municipal do Pará, Série: Livro de Atas, Ano: 1862-1868, f. 13. (Arquivo Palma Muniz / Instituto Histórico e Geográfico do Pará). Acesso em: 23 jun. 2017.

As deliberações dos vereadores mais encontradas neste período de 1862 a 1868 são aquelas ligadas à especulação imobiliária, atividade muito rentável, uma vez que os aforamentos e os arrendamentos ocasionaram litígios pela legitimidade dos proprietários dos terrenos, o que gerou constantes acionamentos de processos judiciais, haja vista que, àquela altura já vigorava a Lei de Terras desde 1850. E o cerne desta lei visou a alterar a configuração da noção de posse e uso da terra, passando do modelo tradicional de sesmaria, fundamentado no aforamento para cultivo, para o modelo econômico de terra enquanto mercadoria (*Ibid.*, p.4). Portanto, o poder local exercido pelo Paço da Câmara atuou como o ordenador da ocupação das terras da cidade, sendo as variadas interpretações sobre a legítima posse fonte de diversos litígios entre os suplicantes e entre estes e os vereadores, ocasionado o recurso aos advogados ser uma constante. E em uma câmara majoritariamente liberal, o advogado da Câmara Municipal era ninguém menos que o bacharel em Direito, o liberal Tito Franco de Almeida, que também exerceu o cargo de lente do Liceu Paraense, e possivelmente nomeado pelos liberais seguindo uma cultura política permeada pela ideologia do favor, na mais expressiva noção da prática do clientelismo (SCHWARZ, 2000, p.18). Através dessa cultura política, o grupo liberal mantinha-se reproduzindo simbolicamente enquanto grupo político no universo do liberalismo brasileiro.

Segundo as análises de Abreu, Lima e Fischer, o que houve neste contexto foi um plano de expansão para Belém iniciado muito antes da grande reforma urbana do intendente Antônio Lemos, na virada do século 19 para o século 20. Estes autores afirmam envolver, além da modernização das vias públicas, assuntos relacionados às concessões de terras através dos aforamentos, a principal forma de transmissão de terrenos (ABREU; LIMA; FISCHER, 2018, p. 26). E acrescentamos que a atuação de padre Eutíquio na Câmara de vereação não escapou a essas regras. Seguindo um encadeamento de mudanças na urbe, expresso nos aterramentos dos terrenos alagadiços limítrofes às travessas e estradas essenciais ao passeio público, o calçamento das ruas de terra batida com os paralelepípedos; houve também discussões entre os vereadores em quesitos de propriedade de terrenos particulares e públicos, tornados rotineiros no dia a dia dos trabalhos legislativos. Os pedidos chegavam sob a forma de petições dirigidas ao Paço da Câmara Municipal, entre os anos 1862 a 1868, nos quais observamos através das atas de sessão. Mas, essa questão prosseguiu até depois do decênio de 1870, na forma de debates que passam a ser acompanhados nos jornais.

Os suplicantes podiam ser cidadãos homens livres, da classe política, ou, pobres, mulheres solteiras, casadas ou viúvas, pretos escravos, ou, forros; além de padres. Estes

grupos sociais direcionavam petições aos vereadores pedindo a eles a legitimidade ou a confirmação de suas propriedades sobre os terrenos a ser requeridos através dos títulos de aforamento e/ou o aluguel, por meio do arrendamento. Contudo, este era um longo caminho a ser seguido, haja vista ser necessário à Câmara Municipal deliberar estudos feitos por agrimensores designados pelos vereadores, de modo a se ter o conhecimento das áreas totais dos terrenos medidos em braças, além de carecer estudos nos arquivos de cada repartição pública (TORII, 2016, p.27). Os resultados destes estudos geravam os pareceres que se modificavam a cada eleição e substituição do corpo da vereança, que alternava entre a predominância ora liberal ora conservadora. E isto dificultava sobremaneira o trâmite dos processos de aforamento ou arrendamento caso o suplicante recorresse da decisão deliberada pela Câmara Municipal vigente.

Durante a ordem do dia legislativa o padre Eutíquio teve sua presença requerida para votar na petição de uma mulher, Dona Maria Antônia Roiz (Rodrigues) de Castro Góes, em que a mesma havia recorrido a um parecer dado pela Câmara Municipal no ano de 1853, quando o padre Eutíquio ainda não havia ingressado no corpo de vereação, e no qual foi dado parecer de aforamento favorável ao cidadão Manuel Roque Jorge Ribeiro. Fato ao qual Dona Maria Antônia Rodrigues Góes recorreu ao corpo de vereação eleito na legislatura seguinte, com o padre Eutíquio já ingresso na comissão, conforme observamos na sessão da tarde de 13 de setembro de 1862.

Câmara Municipal do Pará. 3ª sessão ordinária em 13 de setembro de 1862

Presidência do Sr. Doutor Malcher

Às 4 horas acham-se presentes os senhores Doutor José da Gama Malcher, Mattos, Frade, João Diogo e Cabral, é aberta a sessão.

Requerimentos

O senhor Padre Eutíquio lê este requerimento: “Requeiro que se subscreva na execução do despacho proferido na petição de D. Maria Antônia Roiz de Castro Góes, que manda ficar de nenhum efeito o aforamento feito por esta Câmara em 9 de novembro de 1853 ao cidadão Manoel Roque Jorge Ribeiro de que informações mais positivas possam ser mostrados pelo exame desses terrenos e aforamentos ouvidos os interessados que tiveram o aluguel. O clamor que levantou nesta capital por ocasião deste despacho que mando anular (...), fez-me duvidar da equidade do voto que dei a petição de D. Maria Antônia Góes (...) Convencido, pois, da iniquidade do meu voto, quero pelo presente requerimento (o qual peço que seja inscrito na ata) que a todos conste a todo tempo, que não procedi com malícia, nem sou emperrado nos meus erros. Penso mesmo, que, a querer a Câmara ter atenção com foreiros que consentiram tantos anos no seu esbulho, e calados deixaram de fazer edificações nos seus terrenos (...) do qual lhes conheça um direito quase prescrito, com o qual possam coagir a uma indenização exorbitante a segundo foreiro, que tem um título legítimo e uma posse diuturna e pacífica. Paço da Câmara, 13 de setembro de 1862. Padre Eutíquio”.

A Câmara aceita o pedido do Sr. Vereador e inserido na presente ata o seu requerimento. Os senhores Cabral e Frade adotam o requerimento do Senhor Padre Eutíquio e declaram que nesse sentido deve ser considerado o voto de cada um.³⁸⁷

Possivelmente, D. Maria Antônia Góes tratasse-se de uma mulher solteira ou até mesmo viúva, pois, não há menção a um cônjuge, e sendo os terrenos em questão, segundo D. Maria relatou, foram deixados como herança por seu irmão padre, àquela altura já falecido e conhecido como o padre João Roiz (Rodrigues) de Castro Góes. E sobre isso, acreditamos que talvez se tratasse de algum padre próximo ou mesmo amigo do padre Eutíquio, uma vez que no ano de 1862 ele também exerce ofício de sacerdote na paróquia da Sé, além de ser o professor de Direito Canônico no Seminário Episcopal desde 1851. Destarte, dentro da dinâmica de uma sociedade paternalista, o envolvimento de padre Eutíquio com a causa da suplicante Dona Maria Antônia Góes estivesse nutrido pelos sentimentos de solidariedades horizontais de *classe* (THOMPSON, 1998, p.32) ao falecido padre João Roiz de Castro Góes.

O padre Eutíquio, todavia, não prescindia em realizar os procedimentos dentro da moralidade e da lei (embora fosse apenas “por fachada”), nesse caso a Lei de Terras de 1850, visto no estímulo ao reconhecimento da existência de ocupações informais nos terrenos da cidade e arredores. O padre negro frisava ser necessária a separação dos terrenos de natureza pública dos de natureza privada, bem como legitimar a posse da terra pela compra e o recenseamento dos terrenos recebidos em herança por meio de medições de agrimensores e consulta aos registros nos arquivos de repartições públicas, para obter o exame da legitimidade do foreiro. Destarte, a postura talvez seja a de sensatez do padre Eutíquio, estritamente ligado ao cumprimento da lei, nos faz pensar no elogio atribuído a ele tempos depois, em 1877, sobre ele ser um “*venerando vereador padre Eutychio [de] judiciosas opiniões*”³⁸⁸.

Naquela conjuntura, a igreja tinha o acesso aos mecanismos da posse da terra, que indo suplicar por meio da ação governamental os títulos de foreiros ou arrendatários, ter uma Câmara formada por padres vereadores podia representar benesses aos irmãos de ofício ou a seus familiares, que se dirigiam ao Paço da Câmara Municipal suplicar pelo título de legitimidade dos terrenos requeridos, o que configurava também uma estratégia de transmissão de bens.

³⁸⁷ Fundo: Câmara Municipal do Pará, Série: Livro de Atas, Ano: 1862-1868, f. 43. (Arquivo Palma Muniz / Instituto Histórico e Geográfico do Pará). Acesso em: 23 jun. 2017.

³⁸⁸ Questão de honra. Jornal *O Santo Ofício*, Belém, segunda feira, 23 de abril de 1877, ano 07, n. 17, p. 01. Setor de Jornais Microfilmados, série: O Santo Ofício, rolo JD-137, arq. 01, gav. 04, período: jan./abr./jul. ano: 1877 (Biblioteca Pública Arthur Vianna). Acesso em: 09 mai. 2013.

A historiadora Magda Ricci chama a atenção para os argumentos de Márcia Motta em seu estudo sobre a gestão dos conflitos de terra no Brasil colonial e imperial, Ricci observa no texto de Motta que, diferente do entendimento da questão da terra enquanto sinônimo de questão agrária e fundiária, o interessante é pensar sobre os usos sociais da terra, que se fazem por meio do estudo das relações de parentesco, vizinhança, questões (no mais das vezes problemas) com profissão ou credo (MOTTA *apud* RICCI, 2009, p. 169). Este fato é notório em 1862 na prática dos despachos dados pela Câmara em conceder dois terrenos a dois padres: Bernardino de Sena Pastana e Manoel Inácio da Silva Espíndola, estes dois padres liberais, padre Bernardino será eleito vereador em 1868, e o clérigo Manoel Espíndola foi um padre mestre de Retórica do Seminário de Belém, foi um religioso de tendência liberal, orador das missas solenes nos festejos da Ordem Terceira do Carmo, pois, cerca de quatro anos mais tarde viera a ser exonerado do cargo de lente do Seminário, e com grande celeridade expulso das ordens sacras junto com o padre Eutíquio, em Portaria de 1866 do bispo D. Antônio de Macedo Costa.

Câmara Municipal do Pará 3ª reunião 7ª sessão ordinária de 14 de agosto de 1862

Presidência do senhor Doutor Malcher.

Reúnem-se os senhores Senhor Doutor Malcher, Motta, Cabral, João Diogo, Padre Eutíquio e verificando-se um número legal é aberta a sessão, lida e aprovada a ata antecedente.

O secretário pede permissão para lembrar que os terrenos concedidos ultimamente ao Padre Manoel Inácio da Silva Espíndola e o Bernardino de Sena Pastana não combina na quantidade com os que foram tirados à preta Luíza para erigir um Cemitério público, que são os mesmos aforados aqueles indivíduos, que também diferem da planta ultimamente levantada pelo agrimensor que apresenta dimensões maiores.

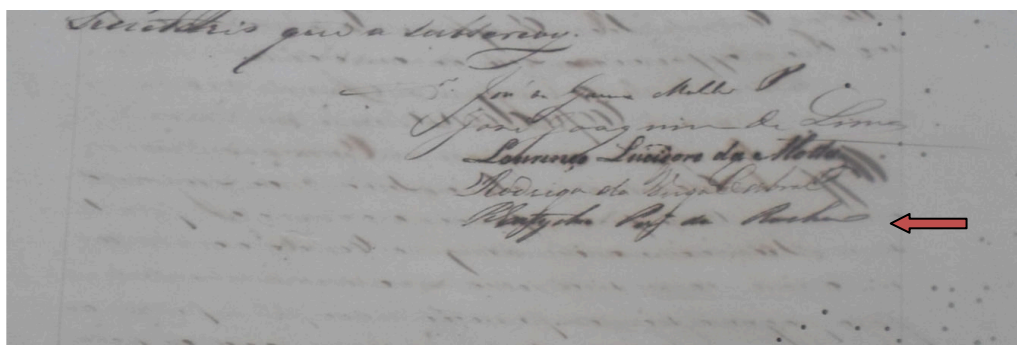
O Senhor Presidente submete a opinião da Câmara estas considerações e ela delibera

Dada a hora encerra-se a sessão. E para constar lavrei esta ata que todos assinaram comigo. João Severino Ribeiro de Mattos, secretário que subscrevi = Doutor José da Gama Malcher = João Diogo Clemente Malcher = Rodrigo da Veiga Cabral = Lourenço Lucidoro da Motta = Pe. Eutíquio Pereira da Rocha³⁸⁹.

Do caso específico de padre Eutíquio Pereira da Rocha talvez possa inferir-se que a noção dele de terra/propriedade estivesse atrelada ao poder político, possibilitado pelos laços de sociabilidade eminentemente classistas, segundo Thompson; laços também orientados por afinidades políticas entre os padres católicos que participam de semelhantes grupos políticos no interior da igreja, seja no Seminário, ligação com as irmandades e Ordens Terceiras. Delas, a Ordem Terceira do Carmo, aparece nas fontes como a ordem terceira mais ligada aos liberais depois de 1850.

³⁸⁹ Fundo: Câmara Municipal do Pará, Série: Livro de Atas. Ano: 1862-1868, f. 41. (Arquivo Palma Muniz/ Instituto Histórico e Geográfico do Pará). Acesso em: 23 jun. 2017.

Figura 10 – Assinatura de padre Eutíquio nas atas da Câmara Municipal do Pará (1862)



Fonte: Arquivo Palma Muniz/ Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Acesso em: 22 jun. 2016.

No campo da atuação política enquanto agentes públicos, eles acessam as altamente rentáveis políticas de especulação imobiliária, do qual as concessão de títulos de propriedade de terra são parte. Márcia Motta alerta para o fato de o contexto da Lei de Terras demarcarem a dinâmica dos usos da terra atrelada aos recursos para trabalhá-la e/ou a propriedade escrava, vinda com a Constituição de 1824, que extinguiu a noção base dos sistemas de sesmarias, o qual consistia na posse da terra ligada obrigatoriamente ao seu cultivo (MOTTA *apud* RICCI, 2009, p.168). Junto aos padres políticos detentores dos recursos necessários às compras, bem como ao trabalho nesses terrenos, a solidariedade ou o clientelismo cimentado pelas afinidades políticas, talvez tenha sido o fator preponderante no sucesso ou insucesso na concessão das benesses entre os padres políticos e os padres que com eles mantinhas laços de amizade.

Sidney Chalhoub fundamentando-se nas análises de Edward P. Thompson³⁹⁰, Eugene Genovese³⁹¹ e Roberto Schwarz³⁹² assinala ser possível a existência de solidariedades horizontais entre classes sociais no interior de sociedades historicamente paternalistas. Corroborando as análises de Schwarz sobre a relação entre o paternalismo e a escravidão nas obras de Machado de Assis, Chalhoub elenca que a escravidão é tema fundamental na

³⁹⁰ O historiador inglês Edward Palmer Thompson argumenta em capítulo de seu livro que as relações sociais na Inglaterra do século XVIII entre a *gentry* (em suas diferentes nuances) e o “povo” estavam muito mais suscetíveis às influências pessoais, troca de favores e corrupção, sendo o Estado também o objeto da rapina. Nas palavras de Thompson: “Se a corrupção é percebida, faz-se vista grossa com a menção a um precedente; se os *whigs* foram predadores, os *tories* foram igualmente predadores. Nada é inusitado, tudo está incluído nos ‘padrões aceitos da época’”. Cf. THOMPSON, Edward P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 37.

³⁹¹ GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida – O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

³⁹² SCHWARZ, Roberto. O paternalismo e sua racionalização nos primeiros romances de Machado de Assis. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

configuração entre a ideologia senhorial e as relações com os seus dependentes, isto é, homens livres pobres, e com os escravos (SCHWARZ *apud* CHALHOUB, 2003, p. 29).

O que pode explicitar o interesse de padre Eutíquio e da Câmara Municipal em diferenciar as terras aforadas aos dois padres liberais daquelas terras tiradas da preta Luíza destinadas à construção de um cemitério público, fazendo conhecer e separar “aquilo que é dos dependentes daquilo que é do escravo/forro”. Sobre isso, a primeira hipótese relaciona-se com as análises de Roberto Schwarz sobre o liberalismo na cultura política no Império, onde as relações entre esses padres e o laicato estiveram mediadas pelo clientelismo enraizado na cultura política brasileira marcadamente patrimonialista, demonstrada no fato de que ser liberal ou conservador exercia clara influência nas trocas de favores, em que “nenhuma das partes interessa denunciar a outra” (SCHWARZ, 2000, p.20). A segunda hipótese observada nos detalhes desta documentação de aforamento diz respeito ao temor dos dependentes da ideologia senhorial, isto é, os dois padres liberais, serem confundidos com escravos, originando aí a necessidade em reconhecer as diferenças entre as terras aforadas a eles, as quais não sofreram intervenção dos agrimensores, daquelas terras pertencentes a uma preta (que supomos ser uma escrava ou mesmo liberta), que perdeu o seu direito de propriedade para o fim público, o cemitério.

Dentro da dinâmica de uma sociedade paternalista³⁹³ e clientelista, a vontade de padre Eutíquio assim como dos outros vereadores alinhava-se à ideologia senhorial, pois, fundamentava-se na inviolabilidade das vontades dos senhores ou dos donos do poder. Poder este corporificado em uma estrutura parlamentarista que orienta e dá sentido a um mundo verticalizado de dominantes e subordinados. Sidney Chalhoub assinala existir espaço para as solidariedades horizontais dentro desta dinâmica, as quais podiam ser práticas que ora se solidificavam ora enfraqueciam a rede de sociabilidade entre classes, ou no caso da falta dela gerava-se os conflitos dentro das instituições, que podiam ser a Câmara, Igreja, educandários, assim como ao nível de micro relações, a exemplo dos padres e o laicato durante as eleições. E as eleições foram o palco privilegiado para a observação da cultura do Liberalismo brasileiro, em sua relação com o Catolicismo durante o Império.

³⁹³ Edward Thompson comenta no mesmo capítulo que interior da sociedade inglesa do século XVIII dividida entre a *gentry* (aristocracia) e a população pobre funcionava uma dinâmica paternalista em uma época em que o Estado assumia incipientemente funções protecionistas. Thompson assim como Sidney Chalhoub assumem completo desconforto com o conceito de “paternalismo”, o que segundo Thompson “Tem tanto ou pouco valor quanto outros termos generalizantes (...). Mas, paternalismo pode ser como na Rússia czarista ou em certas sociedades escravocratas, um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais”. Cf. THOMPSON, *Op. Cit.*, 1998, p. 32; CHALHOUB, *Op. Cit.*, 2003, p.29.

4.4 – “Ainda que fosse preciso correr sangue”

A Constituição de 1824 restringiu ainda mais o critério de cidadania para os votantes em comparação ao critério definido nas eleições para a Assembleia Constituinte brasileira em 1823, no qual se exigia ter 20 anos como idade mínima para votar, excluindo-se desta parcela os assalariados e os estrangeiros (DIAS, 2012, p. 67). Na Carta Magna elevou-se para 25 anos a idade mínima, excluiu categorias profissionais como os criados e introduziu os critérios de renda fixados em no mínimo 100\$000 (cem réis) ao ano para os eleitores de primeiro grau. Assim, a eleição acontecia em dois níveis. Estabelecida na primeira lei sobre as eleições votada em 1846, trazia em seu bojo o cálculo da renda em prata, dobrando assim a quantia exigida pela Constituição de 1824, passando de 100\$000 para 200\$000 réis para os votantes serem considerados cidadãos ativos (*Ibid.*, p. 68).

José Murilo de Carvalho sustenta que esta medida revelava a preocupação em evitar a expansão do eleitorado pela deterioração do critério renda (CARVALHO, 2007, p.396), Ribeiro Ferraz explica ser a restrição do voto considerada uma necessidade devido à escolha dos representantes obrigatoriamente ter de recair em uma elite portadora de virtudes que, segundo eles acreditavam, distinguiam-na da massa da população (FERRAZ, 2013, p. 119).

A história da legislação eleitoral no Império foi feita através de leis distintas entre si. A Instrução de 1828, ou, lei das Câmaras de Vereadores previa a realização das eleições no prazo de quatro em quatro anos, invariavelmente no dia 07 de setembro (data da Independência) em todas as paróquias dos conglomerados urbanos, vilas, ou em lugares designados pelas Câmaras, responsável por afixar os editais de convocação de eleitores e votantes no prazo de quinze dias nas portas das igrejas. Podiam ser vereadores todos aqueles que podiam participar dos dois níveis das eleições, votar e ser votado, nas assembleias paroquiais, devendo possuir residência fixa no tempo de dois anos no distrito eleitoral ao qual se lançava vereador apto a votar e ser eleitor nos pleitos (DIAS, 2012, p. 69), que a partir dos anos 1840, os concorrentes filiavam-se aos dois partidos o Império (FERRAZ, 2013, p. 120).

A igreja era o braço imprescindível do Estado, na medida em que designava os padres a servirem como Juizes eleitorais, responsáveis por fazer as listas gerais eleitorais e as assembleias eleitorais, designadas a tratar das queixas, pedidos de impugnações e exclusão de cidadãos concorrentes. De acordo com Maria Odila Dias, após 1841 os juizes de direito e os chefes de polícia suplantaram as autoridades municipais e passaram a exercer o controle e os meios de dominação sobre os cidadãos votantes (DIAS, 2012, p. 68).

Em 1846, com a Lei de 19 de Agosto, houve a regulamentação do funcionamento prático das eleições fazendo vigorar um sistema de lista completa com o eleitor tendo o número de opções tanto quanto fossem as vagas nas Câmaras locais e provinciais, que segundo Paula Ribeiro Ferraz não alterou as estruturas de incentivo e a lógica da competição política entre os atores e os partidos (FERRAZ, 2013, p.121) abrindo oportunidade de queixas da imprensa e dos políticos por uma nova reforma eleitoral que culminaram na reforma de 1855.

A reforma eleitoral de 1855, resultante das cobranças da imprensa e políticos, tornou-se a questão central nos debates parlamentares e no Senado durante o Gabinete da Conciliação. Os debates que se seguiam sobre os rumos tomados pelo Gabinete chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, versavam a respeito do debate constitucional do Segundo Reinado sobre a dinâmica político-partidária, os problemas do Poder Moderador, e questão da reorganização do sistema eleitoral e do judiciário, até então negligenciados pelo Ministério da Conciliação (FERRAZ, 2013, P. 116). Ribeiro Ferraz destaca que ao contrário do projeto de reforma judiciária apresentado por Nabuco de Araújo e arquivado pela Câmara dos Deputados, a reforma eleitoral foi vista por muitos conservadores e liberais pró-Ministério da Conciliação como a chance para o Ministério do Marquês de Paraná provar que levaria o Império à tão sonhada Conciliação Política (*Ibid.*, p. 118).

A reforma de 1855 foi originária do projeto que em 1846 do liberal Paula Souza, apresentada, e o Marquês de Paraná pediu para ser revisto pela Comissão do Senado, e devido a proximidade das eleições gerais de 1856, havia a necessidade de celeridade nas discussões pela aprovação do projeto de reforma da próxima eleição, entrando assim em discussão na 3ª sessão do Senado, sendo calorosamente discutido pelos membros, havendo até a interferência do Marquês de Paraná pedindo o acalmar dos ânimos (FERRAZ, 2013, p. 122). De acordo com Ribeiro Ferraz, o ponto central da reforma foi a divisão das províncias em círculos eleitorais, daí ser chamada de a Lei dos Círculos, que se comparado ao sistema de lista completa, garantiu uma representação mais próxima da realidade política, subvertendo os mecanismos de representação existentes e “compatibilizando a conquista de resultados majoritários por um grupo com a representação efetiva das minorias” (FERRAZ, 2013, p. 123).

Ribeiro Ferraz explica que este projeto de reforma das eleições traria um enfraquecimento das elites provinciais e nacionais, no concernente ao manejo do sistema, e de

modo inverso, abriria uma linha direta entre as chefias locais e o governo (FERRAZ, 2013, p. 123). A autora explicita que neste aspecto, o projeto de reforma vinha ao encontro dos princípios da Conciliação Política defendida pelo Ministério, que embora não preconizasse o fim dos partidos, objetivava acabar com o exclusivismo partidário e com a impossibilidade do partido de oposição alcançar postos no governo, bem como todos os impasses derivados deste novo sistema (FERRAZ, 2013, p.123).

Os impactos da reforma eleitoral de 1855 foram observados nos casos que ocorreram a nível local, no Grão-Pará nas eleições locais de 1868³⁹⁴ para compor a Câmara Municipal do Pará. Com o predomínio do Partido Conservador na Assembleia Provincial durante os anos 1860, notamos existir a abertura para a subida do Partido Liberal ao poder ao nível das chefias locais, que invariavelmente não estavam correlatos ao partido do governo provincial. O pleito eleitoral de 1868-1869 destinado a formar o corpo de vereança que iria servir no quadriênio de 1869 a 1872 foi característico por apresentar expressivos embates partidários entre liberais e conservadores, observados através da atuação da imprensa liberal e conservadora, os quais referem ser esta uma eleição eivada de brigas, uso de força e pedidos de nulidades.

O padre Eutíquio estava mais uma vez envolto nestas malhas, pois, tentava a reeleição para terceira legislatura e ao mesmo tempo ansiava que os correligionários liberais fossem eleitos: Rodrigo da Veiga Cabral, Tenente coronel Antonio Pereira da Silveira Frade e o capitão Francisco Henriques de Mattos, além do presidente do Paço Municipal José da Gama Malcher que exercia o cargo de presidente da Câmara Municipal desde a década de 1850, e segundo Carlos Roque, nunca aceitou participar das eleições para deputado e senador preferindo cargos que não o exigiam sair da cidade de Belém, assim elegendo-se deputado provincial e vereador da Câmara Municipal (ROCQUE, 1976, p.1038). Talvez sua opção esteja movida pela gestão de grande concentração de rendas vindas de tributações dos mercados, advindas com a especulação imobiliária, e as rendas da economia da borracha destinadas ao aprimoramento da urbe, e anos mais tarde, até a emancipação da escravidão, tornava possível a José da Gama Malcher enquanto presidente da Câmara grandes poderes, dentre eles, o de movimentar recursos no interior do círculo liberal.

Luciana Marinho Batista destaca que as “boas relações” eram estratégias que as elites provinciais tinham para fazer reproduzir seu prestígio e poder, pois, muitos desses membros

³⁹⁴ Por questões metodológicas relacionadas à grande quantidade de notícias delas nas fontes em comparação com os poucos ou inexistentes relatos das anteriores, e por outro lado, ser esta uma amostra bem expressiva dos embates políticos entre os liberais e conservadores na província do Grão-Pará.

da elite política tinham representatividade nos setores comerciais. Mas, também tinham espaços na administração e na política da província, mesmo que em alguns casos esses envolvimento fosse indireto (BATISTA, 2004, p. 163). Segundo Marinho Batista, José da Gama Malcher pertencia a um grupo de negociantes e políticos, e contrariando a análise de Rocque, Batista observa Gama Malcher enquanto um político com assento até na Corte Imperial. Mas, a historiadora não encontra uma área maior que Belém sob a influência dos Gama Malcher (*Ibid.*, p.220), o que discordamos. Através da organização de periódicos liberais nas comarcas do interior da província após 1852, com a abertura do Rio Amazonas à navegação a vapor, as notícias e os papéis liberais vindos da capital Belém podiam circular com maior fluidez para distritos eleitorais, notadamente liberais como Vigia, e grupos liberais a condenar a política dos conservadores em Cameté. Em Vigia, formou-se um círculo liberal de grande expressividade, formando conglomerados políticos e até a montagem de tipografias para impressão do jornal *O Liberal da Vigia* (1876-1888), a reproduzir a cultura política do clientelismo, evidenciada nos jornais durante as eleições e em batalhas contra a igreja.

Em 1868, a política a nível nacional ressentia-se da queda do Ministério Liberal de Zacarias de Góes e a desestruturação do Partido Progressista. José Murilo de Carvalho ressalta que os remanescentes formaram em 1869 o novo Partido Liberal. José Murilo de Carvalho destaca que o novo Partido Liberal tinha como pontos principais a eleição direta nas cidades; o Senado temporário; Conselho de Estado com função apenas administrativa; a abolição da Guarda Nacional; as liberdades de consciência; de educação; de comércio, de indústria, e a abolição gradual da escravidão, tendo como medida primária para isto estava à abolição do ventre das escravas (CARVALHO, 2007, p.304).

O novo Partido Liberal tinha entre os seus líderes os conservadores dissidentes e alguns liberais históricos, luzias e praieiros. Porém, este novo programa não agradou aos mais radicais, que rumaram para o Partido Republicano de 1870. Percebe-se com as análises de Izabel Marson que há uma grande mudança nos programas liberais formulados de 1830 a 1840 para aquele formulado em 1869 (MARSON, 2012, p. 80). As antigas preocupações com a maior descentralização permaneceram, porém, ao novo programa criado em 1869 somaram-se reivindicações referentes às liberdades civis, participação política e reforma social. A concepção de liberalismo que se tinha nesse momento era uma espécie de liberalismo doutrinário, extraído de autores ingleses e americanos, e que dentre outras formulações concebia o Estado como o ente que devia limitar-se a cuidar da justiça, da polícia, da ordem e dos impostos, não intervindo além “dos limites naturais” (CARVALHO, 2007, p.367).

José Murilo de Carvalho ressalta que esta era a opinião vindas das classes dos profissionais liberais, de intelectuais e de membros da indústria, enraizadas a uma economia e cultura urbana. Para este grupo importava menos a autonomia provincial e local do que a liberdade individual e a participação política, ressaltando que há outra força motriz dentre estes representantes do liberalismo no Império, um grupo bem mais poderoso: os proprietários rurais. O Partido Conservador antes e após 1864, se compunha de uma coalizão de profissionais liberais e grandes proprietários de terra (*Ibid.*, p. 311-313).

No correr das eleições de 1868-69, Murilo de Carvalho argumenta que no cenário nacional, o Partido Conservador passava por um momento de renovação, modificando com isso tantos os programas defendidos quanto à composição social. O ano de 1869 é o ano chave para esta renovação uma vez que ocorre a extinção do Partido Progressista e os alguns membros dissidentes engrossam as fileiras deste novo Partido Liberal e o abolicionismo torna-se uma de suas bandeiras de luta (*Ibid.*, p.312). Na província do Pará, o ano de 1869 marca o período de eleições para a Câmara Municipal de Belém, que começam em fins do ano de 1868. O Paço da Câmara Municipal passava por um momento de reorganização de seu espaço físico, funcionava em um prédio alugado situado no Largo do Carmo (um dos menores largos da cidade, chamou-se durante a *Belle-Époque*, Travessa do Carmo, hoje Rua Dom Bosco)³⁹⁵ de canto à Rua do Espírito Santo (atual Rua Dr. Assis). Lá funcionava também a sua secretaria. O prédio pronto iria abrigar também a Assembleia Legislativa Provincial.

Sob a orientação da Constituição de 1824, vigorava o voto censitário como categoria de restrição da cidadania. Portanto, nas comarcas de todas as províncias do Império, para a habilitação dos votantes era necessário à declaração de renda, critério chamado de “Renda Legal”, que devia ser de 200\$000 mil réis ou acima deste valor fixado; a declaração de filiação, e a declaração da paróquia na qual o votante era residente (DIAS, 2012, p.68). Já ressaltamos serem as eleições feitas em dois níveis, o primeiro nível fazia-se a contagem dos cidadãos aptos a votar, e em segundo nível formavam-se as listas dos cidadãos aptos a votar e serem votados. As igrejas eram os espaços em que os votantes faziam estas declarações aos membros que compunham as mesas paroquiais, os quais declaravam aos livros de registro.

De acordo com Ribeiro Ferraz, uma das razões para a reforma eleitoral de 1855 era a promover a divisão das províncias em distritos ou círculos eleitorais, de modo a permitir uma

³⁹⁵ LEÃO, Monique Bentes Sardo. O Largo do Carmo em Belém/PA: cultura, lazer e conflitos no espaço público. In: *XIV Encontro Nacional da ANPUR*, vol. 01, Rio de Janeiro, 2011, pp. 01-20, p. 06.

representação melhor para o país, pois, garantiria um equilíbrio entre os interesses locais e gerais. Além da divisão dos círculos apresentava-se na reforma, os critérios de incompatibilidades eleitorais restritas aos círculos, na qual os cidadãos ficariam impedidos de serem eleitos apenas nos distritos de sua jurisdição (FERRAZ, 2013, p. 124-127).

Nos distritos eleitorais de Belém nos primeiros meses do ano de 1868 são montadas nas igrejas, as juntas de qualificação para os votantes, as quais traziam instruções aos eleitores que eram afixadas em locais de grande visibilidade ao público, em geral, eram afixadas nas portas das igrejas. Segundo Manoel Baena, Belém era o maior colégio eleitoral englobando como suas freguesias, os distritos eleitorais da Sé, Sant'Anna, Trindade, Nazaré e Acará. Além de mais doze freguesias como distritos eleitorais adjacentes: os de Barcarena, Benfica, São Domingos da Boa Vista, Bujaru, Mosqueiro e Vila do Conde. Cada uma dessas freguesias possuía sua paróquia correspondente na qual o vigário era o responsável também por organizar as mesas paroquiais, juntamente com o juiz de paz destas comarcas (BAENA, 1885, p.37).

O jornal conservador *Diário de Belém* de uma terça feira 12 de setembro de 1868 traz um boletim eleitoral das apurações dos votos das freguesias da Trindade e Sant'Anna, no qual os liberais venciam parcialmente os conservadores com diferença de 250 votos. Suspeitamente um conservador, Manoel Joaquim Osório, articulista do *Diário de Belém* apontava vícios nas eleições iniciadas desde as juntas de qualificação e englobando até o momento da votação. Ele denunciava que os escravos do liberal doutor Joaquim de Araújo Rozo Danin estavam votando, o que engrossava a massa de votantes a escolher os liberais nas eleições na freguesia da Santíssima Trindade.

Entre uma legião de demônios intitulada liberais sobressaía a figura exótica do muito conhecido juiz de direito avulso, ex-chefe de polícia, Dr. José Danin. Este senhor ao lado do mesário Dr. Brício impunha á maioria da mesa a sua vontade soberana, secundada por uma floresta de cacetes, punhais e facas de seus satélites.

Certos de que tinham a seu favor a proteção dos cacetes, punhais e facas de seus capangas, os senhores Danin, e Brício, juiz de paz e até o escrivão Gomes, gritavam que haviam de vencer a eleição ainda que fosse preciso correr sangue. (...) Com essas desordens foram admitidos a votar um aluvião de fósforos e até escravos!³⁹⁶.

Embora houvesse a possibilidade de ter ocorrido, acreditamos que a acusação dos escravos como votantes ser excessiva, pois, José Murilo de Carvalho referencia que a

³⁹⁶ Notícias diversas: Boletim eleitoral. Jornal *Diário de Belém*, Pará, terça feira, 15 de setembro de 1869, ano 02, n. 33, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/222402/per222402_1868_00033.pdf. Acesso em: 27 out. 2014.

definição de cidadania excludente aos escravos consistiu um dos fatores a acompanhar as tentativas de regulamentação eleitoral no império. E essa definição foi obrigatoriamente restritiva em todas elas. Caso fosse real a acusação lançada contra o Tenente Joaquim de Araújo Rozo Danin de permitir aos seus escravos votar, as eleições seriam facilmente tornadas nulas. Porém, o tenente exercia o cargo de ex-chefe de Polícia e Juiz de Paz, o que de acordo com Dias, era passível de exercer o controle e dominação sobre os votantes de sua paróquia (DIAS, 2012, p.68).

A prática de corrupção através do suborno, falsificação, manipulação dos resultados eleitorais e violência física embora ocorressem, era condenada pelas legislações eleitorais, classe política e imprensa, segundo explicita Ribeiro Ferraz. Porém, nas eleições havia espaço para práticas essencialmente patrimonialistas e clientelísticas³⁹⁷, aceitas e completamente legítimas no Brasil do século 19, inclusive sendo disseminadas na Europa e Estados Unidos, uma vez que o Império brasileiro não estava fora dos padrões vigentes no Ocidente, realizando no Império práticas que nos tempos hodiernos de instituições democráticas nos parecem inaceitáveis, segundo explica Ribeiro Ferraz (FERRAZ, 2013, p.119).

Os boletins eleitorais foram publicados no jornal *Diário de Belém* no calor das eleições, e deram conta da quantidade de votos granjeados pelo padre Eutíquio nas freguesias da cidade de Belém. As paróquias da capital apontam ser a freguesias da Sé e Santíssima Trindade a contar com maior número de votos dados ao padre Eutíquio, enquanto que no interior, os cidadãos eleitores da freguesia de Capim deram a Eutíquio o menor número de votos. Pode-se ter a ideia da área de abrangência da área de jurisdição da Câmara Municipal do Pará por meio dos registros dos colégios eleitorais da província, que segundo os autores contava com doze paróquias vinculadas à cidade de Belém em 1850. Destas, apenas as paróquias da Sé, Sant'Anna e Trindade estavam dentro dos limites da Primeira Léguas Patrimonial.

No interior da província localizavam-se as demais paróquias, incluindo localidades que distavam cerca de 130 quilômetros do ponto inicial da demarcação da léguas onde se iniciou a fundação da cidade em 1616 (ABREU; LIMA; FISCHER, 2018, p. 08).

³⁹⁷ Exemplo disto é o fato observado nos livros de registro da Comarca de Belém de 1881 a 1889 há grande declaração de aluguéis maiores que as rendas, filiações desconhecidas e paróquias não declaradas.

Quadro 03- Quantidade de votos obtidos por Padre Eutíquio Pereira da Rocha nas eleições de setembro de 1868.

Paróquias	Quantidade de votos por paróquias eleitorais
Inhangapi	82
Benfica	167
Capim	85
Sé	430
Sant' Anna	277
Santíssima Trindade	317
Barcarena	140
Apuração geral dos votos de Eutíquio nas paróquias da Sé, Sant' Anna, Trindade, Barcarena, São Domingos, Inhangapi, Benfica e Capim.	1523

Fonte: Jornal "Diário de Belém", n.31, n. 33, 12 e 15 de setembro de 1868, ano 01 (Biblioteca Nacional).

O padre Eutíquio recebeu a maior quantidade de votos na paróquia da Sé, a mesma de sua residência, na Estrada de São José, atual Rua 16 de Novembro. A paróquia situava-se no Largo do Passeio Público (CRUZ, 1992, p.17). Nela estavam também localizados o Colégio Paraense, do qual o padre Eutíquio foi lente de latim e depois reitor, distando poucas léguas da sede do Palácio do Governo da Província (atual Museu do Estado do Pará), Palácio Episcopal e o Seminário Episcopal, localizado no edifício da atual Igreja de Santo Alexandre. Podemos apontar que o padre Eutíquio foi muito afamado em sua paróquia de residência, a Sé, e conseguiu formar através da política o seu corpo eleitoral de votantes nesta sua área de influência.

Cabe ressaltar que a contagem dos votos dele na apuração geral das eleições de 1868 foi superestimada, pois, há grande discordância com a contagem dos votos obtidos por ele no primeiro boletim eleitoral, publicado no *Diário de Belém* em 12 de setembro. Realizando a contagem dos votos, têm-se como resultado o total de 1.498 votos, em desacordo total com o

resultado da apuração geral das eleições, publicada no dia 15 de setembro no *Diário de Belém*. No segundo boletim estão registrados 1.523 votos, tendo o acréscimo de 25 votos. Não sabemos se esta foi uma estratégia deliberada de manipulação dos resultados no ato do registro nos livros eleitorais, ou, se foi uma manipulação de dados aquando da publicação no jornal. Esta última hipótese acreditamos ser difícil em ter acontecido, pois, o “Diário de Belém” foi um jornal conservador de propriedade de Antônio Pimenta de Guimarães, portanto, improvável de ter manipulado o resultado em favor de um cidadão do partido de oposição.

No dia 15 de setembro de 1868, o jornal *Diário de Belém* trazia mais um boletim eleitoral, apontando desta vez uma mudança dos resultados, pois, os conservadores iam a cada vez mais granjeando vitória sobre os liberais chamados pelo articulista de “*oligarquia municipal*”³⁹⁸. Todo o processo eleitoral foi descrito como eivado de vícios, que iam desde o uso de escravos como votantes até o uso da força nas urnas.

E para velar-se por mais tempo os arcanos do crime tudo também foi permitido no pleito eleitoral! Todos os que ali tem pitaça trabalhavam pro dono seu e não escolhiam meios! O cacete e o punhal serviu de defesa ao *uti possidetis*, quer por outro lado era já invocado como um direito sagrado, não sendo e não devendo ser a eleição mais que uma formalidade!³⁹⁹.

Os conservadores então desejosos de quebrar os dezesseis anos de hegemonia dos liberais na Câmara Municipal contavam com a anulação das urnas das freguesias de Moju, Trindade e Sant’Anna, para assim granjear vitória. E naquele momento, contavam com a apuração das urnas das paróquias do Acará e Bujaru. No mês seguinte, outro escândalo ocorreu durante o processo eleitoral. O livro das atas da eleição de vereadores e juizes de paz da paróquia de São Domingos da Boa Vista feito no mês de setembro foi enviado para Belém pelo juiz de paz Teodoro Caetano Corrêa. Ele pediu que o capitão Joaquim Evaristo dos Santos entregasse o livro à Câmara Municipal de Belém. Joaquim Santos chegando à Belém mandou o cidadão Silvério José entregar o livro nas mãos do doutor José da Gama Malcher, “*o que realizou se na casa deste em suas próprias mãos*”⁴⁰⁰. O escândalo foi noticiado no *Jornal do Pará* pelo redator Cipriano José dos Santos.

No dia seguinte, 25 de outubro de 1868, o *Jornal do Pará* trazia em sua manchete um ofício dos liberais assinados por padre Eutíquio Pereira da Rocha, José da Gama Malcher,

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 01, 1868.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 01, 1868.

⁴⁰⁰ À Câmara Municipal da capital. *Jornal do Pará*, Pará, sábado, 24 de outubro de 1868, ano 06, n. 242, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/219339/per219339_1868_00242.pdf. Acesso em: 19 mai. 2013.

Rodrigo da Veiga Cabral, padre Félix Vicente Leão e Manoel Luiz de Azevedo dirigido à vice-presidência da província e que reclamava do desaparecimento dos livros das atas da eleição da freguesia de São Domingos da Boa Vista.

No qual os mesmos vereadores negando o facto de haver o dito livro sido entregue ao presidente da mesma câmara doutor José da Gama Malcher, usam de expressões pouco respeitadas para com a primeira autoridade da província (...)⁴⁰¹.

O vice-presidente da província era o conservador e cônego Manoel José de Siqueira Mendes, empossado a 18 de outubro de 1868, tomou atitude ante os ataques dos liberais. Em providência através do §8º do artigo 5º da Lei de 01 de outubro de 1834, suspendeu o padre Eutíquio, José da Gama Malcher, Rodrigo da Veiga Cabral e Félix Vicente Leão dos cargos de vereadores e ordenou que eles fossem responsabilizados na forma da lei. Em seguida, o vice-presidente cônego Siqueira Mendes convoca ao vereador mais votado e que não estivesse entre os suspensos, que assumisse a presidência e convocasse os demais vereadores a prestar juramento e assim reorganizar a Câmara Municipal.

Em um domingo de 05 de dezembro de 1868, a periódico *Jornal do Pará* publica nova notícia sobre a situação das eleições de São Domingos da Boa Vista. Ouvindo dos liberais que não tinham recebido os livros de atas das eleições, o presidente da província Manoel José de Siqueira Mendes manda vir à Belém o juiz de paz e os outros cidadãos que participaram da mesa paroquial e os mandou interrogar pelo Chefe de Polícia, a respeito do paradeiro dos livros de atas das eleições. Das declarações feitas pelos interrogados, resultou saber se que o juiz de paz Theodoro Caetano Correa, presidente da mesa paroquial, remetera o sobredito livro ao doutor José da Gama Malcher, presidente da mesma câmara, por intermédio do capitão Joaquim Evaristo dos Santos, e que ele este chegando á esta capital, o mandou entregar ao mesmo doutor Malcher, por intermédio de Silvério José.

A manchete redigida por Cipriano José dos Santos relatava que o vice-presidente Manoel José de Siqueira Mendes se convenceu da exatidão dada pelo depoimento dos juízes de paz Teodoro Correa, do cidadão Joaquim Evaristo dos Santos, e Silvério José. Assim, ele determinou à Câmara de Belém que procedesse à apuração dos votos para os vereadores nos termos da legislação número 387 de 19 de agosto de 1846 e a lei de 1855; e ordenou que se instaurasse processo contra os vereadores envolvidos na sedição. Em parte, esta decisão foi motivada pelo embate político, uma vez que Siqueira Mendes era o chefe do Partido

⁴⁰¹ Parte Oficial. *Jornal do Pará*. Pará, domingo, 25 de outubro de 1868, ano 06, n. 243, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/219339_1868_00243.pdf. Acesso em: 16 nov. 2015.

Conservador na província e mascarou a represália aos liberais com o pretexto do “mau comportamento” destes para com seu posto de primeira autoridade da província, e pela insistência deles em declarar não terem recebido os livros de atas das eleições. De acordo com Dias, as mediações sociais dos conhecidos processos de violência eleitoral ainda permanecem mal documentadas na história, que a partir das reformas eleitorais de 1846, as juntas de qualificação passaram a controlar, além, dos pleitos eleitorais, o recrutamento dos votantes (DIAS, 2012, p. 68). Este subcapítulo foi uma tentativa de fazer conhecer um pouco da corrupção e violência, ocorrida nos processos eleitorais na província do Pará nos oitocentos.

Os relatos dos articulistas dos jornais nos fazem inferir que esta suspensão teve a duração de dois a três meses, pois, o jornal *O Liberal do Pará* de 05 de março de 1870 descrevia que reuniram se na Câmara Municipal, sob a presidência de José da Gama Malcher os vereadores (em sua maioria, liberais) padre Eutíquio, Francisco da Ponte e Souza, Rodrigo da Veiga Cabral, Félix Vicente Leão, e o conservador João Diogo Clemente Malcher. Eles aparecem prestando os “*juramentos sobre o livro dos Santos Evangelhos, de desempenhar as obrigação de vereador, e promover os meios de sustentar a felicidade pública*”⁴⁰². Esta vereação fora instituída por Aviso de 22 de janeiro de 1869 e por Portaria do presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo de 17 de fevereiro de 1869.

O jornal *O Liberal do Pará* enunciava que aquele corpo de vereança serviria no quadriênio de 1869 a 1872, e na edição do dia de 07 de março de 1870, o presidente interino da Câmara José Coelho da Gama Abreu propõe que se crie uma comissão especial para a prestação de contas e o exame dos saldos existentes nos cofres. Nos debates entre os vereadores foi unânime a aprovação da criação de uma comissão interna e uma externa.

Foram nomeados para membros o padre Eutíquio, Francisco da Ponte e Souza e Rodrigo da Veiga Cabral. Padre Eutíquio e Félix Leão obtiveram quatro votos para formar a comissão interna, e Rodrigo da Veiga Cabral e Francisco da Ponte e Souza receberam quatro votos para formar a comissão externa. José da Gama Malcher determinou que a comissão tivesse como fito o proceder ao exame das contas da Câmara estabelecida anteriormente, e logo o vereador João Lourenço Paes de Souza posicionou se contrário a esta comissão, pois, “*essa proposta revelava desconfiança e uma ofensa à dignidade da Câmara passada, (...)*”⁴⁰³

⁴⁰² Interior: Câmara Municipal de Belém. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, 23 de março de 1870, ano 02, n. 66, p. 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1870_00066.pdf. Acesso em: 24 jan. 2016.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 01.

e julgava também “*pouco airoso para com os empregados da casa*”⁴⁰⁴. Os dois padres, Eutíquio e Félix estavam unidos na comissão fiscalizadora das contas da Câmara estabelecida, no quadriênio passado.

Temos razões para inferir que as escolhas de seus nomes para a composição desta comissão estavam ligadas aos princípios de moralidade para com o erário público. Ao longo de seus “mandatos”, os dois padres irão se envolver com outro tema que agitava a vida política da província, especialmente após a promulgação pela Princesa Regente, da lei de 28 de setembro de 1871, encaminhada na Corte pelo Gabinete Conservador do Visconde do Rio Branco. Conforme relatamos anteriormente, a questão da escravidão perpassará a trajetória política de padre Eutíquio e este tomará posturas emancipacionistas, orientadas por sua identidade política liberal.

O periódico *Jornal do Pará* publica em uma manhã de domingo do dia 25 de outubro de 1868 um expediente do governo datado do dia 14 de outubro do mesmo ano, e lia-se na manchete que o vice-presidente cônego Manuel José de Siqueira Mendes⁴⁰⁵ seguindo à risca os termos do artigo 3º da Lei Provincial 564 havia exonerado o padre Eutíquio Pereira da Rocha do cargo de reitor do Colégio Paraense “*visto ser incompatível esse cargo com o de professor do mesmo colégio, ou outro emprego público*”⁴⁰⁶.

Em seu lugar, o cônego Siqueira Mendes nomeou o bacharel Francisco Carlos Marianno para o cargo de padre Eutíquio. E não parou por aí. No dia 16 de outubro, padre Eutíquio também foi exonerado do cargo de membro do Conselho da Instrução Pública, pois, novamente Siqueira Mendes justificou o ato com a motivação de que o padre mestre exercia este cargo cumulativamente com o cargo de professor de Latim do Colégio Paraense. E para o seu lugar, foi nomeado o conservador doutor José Ferreira Cantão. Siqueira Mendes dizia ser esta uma corrigenda aplicada aos “desregramentos” dos liberais, padre Eutíquio, José da Gama Malcher, Rodrigo da Veiga Cabral e Francisco da Ponte e Souza em insistir em assumir que não receberam os livros de atas das eleições de São Domingos e também por “*usarem de expressões pouco respeitadas*”⁴⁰⁷ para com ele.

Podemos considerar que a Lei Provincial nº 564 formulada pela Assembleia Provincial e sancionada por Siqueira Mendes também era uma represália lançada para aqueles que eram

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p. 01, 1868.

⁴⁰⁵ O presidente da província do Pará era o Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 01, 1868.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 01.

membros do Partido Liberal de Belém, pois, eles estavam causando enorme rebuliço nas eleições e pondo obstáculos à vitória do grêmio conservador na Câmara Municipal do Pará e à consolidação da mesma hegemonia que tinham na Assembleia Legislativa Provincial. Sobre estas lides políticas noticia o jornal *O Liberal do Pará* em 1870.

Na verdade é fora de toda a questão, que desde que a Assembleia Provincial para tirar uma mesquinha vingança do nosso distinto amigo padre Eutychio, o lançou fora do lugar de reitor, tem o colégio caminhado de mal a pior, até quase completo descrédito.⁴⁰⁸

Após a destituição de padre Eutíquio e José da Gama Malcher dos cargos exercidos na administração pública de Belém, Siqueira Mendes, resolveu nomear seus correligionários conservadores para os cargos vagos. O mesmo aconteceu com as esposas dos liberais que foram substituídas, no Colégio de Nossa Senhora do Amparo, pelas esposas dos doutores ligados ao grêmio conservador. A sombra do padre ainda pairava na administração do educandário, diante de toda a experiência vivida no período em que ficou à frente do reitorado do Colégio Paraense. Não foram apagados da memória daqueles que consideravam sua destituição um ato de “*mesquinha vingança*”⁴⁰⁹. Segundo lamentavam-se no jornal *O Liberal do Pará*.

No discurso deles, o ato do cônego Siqueira Mendes foi uma vingança praticada contra o “*nosso distinto amigo Padre Eutíquio*”⁴¹⁰. É nítido que o articulista de *O Liberal do Pará* creditava culpa à Assembleia Legislativa Provincial, cujos membros entre os anos de 1868 eram os deputados provinciais Dr. Antonio Gonçalves Nunes, Tenente Coronel Antonio Pimenta de Magalhães, Augusto Thiago Pinto, Francisco Carlos Marianno, João Lourenço Paes de Souza, Padre João Simplicio das Neves Pinto Souza, João Diogo Clemente Malcher⁴¹¹. O liberal cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery, liberal, que exerceu o cargo de primeiro secretário da Assembleia em 1867, não retornou à função em 1868⁴¹². A maioria dos deputados provinciais provinha do Partido Conservador, alguns eram amigos do chefe do partido e vice-presidente, o cônego Siqueira Mendes. Claramente exercendo suas influências na sanção da lei provincial que proibia acumulação de cargos públicos.

⁴⁰⁸ *O Liberal do Pará*. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, quinta feira, 06 de janeiro de 1870, ano 02, n. 04, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555/_1870_0004.pdf. Acesso em: 07 dez. 2016.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 01.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 01.

⁴¹¹ Assembléa Provincial. *Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial do Pará*. Ano 1869, n. 02, p. 57. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/705985_1869_0001.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

⁴¹² *Ibidem*, p. 57.

As influências dos conservadores na Assembleia Provincial impuseram barreiras nas tentativas de padre Eutíquio em ser eleito deputado da Assembleia Provincial do Pará, na qual concorreu sob o grêmio do Partido Liberal. Diferentemente do poder local, ele não logrou êxito no alcance do poder provincial. Questões motivadas pelas manobras políticas dos conservadores em lutas contra os liberais, que se estenderam para fora da tribuna, alcançando outros campos da sociedade paraense, por exemplo, a Maçonaria, a Igreja, as instituições escolares, cujo exemplo nós temos na nomeação e a súbita destituição de padre Eutíquio do Reitorado do Colégio Paraense em 1868, assunto que discutiremos no tópico a seguir.

4.5 – “Mas volte ao reitorado o Sr. padre Eutychio”

A folha oficial do governo *Jornal do Pará* publicou em uma manhã de domingo do dia 25 de outubro de 1868 um expediente do governo datado do dia 14 de outubro do mesmo ano. Na manchete, o cônego Manuel José de Siqueira Mendes, o vice-presidente da província, seguindo à risca os termos do artigo 3º da Lei Provincial nº 564 havia exonerado o padre Eutíquio Pereira da Rocha do cargo de reitor do Colégio Paraense, “*visto ser incompatível esse cargo com o de professor do mesmo colégio, ou outro emprego público*”⁴¹³. A Lei sancionada pela Assembleia Provincial alterava o Regulamento de 14 de março de 1864, trazendo modificações como as do artigo 3º:

Artigo 3º. É incompatível o lugar de reitor do Colégio Paraense com o de professor do mesmo Colégio, ou com qualquer outro emprego ou cargo público.⁴¹⁴

Siqueira Mendes nomeou o bacharel Francisco Carlos Marianno para o cargo ocupado por padre Eutíquio. E não parou por aí. No dia 16 de outubro, padre Eutíquio também foi exonerado do cargo de membro do Conselho da Instrução Pública, pois, novamente Siqueira Mendes justificou o ato com a motivação de que o padre mestre exercia este cargo cumulativamente com o de professor de Latim do Colégio Paraense. E para seu lugar, fora nomeado o doutor José Ferreira Cantão. Segundo o Relatório apresentado à Assembleia Provincial de 1863, o padre Eutíquio até então contava com seis anos de magistério,

⁴¹³ Parte Oficial. Expediente do Governo. *Jornal do Pará*, domingo, 25 de outubro de 1868, n. 243, ano 06, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/219339_1868_00243.pdf. Acesso em: 16 nov. 2015.

⁴¹⁴ BRASIL, Lei n. 564, de 10 de outubro de 1868, tomo XXX, 1868, pt. 01, p. 32-34. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1869, (Coleção de Leis da Província do Grão-Pará). (Obras Raras - Biblioteca Pública Arthur Viana). Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-43-03/collecao-das-leis-da-provincia--do-gram-para-tomo-xxx-primeira-e-segunda-parte>. Acesso em: 14 jun. 2015.

recebendo 1.600\$000 réis (mil e seiscentos réis) como ordenado-base, somado a 800 réis de gratificação⁴¹⁵.

Através da mesma lei, o cônego Siqueira Mendes resolveu exonerar o doutor José da Gama Malcher do cargo de administrador do Colégio de Nossa Senhora do Amparo e nomeou o conservador Dr. João Lourenço Paes de Souza para o cargo antes ocupado pelo liberal Dr. Malcher. O *Jornal do Pará* do dia 05 de dezembro de 1868 trazia em sua *Parte Oficial* que assim que ficou sabendo da exoneração do doutor José da Gama Malcher, sua esposa Dona Anna Cândida da Gama Malcher pediu a sua exoneração do cargo de membro da comissão protetora do Colégio do Amparo, em apoio ao marido. Para substituí-la, o vice-presidente cônego Siqueira Mendes nomeou a senhora Leopoldina Ângela Paes de Souza, esposa do doutor João Lourenço Paes de Souza.

Além de Anna Cândida Malcher, as senhoras Carlota Brício da Costa e Ludovina Magdalena da Costa pediram sua saída do Colégio do Amparo, e para o lugar delas foram nomeadas as senhoras Joana Antunes Balbi de Castro, esposa do médico Francisco da Silva Castro e Rita Gonçalves Acatauassú Nunes, consorte do conservador Antônio Gonçalves Nunes, Diretor da Instrução Pública.

O cônego Siqueira Mendes, chefe do Partido Conservador na província, tomado posse da administração da província em 29 de setembro de 1868, sancionara a lei provincial nº 564 em 10 de outubro do mesmo ano. Lembramos que nesse exato momento ocorrem as eleições para a Câmara Municipal de Belém. Neste processo eleitoral, os articulistas Cipriano José dos Santos e Manoel Joaquim Osório reclamavam diariamente nos jornais, que esteve eivado de fraudes provocadas pelos liberais, que dentre as práticas viciosas estavam compelir os escravos do tenente Rozo Danin a votarem, além de suprimir os livros de atas da freguesia de São Domingos da Boa Vista.

Diante dos “desregramentos” dos cidadãos liberais, padre Eutíquio, José da Gama Malcher, Rodrigo da Veiga Cabral e Francisco da Ponte e Souza insistentes em assumir que não receberam os livros de atas das eleições de São Domingos e também “*usar de expressões*

⁴¹⁵ Relação Nominal dos professores do Colégio Paraense contendo tempo de serviço e vencimentos de cada um. In: *Anexos ao Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 13ª Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de Novembro de 1863*. Pará, Tipografia de Frederico Rhossard, 1863, p.02.

pouco respeitosa”⁴¹⁶ para com o cônego Siqueira Mendes. Ele os suspende do exercício da vereação e instaura processo contra aqueles.

Podemos considerar que a Lei Provincial nº 564, formulada pela Assembleia Provincial e sancionada por Siqueira Mendes, também era uma represália lançada para aqueles que eram membros do Partido Liberal de Belém, pois, eles estavam causando enorme rebulição nas eleições e pondo obstáculos a vitória do grêmio conservador.

Após a destituição de padre Eutíquio da administração do Colégio Paraense, Siqueira Mendes resolveu nomear seus amigos conservadores para os cargos da Instrução Pública. O mesmo aconteceu com as esposas dos liberais que foram substituídas no Colégio do Amparo pelas esposas dos doutores ligados ao grêmio conservador. Temos a notícia extraída do *Jornal do Pará* publicada no dia 12 de dezembro de 1874, que disserta acerca da postura política assumida por José Ferreira Cantão. A notícia versava que:

Não considero, portanto, o sr. Dr. Cantão um homem estragado, como disse *O Liberal*.

O que me tem surpreendido, e muito, é ver o sr. Dr. Cantão intimamente ligado ao sr. Cônego Siqueira, e ao mesmo tempo perfeitamente harmonizado com as vistas politico administrativas do governo da província⁴¹⁷.

No ato da exoneração de padre Eutíquio do cargo de membro do Conselho de Instrução Pública da província em 16 de outubro de 1868, Siqueira Mendes elege o seu correligionário conservador José Ferreira Cantão para o cargo do padre Eutíquio. Temos indícios de que o doutor José Ferreira Cantão era um homem ligado ao Partido Conservador desde a década de 1850. E muito possivelmente, um inimigo do padre Eutíquio desde essa época. Em 1868, ele estava muito próximo do cônego Siqueira Mendes, mas, essa amizade poderia ter se iniciado muitos anos antes de 1874.

Os dois grandes educandários da província, o Colégio Paraense e o Colégio de Nossa Senhora do Amparo (antigo Recolhimento das Educandas) foram o anfiteatro da luta entre liberais e conservadores na capital Belém. Neles se infiltravam, coexistiam e se embatiam interesses dos dois partidos, e as lutas ambientadas fora dos espaços dos estabelecimentos de

⁴¹⁶ Parte Oficial. *Jornal do Pará*, domingo, 25 de outubro de 1868, n. 243, ano 06, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/219339_1868_00243.pdf. Acesso em: 16 nov. 2015.

⁴¹⁷ Comunicado. *Jornal do Pará*, sábado, 12 de dezembro de 1874, n. 280, ano 12, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/219339_1874_00280.pdf. Acesso em: 16 nov. 2015.

ensino públicos, como a Câmara Municipal acabavam ecoando nas salas de aula. A destituição do padre Eutíquio e a nomeação de José Ferreira Cantão na Comissão de Instrução Pública ilustram esses embates políticos no cotidiano dos educandários, como o Colégio Paraense, lá ambos eram lentes de latim e história, respectivamente.

Eutíquio após ter sido exonerado do reitorado do Colégio Paraense fora substituído por Francisco Carlos Mariano, e podemos afirmar que ele era mais um conservador a substituí-lo. O jornal *O Liberal do Pará* do dia 19 de março de 1869 sai em defesa de padre Eutíquio com os argumentos de que, em virtude da lei nº 564 elaborada pela Assembleia Provincial, que declarava incompatíveis as funções de reitor e professor de latim, padre Eutíquio fora pressionado a optar pelo emprego de professor de Latim ao invés do cargo de reitor.

Admitamo-lo, pois, e perguntemos ao sr. dr. Soares como foi que uma lei da assembleia provincial declarando incompatíveis os lugares de reitor e professor do colégio Paraense, que anteriormente ocupava já o sr. padre Eutychio teve de optar pelo segundo emprego? Mas não continuemos neste terreno, que podemos fazer alguma revelação que vá comprometer a algum inocente empregado e expô-la a uma demissão a bem do serviço público.⁴¹⁸

Em contrapartida, o Dr. Soares, que acreditamos ser Domingos Soares Ferreira Penna⁴¹⁹ gozava do exercício de dois empregos no funcionalismo público como lente do Liceu Paraense e membro fundador do Museu Paraense. A notícia de *O Liberal do Pará* do dia 19 de março de 1869 dissertava sobre as situações do Colégio Paraense após a saída de padre Eutíquio.

Nós que o desejamos, em último resultado, é ver a lei aplicada igualmente a todos – se a lei não tem efeito retroativo, fique o Sr. Dr. Soares no exercício dos seus dois

⁴¹⁸ Fatos Diversos. O sr. dr. Soares. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, 19 de março de 1869, n. 56, ano 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1869_0005.pdf. Acesso em: 25 fev. 2014.

⁴¹⁹ Segundo Carlos Rocque, Domingos Soares Ferreira Penna foi professor, jornalista, geógrafo, etnólogo e arqueólogo. Nascido na província de Minas Gerais em 1818 transferiu-se para Belém em 1858 e logo foi nomeado secretário de governo do presidente Manoel Frias de Vasconcelos. Exerceu o cargo de professor de Geografia do Liceu Paraense e de História e Geografia na Escola Normal. Em 1866, com grande histórico de pesquisas zoo-botânicas e arqueológicas na Ilha do Marajó, funda a *Sociedade Filomática* junto com outros intelectuais, depois de um ano mais tarde se materializa no *Museu Paraense*, o qual funcionou nas instalações da Diretoria da Instrução Pública e depois no Liceu Paraense, até 1895 ganhar edifício próprio na gestão do republicano Lauro Sodré, que entrega a tarefa de reorganizar o Museu Paraense ao suíço Emilio Goeldi. Cf. ROCQUE, Carlos. Domingos Soares Ferreira Penna. *Op. Cit.*, vol. 05, 1968, p. 1348.

empregos que muito bem os exerce, mas volte ao reitorado o Sr. padre Eutychio, cuja ausência a sr. Dr. Marianno faz todos os dias sobre maneira sensível.⁴²⁰

O doutor Francisco Carlos Mariano não ficou por muito tempo à frente do reitorado do Colégio Paraense. Através de notícias de *O Liberal do Pará* tivemos o conhecimento de que ele ficou por apenas poucos meses. E durante esse tempo “*declarava em alto e bom som que reconhecia sua incapacidade para esse cargo*”⁴²¹. O próprio ato de nomeação de padre Eutíquio para o reitorado do Colégio Paraense não agradou ao grêmio conservador. E nas palavras do jornal *O Liberal do Pará*, os deputados provinciais eram uma influência perniciosa e incidir na administração da província. Para o periódico, eram raros os presidentes de província que tinham a coragem de manter a dignidade de sua posição, isto é, não ceder às pressões políticas vindas da Assembleia Legislativa Provincial. A nomeação do liberal padre Eutíquio para o reitorado do Colégio Paraense pelo presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare desagradou ao grêmio conservador e lhes causou certo desprestígio, “*por não ter a presidência nomeado o candidato por ele indicado*”⁴²².

A notícia de *O Liberal do Pará* dissertava ainda acerca das situações do Colégio Paraense após a saída de padre Eutíquio. Com a saída de Francisco Carlos Marianno do reitorado, o Colégio Paraense supostamente entrara em um estado de “descrédito” e era necessário “*reerguê-lo do estado de desmoralização, a que a inércia e o desleixo o levarão*”⁴²³. Para isso, segundo o articulista, era necessário:

Para conseguir se esse fim era sem dúvida a escolha de um reitor ilustrado, que não procurasse o emprego simplesmente para fazer jus ao ordenado; era preciso que o nomeado possuísse além das qualidades morais essenciais a um educador da mocidade bastante, energia e dedicação para cortar abusos inveterados, e restabelecer a ordem e disciplina no Colégio⁴²⁴.

Os liberais amigos de padre Eutíquio clamavam na gazeta liberal pelo retorno ao seu antigo cargo de reitor do educandário, pois, ele era o único que reunia as qualidades morais e disposição, e principalmente, a autoridade necessária para restabelecer a ordem no colégio,

⁴²⁰ Fatos Diversos. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, 19 de março de 1869, n. 56, ano 01, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1869_00056.pdf. Acesso em: 27 fev. 2014.

⁴²¹ Fatos Diversos. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, quinta feira, 06 de janeiro de 1870, n. 04, ano 02, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará. (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1870_00004.pdf. Acesso em: 27 fev. 2014.

⁴²² Fatos Diversos. Jornal *O Liberal do Pará*, Belém, quinta feira, 06 de janeiro de 1870, n. 04, ano 02. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1870_0004.pdf. Acesso em: 16 nov. 2015.

⁴²³ *Ibidem*, p.01.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 01.

tão desorganizado após a sua abrupta saída. Outra questão era a moralidade, sempre tão marcada na personalidade do padre mestre, e que não permitia que o colégio fosse objeto de interesses individuais e que houvesse abusos de toda ordem. É claro que o articulista falava dos interesses políticos, aliás, o próprio padre Eutíquio tinha os seus, pois, tanto sua nomeação quanto o seu possível retorno eram frutos de vontades políticas e interesses que geralmente visavam agradar ao lado liberal.

Apesar de todos os protestos dos amigos de *O Liberal do Pará*, o padre Eutíquio não voltou para o antigo lugar de reitor. Foi explicitado nas gazetas oficiais que a lei provincial que o exonerara do cargo não tinha efeito retroativo, e estava sendo aplicada com toda a severidade contra o padre mestre. Mas, não era uma unanimidade, funcionários públicos como Domingos Soares Ferreira Penna foram acusados na gazeta liberal de continuar no exercício de dois cargos públicos, apesar da Lei Provincial nº 564 já estar em plena vigência. Mais uma vez, padre Eutíquio estava sofrendo o efeito dos romances políticos.

No limiar dos anos de 1870, Eutíquio continua a integrar o corpo catedrático do agora chamado Liceu Paraense, continuando a ser professor de latim. Realizando nesse período, exames de atestação dos alunos do liceu e prestando serviços como examinador das alunas do Colégio de Nazareth, em 1876, educandário feminino pertencente a particulares, que segundo o jornal *Diário de Belém* de uma quinta feira de 28 de dezembro de 1876, o referido colégio era “*uma das melhores casas de educação, que há na província (...), prestando a mocidade paraense relevantes serviços*”⁴²⁵, sendo dirigido pela senhora D. Catharina d’ Araújo Mattos Guerra.

No ano de 1879, padre Eutíquio deixou o Liceu Paraense após ter sido concedida a sua jubilação⁴²⁶, da cadeira de latim⁴²⁷. Esta cadeira logo foi posta em concurso. O jornal *Diário de Belém* anuncia em um domingo de 26 de janeiro de 1879, estava aberto concurso para a cadeira que por 11 (onze) anos pertenceu ao ilustrado lente habilitado em 1862. Logo na

⁴²⁵ Notícias Diversas. Colégio de N. S. de Nazareth. Jornal *Diário de Belém*, quinta feira, 28 de dezembro de 1876, n. 292, ano 09, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/222402/per222402_1876_00292.pdf. Acesso em: 13 abr. 2014.

⁴²⁶ Segundo vocabulário do século 19, o substantivo *Jubilação* vindo do verbo *Jubilar* significava “Conseguir demissão honrosa da cadeira ou serviço, o que serviu o tempo determinado pela Lei para alcançá-la”. Cf. SILVA PINTO, Luiz Maria. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832, p. 641.

⁴²⁷ O Padre Eutíquio ingressou no Colégio Paraense assumindo a segunda cadeira de Latim em 07 de fevereiro de 1862. Cf. Relação Nominal dos professores do Colégio Paraense contendo tempo de serviço e vencimentos de cada um. In: *Anexos ao Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 13ª Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de Novembro de 1863*. Pará, Tipografia de Frederico Rhossard, 1863, p.02.

segunda década de estadia no Pará. Logo após ter sido o professor no educandário feminino de Nossa Senhora do Amparo, a partir de 1856.

Mandou-se já anunciar o concurso para a cadeira de latim do Liceu, vaga pela jubilação da lente Revdo. padre Eutychio Pereira da Rocha⁴²⁸.

Em 1870, o Colégio Paraense voltou a chamar-se Liceu Paraense, o educandário de ensino secundário da província exclusivo para o do sexo masculino. O Colégio de Nossa Senhora do Amparo era a instituição escolar de ensino primário e secundário da província para a formação do sexo feminino. Estes dois educandários foram os espaços nos quais o padre Eutíquio desenvolveu as reflexões dele para a educação brasileira oitocentista, assim como nos liceus baianos e os dois seminários que frequentou, o Seminário de Salvador, e o Seminário Episcopal, para o qual foi nomeado em 1851 por indicação do bispo D. José Afonso de Moraes Torres.

De acordo com as análises de Magda Ricci, à época da Cabanagem, o governo do bispado de Belém era formado por clérigos brancos ou descendentes de europeus. Todavia, no interior a situação diversificava-se, tomando o Catolicismo outras formas e cores com a população dos interiores convivendo com seus mitos e saberes populares, híbridos às experiências religiosas do Catolicismo, fazendo popularizar-se um catolicismo povoado por rezas, mandigas, folias e magias (RICCI, 2015, p.04).

Ricci ressalta que a revitalização do ensino do Seminário de Belém nos anos de 1850 pela ação do bispo D. José Afonso de Moraes Torres foi realizada devido à necessidade de civilização na diocese do Grão-Pará, resultante do declínio da população “civilizada” na província. Segundo os dados estatísticos de comerciantes britânicos, o decréscimo nos números da população “civilizada” causada pelas guerras cabanas dos anos de 1835 a 1840 teria sido de 37 mil habitantes, de acordo com Ricci, 12% da população. Números sem o cômputo dos escravos africanos e os habitantes fugidos dos mocambos. (RICCI, 2015, p.09).

Segundo as estimativas do *Dicionário* de Aillaud, existiam no Grão-Pará cerca de 139 mil homens “civilizados”. Havia outros cerca de mil índios chamados “bravos”, de acordo com Ricci, índios não catequizados. Resultando na compreensão de que existia no Grão-Pará população em número maior do que os homens ditos “civilizados”. Essa população de pessoas

⁴²⁸ Noticiário. Jornal *Diário de Belém*, domingo, 26 de janeiro de 1879, n. 21, ano 12, p. 01. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, setor de periódicos do Pará (Biblioteca Nacional). Disponível em: memoria.bn.br/pdf/222402/per222402_1879_00021.pdf. Acesso em: 13 abr. 2014

“incivilizadas” girava em torno de 1.840 pessoas, perfazendo habitantes escravizados, fugidos, e “bravos” (RICCI, 2015, p. 09).

Figura 11- Seminário e Palácio Episcopal por volta de 1875.



Fonte: *Álbum de Vistas do Pará* (1899), FIDANZA, Felipe Augusto. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2534> (Brasiliana Fotográfica Digital). Acesso em: 07 nov. 2019.

O Seminário Episcopal do Pará (atual Igreja de Santo Alexandre) tornou-se o reduto de “civilização” na província depois do fim da Cabanagem. Em 1851, o Decreto n. 839 de 10 de outubro de 1851 criou no Seminário as cadeiras de Latim, Francês, Língua Indígena Geral, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Geografia, História Sagrada e Eclesiástica, Moral, Dogmática, Instituições Canônicas, Liturgia, Canto Gregoriano⁴²⁹. Eutíquio migrou da Bahia para a província do Grão-Pará nos tempos da epidemia de febre amarela em 1850 e de *cólera morbus* em 1855-56; nos tempos de reconstrução depois das lutas da Cabanagem. Vindo de Salvador, aportou em Belém em 1851, ano da criação da cadeira de Instituições Canônicas.

O padre Eutíquio foi enviado pelo arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas da Bahia para o Grão-Pará atendendo ao pedido do bispo D. José Afonso Torres em enviar para o Seminário de Belém os padres formados na tradição pastoral ultramontana, onde o reduto de formação, o Seminário de Salvador, havia passado por uma reformulação no ensino passando

⁴²⁹ *Breve Monografia sobre o Seminário Arquiepiscopal de N. Senhora da Conceição de Belém por ocasião de sua reabertura a 15 de maio de 1933*. Pará: CECULT, Biblioteca Orlando Bittar, 1933, p. 53.

a *exportar* padres para os seminários das demais províncias do Império. O Grão-Pará foi uma destas províncias a receber os padres formados com D. Romualdo Seixas. Eutíquio foi um deles, aportando à província aos 34 anos para ministrar ensino dos Cânones da Igreja no Seminário de Belém, conforme testemunha o senador da província do Piauí Francisco José Furtado na tribuna do Senado em 1867.

O bispo do Pará demitiu a três padres que eram professores, um dos quais de Ilustração não vulgar, o padre Eutychio Pereira da Rocha, e de muitos bons costumes: conheci-o no Pará.

Este distinto sacerdote foi a pedido do finado bispo D. José I, mandado pelo finado arcebispo da Bahia, Conde de Santa Cruz, para ensinar instruções canônicas no seminário de Belém, e ensinava desde 1852 ou 1853.⁴³⁰

Os testemunhos do Senador e Conselheiro Francisco José Furtado sobre a vinda do padre Eutíquio para o Pará ganham sentido na medida em que tem consonância com ofício datado de 1857, enviado pelo padre Eutíquio ao bispo D. José Afonso Torres. Ofício onde ele agradece a indicação que lhe fora dada pelo bispo para a cadeira de ensino canônico no Seminário de Belém.

27 de Agosto. Exmo. Sr. Tendo recebido o ofício de V. Exc^a. em que me participa S. Majestade houve por bem aprovar proposta que de mim fez o Bispo diocesano para Lente de Instituições Cânones do Seminário do Pará. Tão feliz coincidência, Exmo., será mais um motivo porque não esquecerei mais Administração de V. Exc^a. Deus guarde V. Exc^a. dilatados anos.

Belém do Pará, 27 de agosto de 1857.

Exmo. Sr. Presidente desta Província

Henrique de Beaurepaire Rohan

Pe. Eutychio Pe^o [*ilegível*]⁴³¹

Diversas portarias do bispo D. José Afonso Moraes Torres revelam o interesse na reorganização do Seminário, sendo uma delas a Portaria assinada por ele e datada de 26 de setembro de 1855 tornando reitor do Seminário Episcopal o cônego Ismael de Sena Ribeiro Nery⁴³², à época frade da Ordem Carmelita, natural da província de Alagoas e amigo do padre Eutíquio, tendo o conhecido na Bahia. Nomeado para a cadeira de Direito Canônico do

⁴³⁰ Fala do Senador da província do Piauí Francisco José Furtado em sessão de 07 de junho de 1867. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Ano de 1869, p. 119. (Senado Federal). Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Império/1869/1869%20Livro%20ok.pdf Acesso em: 17 out. 2012.

⁴³¹ Fundo: Secretaria do Estado do Interior e Justiça. Série: Ofícios. Notação atual: Ofícios das Autoridades Eclesiásticas. Período: 1856-1859. Caixa: 203. Área: Governo. (Arquivo Público do Estado do Pará).

⁴³² *Breve Monografia sobre o Seminário Arquiepiscopal de N. Senhora da Conceição de Belém por ocasião de sua reabertura a 15 de maio de 1933*. Pará: CECULT, Biblioteca Orlando Bittar, 1933, p. 54.

Seminário de Belém, o padre Eutíquio enquanto um padre vindo de fora polemizou com alguns sacerdotes da terra que pela imprensa o atacaram através do jornal conservador *O Velho Brado do Amazonas* e receberam a réplica do padre no jornal do arcebispado *Trombeta do Santuário*. As ofensas dirigidas contra o padre Eutíquio não deixaram de tocar na questão religiosa, o tratavam como um ultramontano. Havia também espaço para os insultos raciais, muitas vezes descambando em injúrias étnicas que relacionavam a cor de sua pele aos estereótipos sobre o continente africano, presentes no imaginário de uma sociedade miscigenada, todavia, escravagista e racista, que privilegiava a Europa branca como referencial de civilização.

Com tanta diversidade de origens e culturas religiosas no Seminário, com padres nascidos no Pará e outros padres vindos “de fora”, além dos missionários estrangeiros, não foi difícil ao Seminário ser o palco de disputas internas entre o “ultramontanismo”⁴³³ de padre Eutíquio, recém-chegado da Bahia e os padres insurgentes ao bispo D. José Afonso de Moraes Torres, a exemplo do cônego João Carlos de Oliveira Pantoja e o padre Lázaro Pinto Moreira Lessa, que publicava artigos em um pequeno jornal, *O Correio dos Pobres*⁴³⁴, sendo sempre replicado pelo padre Eutíquio no jornal do bispado *Trombeta do Santuário*⁴³⁵, além de *O Velho Brado do Amazonas* jornal também opositor do governo do bispo D. José Moraes Torres.

A formação sacerdotal de Eutíquio Pereira da Rocha realizou-se no Seminário Maior de Salvador, à época em reformulação das estruturas disciplinares e pastorais da Igreja Católica, sob a direção do Arcebispo Dom Romualdo Antônio de Seixas. Dele também saiu o padre Antônio de Macedo Costa, futuro bispo do Pará. O processo de ordenação de Eutíquio

⁴³³ Marcado por uma formação religiosa ultramontana ainda recente feita no Seminário de Salvador à época do pastorado do arcebispo paraense D. Romualdo Antônio de Seixas, o padre Eutíquio chegou da Bahia bastante imbuído pelas concepções de autonomia da igreja em relação ao estado. Nisto, houve as tensões entre suas concepções ultramontanas e as posturas de “acomodação” da igreja ao sistema do Padroado, presentes nos membros do campo religioso paraense, especialmente, no baixo clero, a maioria deles ingressos na estrutura burocrática imperial. Três deles a travarem contenda com Eutíquio foram os padres Lázaro Pinto Moreira Lessa, Eugênio de Oliveira Pantoja e João Carlos d’ Oliveira Pantoja dois futuros padres conservadores. Sobre isso ver. TAVARES, Kelly Chaves. As relações entre o Clero e o Estado na década de 1850: as contradições de um ultramontanismo no Pará. In: MESQUITA, T. (Org.) & ALVES, D. *Anais do X Simpósio de História seção Pará: as crises da República e o ensino de história: a democracia brasileira em questão*. 1ª. ed. Belém, PA, Paka-Tatu, 2017, p. 341-351.

⁴³⁴ Jornal redigido pelo padre Lázaro Pinto Moreira Lessa, o primeiro número circulou Belém em 1848. Em 1851 aparece um segundo jornal de mesmo nome. Não sabemos se era a continuação do primeiro. Cf. BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornais Paraenses (1822-1908)*. Pará: Imprensa Nacional, 1908, p.42.

⁴³⁵ Jornal da diocese paraense publicados sob os auspícios do bispo D. José Afonso de Moraes Torres, teve o primeiro número circulando na cidade de Belém em 1852. Substituiu o Jornal Sinopses Eclesiástica. Cf. BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornais Paraenses (1822-1908)*. Pará: Imprensa Nacional, 1908, p.120.

em Salvador assistiu à explosão da Revolta dos Malês em 1835. Além dos ecos das lutas regenciais da Sabinada, de 1836, que sacudiu o Império. As revoltas na Bahia foram os abalos macroestruturais que fizeram parte da vida de Eutíquio, desde o seu nascimento, até a sua habilitação às Ordens Menores, entre 1830-1832.

Nesse tempo, a Bahia sofria os ecos da repressão à Revolução Pernambucana de 1817, expressa na mudança das políticas de recrutamento militar pelo Conde dos Arcos. Fugir delas, possivelmente tenham influenciado em sua escolha de se tornar padre para [talvez] escapar de um possível recrutamento forçado para as tropas militares de Salvador. Seus Autos de Inquirição *De Genere e Vita et Moribus* começam em 1830, ano em que ele contava com 14 anos de idade e muito provavelmente seria recrutado para as tropas militares.

O ano de 1817, emblemático por ser o ano da Revolução dos Padres, em Recife, é o ano de nascimento de Eutíquio Pereira da Rocha, ocorrido em Salvador do dia 15 de maio. Ele era o filho natural de uma crioula livre e solteira, de nome Joaquina Osana de Sant'Anna, nascido quando ela tinha 17 anos de idade, conforme atesta seu registo de batismo, realizado com poucos meses de nascido na Igreja da Sé. Eutíquio residiu durante sua infância na freguesia de mesmo nome, na Cidade Alta. Possuía o seu núcleo familiar característico por ser cristão velho e de ascendência escrava pelo lado materno. Sua avó era a africana angola de nome Maria Domingues da Costa, escrava do senhor Domingos da Costa, e que até 1830 é descrita no processo sacerdotal como já alforriada.

Eutíquio nasceu de ventre livre, e depois de tomar os santos óleos na pia batismal foi registrado no Livro de batismo como *pardo*. Sobre as sociabilidades em seu seio familiar podemos apontar que a relação com o pai biológico e a família deste foi marcada por ausências. O pai dele, um *possível*⁴³⁶ militar português de nome José Lopes de Miranda⁴³⁷,

⁴³⁶ No processo de habilitação de Eutíquio ao sacerdócio há uma acidental referência sobre sua filiação paterna feita pelo mestre carpina viúvo Agostinho Rocha no Auto de Inquirição De Genere de Eutichio Pereira da Roxa: “Agostinho da Rocha viúvo natural desta cidade onde vive de ser mestre carpina com idade de quarenta e seis anos e tem este jurado aos Santos Evangelhos. E perguntado pelo conteúdo do Mandado de Segredo dez ser o Habilitando Eutychio filho natural de Joaquina Osana, e do Capitam Miranda ignora que tanto ele habilitando como seus parentes não incorreram em pena de Lesa Majestade da conduta do habilitando afiança ser de bons costumes tudo isto jurou ele testemunha por seu e sabedoria”. Este testemunho sugere o nome de um homem chamado Capitão Miranda, possivelmente algum português morador da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, a mesma freguesia onde a mãe de Eutíquio residia quando jovem. Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutiquio Pereira da Roxa, Ano: 1830. Folha 14. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga/ Arquidiocese de Salvador.

⁴³⁷ REQUERIMENTO do sargento da 1ª. Companhia do Corpo de Artilharia de Milicianos da Bahia, José Lopes de Miranda ao rei [D. João VI] solicitando licença para regressar à sua terra, donde viera tratar da saúde. [ant. 1817, Agosto 13]. Arquivo Histórico Ultramarino – Baía, cx. 250, doc. 61. AHU_ACL_CU_005, Cx. 259, D. 18137, folhas 01-05.

segundo as fontes nos sugerem, ele foi um imigrante branco português, e primeiro sargento da 1ª. Companhia Real do Corpo de Artilharia de Milicianos da Bahia.

José Lopes de Miranda, conhecido como o Capitão Miranda, residia na Bahia, possivelmente servindo na repressão à Revolução Pernambucana de 1817, onde ferido nas batalhas e supomos sabendo ter um filho ilegítimo a caminho, com uma crioula livre e solteira a partir 09 de outubro de 1816, ele faz um requerimento ao Rei D. João VI solicitando a permissão real para regressar à sua terra natal, “*por grave moléstia de que proximamente foi atacado e teve incerta na atestação junta de professar fidedigno ser lhe faz preciso sem perda de tempo retirar-se para o Reino de Portugal a procurar melhora a sua saúde*”⁴³⁸. Uma certidão anexa ao requerimento assinada pelo 2º Tenente Comandante João Serra Guedes e datada de 20 de outubro de 1816, afirma “*o que o suplicante alega é uma verdade, é o que posso informar a V. Sa.*”⁴³⁹.

Das alegações do capitão foi dada a anuência pelas mãos do Rei para o seu regresso a Portugal. Talvez os motivos de saúde possam ter sido verdade, porém, essa hipótese não exclui uma segunda possibilidade: que consistia em ter a sua saída da Bahia motivada pela gravidez da crioula solteira Joaquina Osana de Santana.

Afinal, por volta da data do início da petição ao Rei, o mês de outubro de 1816, Joaquina Osana provavelmente estaria chegando aos dois meses de gestação, visto que Eutíquio nasceu em maio de 1817. Nisso, existe a possibilidade do Capitão Miranda desejar retornar a Portugal porque sabia que teria um filho ilegítimo com uma crioula solteira e não desejava assumir publicamente a paternidade. Talvez por ser oficialmente casado no Reino de Portugal. Tal hipótese não nos parece inconcebível e nem por isso merece ser descartada.

O que podemos assegurar a partir dessa experiência biográfica do padre Eutíquio é que o *ethos* nobiliárquico português nunca esteve ausente da vida dele. Embora não conhecesse o pai pessoalmente, sabia quem ele era, uma vez que esses indícios permaneceram nas suas decisões em filiar-se nas sociedades científicas e literárias portuguesas na Bahia, como a Sociedade da Biblioteca Clássica Portuguesa em 1845, e no Grão-Pará no Grêmio Literário Português em 1879.

⁴³⁸ *Ibidem*, folha nº 02.

⁴³⁹ *Ibidem*, folha nº04.

Dois círculos sociais estritamente seletivos que o aceitaram como sócio efetivo depois de ordenado padre, devido a sua ascendência portuguesa pelo lado paterno. O que nos supõe que ele embora não conhecesse pessoalmente o pai biológico, sabia de sua importância social na sociedade como a brasileira, ciosa das suas raízes vindas de Portugal.

Na cidade de Belém, observamos que o Grêmio Literário Português era organizado de acordo com perfis étnicos e sociais – branco europeu e imigrante – mas, não estavam vedadas ao acesso pelos homens de cor na cidade de Belém da segunda metade do século XIX. Estabelecem-se nos laços de sociabilidade entre os sócios, fronteiras étnicas entre brasileiros, fossem eles brancos ou mestiços, e os portugueses naturais do Reino ou seus descendentes, dentro da associação de beneficência. Possíveis através da troca de bens – livros, folhetos e demais impressos – a reger as interações entre mestiços, brancos brasileiros ou imigrantes, sendo estas trocas de caráter cultural e de assistencialismo mútuo.

Enquanto um descendente de lusitano, o padre Eutíquio sempre foi estritamente cioso do *ethos* português e nobiliárquico de seu pai, utilizando nesses espaços como estratégia de inserção, criando hierarquias necessárias para a garantia da ordem social. Ordem social oitocentista que diversas vezes ele desejou manter, a exemplo de sua participação nos círculos letrados portugueses já como um padre ordenado.

Mas que por diversas vezes ele subverteu-a. Dando-nos a conhecer, através de sua biografia, os espaços sociais nos quais ele experimentou o drama da liberdade⁴⁴⁰, a exemplo do seu ingresso na Igreja Católica. Através de seu ingresso nessa instituição, ele pôde ascender socialmente, contrariando os destinos⁴⁴¹ a que lhe estavam destinados a sua origem bastarda, pobre, negra africana, e com raízes na escravidão.

⁴⁴⁰ Como escreve muito acertadamente Sabina Loriga no capítulo “o drama da liberdade” onde ela demonstra que os historiadores alemães acreditavam que a história é o produto de individualidades únicas e irredutíveis, cada uma gozando da própria estrutura e da originalidade imediata. Para eles, o mundo histórico não é governado por um destino inelutável que exclui toda a latitude de pensamento e ação, antes se configura como uma tarefa para a realização da qual somos chamados a colaborar. Historiadores como Johann Gustav Droysen acreditam que o ser humano está impregnado de história, nascendo no seio de uma família, de um povo, de uma linguagem, de um Estado, de uma religião. Porém, ele conhece a liberdade, estando em condições de se colocar questões, de pensar, de tomar decisões, de agir, de insistir, não se resumindo a um ser passivo impõe-se como um sujeito do mundo. Cf. LORIGA, Sabina. O drama da liberdade. In: *O pequeno x*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p.

⁴⁴¹ Talvez o recrutamento para o serviço militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratamos ao longo deste estudo composto por quatro capítulos, da história e memória do padre Eutíquio Pereira da Rocha em forma de biografia histórica feita a contrapelo, isto é, realizada através do método regressivo do historiador francês Marc Bloch⁴⁴², que prima pela compreensão do passado pelo presente. Nisto, nosso método de narração historiográfica começou nos tempos de hoje de modo a localizar as memórias do padre Eutíquio. Os quais estão expressos na Travessa Padre Eutíquio, um importante logradouro público, a maior rua da cidade de Belém a entrecortar os bairros de Batista Campos, Jurunas, Comércio e Cremação. Nossa investigação se debruçou em localizar e entender as memórias sobre o padre Eutíquio na cidade, e delas as que nós pudemos localizar situa-se no espaço da Igreja Católica, onde ele é visto como “o padre que foi excomungado pelo bispo”.

Investigando este caminho da memória percebemos ser ela construída no século 20 com os estudos monográficos sobre a história da ação pastoral da Igreja desde a colonização, duas delas: a biografia “D. Macedo Costa, bispo do Pará” (1939), de D. Antônio de Almeida Lustosa⁴⁴³, que descreve a missão evangélica do bispo D. Macedo Costa na diocese do Pará no século 19. A interpretação sobre o padre Eutíquio Pereira da Rocha nesta obra o trata como o sacerdote apóstata e reprovado pelo bispo com a excomunhão. A outra obra é a “Cronologia Eclesiástica da Amazônia” (1952), de D. Alberto Ramos⁴⁴⁴, obra que situa cronologicamente os momentos importantes vividos pela Igreja Católica na Amazônia, sendo a expulsão do padre Eutíquio do sacerdócio, um dos fatos ocorridos no bispado de D. Macedo Costa ausentes da cronologia.

Percebemos que estes discursos sobre o padre Eutíquio faziam eco aos discursos do Jornal *A Boa Nova*, folha da diocese de D. Macedo Costa, nos quais se sobressaíam ser ele um “padre apóstata”, um “sacerdote transviado”, “um padre excomungado”. Propomo-nos a cruzar estes discursos com as interpretações da historiografia da igreja do século 20, notadamente os trabalhos de Raymundo Heraldo Maués⁴⁴⁵, que apresenta em suas análises sobre a romanização na Amazônia a presença do padre Eutíquio como um padre liberal

⁴⁴² BLOCH, Marc. *A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XII e XVIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

⁴⁴³ LUSTOSA, D. Antônio de Almeida. *D. Macedo Costa*. Bispo do Pará. Belém: Secult, 1992

⁴⁴⁴ RAMOS, Alberto Gaudêncio. *Cronologia Eclesiástica da Amazônia*. Belém: Arquidiocese de Belém, 1952.

⁴⁴⁵ MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma “outra” invenção da Amazônia*. Religiões, Histórias e Identidades. Belém: Cejup, 1999.

rebelde às determinações de D. Macedo Costa. Desse cotejo, construímos a problemática desta dissertação de mestrado, que consistia em pensar o padre Eutíquio *para além* destes discursos de “sacerdote transviado”, “padre apóstata”, “padre rebelde e liberal”, questionando como e quais foram os campos e espaços de inserção e atuação dele no século dezenove, a exemplo de onde nasceu? O que fazia na igreja? Porque foi suspenso? Qual a razão da sua “rebeldia”?

Sobre esta a problemática, construímos esta biografia histórica do padre Eutíquio cuja tese fundamenta-se em pensá-lo enquanto o sujeito *de sua* história, assim como o sujeito de muitas histórias, e não unicamente como o inimigo do bispo D. Macedo Costa e da Romanização. Esta foi uma das faces muito importantes de sua história, pois, demonstramos alguns fios destes debates nos capítulos. Porém, não foi a única face de suas atuações na cidade de Belém, que foram de naturezas diversas, de modo a conceituarmos ele enquanto um “intelectual polígrafo”, segundo definição de Mary Douglas⁴⁴⁶. Escolha conceitual justificada pelo mosaico de suas relações de sociabilidade, captados com diversos atores sociais da capital amazônica e também na cidade de Salvador, província da Bahia, de onde era natural.

Para pensar a história e a memória do padre utilizando a metodologia de escrita histórica e de narrativa historiográfica que é a biografia, careceu de grande aprofundamento teórico-metodológico para mapear o debate internacional a respeito da consolidação da biografia como *práxis* historiográfica e seus usos atuais cuja opção pelos debates de Jacques Le Goff⁴⁴⁷ e Giovanni Levi⁴⁴⁸ nos orientou a observar a relação entre o indivíduo e o seu contexto como forma de buscar a compreensão de uma fração apenas, das múltiplas realidades sociais possíveis no século 19 e 20. Logo, dividimos o estudo em quatro capítulos, sendo no primeiro capítulo realizado um debate teórico a respeito dos usos da biografia no passado e no presente, assim como nossa opção metodológica de biografia orientada pela Micro-história italiana de Carlo Ginzburg⁴⁴⁹, Sabina Loriga⁴⁵⁰, e Giovanni Levi⁴⁵¹.

⁴⁴⁶ DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp, 1999.

⁴⁴⁷ LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Biografia. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

⁴⁴⁸ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴⁴⁹ GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁴⁵⁰ LORIGA, Sabina. *O Pequeno x*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

⁴⁵¹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Depois do capítulo teórico, construímos no segundo capítulo, um balanço historiográfico a respeito da presença do padre Eutíquio nos estudos de diversas áreas do conhecimento. Observamos que ele teve a presença discutida em estudos de antropologia religiosa, historiográficos, filosóficos e no meio esotérico da Maçonaria. Através destes estudos, pudemos localizar os seus lugares de pertença e abrir o leque de possibilidades e problematizações a respeito dos caminhos seguidos por ele na sociedade brasileira oitocentista e na sociedade brasileira do século 20, observando as disputas de suas memórias na cidade.

No terceiro capítulo, discutimos a vida do padre Eutíquio começando pela morte, ocorrida no dia 20 de agosto de 1880, na cidade de Belém. Seguimos o estilo de narração semelhante ao presente no conto “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis⁴⁵², em que a personagem principal narra sua vida tomando como o ponto de partida a sua própria da morte. Discutimos que a morte de Eutíquio foi um acontecimento político mobilizando um grupo social específico, presentes na vida dele por muito tempo e que no momento da morte, tomaram-na para si, fazendo dela um ritual público marcado pela simbologia católica e maçônica. Desses atos diante da morte do padre surgiram implicações políticas e religiosas, com a Igreja Católica do bispo D. Macedo Costa e seus padres aliados, que através do jornal *A Boa Nova* bradaram serem as procissões de velório e sepultamento marcadas pela inconstitucionalidade e afronta às leis da Igreja. Que não podia admitir que um padre suspenso ser celebrado no momento de sua morte por tão grande massa da população de Belém. No capítulo discute-se também a simbologia presente na morte do padre Eutíquio e suas concepções sobre a morte, pensadas por ele ainda vivo, e codificadas na forma de uma carta testamento chamada *Disposições para logo que eu morra*, publicada em 1880 e conhecida na imprensa e na historiografia da Maçonaria através de José Castellani⁴⁵³, Elson Monteiro⁴⁵⁴ e Alan Santos⁴⁵⁵, como a “Profissão de fé do Padre Eutychio”. Observamos as exegeses da profissão de fé do padre Eutíquio feitas pelo jornal *A Boa Nova* de modo a veicular os discursos sobre ele relacionados à “apostasia”, “excomunhão”, “impureza”, etc.

No capítulo quarto nós discutimos o processo de expulsão de padre Eutíquio do ofício de padre, no ano de 1866, e as implicações suscitadas por este fato. Lançamos a ideia de que a

⁴⁵² ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁴⁵³ CASTELLANI, José. *Os Maçons e a Questão Religiosa*. Londrina/PR: Editora Maçônica A Trolha LTDA, 1996.

⁴⁵⁴ MONTEIRO, Elson L. Rocha. *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na segunda metade do século XIX, 1850-1900*. Belém: Editora Açai, 2016.

⁴⁵⁵ SANTOS, Alan C. de Souza. *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. 1ª. Ed. Curitiba: Prismas Editora, 2015.

suspensão de Eutíquio foi motivada também por questões políticas na forma de divergências de natureza política com o bispo D. Macedo Costa e com os conservadores da província do Pará, nos tempos de Conciliação Política no Império, que na província do Pará mobilizavam disputas entre liberais e conservadores em temas discutidos pela sociedade imperial brasileira na segunda metade dos oitocentos, como a questão servil, a Guerra do Paraguai, a modernização urbana e as eleições locais, depois da reforma eleitoral de 1855. Evidenciamos também que os efeitos das disputas eleitorais carream-se para outros campos da sociedade, como a Instrução Pública, de modo a suscitar uma “dança das cadeiras” no interior dos educandários públicos, com nomeações e destituições de lentes, reitores, diretores e conselheiros da Instrução Pública.

Por fim, nesta seção de considerações finais nos dedicamos a refletir sobre esta “curta ponte” dita pelo protagonista defunto de Machado de Assis sobre o significado da vida. E aqui, pretendemos esclarecer com esta dissertação. Apontaremos as reflexões que extrapolaram os limites deste estudo, uma delas já explorada, foi a relação de padre Eutíquio com as festas do Natal, analisada em um artigo publicado em 2015⁴⁵⁶, onde tratei do envolvimento do padre em festas marcadamente cristãs na cidade de Belém no ano de 1877, participando ativamente do Natal, já como um padre suspenso das ordens. Ele construiu um imenso presépio natalino em frente à sua casa, na Estrada de São José, objeto da admiração dos observadores que noticiaram no jornal *Diário de Belém*. No artigo pudemos sugerir que ele àquela altura não podia mais celebrar missas, pregação ou função de coro, mas, não estava isento de tomar parte nas festas cristãs, enquanto um cristão, e assim reunir na festa do Natal os seus convivas, segundo a espiritualidade católica.

Outras temáticas surgidas e não exploradas foram: as sociabilidades em seu seio familiar, a relação com o pai biológico, e com o padre Torquato na província do Amazonas e toda a articulação com nomes da Maçonaria desta província. Enfim, tramas construídas por ele de modos objetivos e subjetivos, segundo Pierre Bourdieu⁴⁵⁷, da vida de um homem que não cabem em uma dissertação de mestrado e se espraíam por amplas possibilidades de investigação, que ficaram abertas e a serem feitas partir de novos estudiosos.

⁴⁵⁶ TAVARES, Kelly Chaves. Festas Católicas na cidade de Belém: o caso do Natal de Padre Eutíquio (1870-1879). In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). *Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos: Práticas religiosas, práticas do sagrado, festas e sabores*. Volume 06, Belém: Editora Açai, 2015, p. 56-64.

⁴⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. *Esboço de Autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Fontes

Fontes impressas

Center Research Libraries/ Universidade de Chicago

Relatórios de Presidentes da Província do Pará

PROVÍNCIA DO PARÁ. Anexos ao Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na segunda sessão da 13ª Legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de Novembro de 1863. Pará, Tipografia de Frederico Rhossard, 1863.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório apresentado com que o Excelentíssimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da província do Grão-Pará ao excelentíssimo senhor Visconde do Arary, primeiro vice-presidente em 6 de agosto de 1868, Pará, Tipografia de São Mateus, 1868.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Anexos ao relatório com que o Excelentíssimo senhor vice-almirante e conselheiro de guerra, Joaquim Raymundo de Lamare, passou a administração da província do Grão-Pará ao Excelentíssimo senhor Visconde de Arary, 1º vice-presidente, em 6 de agosto de 1868, Pará, Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1868.

PROVÍNCIA DO PARÁ. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Província Dr. Abel Graça, Pará Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1872.

Biblioteca Digital do Senado Federal

PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Anais do Parlamento Brasileiro. Senado. Segundo Ano da Décima Legislatura. Sessão de 1858. Tomo 1. Rio de Janeiro. Empresa do Diário – Rua do Rosário, n. 84. 1858.

PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Anais do Senado do Império do Brasil. Primeira sessão em 1869 da décima quarta legislatura de 1 a 30 de junho. Volume 02. Rio de Janeiro. Tipografia do Diário do Rio de Janeiro – 97– Rua do Ouvidor – 97. 1869.

BRASÍLIA. NOGUEIRA, Octaciano (Org.) Constituições Brasileiras. **1824**. Volume 01. 3ª. Edição, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012, 105 p.

Jornais coletados no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O Noticiador Católico – 1850

Treze de maio – 1854

O Liberal do Pará – 1870-1879

O Pelicano – 1872

Boletim do Grande Oriente do Brasil – 1880

O Colono de Nossa Senhora do Ó – 1856

Jornal do Pará – 1867-1870

Diário de Belém – 1869-1870

A República – 1887

A Época – 1859

A Estrella do norte – 1866

Almanach do Diário de Belém – 1878

Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial – 1868; 1869

Estado do Pará – 1911/ 1917

Jornais coletados no Setor de Jornais Microfilmados da Biblioteca Pública Arthur Vianna

O Liberal do Pará – 1870-1879

O Santo Ofício – 1872

A Província do Pará – 1880

Folha do Norte – 1943

Legislação coletada no site da Biblioteca Brasileira Guita e José Midlin

BRASIL. Lei de 28 de Setembro de 1871 sobre o Estado Servil e Decretos Regulando a sua execução. São Paulo. Tipografia Americana, 1872.

Legislação coletada na Biblioteca de Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna

BRASIL, Lei n. 553, de 25 de setembro de 1868, tomo XXX, 1868, pt. 01, p. 10-11. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1869, (Coleção de Leis da Província do Grão-Pará).

BRASIL, Lei n. 564, de 10 de outubro de 1868, tomo XXX, 1868, pt. 01, p. 32-34. Belém: Tipografia do Diário do Grão-Pará, 1869, (Coleção de Leis da Província do Grão-Pará).

Fontes Manuscritas

Ofícios coletados no Arquivo Público do Estado do Pará

Fundo: Secretaria do Estado do Interior e Justiça. Série: Ofícios. Notação atual: Ofícios das Autoridades Eclesiásticas. Período: 1856-1859. Caixa: 203. Área: Governo.

Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Caixa nº 307, 1870 – 1874. Série: Ofícios das Autoridades Eclesiásticas. Área: Governo.

Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Caixa nº 291, 1868 – 1869. Série: Ofícios das Autoridades Eclesiásticas. Área: Governo.

Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Fundo: Câmara Municipal do Pará, Série: Livro de Atas, Ano: 1862-1868. Arquivo Palma Muniz.

Projeto Resgate – Biblioteca Luso-Brasileira (site da Biblioteca Nacional Digital/Brasil)

REQUERIMENTO do sargento da 1ª. Companhia do Corpo de Artilharia de Milicianos da Bahia, José Lopes de Miranda ao rei [D. João VI] solicitando licença para regressar à sua terra, donde viera tratar da saúde. [ant. 1817, Agosto 13]. Arquivo Histórico Ultramarino – Baía, cx. 250, doc. 61. AHU_ACL_CU_005, Cx. 259, D. 18137, f.05.

Documentos da Igreja

Arquidiocese de Belém

Manoel, filho da preta Jerônima, escrava do Estabelecimento das Educandas. Livro do ano de 1853-1856, n. 07, f. 14. Livro de Batismos da Paróquia da Sé.

Jornal A Boa Nova – 1871-1880

Arquidiocese de Salvador

Fundo: Secretaria Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *De Genere* a favor de Eutiquio Pereira da Roxa, Ano: 1830. Folhas 01-36. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga.

Fundo: Câmara Eclesiástica, Série: Autuação de Inquirição *Vita et Moribus* a favor de Eutychio Pereira da Rocha, Ano: 1830. Folhas 14-40. Arquivo do Laboratório Eugênio Veiga.

Biblioteca Apostólica Vaticana (BAV)

Encíclica Quanta Cura. 1864. In: BELOCCHI, U. (editado por). Todas as encíclicas e os principais documentos papais emitidos por 1740, vol. 4: Pio IX (1846-1874), Libreria Editrice

Vaticana, Cidade do Vaticano, 1995. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembris-1864.html>>

Blogs dedicados à publicação de documentos pontifícios na Internet

Bula Syllabus Errorum 1864. In: ANTONELLI, Cardenal. (editado por). Catálogo que comprende los principales errores de nuestra época señalados en las encíclicas y otras cartas apostólicas de nuestro santísimo señor Pío Papa IX - G. Cardenal Antonelli - 1864. Disponível em: *Pale Ideas* Biblioteca Virtual, Documentos Pontifícios. <http://farfalline.blogspot.com/p/blog-page_12.html>

Imagens

Fotografias

Biblioteca Brasileira Fotográfica Digital

FIDANZA, Felipe Augusto. A Travessa de São Matheus, também conhecida como Estrada das Mangúbas, atual Rua Padre Eutíquio 02 – [187-?]. *Álbum de Vistas do Pará*. 1899. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/557>

FIDANZA, Felipe Augusto. A Estrada de São José – [187-?]. *Álbum de Vistas do Pará*. 1899. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/561>

FIDANZA, Felipe Augusto. Arraial de Nazareth – 1875. *Álbum de Vistas do Pará*. 1899. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/2541>

FIDANZA, Felipe Augusto. Igreja de Nossa Senhora do Carmo – 1875. *Álbum de Vistas do Pará*. 1899. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/2536>

FIDANZA, Felipe Augusto. Igreja da Sé – 1875. *Álbum de Vistas do Pará*. 1899. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/2533>

FIDANZA, Felipe Augusto. Câmara Municipal – 1875. *Álbum de Vistas do Pará*. 1899. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/2529>

FIDANZA, Felipe Augusto. Palácio do Bispado – 1875. *Álbum de Vistas do Pará*. 1899. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/2534>

Blog UFPA Dois Ponto Zero

FIDANZA, Felipe Augusto. O Cemitério Santa Izabel. *Álbum do Pará em 1899 na administração do governo de S. Exc^a. O Sr. Dr. José Paes de Carvalho*. 1899, p. 51. Disponível em: issuu.com/ufpadoispointozero/docs/album_do_par_em_1899_no_governo_d

Referências Bibliográficas

A FOTOGRAFIA da ama de leite que diz muito. Uzumaki apresentação de Lilia Moritz Schwarcz. [São Paulo, Uzumaki Agência de Conteúdo, 14 mai. 2020], 2020. 1 vídeo em meio eletrônico (4 min. 10 seg.). Publicado pela plataforma de vídeos You Tube em português. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=sT8YLI3Hm-E>. Acesso em: 20 mai. 2020.

AS CONSEQUÊNCIAS do racismo para o Brasil, por Lilia Schwarcz e Heloisa Starling. Nexo Jornal apresentação de Lilia Moritz Schwarcz & Heloisa Starling. [São Paulo, Nexo Jornal Agência de Conteúdo, 13 jan. 2017], 2017, 1 vídeo em meio eletrônico (9 min. 49 seg.). Publicado pela Plataforma de vídeos You Tube em português. Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=yIVLqCIDFNQ&t=351s>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ALMEIDA, Tito Franco de. Autobiografia do Conselheiro Tito Franco de Almeida. 1848-1881. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, p. 271-507, 1942.

ANDRADE, Allan Azevedo. *Entre a Igreja e o Estado: atribuições e atribuições de um bispo ultramontano na Amazônia 1844-1857*. 2017. 169 fl. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017.

ANDRADE, Allan Azevedo. Percalços de um pastor protestante na Amazônia paraense. In: III Seminário Internacional Brasil no século XIX. 2019, Natal. *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos – SEO*. Niterói: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2018, v. 3, p.01-14.

ANDRADE, Kleide Garreta de. *A Ordem Terceira do Carmo e os enterramentos na Belém do século XIX (1862-1865)*. 2009. 64 fl. (Monografia de conclusão de curso em história), Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2009.

ARIÈS, Phillippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ARRAES, Rosa M. Lourenço. *O Palácio Antonio Lemos: história, arte e representação do poder em Belém do Pará (século XIX e XX)*. 2019 321 fls. (Tese de Doutorado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Maçonaria, Anti-racismo e Cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.

BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BAENA, Antonio N. Monteiro. *Bosquejo Cronológico da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência do Grão-Pará*. Pará: Tipografia de Comércio do Pará, 1878.

BAENA, Manoel. *Informações sobre as Comarcas da Província do Pará, organizadas em virtude do Aviso Circular do Ministério da Justiça de 20 de Setembro de 1883, por Manoel Baena*. Pará: Tipografia do Diário do Gram-Pará, 1885.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José d' Assunção. *Papas, Imperadores e Hereges na Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARROS, Raimundo Nascimento. Imprensa Republicana no Pará: a visão do Jornal Cosmopolita (1885-1886). In: *Anais do IV Congresso Nacional de História: cultura, sociedade e poder*, Jataí, 2014.

BASILE, Marcello. "Projetos de Brasil e Construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)". In: NEVES, Lúcia Bastos [Et. Alli]. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: Elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 - c.1870*. 2004. 285 fl. (Dissertação de Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2004.

BELLIDO, Remijio de. *Catálogo dos Jornais Paraenses (1822-1908)*. Pará: Imprensa Nacional, 1908.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi Universidade Federal do Pará, 2004.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA NETO, José Maia. *Por todos os meios legítimos e legais: as lutas contra a escravidão e os limites da abolição*. 2009. 502 fl. (Tese de Doutorado em História social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BLAKE, Augusto Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, vol. 02. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, Ofício do historiador*. 1.^a edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLOCH, Marc. *A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XII e XVIII*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BORGES, Ricardo. *Vultos Notáveis do Pará: paraenses históricos do Império; paraenses históricos da República e figuras ilustres do Pará*. 2.^a Edição, Belém: CEJUP, 1986.

BOUCHER, Jules. *A Simbólica Maçônica, ou, a arte real reeditada e corrigida de acordo com as regras da simbólica esotérica e tradicional*. São Paulo: Editora Pensamento, 1979.

- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 187.
- BOURDIEU, Pierre. *Esboço de Autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- BRASIL, Congresso. *O Clero no Parlamento brasileiro*. Vol. 05, Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980 (Câmara dos Deputados, Centro de documentação e Informação).
- BRESCIANNI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX*. O espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é história).
- BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. *Revista Estudos Históricos*. São Paulo, n. 19, p. 83-97, 1997.
- BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 330-332.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Família em uma capital Amazônica* (Belém 1870-1920). Belém: Editora Açai, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política Imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. O papel das religiões. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.) *A Era da escravidão*. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.
- CASTELLANI, José. *Os Maçons e a Questão Religiosa*. Londrina/PR: Editora Maçônica A Trolha LTDA, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHERNOVIZ, Pedro Luís Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular*. Vol. 03 (M-Z). Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1851.
- COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja*. Tomo I. Das Origens ao século XV. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. 9ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

- COSTA, Arrisete C. L. Biografias Históricas e práxis historiográficas. In: *SAECULUM. Revista de História*. João Pessoa, n. 23, jul. - dez., p.19-33, 2010.
- COUCEIRO, Luiz A.; ARAÚJO, Carlos Moreira de. Dimensões cativas e construção da emancipação: relações morais nas lógicas de sociabilidade de escravos e livres. Sudeste, 1860-1888. In: *Estudos Afro-Asiáticos* [online], ano 05, n. 02, p. 281-306, 2003.
- COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. 2º vol. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. (Coleção Amazônica série José Veríssimo).
- CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. 2ª Ed. Belém: Cejup, 1992.
- CRUZ, Ernesto. *Igrejas de Belém*. Edição comemorativa do Sexto Congresso Eucarístico Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.
- CRUZ, Ernesto. *Procissão dos Séculos. Vultos e Episódios da História do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1952.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Ilustres*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DIÁRIO DO PARÁ*, Série Personalidades Históricas no Pará: Padre Eutíquio Pereira da Rocha. Belém, p. 1-4, agosto de 2010.
- DIAS, Maria Odila Leite. Sociabilidades sem História: Votantes Pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em perspectiva* (Org.) 7ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 57-72.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DOSSE, François. *O Desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.
- DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. São Paulo: Edusp, 1999.
- DUBY, Georges. *Damas do século XII; A lembrança dos ancestrais; Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (Coleção de Bolso).
- DUBY, Georges. *Guilherme, o Marechal, ou, o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. 2013. 159 fls. (Dissertação de Mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013.

FERREIRA, Marieta de M. Entrevista a François Dosse. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 32, n. 64, agosto, p. 341-350, 2012.

FISCHER, Luly; ABREU, Paula; LIMA, José. Aforar, arrumar e alinhar: a atuação da Câmara Municipal de Belém na configuração urbano-fundiária da cidade durante o século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 26, p. 1-55, 2018.

FILHO, Augusto Meira. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. 1ª. ed. Belém: Grafisa, 1976.

FILHO, João Dornas. *O Padroado e a Igreja Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

FONTES, Edilza J. O. *O Pão nosso de cada dia*. Trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954). 1.ª edição. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FONTES, Edilza. J. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930-1935). In: *Revista Estudos Políticos*, n. 07, p. 131-151, ano 2013/02.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. São Paulo: Edições 70, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: o verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo (Org.) *A Micro-História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 173.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HENRIQUE, Marcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*. 2003. 127 fl. (Dissertação de Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2003.

JÚNIOR, Hilário Franco. A criação da história. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/04/caderno-especial/13.htm>. Acesso em 13 jul. 2019.

JUNIOR, Luís Carlos Laurindo. *A Cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)*. 2012. 209 fl. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

LEÃO, Monique Bentes Sardo. O Largo do Carmo em Belém/PA: cultura, lazer e conflitos no espaço público. In: *XIV Encontro Nacional da ANPUR*, vol. 01, Rio de Janeiro, 2011, pp. 01-20.

- LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1999.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o dinheiro: ensaio de antropologia histórica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta M. (Org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, Luciano Demétrius Barbosa. *Entre batalhas e papéis: A Cabanagem e a imprensa na Menoridade (1835-1840)*, 2016, 330 fl., (Tese de Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x*. Da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LUSTOSA, Antônio de Almeida. Arcebispo. *Dom Macedo Costa*. Bispo do Pará. 2ª edição. Belém: Secult, 1992.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação. *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. 2009. 232 fl. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *O Pêndulo da História*. Tempo e Eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.
- MARIA, Júlio. Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*, vol. 01, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 62-101.
- MARSON, Izabel Andrade. O Império da Revolução: Matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em perspectiva* (Org.) 7ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.73-102.
- MARTINS, Antônio Manuel. Recepção em Portugal das Encíclicas sobre o Liberalismo: *Mirari Vos, Quanta Cura e Immortale Dei*. In: *Lusitânia Sacra*, Série 02, vol. 01, p. 41-80, 1989.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Na trama urbana: Do público, do privado e do íntimo. In: *PROJETO HISTÓRIA*. Revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), vol. 03, São Paulo, SP – Brasil, p. 129-149, 1981. (Dossiê Cidade e Cultura).
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília- DF: INL, 1987.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma “Outra” invenção da Amazônia*. Religião, Histórias, Identidades. Belém: Cejup, 1999.

- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: Cejup, 1995.
- MOLINA, Sandra Rita. *A Morte da Tradição: a Ordem do Carmo e os escravos da Santa contra o Império do Brasil (1850-1889)*. 2006. 309 fls. (Tese de Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo, 2006.
- MONTEIRO, Elson L. Rocha. *A Maçonaria e a Campanha Abolicionista no Pará: 1870-1888*. São Paulo: Madras, 2012.
- MONTEIRO, Elson L. Rocha. *Maçonaria, Poder e Sociedade no Pará na segunda metade do século XIX, 1850-1900*. Belém: Editora Açai, 2016.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores políticos e Sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840)*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Direito à terra no Brasil. A gestação do conflito 1795-1824*. São Paulo: Alameda, 2009. Resenha de: RICCI, Magda. Revista Estudos Amazônicos, PPHIST – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém: Editora Açai, 2009.
- NEVES, Fernando A. Freitas. *Solidariedade e conflito: Estado liberal e nação católica sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. 2009. 364 fl.(Tese de Doutorado em História social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- NEVES, Fernando A. Freitas. Estado e Igreja: cumplicidades e tensões do catolicismo no Pará no final do século XIX. In: *As Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- NEVES, Fernando A. Freitas. “Procissão religiosa ao lado da procissão civil: ainda o ultramontanismo católico do Pará”. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH, ano 19, 08 a 12 de setembro de 2008, São Paulo: Cd-Rom, 2008.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (Org.) *Livros e Impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivado: Estado Imperial e Agricultura na Amazônia*. 2011. 422 fl. (Tese de Doutorado em História do Brasil), Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2011.
- ORTNER, Sherry. *A mulher, a cultura, a sociedade*. Paz e Terra, 1979.
- PAIM, Antônio. *Escola Eclética. Estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil*, vol. 04. Londrina – PR: Edições Cefil, 1999.
- PALHA, Bárbara Fonseca. *Escravidão negra em Belém: mercado, trabalho e liberdade (1810-1850)*. 2011. 162 fls. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- PARÁ, Governo do Estado do. Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo. *Catálogo dos Jornais Paroaras*. Belém, 1985.

PARÁ, Governo do Estado do Pará. Conselho Estadual de Cultura. *Breve Monografia sobre o Seminário Arquiepiscopal de N. Senhora da Conceição de Belém por ocasião de sua reabertura a 15 de maio de 1933*. Pará: CECULT, Biblioteca Orlando Bittar, 1933.

PASTANA, Andréa da Silva. *Em nome de Deus, Amém: mulheres, escravos, famílias e heranças através dos testamentos em Belém do Grão-Pará na primeira metade do século XIX*. 2008. 159 fls. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PINSKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2008, p. 2005.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa Negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 02, n. 03, p.03-15, 1989.

RAMOS, Alberto Gaudêncio. *Cronologia eclesiástica da Amazônia*. Arcebispo. Manaus: Tipografia Fênix, 1952.

REIS, João José. *A Morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. O Cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luís Filipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 96-175.

RÊGO, Clóvis Moraes. *O labirinto do pseudônimo*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 2005.

REVEL, Jaques (Org.) *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *Dicionário de Medicina Popular*. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/node/77>. Acesso em: 16 ago. 2019.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. In: *Tempo* [online], vol. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RICCI, Magda. Passos imperiais e (des) compassos cabanos: Belém e sua “índole” – 1800-1840. In: SARGES, Maria de Nazaré Sarges & LACERDA, Franciane Gama (Org.) *Belém do Pará: História, Cultura e Cidade*. (Para além dos 400 anos). 2ª Ed. Belém: Editora Açai, 2016.

RICCI, Magda. *Para ver a Cabanagem*. In: PENTEADO, A. (Org.) & RICCI, M. (Org.) 1ª ed. São Paulo: Editora Estúdio Madalena, 2015, vol.03, p. 01-280.

ROCQUE, Carlos. *A grande enciclopédia da Amazônia*, vols. 01; 05. Belém: Editora Amazônia Ltda, 1968.

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: Universidade Federal do Pará, 1971.

SALLES, Vicente. *O Negro na formação da sociedade paraense*. Textos reunidos. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SALLES, Vicente. *João Carlos Wiegandt, pioneiro da caricatura no Grão-Pará*. Brasília: Micro-edição do autor, 1994.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)*. Belo Horizonte – MG: Fino Traço, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão dos conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. In: *Temporalidades*, n. 02, vol. 02, p. 24-33, agosto-dezembro, 2010.

SANTOS, Alan C. de Souza. *Discursos, personagens e tramas: a imprensa maçônica no Pará do século XIX*. 1ª. Ed. Curitiba: Prismas Editora, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912)*. 3ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do “Velho Intendente”*. Antonio Lemos. (1869-1973) Belém: Paka-Tatu, 2002.

SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

SILVA, Guilherme Sarmiento da. *Dinâmica das almas*. Fantasmagoria romântica no Brasil (1830-1850). 2009. 211 fl. (Tese de Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Érika Amorim. *O Cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX. (1850/1891)*. 2005. 234 fls. (Dissertação de Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA PINTO, Luiz Maria. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.

SOARES, Elisângela Maciel. *Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal*. A diocese de Manaus vivenciando a Romanização (1892-1926). Manaus: Editora Valer, 2014.

SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo. *Catolicismo e sociedade contemporânea*. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: PAULUS Editora, 2013.

SOUZA, Patrícia Inês Garcia. *Buscadores do sagrado: as transformações da Maçonaria em Belém do Pará*. 2006. 369 fls. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto, Nem Branco, Muito pelo contrário*. Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012. (Coleção Agenda Brasileira)

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades, 2000. (Coleção Espírito Crítico)

TAVARES, Kelly Chaves. Um padre maçom em terras ultramontanas. A trajetória de Eutíquio Pereira da Rocha entre a Bahia e o Pará (1820-1880). In: *Revista Dia-Logos [online]*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 01, p. 47-58, jan. – jul., 2017.

TAVARES, Kelly Chaves. “*Cumprir Tão Santa Lei*”: a Lei do Ventre Livre e as relações entre o clero ultramontano e os governantes na província do Pará (1871-1876). 2012. 69 fl. (Monografia de conclusão de curso em história), Universidade Federal do Pará, Faculdade de História, Belém, 2012.

TAVARES, Kelly C.; NEVES, Fernando A. Freitas. “*Lei civilizadora e inspirada nos princípios de Nossa Santa Religião*”: reflexões sobre o uso de símbolos religiosos na Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre). Pará, século XIX. In: *Mneme*, Caicó [online], vol. 14, n. 32, p.1-14, jan.- jul. 2013.

TAVARES, Kelly Chaves. As relações entre o Clero e o Estado na década de 1850: as contradições de um ultramontanismo no Pará. In: MESQUITA, T. (Org.) & ALVES, D. *Anais do X Simpósio de História seção Pará: as crises da República e o ensino de história: a democracia brasileira em questão*. 1ª. ed. Belém, PA, Paka-Tatu, 2017, p. 341-351.

TAVARES, Kelly Chaves. Festas Católicas na cidade de Belém: o caso do Natal de Padre Eutíquio (1870-1879). In: CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). *Anais do II Simpósio de História em Estudos Amazônicos: Práticas religiosas, práticas do sagrado, festas e sabores*. Volume 06, Belém: Editora Açai, 2015, p. 56-64.

TOLENTINO, Tiago. Biografia e historiografia brasileira. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 06, março, p. 200, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2ª. Ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

TORII, Leonardo. *O Guardiã da memória do Estado do Pará: acesso à informação e política na criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1896-1906)*. 2016. 112 fl. (Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

TURAZZI, Maria Inês. *O Oriental-Hydrographe e a fotografia: a primeira expedição ao redor do mundo com uma ‘arte ao alcance de todos’ (1839-1840)*. Montevideu: Centro de Fotografia de Montevideu, 2019. Resenha de: *Brasiliiana Fotográfica Digital*. s/d. Disponível em: brasilianafotografica.bn.br/?tag=daguerreotipo

VERÍSSIMO, José. A instrução, a imprensa: memórias anexas premiadas. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*, vol. 01, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 45-49.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

VIEIRA, David Gueiros (Org.). *Diário do Reverendo Richard Holden na Amazônia entre 1860-1864, tentando implantar a Igreja Episcopal no Brasil*. Porto Alegre: Igreja Episcopal do Brasil, 19ª. Província Anglicana, Secretaria Geral, 1990.

ANEXOS

Anexo 01

Jornal Boletim do Grande Oriente do Brasil. Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira. Publicação mensal.

O redator chefe: o gr.:. secr.:. ger.:. da ord.:. Antônio Pinto Mendes.

Número 9, 9º ano, setembro de 1880, p. 346-351.

O documento que em seguida publicamos dá claro testemunho dos nobres sentimentos que animaram até a hora extrema o bom e ilustre padre Eutychio.

Apesar de datado de 1872, o *Liberal do Pará* assegura haver n'isto equívoco, visto ter sido escrito em 1876.

O que é certo é que esta notável profissão de fé, escrita e assinada pelo preclaro cidadão, foi por ele entregue, poucos dias antes do seu falecimento, ao seu amigo D. Vicente Ruiz com permissão, também escrita, para a publicar se assim julgasse conveniente.

Sabendo até onde chega a audácia dos jesuítas, e lembrado talvez do que eles ainda há pouco fizeram quando faleceu o chorado general Osório, quis frustrar-lhe os planos e amplamente conseguiu.

Todos os jornais do Pará deram publicidade a este escrito, precedendo-o de considerações em que mais uma vez foi posto em relevo o nobre caráter do venerando sacerdote.

Eis a profissão de fé.

Profissão de fé do padre Eutychio

“Belém do Pará, 1 de dezembro de 1872”

A data desta declaração mostra que estou no pleno gozo das minhas faculdades.

Mas como é possível ter uma morte, tão *desgraçada* (segundo o papel do bispo, a *Boa Nova*) (*), como a do meu dedicado amigo, o cônego Ismael, mas, no meu entender, menos desgraçada do que a do virtuoso bispo de Pernambuco, o D. Emmanuel de Medeiros, quero prevenir dificuldades e tomar uma *posição definida*, como exige o D. Macedo Costa, se é que a meu respeito ele pode ainda nutrir dúvidas, ou esperanças da hora extrema, em que descido tão baixo o termômetro da inteligência tem desaparecido o homem:... E nessa hora eles fazem dizer a um cadáver o que eles querem, para cantarem mentidos triunfos!

Pertenci, na melhor fé, á Igreja Católica Apostólica Romana. Não concebia até a possibilidade de se deixar de ser católico apostólico romano. Começou a minha desconfiança com a louca pretensão de provarem com o *Regnum meum non est hoc mundo* a Divina Instituição, ou

conformidade do poder temporal dos papas com a mente de Jesus Cristo! Foi o primeiro golpe na boa fé, em que se supunha esses homens, que falam em nome de Deus.

Irritou-me a malícia com que traduzirão o cap. 1º da sessão 14a. da *Reformatata*, para armarem os bispos de um poder absoluto e que tanto se presta a abusos.

Para privar um padre do exercício das ordens, não pode haver a mesma facilidade com que se recusa a aspirantes a entrada para o sacerdócio. E para a reforma dos costumes não era mister tanto arbítrio; a mente dos padres de Trento foi corroborada a disciplina proibindo que fossem reintegrados por qualquer outro os padres, que os bispos tivessem suspenso pela maneira então em prática – o processo.

Estas e outras questões, que vi tratadas pelos representantes de Deus, inspiraram-me como disse, as primeiras suspeitas. O *Syllabus*, o D. Antônio de Macedo Costa, e o Concílio do Vaticano, empurraram-me da Igreja romana.

A que Igreja pertença hoje? À Igreja Católica romana de antes do *Syllabus*, de antes dos bispos Macedos Costas, de antes do Conciliábulo jesuítico do Vaticano.

Que dirão desta igreja a que pertença os degenerados católicos, os servos humilíssimos do jesuíta, os bispos capachos de Loyola, os papas-cadáveres? Digam o que quiserem. Eu creio (e talvez eles riem da minha crença), creio na imortalidade da alma, na justiça de Deus e em Jesus Cristo, e nesta fé cá os espero para o ajuste de contas.

O *Syllabus* está julgado; não é preciso que me demore em mostrar que *isso* não faz católicos, mas anti-romanos.

O bispo D. Antônio de Macedo Costa está desmascarado; todos no Pará reconhecem-lhe o farisaísmo, a vaidade, o orgulho, a doubles, a avareza, a mentira com que se apregoa reformador do clero, quando quaisquer 50\$000 bastam para fazê-lo divinizar os devassos de pouco antes; e a sua moral tem equívocos...

O Conciliábulo do Vaticano foi apenas vergonhosa chancelaria das imposições jesuíticas. Esses *bons* bispos virão no Evangelho o que há 19 séculos não virão tantos santos padres e papas! Quantos papas foram acusados de erros?! Entretanto procurou-se defendê-los com explicações, mais ou menos felizes, dos seus atos e decisões, quando era fácil emudecer as acusações com a *infallibilidade*. Era, mesmo, uma necessidade indeclinável definir esse dogma (si em verdade ele o era) atacado por estas acusações e pelas formais reticências às decisões dos papas nas questões da Rebatização e da celebração da Páscoa. Mas a Igreja nunca se resolveu a definir esse dogma apesar da necessidade, tantas vezes manifestada, dessa definição; e S. Paulo chegou a repreender ao próprio Pedro, e dizer-lhe: *Errastes!* S. Paulo não compreendia o Evangelho; a Igreja primitiva não o entendia! A Pio IX e aos *seus bispos* estava reservada a glória do *Eureka!* desnecessidade, inoportunidade, quebra da unidade católica.

Que sou maçom não é preciso dizê-lo; ninguém o ignora porque, se não fazia alarde desta honra, não me escondia nem disfarçava para entrar na oficina.

Iniciei-me, sem que para isso fizesse esforços nem pedisse. Amigos apresentaram me, e eu acedi aos seus desejos; queria, também, julgar por mim, da verdade das acusações feitas a esta instituição, e do fundamento das excomunhões papais.

Disposto a renunciar a maçonaria, se ela atacasse as minhas crenças católicas, vi destruída esta disposição; e hoje que a maçonaria não pode ter mistérios para mim, vejo que essas excomunhões nada valem por falta de fundamento e base, e são mais uma prova da infalibilidade dos papas, e da justiça e razão com que eles ou os seus exigem que um padre não seja maçom, porque contra o que lhe atestam os seus olhos e a sua inteligência, um papa lhe diz que não seja ou não continue a ser maçom (**).

Ora, sendo sem base as excomunhões aos maçons, ficam como as *excomunhões injustas*, que, embora separem do *corpo* da Igreja o excomungado, não o separam do *espírito* da Igreja nem ligam perante Deus. Pode, portanto, segundo a teologia, estar no céu entre os bem aventurados tal indivíduo, cujo corpo seja aí atirado aos cães, e cuja memória continue diariamente atassalhada pela gente da *Boa Nova*.

O que levo dito, é mais que suficiente para que o zelo dos fariseus de hoje me recuse a sepultura, que eles chamam eclesiástica, mas para a qual nada contribuirão.

A província completou a iniciativa particular, para que os que aqui morressem, sem sepultura própria, como os protestantes e os hebreus, tivessem um cemitério; exigia-o a civilização e a higiene. Porém a benção do clérigo pôs uma condição na obra da civilização e da higiene! Era mais um meio de proselitismo.

Todavia, não quero luta por isso. A sepultura de Jesus Cristo não era eclesiástica, não teve benção, como não a tiveram as dos Apóstolos e dos mártires e dos primeiros cristãos. E por outro lado, a luta eles a estimam embora se mostrem arrufados, porque lutar por uma coisa é dar-lhe apreço, é morrer de amores por ela.

Os meus irmãos da *Harmonia*, ainda na sessão de quinta feira, 28 do passado novembro, me ouvirão a este respeito: executem o que lhes pedi nessa noite. Façam-me o enterro com os meios que deixo á disposição da oficina, sem dispêndio da gente que foi minha família, com a maior simplicidade, mas não me deixem ir solitário. Batam á porta do cemitério protestante, a ver se querem receber morto o que vivo militou em arraiais contrários. Recorram depois aos hebreus. E se a intolerância romana os tiver também eivado... resta um largo qualquer, uma capoeira, o Guajará.

Para justificar completamente o Sr. D. Antônio e livra-lo de algum desmentido que possam dar-lhe meus escritos, quero que sejam queimados três livros, para onde passei todos os artigos, que sobre matérias religiosas publiquei na *Trombeta do Santuário*, no *Grão-Pará*, *Comunicador* e *Jornal do Amazonas*, sobre o Holden.

Fiquem somente, para não perturbar-se o sono em que dorme a consciência do Sr. Macedo Costa, os meus artigos heréticos em comunicados no *Jornal do Amazonas*, e da colaboração do *Liberal do Pará*. Quero ser enterrado com as vestes que tomei e com que me apresentei em público, somente depois que o Sr. D. Antônio entendeu que a sua *ex informata* me inabilitava, até, para ser *guarda* do convento do Carmo, obrigando ao governo e ao núncio a exigirem do provincial a minha exoneração. Este capricho foi precedido de outro não menos pueril.

Como não quis estar por um recado, e exigi por escrito a ordem que ele mandava-me para fazer consumir o Santíssimo Sacramento no Carmo, viu o bispo um horrível *casus belli*, um *Catilina às portas de Roma*, e pôs em movimento o presidente De Lamare e o chefe de polícia Dr. Rodrigues! E apesar de ser assegurado, por estes, de nenhuma oposição da minha parte, fez-se acompanhar ao Carmo pelo delegado de polícia o Dr. Lobato! Há de morrer *criança* a mais brilhante tocha do episcopado brasileiro. Caiu-lhe nas garras a Igreja do Carmo, o Asilo... mas escapou-lhe o objeto principal dos seus anelos: as alfaias, as fazendas e os escravos.

É provável que, ao saber que estou morrendo, o Sr. D. Antônio me faça a visita fúnebre (única, que ele faz aos padres) ou mande algum dos seus a *converter-me*, para glória, não de Deus, que não entra nos seus cálculos, mas do seu partido. Se então eu estiver senhor de mim e capaz de polemizar, deixem-me desfrutá-lo; no caso contrário, não o deixem a sós comigo; o homem sairá proclamando a minha mortal apatia por aquiescência às suas insinuações. Não tenho retratações a fazer, nem conversões, pois que nunca tive que renegar o símbolo dos Apóstolos nem o de Nicéa...

Anexo 02

Anexos ao relatório apresentado á Assembleia Legislativa da Província do Pará na segunda sessão da XIII Legislatura pelo excelentíssimo senhor Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de Novembro de 1863. Pará, impresso na Tipografia de Frederico Carlos Rhossard. Travessa de São Matheus, casa n. 22. 1863.

Relação nominal dos professores do Colégio Paraense, contendo o tempo de serviço e vencimentos de cada um.

Cadeiras	Nomes dos professores	Tempo de serviço até 30 de Junho			Vencimentos Ordenado/gratificação	
		Anos	Meses	Dias		
Retórica e poética	João Diogo Clemente Malcher	19	06	12	1.600\$000	800\$000
Geografia	Dr. João Baptista Passos	16		25	1.600\$000	800\$000
Filosofia	Dr. Tito Franco de Almeida	11	06	07	1.600\$000	800\$000
Francês	Dr. João P. Freitas	07	02	10	1.600\$000	800\$000

Inglês	Carlos Kitzinger	04	04	18	1.600\$000	800\$000
História	José Ferreira Cantão	03	03	26	1.600\$000	800\$000
Contabilidade	Joaquim Rodrigues Roxo	03	03	26	1.600\$000	800\$000
Geometria	Dr. José Felix Soares	01	04	24	1.600\$000	800\$000
1ª de Latim	Cônego Manoel José de Siqueira Mendes	01	04	19	1.600\$000	800\$000
2ª de Latim	Padre Eutychio Pereira da Rocha	01	04	22	1.600\$000	800\$000
Gramática Filosófica	Dr. Américo Marques Santa Rosa	01	02	19	1.600\$000	800\$000
1ª Letras	José Miguel da Costa Rocha	08	10	06	800\$000	400\$000
Desenho	Constantino Pedro Chaves da Motta	03	02	11		800\$000
Música	Theodoro Orestes	06	04	17	800\$000	

Diretoria da Instrução Pública do Pará, em 19 de Setembro de 1863. Joaquim José d'Assis.